

CARLA LUCIANA SILVA | GILBERTO GRASSI CALIL
MARCIO ANTÔNIO BOTH DA SILVA
(ORGANIZADORES)



DITADURAS E DEMOCRACIAS:

ESTUDOS SOBRE PODER, HEGEMONIA E REGIMES POLÍTICOS NO BRASIL (1945-2014)



Ministério da
Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



FCM
FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS

Carla Luciana Silva
Gilberto Grassi Calil
Marcio Antônio Both da Silva
(Organizadores)

DITADURAS E DEMOCRACIAS:

Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)



Ministério da
Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



DITADURAS E DEMOCRACIAS:

Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)

Organizadores

Carla Luciana Silva

Gilberto Grassi Calil

Marcio Antônio Both da Silva

Capa

André Rodrigo Defrain

Diagramação e Projeto Gráfico

André Rodrigo Defrain

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

D615d

Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014) / Organização de Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil, Marcio Antônio Both da Silva. -- Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
230 p.

ISSN 978-85-67542-08-9

1. Ditadura. 2. Democracia. 3. Hegemonia. 4. Brasil – Política e governo – 1945-2014. I. Silva, Carla Luciana, org. II. Calil, Gilberto Grassi, org. III. Silva, Marcio Antônio Both da, org. IV. Título.

CDD – 22.ed. 321.9

321.8

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9º/539



Ministério da
Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apóio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

2014



CONSELHO EDITORIAL

COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA

In Memoriam:

Ciro Flamarion Cardoso
 Edmundo Fernando Dias
 Octávio Ianni
 René Armand Dreifuss

Coordenadores:

Dr. Mário Maestri, UPF, Passo Fundo, RS. Secretário
 Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
 Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR

Dr. Antonio de Pádua Bosi, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
 Dr^a. Ana Luíza Reckziegel, UPF, Passo Fundo, RS
 Dr^a. Carla Luciana Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
 Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, UFBA, Salvador, BA
 Dr. Claudio Lopes Maia, UFG, Goiânia, GO
 Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
 Dr. Diorge Konrad, UFSM, Santa Maria, RS
 Dr. Enrique Padrós UFRGS, Porto Alegre, RS
 Dr. Eurelino Coelho, UEFS, Feira de Santana, BA
 Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ, Rio de Janeiro, RJ
 Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG, Goiânia, GO
 Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal
 Dr. Marcio Antônio Both da Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
 Dr^a. Mônica Piccolo, UEMA, São Luís, MA
 Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC, Florianópolis, SC
 Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ, Ijuí, RS
 Dr. Renato Lemos, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ
 Dr. Romulo Mattos, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ
 Dr. Sonia Regina de Mendonça, UFF, Niterói, RJ
 Dr. Tiago Bernardom, UFPB, João Pessoa, PB
 Dr^a. Vera Barroso, FAPA, Porto Alegre, RS
 Dr^a. Virgínia Fontes, UFF / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ
 Dr. Walmir Barbosa, IFG, Goiânia, GO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
DITADURA, DEMOCRACIA E A QUESTÃO AGRÁRIA: 1946-1964	23
<i>Vagner José Moreira</i>	
OS TRABALHADORES E SUA VISIBILIDADE NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA: as Greves de 1946 e o imediato pós-Estado Novo	41
<i>Clarice Gontarski Speranza</i>	
DEMOCRACIA E MILITÂNCIA COMUNISTA NO PERÍODO DA LEGALIDADE DO PCB (1945-1947)	55
<i>Claudia Monteiro</i>	
CONTRARREVOLUÇÃO, DITADURA E DEMOCRACIA NO BRASIL	71
<i>Renato Luís do Couto Neto e Lemos</i>	
O CARÁTER DE CLASSE DO GOLPE DE 1964 E A HISTORIOGRAFIA	89
<i>Demian Bezerra de Melo</i>	
LUTAS CAMPONESAS NO SUL DO BRASIL: Terra e Saberes	109
<i>Paulo Zarth</i>	

UMA PESQUISA NECESSÁRIA: a ditadura no Oeste do Paraná	131
<i>Carla Luciana Silva</i>	
MEMÓRIA, MEDO E ESQUECIMENTO: a ditadura civil-militar na Região Oeste do Paraná, fatos e reflexões sobre a pesquisa no Arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu	145
<i>Aluizjo Palmar</i>	
A REVOLUÇÃO CHILENA E O GOLPE DE ESTADO DE 1973	157
<i>Mário Maestri</i>	
CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	175
<i>David Maciel</i>	
O AUTORITARISMO CIVIL NO BRASIL PÓS-1988	195
<i>Danilo Enrico Martuscelli</i>	
A DEMOCRACIA E A REPRESSÃO NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	211
<i>Gilberto Grassi Calil</i>	
CAPITALISMO, LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	227
<i>Virgínia Fontes</i>	

APRESENTAÇÃO

Ditaduras e Democracias é a temática central deste livro. Estes binômio foi colocado em grande evidência no contexto da rememoração dos 50 anos do Golpe de Estado de 1964. Em seu conjunto, o livro propõe refletir sobre estes dois termos ditadura e democracia tomados não como em um sentido fechado e em oposição pré-estabelecida, mas em suas complexas e contraditórias relações estabelecidas e afirmadas nos processos históricos concretos. A intenção é propiciar a publicação de reflexões, tanto em textos de caráter teórico como em estudos empíricos, de forma a pensar a historicidade das distintas conformações das ditaduras e democracias, os embates sociais em torno de seu formato, a intervenção de aparelhos privados de hegemonia, os mecanismos de produção e disseminação do consenso e as iniciativas voltadas à contestação e à resistência. Igualmente nos interessou refletir sobre os processos de transição e os elementos de ruptura e continuidade, a intervenção das classes, frações de classe, grupos sociais e os embates na memória acerca do significado histórico das ditaduras. Para além da centralidade da abordagem em torno do par democracia/ditadura, os textos se articulam através da utilização de referências teóricas próximas, o que se expressa na relevância para a interpretação histórica que é atribuída à luta de classes e aos conflitos sociais, ao embate em torno da hegemonia e à dialética entre dominação e resistência.

O livro busca proporcionar espaços para aprofundar o debate sobre as condições históricas em que se elaboram e consolidam golpes de Estado e ditaduras e, ao mesmo tempo, refletir sobre os processos de transição à democracia, bem como os diferentes moldes em que se definem historicamente os regimes democráticos, seus limites e contradições e as formas como consolidam e perpetuam elementos centrais do legado imposto pelas ditaduras. Para isto interessou tanto o debate teórico em torno do conceito de democracia

como a avaliação histórica de experiências paradigmáticas que visavam à ampliação das margens da democracia e a redefinição de seu conteúdo para além dos marcos da democracia liberal (como é o caso do Chile do início da década de 1970) e dos contextos em que a correlação de forças e o exercício da dominação impõem sérios limites ao exercício da democracia (como é o caso do interregno democrático brasileiro entre 1945 e 1964).

A derrubada do Estado Novo em 1945 se concretizou através de um Golpe Militar, em oposição aberta às manifestações populares que se intensificavam contra a ditadura estadonovista. Sua perspectiva, muito longe da afirmação de uma democracia com margens alargadas de participação popular e amplas liberdades, concentrava-se na reconstitucionalização sob estrito controle dos liberais conservadores, como evidencia a ampla escalada repressiva que se seguiu ao golpe de 29 de novembro de 1945. São marcas do sentido conservador deste processo a eleição de Eurico Gaspar Dutra (sustentada na estrutura das interventorias criadas durante o Estado Novo) e a consolidação através da Constituição de 1946 (ela própria elaborada sob vigência da Lei de Segurança Nacional) de inúmeras restrições às liberdades democráticas e perpetuação do controle contra a livre organização dos trabalhadores.

O primeiro conjunto de textos do livro trata deste contexto histórico. Vagner Moreira discute os movimentos sociais que se propuseram a enfrentar a questão agrária no Brasil entre 1946 e 1964 e os processos de repressão e violência aos quais foram submetidos. Destaca que aquele período é atravessado por práticas autoritárias e repressoras contra os trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, e problematiza noções e conceitos comumente utilizados na explicação histórica para os tempos sob vigência do regime político “democrático”. Seu objetivo principal é refletir o tratamento da questão agrária e dos movimentos sociais como “caso de polícia” naquele contexto histórico, tratamento que, convém destacar, se mantém corriqueiro até hoje. O capítulo de Clarice Speranza discute a greve dos trabalhadores das minas de carvão das vilas de Butiá e Arroio dos Ratos no Rio Grande do Sul, realizada em 1946 com adesão praticamente total entre os mais de 7 mil trabalhadores dessas minas, à época líderes nacionais na produção do minério. A autora critica o silêncio das mais conhecidas obras de síntese da História do Brasil não só a respeito dessa greve como também de outras que guardaram características semelhantes, indicando

que tais greves e o silêncio sobre elas nos ajudam a compreender muito da história do Brasil e de suas guinadas em termos da democracia e da ditadura. Cláudia Monteiro discute o período que se segue ao fim do Estado Novo como momento excepcional de intensidade da circulação das emoções políticas, destacando o entusiasmo em torno da democracia e as grandes expectativas e esperanças quanto às mudanças e transformações possibilitadas com a abertura política. Assim, reflete sobre o fenômeno do engajamento militante no curto espaço de tempo em que o Partido Comunista do Brasil, o PCB, esteve na legalidade, entre abril de 1945 e maio de 1947.

Outro eixo fundamental do livro se concentra na reflexão em torno da ditadura militar-empresarial brasileira de 1964-1988. Pela relevância do tema e seu impacto na realidade atual, é fundamental a realização de discussões que envolvam o debate historiográfico sobre a ditadura, a democracia e as experiências de resistência aos regimes ditatoriais que vigoraram em diferentes nações da América Latina em períodos mais ou menos coetâneos. Esta preocupação permeia os textos de Renato Lemos e Demian Melo, concentrados na reflexão teórica e historiográfica sobre a ditadura brasileira. Renato Lemos propõe sua caracterização da crise como uma estratégia permanente de contrarrevolução preventiva, considerada como um *traço estrutural* das formações sociais capitalistas hipertardias, caracterizadas pela posição subalterna ao imperialismo no sistema capitalista mundial, e articuladora das ações das classes dominantes brasileiras desde a Independência. Demian Melo concentra-se no debate historiográfico relativo ao Golpe de 1964. Em tempos de rememoração, o revisionismo político e acadêmico busca pautar a opinião pública para produzir um senso comum sobre o que teria sido o Golpe. O autor mostra que as interpretações que se impõem sobre o Golpe reproduzem uma visão acrítica do “Milagre econômico”, abdicando da correta interpretação de Dreifuss, que compreende o estabelecimento da ditadura como um ato de classe. Recorda, ao contrário, que a ditadura não se constituiu apenas como a imposição de formas amplificadas de repressão, mas foi também – e sobretudo – organizadora do processo de ampliação da reprodução capitalista, fundado na subordinação dos trabalhadores propiciada por aquele acirramento repressivo.

O capítulo de Paulo Zarth busca recuperar a trajetória histórica dos diferentes grupos sociais marginalizados no processo de constituição da estrutura

fundiária brasileira, salientando que uma das estratégias dos grupos dominantes brasileiros foi desqualificar os camponeses e seus saberes particulares para submetê-los aos seus interesses. Neste sentido, discute a atuação dos governos militares e suas propostas de modernização da agricultura, responsável pela expulsão de grande número de camponeses do campo, refletindo igualmente sobre a forma como os camponeses se organizaram para resistirem e se contrapor a esse processo.

O debate sobre a ditadura é objetivo também do projeto coletivo atualmente desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa *História e Poder*. Seus membros vêm somando esforços em torno de projeto que visa investigar a “Ditadura no Oeste do Paraná: história e memória”. O projeto pretende, a partir de uma espacialidade regional específica, problematizar e refletir a respeito do funcionamento do aparato repressivo, da implementação de focos de resistência armada (com destaque para a base do MR8 em Foz do Iguaçu/PR e Medianeira/PR e para a base da VAR-Palmares em Nova Aurora/PR) e para a reconfiguração do espaço agrário regional no contexto da ditadura. A articulação entre o regional e o nacional é efetivada por meio do debate historiográfico e da troca de experiências de investigação com outros grupos de pesquisa. Os textos de Carla Luciana Silva e Aluizio Palmar situam-se neste marco. Silva aponta que a história da ditadura brasileira que vem sendo contemplada pela historiografia ressalta sobretudo a repressão nos grandes centros urbanos, silenciando sobre as formas de repressão desenvolvidas no interior do país. O Oeste do Paraná foi uma região atravessada por manifestações de contestação à ditadura, e o artigo indica algumas das iniciativas desenvolvidas na região e apresenta investigações em curso sobre a temática. Aluizio Palmar traz um relato vivo, fruto de sua vasta militância política. Seja sua militância na resistência à Ditadura, como integrante do primeiro MR8 no final dos anos 1960; da VPR no exílio no Chile e na Argentina; ou da luta pela Memória, Verdade e Justiça. Palmar narra parte de seu árduo e cansativo trabalho de busca de informações e documentos através do relato acerca do desaparecimento de um importante conjunto documental, pondo em evidência os entraves burocráticos, a falta de vontade política e os diversos obstáculos impostos à investigação histórica

Uma dimensão continental do processo é explorada no artigo de Mário Maestri sobre a Revolução Chilena e o Golpe de Estado de 1973 – que contou

com participação direta da ditadura brasileira. Tomando como ponto de partida a rememoração de sua experiência naquele processo, o autor avança para uma reflexão mais ampla sobre a sua riqueza e ao mesmo tempo sobre as contradições e limites do processo conduzido pela *Unidad Popular*, salientando sobretudo suas fragilidades e a maneira como contribuíram para o triunfo da contrarrevolução e instalação da ditadura terrorista de Augusto Pinochet. Destaca-se ainda o balanço crítico em relação à trajetória do Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR), que apesar da crítica à estratégia da *Unidad Popular*, foi incapaz de constituir uma alternativa ou preparar a resistência ao Golpe.

Outro objetivo fundamental deste livro é avaliar as condições em que ocorreu o processo de transição da ditadura ao Estado de Direito na década de 1980, correlacionando aos impasses e desafios da realidade atual. As pesquisas têm mostrado que para compreender a atualidade da história recente brasileira o período da transição é nodal, pois naquele processo, no contexto de intensas lutas sociais e da imposição de resistências por parte dos grupos subalternos – triunfou uma perspectiva conservadora e castradora, que impôs a minimização da ruptura com os elementos centrais do arcabouço institucional da ditadura, preservando o fundamento de seu legado econômico e social. Instaurou-se uma democracia que propiciou a continuidade de grande parte do legado da ditadura, sobretudo no que se refere ao sistema repressivo, ao papel do sistema de informações e ao caráter militarizado das polícias. O *modus operandi* do terrorismo de Estado é particularmente visível no tratamento conferido pelas polícias militares às populações periféricas, muito particularmente contra a juventude trabalhadora negra. Aqui são evidentes e inegáveis as marcas fundamentais da ditadura perpetuando-se social e historicamente. Os últimos quatro textos do livro tratam, sob diferentes enfoques e abordagens, desde período aberto com o processo de transição pelo alto e que, em virtude de suas contradições e limites, ainda marca de diferentes formas a conjuntura atual.

David Maciel propõe uma explicação estrutural para o processo de transição política, articulando elementos políticos, econômicos e sociais, visando compreender seu sentido conservador. Sua hipótese é que a combinação entre crise do desenvolvimentismo e o planejamento de uma transição política pelo alto contribuiu de modo decisivo para retardar o processo de democratização e perpetuar os traços fundamentais da autocracia burguesa. Os processos concretos

que conduziram à sua afirmação em diferentes etapas concretas constituem o fio condutor do texto. O capítulo de Danilo Martuscelli propõe refletir sobre a caracterização do regime político estabelecido a partir da promulgação da Constituição de 1988. Contrapondo-se à perspectiva institucionalista, caracteriza o Regime então inaugurado como uma versão restrita de democracia burguesa, marcada pelo autoritarismo civil, forma política propícia ao desenvolvimento do capitalismo neoliberal. O autor discute ainda a reconfiguração deste autoritarismo civil sob os governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, concluindo que a democracia burguesa no Brasil tem mantido blindadas as principais instâncias decisórias, tornando-as impermeáveis às demandas e reivindicações dos grupos subalternos.

Foi no contexto desta democracia blindada e da crescente percepção quanto ao caráter conservador e neoliberal dos governos petistas que se produziram as *Jornadas de Junho* em 2013. A impermeabilidade da democracia brasileira frente às manifestações e a escalada repressiva através da qual o Regime buscou contê-las são discutidos no capítulo de Gilberto Calil. O autor concentra a reflexão sobre as formas históricas da democracia e os limites da democracia liberal, propõe uma analogia entre a ascensão repressiva contra as manifestações populares em Portugal e na Espanha nos últimos anos e a forma como este processo se deu no Brasil, e aponta as diversas iniciativas que configuram esta escalada repressiva contra as manifestações no processo brasileiro, em consonância com a configuração blindada da democracia burguesa no Brasil atual. A reflexão sobre as características do Estado brasileiro na atualidade é igualmente o ponto de partida do artigo de Virgínia Fontes. Partindo da fecunda noção de desenvolvimento desigual e combinado, a autora propõe a compreensão da configuração atual do capitalismo brasileiro a partir de uma quádrupla articulação envolvendo elementos atrasados e “modernos”: a relação entre as formas capitalistas internas e as imposições externas; a permanência e recriação de profundas desigualdades regionais; o modo desigual e combinado de reprodução da força de trabalho; e a expansão capitalista desde o Brasil para o exterior. Finalmente a autora reflete sobre a forma como estes processos impactam a configuração do Estado burguês no Brasil nas últimas três décadas, nos marcos de sua ampliação seletiva, paralela à continuidade da utilização em larga escala da violência física e simbólica.

A publicação deste livro é parcialmente resultante da realização do IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Ditaduras e Democracias, ocorrido em agosto de 2013 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e promovido pelo Grupo de Pesquisa História e Poder, com apoio dos cursos de Graduação e Pós Graduação em História e da Direção do Campus de Marechal Cândido Rondon, com financiamento da CAPES e da Fundação Araucária. Uma versão preliminar dos textos que integram o livro foi apresentada nas conferências e mesas redondas do evento. O livro aqui apresentado, no entanto, avança muito além daquele estágio, incorporando diversas das questões propostas nas discussões que marcaram aquele Simpósio, mas sobretudo articulando-se concretamente em torno de um conjunto de reflexões teóricas e do debate a respeito das configurações e das democracias e ditaduras, sobretudo no Brasil. Busca constituir-se, portanto, como contribuição e esforço coletivo de reflexão sistemática e articulada para a interpretação de alguns dos processos que marcaram a história brasileira a partir de 1945.

Carla Luciana Silva

Gilberto Calil

Marcio Antônio Both da Silva

DITADURA, DEMOCRACIA E A QUESTÃO AGRÁRIA: 1946-1964

VAGNER JOSÉ MOREIRA¹

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais que se propuseram a enfrentar a questão agrária no Brasil com a luta pela terra e práticas sociais dissidentes foram marcados pela repressão e violência. Por mais paradoxal que possa transparecer, não limitamos nosso olhar para o período da ditadura empresarial-civil e militar, que ocorreu no Brasil entre os anos 1964-85.

Na história do tempo presente ou no período anterior a referida ditadura é possível identificar práticas autoritárias e repressoras aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo. A partir da nossa experiência de pesquisa² e com o diálogo com a produção historiográfica problematizamos noções e conceitos comumente utilizados na explicação histórica para os tempos em que a “democracia” é aludida como o regime político.

O objetivo é demonstrar como a questão agrária e os movimentos sociais foram e são tratados na sociedade brasileira como “caso de polícia”, pelo menos, desde o início do século XX³. Uma longa duração de práticas autoritárias e repressivas aos trabalhadores, forjando a tradição autoritária no Brasil no tratamento aos movimentos sociais de trabalhadores.

No tempo presente, ou desde o término da ditadura empresarial-civil e militar em março de 1985, estamos vivendo um período denominado de democracia.

¹ Professor na graduação e no mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, vinculado a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. E-mail: vagnermoreira@msn.com

² MOREIRA, Wagner José. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964*. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009. A tese foi publicada com modificação e atualização. Cf. MOREIRA, Wagner José. *O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista*. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2012.

³ Com algumas variações na formulação, a expressão “Questão social é caso de polícia” é atribuída ao ex-presidente brasileiro Washington Luís, que governou o Brasil de 1926 a 1930. Todavia, a criminalização cotidiana dos movimentos sociais de trabalhadores é antiga, como discute Karl Marx em *A assim chamada acumulação primitiva a Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para o rebaixamento dos salários*. Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 265. O processo histórico foi investigado por outros historiadores,

Contudo, temos vivenciado séries de ações autoritárias peculiares a regimes ditatoriais, que colocam em dúvidas se, de fato, vivemos em uma democracia. Ainda mais quando o autoritarismo e a repressão estão direcionados aos movimentos sociais de trabalhadores: sem-terra, quilombola, indígena, entre outros tantos sujeitos que ousam não se resignar.

E a repressão contínua aos movimentos sociais de luta pela terra é exemplar da limitação da noção de democracia nessa quadra histórica. A criminalização e a violência sofrida pelos trabalhadores e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ensejou a formulação do Manifesto em defesa da democracia e do MST em 2009:

O ódio das oligarquias rurais e urbanas não perde de vista um único dia, um desses novos instrumentos de organização e luta criados pelos trabalhadores brasileiros a partir de 1984: o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. E esse Movimento paga diariamente com suor e sangue – como ocorreu há pouco no Rio Grande do Sul, por sua ousadia de questionar um dos pilares da desigualdade social no Brasil: o monopólio da terra. O gesto de levantar sua bandeira numa ocupação traduz-se numa frase simples de entender e, por isso, intolerável aos ouvidos dos senhores da terra e do agrogócio. Um País, onde 1% da população tem a propriedade de 46% do território, defendida por cercas, agentes do Estado e matadores de aluguel, não podemos considerar uma República. Menos ainda, uma democracia⁴.

A produção do documento relaciona-se aos enfrentamentos e o acirramento da luta daquele momento, principalmente como resposta às ações de “investigação” da polícia militar e da Justiça, por meio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que colocou em suspeição e monitoramento policial e político as lideranças dos movimentos de luta pela reforma agrária. Mas também podemos à ação policial e política do governo do Estado de São Paulo em defesa da desocupação das terras griladas pela Cutrale, multinacional brasileira produtora de suco de laranja. As práticas de criminalização da luta pela reforma agrária também está

tais como Linebaugh; Rediker e Thompson, ampliando a historicidade da criminalização dos movimentos sociais, Cf. LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a histórica oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴ MANIFESTO Em defesa da democracia e do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8178>>. Acesso em: 02 out. 2009.

relacionado ao debate posto para a sociedade sobre a atualização do índice de produtividade rural, com a finalidade de definir se uma determinada área é passível ou não de reforma agrária, cuja última atualização data de 1975.

A partir dessa discussão que parte do presente, chamamos a atenção para a linha tênue entre aquilo que é definido como democracia e as práticas autoritárias e repressivas, que emanam do Estado e da sociedade, permeadas pela violência, não raro, extremada, levando a chacinas de trabalhadores.

A simples perscrutação da imprensa nos indica que as práticas autoritárias e coercitivas não estão restritas ao campo e está presente na cidade, por exemplo, na luta por moradia, como a desocupação de Pinheirinho, São Paulo, em janeiro de 2012, e outros tantos casos de desocupação, como ocorreu em Guaíra, Paraná, em maio de 2012. Convém lembrar o modo como ocorreram os deslocamentos e despejos de moradores nos entornos dos estádios de futebol construídos para a Copa do Mundo de 2014. E o autoritarismo e a repressão às manifestações de junho de 2013, movimentando-se contra a realização da Copa do Mundo 2014, principalmente nos dias dos jogos da Copa das Confederações. Ou ainda, a repressão política e policial aos movimentos sociais que marcaram a cena política e social no ano de 2013 – as manifestações de junho –, movidos pela indignação e a resistência da juventude, entre eles, do Movimento do Passe Livre, como ficou bem definido, que não se movimentavam apenas por causa do aumento das passagens do transporte coletivo e urbano para R\$ 3,20. E sim por direitos sociais diversos, como transporte público, moradia, educação, saúde, entre outros⁵.

Além dos movimentos sociais organizados a partir de demandas específicas e tradicionais, estamos presenciando há duas décadas, pelo menos, a organização de movimentos sociais anticapitalistas no Brasil, e em muitos outros países, que pressionam pela ampliação real da democracia – igualmente reprimidos⁶.

Em termos teórico-metodológicos, partir do presente e discutir a noção de democracia e o uso para qualificar o regime atual tem o objetivo expresso de indicar o quanto o conceito é limitado e historicamente determinado. Trata-se da “democracia capitalista” moldada hegemonicamente desde o século XIX na acepção liberal e/ou formal, como definiu Ellen Meiksins Wood. Para a historiadora, o ca-

⁵ Os temas referidos ainda carecem de pesquisa acadêmica, mas foram amplamente divulgados pela imprensa.

⁶ Cf. HARVEY, David. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012. WOOD, Ellen M. O que é (anti) capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 17, p. 37-50, 2006.

pitalismo expandiu suas fronteiras além da nação-Estado, mas não prescinde dos Estados locais para garantir as condições de acumulação, concentração do capital e o exercício da hegemonia. E para isso utiliza de todos os expedientes necessários para manter a ordem capitalista: intervenções militares, repressão, violência, entre outros⁷. Contudo, vivemos em um tempo que parte dos movimentos sociais propõe outra pauta e definição para democracia, que não coaduna com a perspectiva capitalista, apresentando-se como de oposição e anticapitalistas, muitos são socialistas.

AUTORITARISMOS, REPRESSÃO E QUESTÃO AGRÁRIA

O passado visto em perspectiva histórica, em particular o período de 1946 a 1964, construído pela historiografia como período de “redemocratização” constituiu-se em objeto de problematização e investigação historiográfica. O conceito de “redemocratização” foi formulado como contraponto ao Estado Novo, de 1937 a 1945, governado por Getúlio Vargas e gestão qualificada, verdadeiramente, como autoritária e ditatorial. No entanto, o conceito de “redemocratização” utilizado para o período após a Segunda Guerra no Brasil é inadequado ou anacrônico para a explicação do processo histórico realmente vivido⁸.

A pesquisa para o doutorado em História Social sobre o levante comunista de 1949 e os movimentos sociais de luta pela terra na região Noroeste do Estado de São Paulo levou-nos a concluir que nesse período a “democracia” não era para os trabalhadores e para o partido que mais se aproximava politicamente dos trabalhadores naquele momento – Partido Comunista do Brasil (PCB)⁹. E a noção de “redemocratização” constitui-se em construção histórica para afirmar uma determinada interpretação sobre o período de 1946-64 como também para o período anterior a 1930. Na verdade, constituem-se em marcos históricos para historiografia e definem o lugar social das pesquisas ulteriores para a interpretação do presente e do passado¹⁰.

⁷ WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

⁸ HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹ A sigla PCB identificou o Partido Comunista do Brasil de 1922 até agosto de 1961, quando o nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro. A sigla PCdoB passou a identificar o Partido Comunista do Brasil a partir de fevereiro de 1962. A conjuntura internacional, a partir de 1956, com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e as disputas em torno de projetos no interior do movimento comunista nacional devem ser consideradas para a compreensão desse processo de reorientação partidária e mudanças no interior do PCB e a criação do PCdoB.

¹⁰ Cf. CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. FENELON, Déa Ribeiro. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

Se em 1945 o PCB tornou-se legal, logo depois, em 1947, o PCB sofreu a cassação do registro partidário, a cassação de mandatos parlamentares pecebistas e de alguns membros do executivo comunistas. Esses fatos em si são suficientes para afirmarmos que não estamos falando de um período legitimamente democrático. Sem dúvida que para o período é possível se afirmar o contrário, todavia fundamentados na noção liberal de democracia, restrita a possibilidade de eleições em que apenas os partidos das classes dominantes poderiam participar. Evaristo Giovanetti Neto, que pesquisou a Constituinte de 1946, denominou o período como “democracia autoritária”¹¹. Para o historiador Pedro Estevam da Rocha Pomar¹², os militantes comunistas contemporâneos usaram a expressão “ditadura terrorista” para qualificar o “novo” regime. Pomar denomina o período como de “democracia intolerante”, diante da perseguição e da repressão aos militantes comunistas e a cassação do PCB, em que, segundo o autor, o “terrorismo de Estado” orientava a prática política dos governos:

No Brasil, o final da Segunda Guerra Mundial, a derrocada do Estado Novo e a destituição de Getúlio Vargas em outubro de 1945 abrem um período histórico impropriamente denominado “redemocratização”. A impropriedade da expressão reside, em primeiro lugar, na referência ao regime político vigente antes do Estado Novo: a rigor, havia quase nenhuma liberdade democrática na República Velha e mesmo nos primeiros anos da década de trinta, não havendo sentido, pois, em falar em retorno à democracia ou redemocratização¹³.

Não é por acaso que em agosto de 1949 inauguraram a Escola Superior de Guerra, baluarte da doutrina de segurança nacional no Brasil. E em 1953 a aprovação da “nova” Lei de Segurança Nacional, n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953 – substituindo o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938. De fato, após o Estado Novo ocorreu o aumento de movimentos sindicais, grevistas e de movimentos sociais no campo. Parte desses movimentos acreditava que era possível conquistar direitos trabalhistas e sociais. Àqueles eram tempos vividos com muitas expectativas, e

¹¹ GIOVANETTINETO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

¹² POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 19.

os trabalhadores forjaram práticas de lutas diversas, revigorando os sindicatos e fortalecendo o PCB. Diversos historiadores assemelharam a conjuntura após a Segunda Guerra Mundial ao final da década de 1970 e início da década de 1980 – quando sugeriram “novos” movimentos sociais e sindicais, ou “quando novos personagens entraram em cena”¹⁴.

Na pesquisa sobre a questão agrária no interior do Estado de São Paulo e as políticas do PCB para o campo, em particular, o levante comunista de 1949, o tema da repressão e criminalização aos movimentos sociais do período impeliu-nos a discutir a noção de “redemocratização”. A repressão ao movimento evitou a ocupação da cidade, um dos objetivos do levante, que envolveu sujeitos diversos do campo e da cidade, cuja pauta estava centralizada na luta contra o pagamento da renda da terra e na reforma agrária. A pesquisa teve como objeto a problematização do processo histórico e social de construção de memórias sobre o levante comunista ou revolução agrária, termo oriundo dos documentos do DOPS¹⁵ e no processo criminal¹⁶, que inquiriu mais de 40 trabalhadores. De fato, a revolução proletária e camponesa não estava posta seriamente pelo próprio PCB, e o Manifesto de Janeiro de 1948, ou Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista – de autoria atribuída a Luis Carlos Prestes¹⁷, objetivava orientar o partido e seus militantes – expressava o momento de radicalização do partido diante da cassação do registro do partido e dos mandatos parlamentares. Os manifestos de 1948 e de 1950 foram discutidos amplamente pela historiografia do PCB no período. Beatriz Ana Loner afirma que:

[...] de 1948 a 1951, aproximadamente, temos a fase de maior radicalização da linha política, cujo documento mais expressivo é o conhecido pelo nome

¹⁴ A frase é o título da obra de SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Para alguns historiadores que aproximaram os dois tempos, Cf. COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995. NEGRO, Antônio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História*, São Paulo, n. 21, p. 251-282, 2002.

¹⁵ Utilizo a sigla DOPS para *Departamento de Ordem Política e Social*, como órgão da *Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo*, como está impresso nos diversos documentos no período. O DOPS foi criado no Estado de São Paulo em 30 de dezembro de 1924. A sigla DEOPS, para “Departamento Estadual de Ordem Política e Social”, tornou-se usual a partir de 1975, alterando inúmeras vezes a sua denominação durante todo esse período. Geralmente, a Seção Política do DOPS era encarregada de investigar e reprimir as organizações políticas e a Seção Social encarregada de investigar e reprimir os movimentos sindicais e diversos movimentos sociais por direitos trabalhistas e sociais, para, assim, forjar uma suspeição generalizada e estigmatizada sobre diversos sujeitos e organizações e movimentos.

¹⁶ PROCESSO CRIMINAL, n. 140, de 23 de agosto de 1949, Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo.

¹⁷ PRESTES, Luís Carlos. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. *Problemas*, Rio de Janeiro, abr., n. 8, p. 18-42, 1948.

de “Manifesto de Agosto”. A partir de meados de 1951, esta proposta vai abrindo-se paulatinamente, mantendo-se até o IV Congresso do partido, em novembro de 1954. [...] É o “Manifesto de Janeiro” [de 1948], a primeira e imediata resposta do partido à extinção dos mandatos. Orientando-se pelo informe de Zhdanov, caracterizavam a situação nacional como de avanço da reação em todos os terrenos, possibilitado pela aliança entre latifúndio e imperialismo, com o apoio da grande burguesia bancária, comercial e industrial. Pretendem esclarecer as massas, para que lutem pela derrubada do governo e instauração de um governo nacional-popular. Deve-se lutar pela independência nacional, contra o imperialismo, em defesa das liberdades democráticas, do nível de vida das massas, da indústria nacional, etc.¹⁸

Contudo, o imaginário social em torno do projeto de uma revolução alimentava utopias, projetos e expectativas de muitos sujeitos e atravessava o social. É provável que parte da burguesia considerasse verossímil para àqueles tempos a revolução social no Brasil. Se a revolução era factível ou não a burguesia agrária e industrial mobilizava os aparatos policiais na repressão aos movimentos sociais.

Naquele ambiente socialmente compartilhado, do final da década de 1940 e nas duas décadas seguintes, os trabalhadores mobilizaram-se e organizaram-se em diversos movimentos sociais de luta contra a exploração e dominação vivida no campo e na cidade. O processo histórico vivido pelos trabalhadores estava relacionado a situações extremadas, envolvendo a pressão e exploração do latifúndio, a organização de movimentos diversos, a luta política partidária, a repressão política e policial do DOPS e a vida na clandestinidade. Entre as diversas lutas organizadas, a luta pela terra marcou um momento de politização da luta de classes.

A ação dos delegados e agentes do DOPS não se limitava a prisão dos implicados no levante comunista e reunião de evidências de responsabilidade para o inquérito policial. O objetivo do DOPS foi instruir o Judiciário criando e fundamentando a jurisprudência para criminalizar os movimentos sociais de trabalhadores na luta pela terra (ou na luta por direitos trabalhistas, sociais e políticos), como também de marcar uma posição política no ambiente social e político do período. O relatório policial objetivou relacionar o movimento de 1949 em Fernandópolis às “práticas criminosas” do “concerto internacional comunista” ou ao “perigo ver-

¹⁸ LONER, Beatriz A. *OPCB e a linha do “Manifesto de Agosto”*: um estudo. 1985. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p. 68, 87-88.

melhor”. Naquele momento, havia certa dúvida no meio jurídico sobre a pertinência do Decreto-Lei número 431, de 18 de maio de 1938, e posicionar fortemente nessa direção foi a orientação política do DOPS, representando os interesses da classe dos proprietários, enfim, da burguesia agrária¹⁹.

As práticas sociais de luta não estavam restritas ao levante comunista de 23 para 24 de junho de 1949. Em março daquele ano, o DOPS estava atento às denúncias dos latifundiários da região de Fernandópolis e para lá deslocou agentes do serviço secreto para averiguações. Com as diligências, prenderam e qualificaram Alvinho Silva, que também participou do levante comunista e de outros movimentos sociais na região Noroeste do Estado de São Paulo. O relatório policial produzido afirma o seguinte:

Devidamente escoltado, façam-vos apresentar Alvinho Silva, chefe comunista em Guarany D'Oeste, deste município [distrito de Fernandópolis] – o principal responsável pela agitação existente no meio rural daquela zona. Sua campanha é de aconselhar os arrendatários, digo, arrendatários e meeiros a não pagarem rendas, pois esta é a ordem de Prestes. Tal campanha feita com insistência no meio dos trabalhadores rurais vem fazendo prever consequências funestas, pois os proprietários se mostram alarmados e procuram, diariamente, esta Delegacia, para as providências necessárias. O Promotor Público da Comarca ainda não ofereceu denúncia em processo feito de acordo com o Decreto que define crimes solicitados a Procuradoria do Estado poderão trazer benefícios resultados, com a designação de promotor especial ou com orientação em circular dirigida a todos os promotores do Estado. Apresento a V. Ex.^a os meus protestos de admiração e estima. – Delegado de Polícia (a) Mario Ferraz Fahim [...] ²⁰.

Alvinho Silva, ao ser preso e inquirido, nega todas as acusações, nega a autoria intelectual das práticas de lutas e também nega que tenha recebido “ordens de Prestes”. Diante da polícia não era conveniente admitir qualquer coisa que pudes-

¹⁹ Cf. MOREIRA, Vagner. A criminalização dos movimentos sociais dos trabalhadores: o levante comunista de Fernandópolis/SP, 1949. In: BOSI, Antônio P; VARUSSA, Rinaldo J. (Orgs.). *Trabalho e Trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2011. E o segundo capítulo da obra MOREIRA, Vagner. *O levante comunista de 1949...*

²⁰ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Ofício ao DOSP, São Paulo – Interessado: ALVINHO SILVA: De Fernandópolis, - Assunto: Agitação comunista na zona de Fernandópolis. Data da distribuição: 11 de março de 1949. Delegado de Polícia Mario Ferraz Fahim. PRONTUÁRIO 91.037 – Alvinho Silva. DEOPS/SP, SAESP.

se comprometer e incriminá-lo. Porém, há dúvidas sobre a relação mecânica entre o movimento no meio rural para o não pagamento da renda e as “ordens de Prestes”. Não poderia ter se constituído uma estratégia da polícia relacionar as diversas lutas dos trabalhadores ao PCB e a Prestes com o objetivo de reprimir e criminalizar as lutas dos trabalhadores? A lógica que parecia instruir os delegados de polícia das Delegacias do Interior, como Fernandópolis, e os delegados do DOPS, pautava-se no silogismo entre movimentos sociais dos trabalhadores e o PCB e este ao comunismo internacional. Por outro lado, os trabalhadores rurais de Fernandópolis estavam pautando os problemas vividos e se colocando em movimento social e, por vezes, com a mediação do PCB. O periódico pecebista Terra Livre, em abril de 1950, publica uma convocação aos trabalhadores rurais para a luta, de autoria atribuída a Alvinho Silva e Nestor Vera:

NESTOR VERA e ALVINO SILVA dirigem-se aos camponeses colonos e camaradas de fazendas de café! O lucro dos fazendeiros é hoje 3 vezes maior que no ano passado, porque eles estão vendendo o café a um preço 3 vezes maior que antes. Enquanto os lucros dos fazendeiros aumentam dia a dia, a vida dos colonos e camaradas é cada vê peor (sic). Os contratos e os ordenados dos colonos e camaradas são os mesmos de quando a saca de café limpo custava 400 cruzeiros. Hoje uma saca de café já é vendida a 1.700 cruzeiros. Os contratos não melhoraram. Os ordenados não aumentaram. Pelo contrário, os ordenados baixaram, porque a carestia é maior. As exigências de mais serviço no café e aumento das multas; isso é que estão nos dando os fazendeiros. Por bem, os fazendeiros não melhoram os contratos nem aumentam os ordenados. Mas chegou a hora de obrigar os fazendeiros a pagar mais para os colonos e camaradas. Chegou a hora da colheita e os fazendeiros estão com pressa para colher o café. Chegou então a hora dos colonos e camaradas conseguirem suas melhorias. O único jeito para se conseguir isso é fazer greve. Não colher nem uma baga de café sem conseguir antes o aumento necessário. [...] Os colonos devem exigir também o pagamento das férias e dos domingos e feriados, conforme é de lei e os fazendeiros não pagam. [...] ²¹.

²¹ TERRA LIVRE, ano II, n. 13. São Paulo, 27 de abril de 1950, p. 1. Pela Comissão Organizadora da Associação Estadual dos Camponeses de São Paulo Nestor Vera, Alvinho Silva. OS 0041/Pastas Temáticas: Camponeses – Agitação Rural. DEOPS/SP, SAESP.

O processo histórico investigado evidenciou que a região Noroeste do Estado de São Paulo constituía-se em um ambiente social de luta de classes desde 1946, pelo menos. A partir desse ano é possível encontrar na documentação no DOPS e na Delegacia de Polícia de Fernandópolis diversos documentos sobre a movimentação dos trabalhadores em suas lutas e sobre a militância comunista.

A QUESTÃO AGRÁRIA E OS TRABALHADORES NA DEFESA DA DEMOCRACIA CONTRA O CAPITALISMO

A organização dos trabalhadores na região Noroeste do Estado de São Paulo inicia bem antes de junho de 1949 – evidências da exploração e da resistência. Em 22 de outubro de 1946, o delegado de polícia de Fernandópolis, Antonio Espinhel Castelo Branco, produziu um relatório policial para o inquérito policial instaurado contra Oswaldo Felisberto e José Ramos Filho. O primeiro trabalhador viveu uma trajetória envolvida na militância comunista desde, pelo menos, meados da década de 1940 até a década de 1960, tempo em que foi preso diversas vezes. A militância política de Felisberto chamou a atenção da polícia política e social, pois o seu prontuário no DOPS de São Paulo está recheado de diversos documentos. Nesse período Felisberto chegou a ser vereador no município de Fernandópolis com uma atuação destacada na organização dos trabalhadores e na defesa de princípios comunistas, como pode ser verificado nas atas da Câmara Municipal de Fernandópolis. Sobre José Ramos Filho não foi identificada nenhuma outra referência. O documento citado abaixo está disponível no prontuário de Felisberto no DOPS, acervo DEOPS, no Arquivo do Estado de São Paulo:

Relatório. De acordo com o determinado pelo despacho de folhas., esta Delegacia prosseguiu o presente inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Social, do que apurou esta Delegacia e que constam dos presentes autos, os indiciados José Ramos Filho e Oswaldo Felisberto, são os responsáveis pela distribuição nesse município dos boletins subversivos “Contra o Vale e o Barracão”, dos quaes (sic) existem dois exemplares constantes de fls. 4 e 5, nesses autos. Esses boletins vieram por via postal, procedentes da Capital do Estado, do partido comunista da citada Capital, dirigidos ao partido comunista local. Os indiciados são membros nesse partido, donde se vê que a distribuição desses boletins importa em responsabilidade desse mesmo partido comunista, mesmo porque esses boletins, como ficou dito e

estabelecido está nesses autos pelas declarações do comunista Jerosino Pereira, esses boletins vieram do partido comunista da Capital do Estado. Fernandópolis, 22 de outubro de 1946. Delegado de Polícia (a) Antonio Espinhal Castelo Branco²².

A prática social comum na militância política de distribuição de boletins constituiu em crime político em 1946. A ação do DOPS no interior do Estado de São Paulo, em momento anterior a cassação do PCB ocorrida em 7 de maio de 1947, evidenciou a repressão e o processo de criminalização policial e política aos movimentos sociais de trabalhadores. Certamente, o ambiente político e social assumiu esses contornos de acirramento diante da Guerra Fria. Contudo, em períodos anteriores, os movimentos sociais de trabalhadores foram sempre tratados como “caso de polícia”. O relatório intenta criminalizar Oswaldo Felisberto por distribuir panfletos no ambiente rural de Fernandópolis, evidência da sua militância política já naquele ano e de seu posicionamento político.

Até meados do século XX, a polícia e o Judiciário estavam seguindo uma política ordenadora de processos sociais, fundamentada no Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938. Todavia, parece que as pressões dos movimentos sociais e as disputas jurídicas expuseram as contradições da legislação e obrigaram a instituir uma nova lei de segurança nacional em 1953 – Lei de Segurança Nacional, Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Nas declarações para o inquérito policial do arrendatário de terras José Ramos Filho, Oswaldo Felisberto é identificado como um dos principais representantes da Liga Camponesa de Fernandópolis e informou que recebeu o boletim *Contra o Vale e Barracão* de Felisberto. O boletim *Contra o vale e o barracão*²³ parece ter sido distribuído em Fernandópolis e em toda região. O boletim, textualmente, informa que:

O vale é um roubo. Tudo no “Barracão” é mais caro e mais ordinário. O contrato de arrendamento obriga a entregar ao patrão quasi (sic) tudo o que possuimos. Trabalha-se o ano inteiro, de sol a sol, mas a vida é cada vez pior. A

²² Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

²³ O boletim *Contra o vale e o Barracão* e o convocação à organização da liga camponesa em Fernandópolis preocupou a direção do DOPS do Estado de São Paulo, pois os documentos referentes a Oswaldo Felisberto e José Ramos Filho documentaram o prontuário nomeado como “Liga Camponesa”, organizado pelo DOPS. PRONTUÁRIO 73.257 – Liga Camponesa. DEOPS/SP, SAESP.

fome dos filhos e da mulher cresce e as doenças aumentam. Não temos médicos e os remédios são cada dia mais caros. Tudo isso porque a terra não nos pertence. Precisamos conseguir um contrato melhor com os patrões. Não podemos continuar a entregar da terra tudo o que tiramos. Lutemos contra tanta miséria, contra tanta exploração, contra as brutalidades policiais, contra as perseguições e injustiças. Para isso precisamos unir nossas forças. Vamos, juntos, organizar uma LIGA CAMPONESA. Assim organizados, havemos de vencer!²⁴

O boletim descreve os modos de trabalhar e de exploração dos trabalhadores rurais por meio do vale, do barracão, dos contratos de arrendamento de terra, a carência e a privação simbolizadas no termo “fome”, assim como as péssimas condições de saúde e a carestia dos remédios. A realidade vivida no campo constituía em objeto das práticas políticas dos militantes comunistas. Nas memórias de Irineu Luís de Moraes sobre sua militância política, atuando nas fazendas da região de São José do Rio Preto, Noroeste do Estado de São Paulo, no início da década de 1950, afirma que, diante da complexidade da composição e de interesses dos trabalhadores rurais, a proposta de reforma agrária sempre era mais receptiva aos arrendatários de terra. Irineu afirma:

Com os arrendatários podia-se entrar direto na discussão sobre reforma agrária. Eles aceitavam porque estavam arrendando três alqueires de terra do fazendeiro pelo olho da cara. Nesses três alqueires eles trabalhavam, se molhavam de suor, passavam fome para colher um arrozinho, feijão ou milho e com isso pagar o arrendamento da terra do fazendeiro e sair com a mão abanando. Se alguém falasse em reforma agrária, eles seriam capazes de sair correndo e tomar a terra do fazendeiro violentamente. Eles aceitavam a ideia como também aceitavam o pequeno sitiante, o pequeno proprietário²⁵.

É provável que Irineu exagerasse ao avaliar o estado de ânimo dos trabalhadores rurais arrendatários de terra na região, porém, é certo que muitos se envol-

²⁴ BOLETIM Contra o Vale e o Barracão. PRONTUÁRIO 6585 – Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, DEOPS/SP, SAESP.

²⁵ WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 153.

veram em movimentos sociais de luta pela terra ou contra o pagamento da renda da terra.

Muitas famílias de trabalhadores deslocavam-se para a região Noroeste paulista, naquele período, porém sem conseguir o acesso a terra, mesmo que fosse por meio da compra parcelada motivada pela publicidade em torno da facilidade da aquisição da terra formulada por particulares ou “empresas colonizadoras”. Esses trabalhadores tornavam-se “agregados nas fazendas”, arrendatários, parceiros ou posseiros.

Sobre as relações de trabalho no Noroeste Paulista, o historiador Natal Biscaro Neto, em entrevista com um administrador de fazenda, Ozório Marçal Guimarães, afirma nas fazendas os:

[...] ranchos eram abrigos para aqueles que não tiveram acesso a terra, que se obrigavam ao trabalho de diaristas no campo, [...] se tornaram agregados no campo, quando se mudavam de um local para outro, [ou] eram expulsos da propriedade, [...] revela Ozório Marçal Guimarães: “Quando não dava certo da pessoa ficar na propriedade, eu pegava somente as telhas do rancho e o arame que por acaso a pessoa tivesse, pois a madeira usada já era da fazenda. Ninguém podia alegar ignorância, pois tudo estava escrito em contratos [...]”. Pelo contrato de agregação, o trabalhador rural se submetia aos fazendeiros ou sitiantes com os quais mantinha relação de trabalho e, em primeiro plano, reconhecia não ter direitos sobre a terra, reconhecendo-a como de seu patrão. “Eles chegavam e eu os garantia no comércio, fazendo suas compras por ano ou semestralmente. Eu mandava uma ordem por escrito e os empregados ou agregados iam fazer as compras, mas eu é quem pagava, depois acertava com os agregados, recebendo em arroz ou milho. Os bons arrendatários, eu segurava na fazenda reformando seus contratos. Os ruins eu botava para fora e, quando não queriam sair, eu os avisava do perigo de 'amarelarem os pés' ou 'amanhecerem com a boca cheia de formiga’”²⁶.

O boletim *Contra o vale e o Barracão*, distribuídos por Oswaldo Felisberto, expressa uma postura política diante dessa realidade no campo, uma vez que conclama os trabalhadores para luta pela transformação das relações sociais no cam-

²⁶ BISCARO NETO, Natal. *Memória e cultura na história da Frente Pioneira (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50)*. 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 54-55. (Grifos do autor)

po, contra as injustiças e contra truculência policial. Oswaldo Felisberto e José Ramos Filho foram processados e fichados no DOPS pela distribuição desse panfleto.

A autoria desse material pode ser atribuída à direção estadual do PCB, embora o panfleto tenha sido usado como documento de prova em prontuários de trabalhadores na região de Fernandópolis e da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, como evidencia a convocação para a organização da liga camponesa. Diante da impossibilidade legal da constituição de “sindicatos de trabalhadores do campo” a alternativa encontrada foi a organização de ligas camponesas. O prontuário do Partido Comunista Brasileiro, organizado pelo DOPS, no Estado de São Paulo, foi documentado com os Estatutos da Liga Camponesa (Projeto de Estatuto). Textualmente, o documento informa que:

[...] lutará pela melhoria das condições de vida da massa camponesa e pela elevação de seu nível educativo. Se baterá junto as autoridades, Municipais, Estaduais e Federais, pela abertura de escolas de alfabetização e cursos de especialização da mão de obra da lavoura. Se baterá pela melhoria e construções de casas de moradia para os que trabalham na terra. Se baterá pela formação de cooperativas de produção e de consumo, para poder fornecer os gêneros de primeira necessidade aos que trabalham na terra, diretamente, eliminando dessa forma o sistema de “ordem da fazenda”. Se baterá pela conservação das estradas existentes e pela abertura de novas estradas. Se baterá junto as autoridades competentes, afim de que seja solucionado o problema de transporte para os menores que frequentam a escola, fora do local da residência. Se baterá pela criação (sic) de ambulatórios, para aplicação de soros e vacinas. [...] ²⁷.

Logo após o projeto de estatuto das ligas camponesas ao prontuário do PCB no acervo do DOPS foi juntada como documento também a carta aos “companheiros”, orientando-os:

ATENÇÃO: Esclarecemos, aos companheiros que os Estatutos para formação de ligas camponesas, vocês poderão adequá-los as condições locais, porém, devem ser sociedades nas quais só poderão ser associados, os traba-

²⁷ PRONTUÁRIO 2431, v. 14 – Partido Comunista Brasileiro, DEOPS/SP, SAESP.

lhadores do campo que sejam meeiros, terceiros, sitiantes, arrendatários, pequenos e médios sitiantes, isto porque, como a lei de sindicalização que enviámos uma cópia a vocês não permite a formação de Associações profissionais dos trabalhadores rurais, até que essa lei não seja regulamentada. Por esse motivo, para todos os assalariados agrícolas, os quais seus interesses são diferentes daqueles acima mencionados, que são os meeiros, terceiros, sitiantes, arrendatários e pequenos e médios sitiantes, estamos estudando uma forma de estatutos para essa categoria, isto é, dos assalariados, e assim que estejam prontos os enviaremos. [...] ²⁸.

A política de organização dos trabalhadores rurais em ligas camponesas ou em associações de camponeses constituía a forma de organização definida pelo PCB paulista a partir de 1946, uma vez que pela legislação do período a organização de sindicatos de trabalhadores rurais não era possível no campo.

A historiografia sobre as ligas camponesas, até o final da década de 1990, privilegiou essas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro, nas décadas de 1950-60, talvez pela visibilidade política que aqueles movimentos tenham conquistado em sua contemporaneidade. A obra de Edgar Carone parece fundar essa perspectiva historiográfica:

Outra problemática, que surge tardiamente no processo brasileiro, é a que resulta da maior consciência de classe, e que se traduz também no conflito pela posse da terra: é a dos que trabalham contra os que a possuem. Os primeiros movimentos são os das Ligas Camponesas no Nordeste, que surgem na década de 1950 ²⁹.

As diversas experiências de associações de classe, institucionalizadas ou não, nomeadas no interior do PCB como ligas camponesas, foram pouco investigadas, sobretudo essas experiências no interior do Estado de São Paulo, no decorrer da década de 1940-50.

²⁸ SECRETARIA SINDICAL, 23 de janeiro de 1946. Prontuário 2431, 14° vol. – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. DEOPS/SP, DAESP.

²⁹ CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964): documentos*. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1980. p. 300. Embora não constitua objeto desse artigo, o debate sobre as ligas camponesas é relevante, Cf. RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas*. 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2000. MOREIRA, Vagner José. *O levante comunista de 1949...* WELCH, C. A. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

A conclusão que chegamos é que a questão agrária no Brasil, em particular no Estado de São Paulo, foi objeto de preocupação do DOPS, não apenas no período do Estado Novo, de 1937-45, ou da Ditadura Civil e Militar de 1964-85, comprometendo as noções de democracia e de redemocratização para qualificar o período de 1946-64.

A criminalização dos movimentos sociais no campo, a repressão violenta à luta pela reforma agrária, a concentração fundiária crescente, evidenciada nos dados Censo do IBGE de 2006, a miséria vivida diariamente, a lógica do mercado e do agronegócio, a desregulamentação e desrespeito para com os direitos dos trabalhadores, bem como a intensificação de relações de trabalho marcadas pela exploração, são fatores que pressionam o olhar em perspectiva histórica sobre o passado. Assim, avaliamos que pouco mudou nessas últimas décadas e, em muitas circunstâncias, tem até piorado. A continuidade tem sido a marca desse processo histórico.

Ao cabo, no entremeio desse processo histórico, há continuidades de práticas políticas autoritárias e repressivas, com termos e conceitos historicamente construídos para ocultar o autoritarismo e a repressão aos movimentos sociais de trabalhadores.

OS TRABALHADORES E SUA VISIBILIDADE NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA: AS GREVES DE 1946 E O IMEDIATO PÓS-ESTADO NOVO

CLARICE GONTARSKI SPERANZA¹

Quando elaborava minha tese de doutorado, sobre os mineiros de carvão do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950², um acontecimento em especial chamou a minha atenção (entre os tantos episódios dramáticos com os quais me defrontei vasculhando processos trabalhistas, jornais e memórias de militantes): a greve de 1946. Iniciada em 31 de janeiro e encerrada somente 36 dias depois, no início de março, o movimento teve adesão praticamente total entre os mais de 7 mil trabalhadores das minas de carvão das vilas de Butiá e Arroio dos Ratos, à época líderes da produção nacional do minério.

Não bastasse a sua longa duração, suficiente para calar fundo no cotidiano da população à época, provocando racionamento de energia e deixando a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, às escuras, era um protesto inserido num contexto nacional de paralisações do trabalho diretamente relacionadas ao início do governo Eurico Gaspar Dutra, no final do Estado Novo. Um dos meus informantes de pesquisa, mineiro aposentado³, fez questão de mencionar, com orgulho, que a greve havia começado justamente no dia da posse de Dutra.

Mas o movimento dos mineiros de carvão era apenas um dos que

¹ Doutora em História. Professora do PPG em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), RS. Bolsista de pós-doutorado CAPES/Fapergs.

² *Cavando direitos* – As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50, defendida no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2012, com orientação do professor Benito Bisso Schmidt e auxílio de bolsa Capes.

³ Juarez Adão Lima, entrevistado pela autora, em 4 de dezembro de 2008. Lima, nascido em 13 de dezembro de 1934, foi filho e neto de mineiros de Arroio dos Ratos, técnico eletricista do Concessionária Administradora da Empresa de Mineração (CADEM), tendo trabalhado em Arroio dos Ratos e em Charqueadas. Ligado ao PTB e posteriormente ao PDT, foi vereador (1965-1968, 1973-1982) e prefeito de Arroio dos Ratos (1998-2001). Casado com Lourdes Lima (que também foi vereadora em Arroio dos Ratos, de 1983 a 1992) teve duas filhas. Faleceu em abril de 2010.

⁴ PAOLI, Maria Célia. *Labor, Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado em História, Birbeck College, University of London, 1988 e FRENCH, John. *O ABC dos operários – Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Hucitec, 1995. Marcelo Badaró Mattos fala em 60 greves em *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 50.

integravam a “onda” de greves ocorridas entre janeiro e março de 1946, justamente nas primeiras semanas de mandato do primeiro presidente escolhido pelo voto desde as eleições que levaram à Revolução de 1930. Em apenas dois meses, ocorreram no país cerca de 80 paralisações do trabalho⁴ afetando bancários, metalúrgicos, ferroviários e outras categorias. As manifestações coincidiam com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em fevereiro (coincidentemente uma das principais reivindicações das manifestações que haviam marcado o conturbado ano anterior, 1945).

É curioso que grandes obras de síntese da História do Brasil tenham se detido relativamente pouco nessas paralisações, haja vista a quantidade de operários e de ofícios que se mobilizaram, além da duração das greves, de sua repercussão na sociedade e de sua importância naquele momento político. Este artigo se origina da curiosidade acerca do contraste entre o impacto destes movimentos, à época, e a sua quase invisibilidade na História Oficial do país.

Ele parte, portanto, da hipótese de que a análise das greves de 1946 pode nos ajudar a compreender as transformações pelas quais passaram os trabalhadores e a política na transição dos anos 40, e em especial, sua atuação nos anos seguintes. Para isso, examino primeiramente os contornos gerais do acontecimento e como aparece em algumas obras de síntese histórica importantes do país. Depois, proponho um ensaio de interpretação a respeito do fenômeno, buscando ao final, relacioná-lo com o presente. Dado os limites do artigo, porém, não tenho a pretensão de esgotar as possibilidades de análise desses acontecimentos; a intenção é muito mais demonstrar sua importância para a compreensão do contexto político da época.

AS GREVES DE 1946 E A HISTÓRIA

A despeito de seu grande número, e de seu impacto no dia a dia daquele Brasil mal saído do Estado Novo, as paralisações do verão de 1946 não foram planejadas antecipadamente nem tinham uma coordenação centralizada. De fato, a maior parte das greves que ocorreram entre meados de janeiro e março foram regionais ou municipais, ou até relativas a uma empresa isolada – com exceção da greve dos bancários, de caráter nacional.

Em relação a estes, cerca de 40 mil bancários cruzaram os braços a 24 de janeiro, e só encerraram sua greve 19 dias depois, paralisando todo o sistema financeiro nacional. O movimento seguia-se a meses de negociação nos quais uma Comissão Paritária (trabalhadores, patrões, Estado) discutiu, sem chegar a um acordo, reivindicações como aumento salarial e plano de carreira para a categoria.

À princípio com a participação dos trabalhadores das capitais de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, expandiu-se posteriormente para todo país, sendo considerada a primeira greve nacional ocorrida no Brasil. Houve grande representatividade em termos de instituições paradas, sendo muito reduzido o número de agências que conseguiu funcionar⁵.

Fora os bancários, diversas outras categorias entraram em greve. Apenas em São Paulo, calcula-se que cerca de 100 mil operários pararam de trabalhar, entre metalúrgicos, ferroviários, trabalhadores têxteis, portuários, e outras categorias, reivindicando especialmente aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Muitas greves surgiram à margem dos sindicatos, a partir de comissões de fábrica ou outras associações. Como salientou Ricardo Maranhão⁶, elas tinham caráter “espontâneo”, não sendo parte de um planejamento organizado anterior dos sindicatos ou de partidos. Sua origem era a base dos trabalhadores, as fábricas, os operários.

Foi o caso dos mineiros de carvão da região de Arroio dos Ratos e Butiá, no Rio Grande do Sul. No entanto, apesar desta greve não ter partido da iniciativa do sindicato dos trabalhadores, este se posicionou em apoio à categoria⁷. A greve dos mineiros provocou a cessação quase completa do abastecimento de energia elétrica no estado, além da suspensão do serviço de bondes e iluminação de residências, o fechamento de escolas, cinemas e outros serviços em Porto Alegre durante vários dias. Em meados de fevereiro de 1946, o principal jornal do Rio Grande do Sul assim descreveu a paralisação quase completa da capital do estado em face da greve dos mineiros da região carbonífera:

Durante o dia de ontem foi visível o traumatismo de todas as atividades normais. Enquanto as indústrias, paralisadas por falta de força, dispensavam todo o seu operariado, o comércio tinha reduzido em quase 70% o seu movimento de vendas. A cidade apresentava aspecto fora do normal, lembrando, de certo modo, os dias de triste memória da grande enchente de 1941. Quando caiu a noite, a falta de eletricidade fez-se sentir fortemente. E ontem, já não aconteceu haver luz em certas zonas e escuridão em outras. Tendo tempo disponível para organizar devidamente o racionamento, o pessoal da Energia passou o dia a cortar ligações, e,

⁵ Sobre a greve nacional dos bancários, ver MATTOS, Marcelo Badaró (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003, p. 100-108; e COSTA, Hélio da. *Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)*. In: FORTES, Alexandre e outros (orgs). *Na luta por direitos – Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 87-121.

⁶ MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 43.

⁷ O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Minas de Carvão, Argemiro Dorneles, enviou vários telegramas públicos ao ministro do trabalho. Ver, por exemplo, PROPOSTA DO MINISTRO do Trabalho aos mineiros: volta ao trabalho, com a vinda imediata de uma comissão de estudos para solucionar as reivindicações da classe. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/02/46, p. 16.

assim, quando o sol sumiu, houve luz para quem, de fato, necessitava. Fecharam os cinemas; os cafés, bares e restaurantes funcionaram com iluminação à vela ou a lâmpões, e o povo, sem luz em casa, veio para as ruas, enchendo os logradouros públicos de uma animação inusitada. O espetáculo foi, sem dúvida, pitoresco, e seria até divertido de apreciar, não fora a indisfarçável inquietação de todos pelas consequências que poderão advir da continuação deste estado de coisas⁸.

A greve dos mineiros motivou ainda a intervenção militar na região das minas do Rio Grande do Sul e atraiu inclusive a atenção da embaixada norte-americana no Brasil. O adido trabalhista da embaixada elaborou um relatório de 26 páginas sobre o movimento, no qual sustentava que as greves de 1946 refletiam tanto as pressões econômicas sobre os operários brasileiros quanto à “inadequação, ou ao menos, a falta de confiança dos trabalhadores no sistema brasileiro de Justiça do Trabalho”, além de representar uma “falta de confiança no governo de parte dos trabalhadores e de suas lideranças”⁹, ou seja, expressava uma crítica ao sistema de proteção e controle do trabalho implantado no governo Vargas.

É importante notar que, em todo o Brasil, apesar das greves ocorrerem em empresas privadas, a administração Dutra interviu fortemente e em alguns casos, chegou a tomar a si a negociação com os grevistas. Ou melhor: a recusa de negociação, já que a palavra de ordem era ser intransigente quanto à volta ao trabalho. As reivindicações econômicas das diversas categorias eram alavancadas pela inflação, a escassez de produtos e a diminuição do poder de compra do salário mínimo, problemas que fermentaram em especial durante a II Guerra Mundial, quando boa parte dos direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, (como a limitação do horário de trabalho) foram suspensos.

Mas havia demandas mais prosaicas e paradoxais num país que se orgulhava de ter, àquela altura “uma das legislações sociais mais avançadas do mundo”: refeitório, água potável no local de trabalho, limpeza dos banheiros das fábricas. Ao final, boa parte dos movimentos obteve resultados apenas parcialmente favoráveis aos trabalhadores. A garantia de não demissão dos grevistas, presente em diversos acordos que encerraram greves, não foi respeitada por todas as empresas.

No entanto, apesar de seu impacto à época, as greves de 1946 são

⁸ CONTINUA O SEVERO racionamento da força e luz nesta capital, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/02/46, p. 16.

⁹ ROWELL, Edward J. *Rio Grande do Sul Coal Strike*. American Embassy, Rio de Janeiro, Brasil, 21/03/46. U.S. National Archives.

completamente ignoradas ou recebem apenas alusões rápidas e transversais em diversos clássicos de síntese da História do Brasil. Um exemplo é a História Geral da Civilização Brasileira. No Tomo III, volume 10 (O Brasil Republicano - Sociedade e Política 1930-1964), os movimentos grevistas que pararam o país não merecem mais que duas frases do capítulo Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964), escrito por Leôncio Martins Rodrigues:

Durante o ano de 1946, aumentou o número de greves e ocorreu uma maior mobilização de parte dos próprios trabalhadores. Porém, esta ampliação da movimentação operária, caracterizada pela ocorrência de greves espontâneas por melhorias salariais não chegou a abalar a estrutura sindical consolidada durante o Estado Novo¹⁰.

É curioso que o próprio autor ressalte em nota de rodapé, na mesma página, levantamento de Ricardo Maranhão contabilizando mais de 120 greves em todo o ano de 1946, metade delas ocorrida em São Paulo nos dois primeiros meses do ano (sendo que em 1947, não teriam ocorrido mais que 17).

Em *História do Brasil*, de Boris Fausto, as greves mal aparecem, merecendo somente uma referência enviesada quando o autor aborda a edição do Decreto-lei 9.070, sobre o direito de greve, em março de 1946 (ou seja, na esteira dos dois meses de paralisações intensas). O autor apenas refere que o decreto foi editado “em um período em que as greves ganhavam ímpeto, enquanto os comunistas passavam gradativamente a apoiá-las”. Em outros livros, entre eles o clássico Formação Histórica do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, ou obras mais recentes¹¹ não há qualquer alusão aos movimentos grevistas de 1946.

AS GREVES DE 1946 E SEUS SIGNIFICADOS POLÍTICOS

Como interpretar os movimentos grevistas de 1946? Para tentar responder a essa pergunta, é importante ponderar algumas questões. A primeira delas é que, apesar das reivindicações dos movimentos de 1946 serem predominantemente econômicas, regionais ou locais, sem uma direção política unificada, não há como compreendê-los fora do contexto político da época, em especial do paradoxal processo de redemocratização que deu fim ao Estado Novo.

As greves de 1946 coincidiram com a realização de um debate político e

¹⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: GOMES, Angela de Castro *et al.* *História da Civilização Brasileira*; t. 3; v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 638.

¹¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2000; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *O Livro de Ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001; AQUINO, Rubim Santos Leão de [et al]. *Sociedade brasileira – uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

institucional fundamental no país. Um dos pontos mais importantes desse debate foi justamente o direito de greve (proibida pela Constituição de 1937), além da manutenção da legislação e da Justiça trabalhistas, e sobre a conservação ou não do projeto corporativista do governo Vargas. Um indício claro da forte influência desses movimentos sobre as ações e decisões do governo Dutra foi justamente a edição do Decreto 9.070, regulamentando as greves em termos muito restritivos. Esse decreto foi assinado por Dutra em setembro, dias antes da promulgação da Constituição de 1946, que reconheceu o direito de greve.

É possível supor que a irrupção das greves no início de mandato de Dutra, numa espécie de “batismo de fogo”, tenha influenciado as atitudes repressivas posteriores durante o seu governo, como as diversas intervenções em sindicatos e a repressão ao PCB em 1947. Alguns autores ressaltam, por sua vez, a ousadia que caracterizou a ação de um número expressivo de operários antes das paralisações, encaminhando suas solicitações às gerências e recusando-se a aceitar evasivas protelatórias. “Eles não atuavam tanto por ódio ou desespero, quanto a partir de sentimentos de esperança”, avaliou John French (citando tese de Joel Wolfe)¹².

Tais “sentimentos” parecem ter tido origem mais imediata em 1945 (sem descartar, é evidente, ecos das organizações e lutas anteriores da classe trabalhadora brasileira, que remontam ao século XIX). Não apenas as greves, mas as mobilizações ocorridas no último ano do Estado Novo teriam criado nos operários a perspectiva de que poderiam tomar a si o curso de suas vidas. Além disso, cabe lembrar que a intensa propaganda governamental durante a ditadura teve como um de seus pilares a valorização da figura do trabalhador brasileiro (num estereótipo que privilegiava qualidades como o esforço, a obediência, a ordem, mas que podia ser reapropriado pelos trabalhadores de outras formas).

Cerca de um ano antes das greves de 1946, já havia ocorrido outra “onda” de paralisações (porém de menores proporções). Os movimentos de 1945 não haviam contado com o apoio oficial da cúpula do PCB, às voltas com seu retorno à legalidade e com uma aproximação a Vargas visando à realização de uma Assembleia Constituinte. No entanto, a repressão durante o Estado Novo havia obrigado os comunistas a concentrar suas forças na organização das fábricas e no trabalho de base, o que acabou originando uma tensão com a cúpula partidária¹³.

A estrutura de “células de base” gerou no Partido, avalia Fortes, “grande margem de autonomia na definição de sua atuação sindical”, fazendo com que os

¹² FRENCH, J. *O ABC*, p. 158.

¹³ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2004, p. 30.

¹⁴ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educus/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004, p. 342-343.

militantes comunistas reelaborassem as orientações partidárias “a partir da sua experiência como operários”¹⁴. Em fins de abril de 1945, o PCB organizaria o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), entidade intersindical de nível nacional, que pregava em seu manifesto de criação, entre outros pontos, a defesa do direito de greve (apenas quando esgotados os meios pacíficos de negociação e quando os patrões se mostrassem intransigentes, porém)¹⁵.

Conforme Mattos, no início de 1946 os comunistas viviam o dilema de obedecer às orientações de sua direção partidária (no sentido de contenção das greves, para viabilizar a transição democrática) ou atender às pressões das bases sindicais. Boa parte, senão a maioria, optou pela segunda alternativa¹⁶. De fato, lideranças do MUT foram decisivas em diversos dos movimentos grevistas do início do governo Dutra.

O ano de 1945 foi, evidentemente, um período decisivo, um momento em que várias forças políticas se recombinaaram e no qual o trabalhador brasileiro surge como força política através de uma série de manifestações. A ebulição política se inicia já em fevereiro, com o estabelecimento de eleições presidenciais e a suspensão da censura à imprensa (mesmo mês no qual vem a público as reuniões secretas de oposição a Getúlio Vargas protagonizadas por integrantes do primeiro escalão das Forças Armadas). Em abril, Vargas assinaria o decreto de anistia, libertando presos políticos, entre eles o então Luís Carlos Prestes, líder do PCB, que havia sido encarcerado com sua mulher Olga (posteriormente deportada, grávida, para um campo de concentração nazista).

A aproximação do ditador com a esquerda e a busca de apoio político entre os trabalhadores se evidencia nos discursos de Vargas daquele ano, no qual seguidas vezes apela aos operários industriais e aos trabalhadores urbanos para que ingressassem no campo da política em defesa de seus próprios interesses. Em questão de semanas, o país vê nascer e crescer a curiosa (aos olhos de hoje) campanha do “queremismo”. Getulistas e comunistas reivindicam conjuntamente a permanência do ditador no poder (anseio principal dos primeiros) e a eleição de uma Assembleia Constituinte (reivindicação primeira dos segundos).

O que chama atenção não são tanto essas articulações políticas de cúpula, mas sim o comportamento dos trabalhadores brasileiros, e seu aparente apoio ao governante que havia imposto um regime ditatorial agora agonizante. Tal adesão se consubstancia no apoio à bandeira do queremismo, mobilização que conseguiu

¹⁴ KONRAD, Glauca. *Os trabalhadores e o estado novo no rio grande do sul: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2006, p. 320-321.

¹⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores...*, op. cit, p. 50

reunir milhares de pessoas em comícios por todo o país (em especial São Paulo e Rio de Janeiro).

Tal movimento não impediu a queda de Getúlio, em outubro de 1945, mas foi decisivo na encampação pelas elites da bandeira da Assembleia Constituinte, bem como influenciou decisivamente nas eleições que deram vitória a Dutra. Basta lembrar que Dutra – que avalizou a queda de Vargas, em fins de outubro – precisou fazer um acordo público com o PTB um mês depois, assegurando a manutenção da legislação trabalhista em troca do apoio do ex-presidente a seu nome, o que só ocorreu em 27 de novembro, cinco dias antes da eleição. Dutra elegeu-se com 55% dos votos contra 35% de Eduardo Gomes, num pleito marcado especialmente pela surpreendente votação do candidato do PCB, o desconhecido Yedo Fiúza, com 10% da votação. Além disso, Vargas elegeu-se senador por São Paulo e Rio Grande do Sul, e deputado federal por nove estados. Prestes foi eleito como senador pelo Distrito Federal e deputado federal por três estados.

Assim, como muitos já apontaram, é decididamente o trabalhador urbano o grande personagem político que surge nesse momento de intenso crescimento industrial do país, ainda mais alavancado pela guerra. Personagem visível nas manifestações de rua, no apoio ao PCB, a Prestes, a Vargas, nas greves, nas eleições. Apoio a forças políticas que se unem e que se afastam, que incentivam a participação operária na política, mas que parecem não conseguir se apossar completamente da força que dela emana.

As greves de 1946 podem ser vistas como o momento em que o trabalhador toma a si a luta por seus próprios interesses. Interesses econômicos, locais ou regionalizados, mas seus próprios interesses. Esta “fome” de ação, esta urgência de luta, não respeita sequer as suas próprias organizações de classe, condenadas a ir a reboque das paralisações ou delas discordar, sob pena de distanciarem-se das bases.

Talvez tenha sido justamente a efemeridade dos movimentos, e sua falta de coordenação nacional, seguida pela reação posterior (e bem mais duradoura) de repressão no governo Dutra, que tenha minimizado a importância das greves de 1946 aos olhos de muitos historiadores. A falta de visibilidade do movimento em diversas sínteses históricas aponta para uma dificuldade de compreensão dos movimentos, localizados, autônomos e motivados economicamente, porém relacionados diretamente às mudanças políticas ocorridas em 1945. Não há “massa de manobra” aqui, a análise não permite um olhar do alto: é preciso ver o que motiva e o que une os “de baixo”.

As greves de 1946 podem ser interpretadas como um vislumbre de um

trabalhador que, mais que um peso político, era sujeito de uma ação política determinante para a sociedade na qual estava inserido. Ação autônoma, reativa, mas também ativa, baseada em seus próprios interesses.

A historiografia das últimas décadas mostrou que explicações do tipo “manipulação das massas” são insuficientes porque incapazes de compreender essa enorme força política e eleitoral que surge publicamente, imersa em suas próprias contradições, mas vivenciando, naquele presente, a intensidade de sua força (esta sim, massiva). Os operários não foram meros joguetes de partidos e líderes políticos, assim como a política não é um jogo restrito de elites iluminadas, elas e somente elas vistas como sujeitos.

Não é o caso, evidentemente, de negar a importância da questão econômica – a inflação e a deterioração das condições de vida durante a II Guerra Mundial – como o “motor” dessas paralisações¹⁷. Oprimidos pela inflação altíssima e pela queda no poder real dos salários, os operários teriam aderido em massa aos movimentos. Porém, como explicar a relação entre esse profundo descontentamento e o apoio aparente a Getúlio, alguns meses antes? Com compreender esse paradoxo?

A explicação que me parece mais adequada parte exatamente dessa contradição, e especialmente da constatação do profundo enraizamento dessas greves na base da classe trabalhadora, em comissões de fábricas, grupos de operários, muitos deles incentivados pelo MUT, outros com origem ainda durante o Estado Novo, de forma clandestina. Para John French, os acontecimentos de 1945 e a convicção recém-construída dos trabalhadores de que podiam influir sobre suas condições de vida e de trabalho, que eram sujeitos políticos, mediante o voto e a mobilização, sentimento esse aliado à deterioração econômica, foi o combustível dos movimentos.

(...) Nossa leitura das greves será distorcida se separarmos o componente econômico da motivação dos operários de sua dimensão política: sua convicção democrática recém-descoberta de que tinham o direito de influir sobre as condições de sua própria vida e trabalho, quer mediante o voto na urna, quer na comunidade, quer no local de trabalho. Esse sentimento não provinha de um sentimento antiestatal e, muito menos, antigetulista; ao invés disso, nutria-se da legitimidade e da sanção legal que o governo de Getúlio Vargas havia dado ao empenho dos operários em expressar seus interesses coletivos¹⁸.

¹⁷ WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (parte I). *Revista de Cultura Contemporânea*, nº 1, jul. 1978, p. 7-13.

¹⁸ FRENCH, J. *O ABC*, p. 159.

Não se trata aqui de debitar a Vargas e seu grupo político a paternidade e, especialmente, o interesse em promover uma movimentação autônoma dos trabalhadores. Suas ações indicam que estava bem longe disso. Porém, o resultado delas, somado à conjuntura econômica, aos ventos democráticos, à legalização do PCB e à combatividade de seus militantes e também, que não se esqueça, à sobrevivência de uma resistência sindical e de uma profunda insatisfação dos trabalhadores durante os momentos mais duros do Estado Novo colocaram em xeque, logo de início, o novo período democrático. Os operários que cruzaram os braços desafiavam visões liberais que associavam a nascente democracia à exclusão de direitos prometidos (porém não garantidos) pela legislação trabalhista e pelo aparato do Estado.

Os momentos posteriores do governo Dutra e dos demais governos até 1964, mesmo do de Vargas e o de Jango, mostraram como esse questionamento seria duradouro. A manutenção e até ampliação desse arcabouço legal trabalhista – muitas vezes ineficiente, porém nem sempre – conviveu de perto com as tentativas sempre persistentes de controle e repressão sindical, por meio de instrumentos policiais ou jurídicos. Assim, as greves de 1946 podem ser consideradas um marco, a meu ver, de um processo democrático que está sempre em questão, porque incapaz de dar respostas convincentes às demandas dos trabalhadores.

EPÍLOGO: ENTRE 1946 E 2013

O que isso pode nos ensinar ou nos ajudar em relação ao presente, num momento em que a democracia brasileira parece forte o suficiente para sobreviver, sem alguns arranhões, porém, ao que tudo indica, de forma sólida, aos impressionantes protestos de junho de 2013? Talvez duas coisas.

A primeira é a importância do sentimento geral da população para a eclosão desses protestos. Há tempos em que a percepção da possibilidade de uma mudança, de uma revolução, é mais nítida. Há, em contraponto, tempos de fatalismo e conformismo. Tudo indica que em 1946 havia entre os trabalhadores brasileiros um sentimento de mudança, associado a uma profunda insatisfação, não só a partir da conjuntura nacional, mas também dado o fim da guerra e o reordenamento político mundial. Talvez não se acreditasse numa revolução iminente, mas havia esperança no ar. Esperança de mudança. Talvez de alguma forma, por alguma razão, nos últimos meses ou anos recuperamos essa esperança que havíamos perdido nos anos 90 e na primeira década do novo século.

Por outro lado, assim como as greves de 1946 não foram construídas de uma hora para outra, tendo uma decisiva influência da insatisfação econômica e política de anos anteriores, mas também, de um aprendizado de mobilização dos trabalhadores – que remontava desde antes da República Velha –, os movimentos de junho não nasceram agora. O gigante não acordou em 2013. Aprendemos a protestar, a brigar, a tentar nos fazer ouvir muito, muito antes. 1946 foi apenas um exemplo. É preciso que a história cada vez mais ilumine essa trajetória de lutas inglórias, de muitos fracassos e poucas vitórias, que construíram nossa cultura e nossa identidade como brasileiros.

DEMOCRACIA E MILITÂNCIA COMUNISTA O PERÍODO DA LEGALIDADE DO PCB (1945-1947)

CLAUDIA MONTEIRO¹

O papel dos sentimentos na conformação dos processos políticos é um tema bastante evidente, porém pouco considerado nos estudos de história política. O período posterior ao fim do Estado Novo é um momento excepcional de intensidade de circulação das emoções políticas, pois há um sentimento de entusiasmo em torno da democracia e grandes expectativas e esperanças quanto às mudanças e transformações possibilitadas com a abertura política e com a ampliação da esfera pública. Visamos refletir, neste capítulo, sobre o fenômeno do engajamento militante pautado no entusiasmo em relação à democracia, no curto espaço de tempo em que o Partido Comunista do Brasil, o PCB, esteve na legalidade, entre abril de 1945 e maio de 1947.

Talvez este entusiasmo em torno da democracia recém-instaurada se devesse aos sentimentos represados durante o longo período da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo, quando grande parte dos militantes ligados ao PCB e ao movimento operário haviam sido perseguidos, presos e impedidos de se apresentarem publicamente como comunistas. Podemos interpretar a intensa participação política dos militantes na legalidade como uma espécie de “retorno” do reprimido.

Por outro lado, é preciso considerar os aspectos conjunturais do período, desde a onda internacional de prestígio dos comunistas no pós-guerra, devido aos desdobramentos da luta contra os fascismos e à participação decisiva da União Soviética para a vitória dos aliados na Segunda Guerra, até os aspectos da história política nacional, tais como a propaganda e a ideologia do trabalhismo conduzidas por Getúlio Vargas, pois este, no discurso, exaltava o papel dos trabalhadores e

¹ Doutora em História pela UFPR, professora adjunta do curso de História da UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon.

dos pobres na construção da nação. Neste sentido, a grande participação política popular vem reivindicar na prática aquilo que já estava presente no discurso de Getúlio Vargas, ou seja, a noção de protagonismo dos trabalhadores. Mas, se já havia um terreno fértil para a ampliação da participação política no período pós Estado Novo, não podemos negar a importância dos militantes do PCB na organização e na convocação da população, tais como as iniciativas da criação dos Comitês Democráticos Populares nos bairros, nas empresas e nos diversos locais de trabalho promovidos pelos militantes do PCB em 1945 e as campanhas eleitorais nos pleitos de 1945 e 1947.

Considerando-se que já existe uma expressiva quantidade de estudos acerca dos aspectos políticos conjunturais do período, tais como a questão do queremismo e da relação de Prestes e do PCB com Getúlio Vargas nos momentos finais e após o Estado Novo, ou mesmo sobre os direcionamentos da cúpula partidária do PCB, procuramos neste texto interpretar o entusiasmo dos militantes comunistas refletindo acerca das condições subjetivas e objetivas que levam um indivíduo a participar intensamente da política e a aderir a um partido. Por isso é importante ser observada a questão das afetividades nas ações daqueles militantes.

A história da militância comunista pode ser analisada a partir da reflexão sobre a oscilação entre a liberdade e a obediência na política. Considera-se aqui, a noção arendtiana de liberdade como correlacionada à felicidade pública e ao prazer do agir em conjunto coletivamente através da persuasão, da auto-representação, da camaradagem, da coragem para se rebelar e do entusiasmo para se criar algo novo, tal como Hannah Arendt observou nas ações dos movimentos revolucionários que, muitas vezes, proclamavam-se também comunistas. A questão da democracia como fruto da liberdade e da felicidade pública são temas centrais da reflexão arendtiana, sempre retomados em vários momentos da obra da autora. Hannah Arendt cita, por exemplo, o sistema de conselhos (Soviets, *Räte*, etc.) organizados nos processos revolucionários desde o século XVIII até a Revolução Húngara de 1956, como o “tesouro perdido das revoluções”, demonstrando uma nova forma alternativa de governo democrático em substituição à democracia representativa, pois esta última restringe o usufruto da

² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 228.

felicidade pública a um pequeno grupo de eleitos². Para a autora o sentido da política é a liberdade e esta última significa a possibilidade de desencadear processos, o poder de impor um novo começo, tomar iniciativa³.

A liberdade e a felicidade pública é um tema raramente abordado nos estudos sobre comunismo. Da obra de Hannah Arendt, muito mais influente foi o seu livro “Origens do Totalitarismo” e a interpretação sobre a experiência totalitária do stalinismo, caracterizado pela total supressão da liberdade e a absoluta obediência e submissão ao líder e ao partido por meio da ideologia, do terror e da manipulação das massas⁴.

Tendo em vista a inspiração stalinista do PCB, o “culto a personalidade de Prestes”, a estrutura partidária rigidamente hierárquica e piramidal, o excessivo centralismo, a tendência à criação de uma oligarquia dentro do partido que se perpetua no poder, a inflexibilidade das regras e a disciplina imposta aos militantes, a primeira impressão é de que, entre os militantes do PCB, a obediência sobrepuja, de maneira definitiva, a liberdade.

Se na bibliografia produzida já foi bastante enfatizada a questão da obediência, da hierarquia, do culto aos líderes e aos mitos do partido⁵, por outro lado, pouca atenção se tem dado ao tema da liberdade, da autonomia e do entusiasmo popular em torno da participação na esfera pública e ao fato do PCB ser um dos principais responsáveis pela introdução de novos temas e personagens na cena política brasileira na democracia pós 1945. Destacamos aqui este outro lado da militância, realizada no dia-a-dia por pessoas comuns, expressão do entusiasmo pela participação política e pela liberdade, motivada pela crença nas possibilidades de intervenção e da construção coletiva de um futuro melhor.

Por isso, apesar do centralismo do modelo partidário adotado pelo PCB, que pressupunha rígida obediência à cúpula e respeito à hierarquia interna, a análise das experiências históricas mostra que o partido nunca foi apenas a sua direção. De acordo com Silva & Santana os desmandos da cúpula em relação às iniciativas a serem tomadas obrigavam os militantes a agirem, muitas vezes, à

³ ARENDT, Hannah. *O que é política?* 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.43.

⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁵ Com ênfase na questão da hierarquia interna da bibliografia sobre o PCB podemos citar, entre outros, o livro de CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EdUFF, 1986 e FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002.

⁶ SILVA, Fernando Teixeira da & SANTANA, Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o 'Partido da Classe Operária' (PCB)

revelia do partido⁶. Para os militantes importava mais o enraizamento baseado nos comportamentos, imagens, ritos, símbolos, etc., cultivados no dia-a-dia da militância do que a doutrina oficial ou as ordens vindas das sedes do PCB.

Sentimentos tais como o entusiasmo, a camaradagem, a amizade, a cumplicidade, a solidariedade, a compaixão, o ódio, o ressentimento e a vontade, são fundamentais para a ação política e a ampliação dos espaços da militância. Não temos a intenção de “medir” tais sentimentos, mas considerá-los como parte integrante para pensarmos os sentidos da ação política, suas motivações e suas recompensas.

A questão das sensibilidades e das paixões políticas não tem sido contemplada devidamente nos estudos sobre a história dos comunistas brasileiros, já que, na maior parte dos casos, os historiadores têm optado pelo estudo exclusivo dos aspectos cognitivos, pressupondo serem os sujeitos plenamente racionais e conscientes de seus atos. Considerando que, tal como observou Christophe Prochasson, a história política se desenrola sob o império da dialética entre a razão, a paixão e os interesses, sendo, muitas vezes, inegáveis a preponderância dos sentimentos sobre os argumentos⁷, o aspecto passional da política é um tema que merece ser mais considerado nos estudos sobre o comunismo no Brasil.

A pouca atenção dada ao tema dos sentimentos e das paixões na política revela por um lado a relutância dos historiadores em dialogar com outras áreas das ciências humanas como a psicologia e a psicanálise, apesar de precursores do porte de Marc Bloch, Norbert Elias, Pierre Ansart e Peter Gay, aliada a um preconceito acadêmico de que o campo das afetividades seria pouco mensurável, e de que faltariam evidências empíricas ou um aporte metodológico que dessem conta dos sentimentos humanos na história. Como observou Pierre Ansart, isso se deve, em parte, à crença na razão como única produtora de sentido somada aos pressupostos acadêmicos que rejeitam a análise do absurdo e do irracional concernentes às emotividades na política, e também à noção de que apenas as comunidades tradicionais têm mantido fortes laços de afetos, sendo, as sociedades

na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁷ PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n.34, julho, 2005, p. 308.

⁸ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1983, p. 26.

modernas racionais e neutras afetivamente⁸.

Para compreender o fenômeno da militância política, suas motivações e gratificações, e quais foram as funções dos sentimentos na ação política dos militantes comunistas, é necessário procurar indícios do papel dos sentimentos na conformação dos vínculos afetivos produzidos pelos militantes em três níveis.

Em primeiro lugar, dos vínculos dos militantes com a ideologia e o aparato simbólico comunista; evidenciando o quanto o discurso e a propaganda dos comunistas eram permeados por apelos comoventes, ou seja, na ação de divulgação ideológica os militantes visavam convencer mais por meio das emoções, do que por meio da argumentação racional.

Em um segundo nível, dos vínculos afetivos dos militantes entre si, tornando tênues as separações entre a vida pública e a vida privada e mostrando o quanto é importante o papel de indivíduos reconhecíveis (familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho) na passagem à ação, pois os vínculos interpessoais ensejam credibilidade aos apelos e inspiram com maior intensidade os militantes a agirem e se implicarem com suas convicções. Isto pode ser observado a partir da análise das experiências dos militantes, da trajetória pessoal de alguns deles, suas atividades, suas campanhas e o impacto de sua atuação no cenário político.

Em um terceiro nível, dos vínculos afetivos dos militantes com o aparelho partidário; pois a prática cotidiana das tarefas, a rotina incansável de atividades do militante, devido ao seu caráter repetitivo, acabava abrandando o entusiasmo propriamente ideológico e a comoção em torno dos signos do partido, em proveito do fortalecimento dos vínculos afetivos com o aparelho partidário por ele mesmo. Isto tornava dramáticos os rompimentos com o partido, como pode ser observado nos processos de sindicância interna e de expulsão dos membros.

Com a anistia em abril de 1945 e o novo código eleitoral de 28 de maio, decretados com o fim do Estado Novo, que permitiram a legalização e o registro oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB) após décadas de clandestinidade e proscricção, a diretiva dominante entre os comunistas consistiu na defesa da democracia a partir da ampliação da participação política popular e da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Durante o curto período em que o PCB esteve na legalidade, entre os meses de abril de 1945 e maio de 1947, a questão da democracia e da participação política foi central naquela conjuntura, compreensível se considerarmos os longos e implacáveis anos vividos sob a

ditadura do Estado Novo. Isto se evidenciava no programa mínimo de união nacional do PCB apresentado em novembro de 1945, que propunha a revogação imediata da carta de 1937 e a promulgação de uma nova constituição que garantisse a completa liberdade de expressão, de consciência, de opinião, de religião, de reunião, de manifestação do pensamento e de associação política. Aqueles anos do pós-guerra foram ricos em iniciativas e experiências no sentido de chamar a população para participar mais ativamente da vida política, dos processos eleitorais e dos movimentos social e sindical.

Considerando o fenômeno do engajamento, é necessário compreender a militância política partidária a partir da análise das relações entre os militantes e a organização partidária, bem como o papel político assumido por estes militantes na sociedade, como representantes do partido e receptores/emissores de sua ideologia, daí a importância da legalidade do PCB neste processo. Apesar da brevidade do intervalo de tempo em que os membros do PCB puderam atuar legalmente, eles foram responsáveis por inserir uma série de novidades no cenário político brasileiro de meados da década de 1940.

- Primeiro, por apresentarem como candidatos elementos provenientes das camadas populares, dentre os quais muitos trabalhadores sem o refinamento letrado que até aquele momento era exigido pelas elites que sempre haviam monopolizado o espaço das campanhas eleitorais.
- Segundo, por trabalharem em prol de um programa político partidário estabelecido previamente e não conforme as mudanças do panorama político, tal como os demais partidos e parlamentares da época.
- Em terceiro, por ser um partido em que os membros tinham uma convivência diária e próxima que permitia a criação de laços de amizade e de um espaço de sociabilidade consolidado pelo afeto, pois, diferentemente dos outros partidos, as atividades dos comunistas não se restringiam ao período eleitoral.
- E, por último, os membros do PCB, através da dedicação intensa ao trabalho político realizado entre moradores dos bairros, trabalhadores urbanos e rurais, apresentavam a estes a possibilidade de participarem da vida política, reclamando os seus direitos, ampliando a noção de esfera pública e aflorando o entusiasmo pela política entre pessoas que até aquele momento haviam ficado à parte destas questões.

Os comunistas também mostravam resultados nas urnas, pois pela primeira vez em sua história puderam se apresentar diante da sociedade brasileira para disputar as preferências da opinião pública e mesmo tendo lançado como candidato à presidência da República o desconhecido engenheiro Yedo Fiúza, no pleito eleitoral ocorrido em 2 de dezembro de 1945, conquistaram em torno de 10% dos votos, o que significava cerca de 600.000 votos de um colégio eleitoral de seis milhões de eleitores⁹. Nesta mesma eleição, o partido conseguiu eleger um senador (Luiz Carlos Prestes) e uma bancada de 14 deputados federais. Além disso, o PCB recebeu a maioria dos votos partidários nas cidades industriais e capitais de Estados, como São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracaju¹⁰. De acordo com dados apresentados por Gildo Marçal Brandão, nas primeiras eleições municipais do período, ocorridas em novembro de 1947, apesar do domínio eleitoral de Getúlio Vargas no meio operário e da precoce cassação do PCB em maio do mesmo ano, os comunistas se apresentam como a segunda força nos grandes centros industriais conseguindo eleger a maioria dos vereadores em algumas cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Santos, etc¹¹.

Os militantes comunistas eram pessoas de variados níveis sociais: trabalhadores, intelectuais, professores, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, donas de casa, empregadas domésticas, comerciantes, artesãos, lavradores, ferroviários, estivadores, metalúrgicos, etc. O que todos tinham em comum era a ideologia e a militância, eles haviam visto no Partido Comunista um “horizonte de expectativas”, um “futuro feito presente” e o “ainda-não” vivido, que envolvia vontade, inquietude e análise racional¹².

Mas, ao mesmo tempo em que prometia em nome da ideologia do marxismo-leninismo o futuro grandioso do comunismo, o partido oferecia ao militante uma partícula deste futuro na vida partidária com sua densa rede de sociabilidade e camaradagem, aproximando-os do porvir imaginado. Deste modo, a compreensão do fenômeno do engajamento não deve ser buscada apenas na ideologia, mas também nas experiências da militância, pois além da sedução a

⁹ VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p.87.

¹⁰ CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.97.

¹¹ BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/64), *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, nº 33, fev. 1997, p. 23-34.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006, p. 338-339.

uma causa, o engajamento proporciona certas gratificações no dia-a-dia, que motivam a permanência do indivíduo no grupo, principalmente os laços afetivos construídos, como no caso dos comunistas cujo trabalho contínuo fornecia uma forte identidade social e proximidade entre os membros. Assim sendo, há um encanto e uma sedução, de um lado pela ideologia e pelo conjunto simbólico-afetivo criado em torno do partido e de outro, pelo pertencimento a um grupo, pelos laços afetivos construídos e pelo compartilhamento de interesses em comum.

Para Pierre Ansart os partidos comunistas constituíram-se, de certa maneira, em uma contra sociedade, ativamente produtora de mensagens comoventes, de símbolos, de laços afetivos e de práticas coletivas. Do ponto de vista dos militantes, o partido não é um objeto indiferente afetivamente, pois, julgado mais digno de estima que seus rivais, este partido é o preferido a todos os outros. Para Ansart, ser ligado a um partido implica em “[...] sentir suas ordens como benéficas, aprovar seus objetivos como desejáveis e julgar seus líderes como os melhores governantes”¹³. Para este autor, o partido é um aparelho afetivo, ou seja, oferece um oásis de conforto e confiança para seus membros diante de um mundo incerto e inseguro porque destituído de vida solidária.

Um dos elementos agregadores de um partido político é a ideologia, simultaneamente um sistema de ideias e de sentimentos. De acordo com Pierre Ansart, uma ideologia política se constrói a partir da união entre linguagem e sentimentos e não é apenas o resultado de um projeto intelectual e racional. A definição de ideologia de Pierre Ansart se aproxima muito da noção de cultura política apresentada por Serge Berstein:

Para a maioria dos membros de um partido político, [...] a base doutrinária da ideologia não é algo evidente. Na maior parte dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação. [...] o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão

¹³ ANSART, 1983, p. 109-111.

¹⁴ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 88.

teórica¹⁴.

Ou seja, existe em um nível mais elementar da militância a difusão de ideias e opiniões políticas que não se baseiam apenas em projetos partidários ou em obras escritas de intelectuais, mas sim em experiências vividas, nos boatos, na leitura de libelos e panfletos ou no debate informal em algum espaço do cotidiano. Nem sempre estas opiniões poderiam ser traduzidas por escrito ou sustentar uma discussão teórica. Assim sendo, a influência de pessoas conhecidas ou de alguma organização visível, como um sindicato ou um grupo de jovens, tem um impacto muitas vezes maior do que a formação intelectual ou a diretiva da cúpula partidária. Estas opiniões difundidas de um modo nebuloso demonstram, pelo próprio fato de não serem decorrentes de uma base conceitual, que pessoas comuns, como eram a maioria dos militantes comunistas, têm capacidade para pensar por si próprias e emitir juízos baseados neste discernimento.

A este propósito, observou Marco Aurélio Garcia que o militante não é um indivíduo abstrato que atua mecanicamente de acordo com a direção partidária. São pessoas concretas, de carne e osso,

[...] portadores de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de 'determinações' que incidem na forma pela qual 'aplicarão' a 'linha' do partido na sociedade¹⁵.

Considerando o papel dos militantes dentro do Partido Comunista, podemos dizer que existia uma espécie de “divisão social do trabalho” para o cumprimento das tarefas partidárias. Como observou Pierre Ansart, além de ser uma estrutura social e afetiva, o partido político é também uma instituição, com suas hierarquias, divisões e rivalidades próprias. Cada partido tem os lugares de prestígio no cume da pirâmide hierárquica e papéis modestos nas bases e, como em toda hierarquia, há ambições, esperanças e sonhos não ditos de ascensão na escala partidária¹⁶. Segundo o autor, considerando esta escala, podemos definir

¹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, v. 8, n. 9, 1997, p. 322.

¹⁶ ANSART, 1983, p. 117.

¹⁷ Claudio Batalha, referindo-se especificamente ao movimento operário, observa que os militantes operários também se dividem em lideranças, intermediários e bases. BATALHA, Claudio. Vida associativa: por uma abordagem da história

pelo menos três tipos principais de militantes comunistas: os líderes, os quadros intermediários e os militantes de base¹⁷. Só uma pequena parte chegava a ter destaque, escrevendo em jornais e revistas e falando em público nos comícios, estes são as lideranças partidárias; entre eles distinguem-se os líderes políticos (aqueles que assumem um papel efetivo na estrutura partidária), os intelectuais e os jornalistas.

Para Ansart, na hierarquia partidária, o papel do chefe carrega um significado de erotização, provocando por sua vez, cobiças e vínculos afetivos intensos. O chefe não desfruta apenas do prazer de exercer o poder e ser reconhecido por suas competências, mas do prazer de encarnar o ideal dos membros do partido e ser amado por isso: a pessoa do chefe representa o partido, é sua encarnação, “[...] o chefe é o centro de uma constelação que faz dele o objeto de aclamações, o objeto de confiança dos membros, [...] que incita os membros a percebê-lo como seu ideal”¹⁸.

No Partido Comunista do Brasil, o único líder que assumiu efetivamente o papel de encarnar o ideal coletivo foi Luiz Carlos Prestes. O próprio PCB era conhecido e aclamado como o “partido de Prestes” e muitos entre os votantes do PCB eram muito mais “prestistas” do que comunistas. Segundo Jorge Ferreira, entre os comunistas brasileiros o “culto à personalidade” de Prestes se deu, a partir de 1945, por meio de uma campanha sistemática e coordenada de enaltecimento realizada pelos militantes, dirigentes e os meios de comunicação comunista:

[...] os feitos de Prestes na coluna e na insurreição de 1935, delineando a imagem do herói, e os anos que passou no cárcere do Estado Novo longe da mulher e da filha, transformando o herói em mártir, permitiram que, após 1945, sua imagem exercesse um grande carisma popular¹⁹.

Tudo o que se referia ao líder máximo do PCB era exaltado: sua trajetória patriótica, seu aniversário, sua inteligência, seus textos, sua liderança política, sua coragem, etc.

Os intelectuais figuravam, na hierarquia partidária, como lideranças

institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, pp. 91-99, dezembro de 1997, p. 93.

¹⁸ ANSART, 1983, p. 118.

¹⁹ FERREIRA, 2002, p. 252.

imediatamente abaixo do líder carismático, e também tinham um papel de destaque. Para Ansart, os intelectuais e jornalistas do partido têm o papel de consolidar e reforçar a confiança dos adeptos e participam das emoções políticas como cantores ou poetas: eles são os responsáveis pelo prazer estético de identificar os sentimentos que atravessam o partido e lhes dar sua melhor expressão²⁰.

Um grupo um pouco maior de militantes agregava os “quadros intermediários” do partido. Estes participavam ativamente da vida partidária, integravam direções de células ou comitês municipais, assinavam manifestos, participavam integralmente das reuniões, mas raramente escreviam sobre sua própria prática e permaneciam atados às tarefas materiais. Para os quadros intermediários, o compromisso com o comunismo significava o envolvimento absoluto e empenho no cumprimento das tarefas diárias enobrecidas pela grandeza da causa que aqueles militantes defendiam. Com a adesão ao partido, o indivíduo passava a conviver com pessoas com as quais não convivia até aquele momento, donde nasciam laços de afetividade e amizade, que também importavam para a ação. Como observou Pierre Ansart, a prática cotidiana das tarefas partidárias abrandava o entusiasmo ideológico entre os militantes, em proveito das ligações com as pessoas e o aparelho por ele mesmo. Por esse motivo, a participação cotidiana no partido e as relações de amizade surgidas pelos constantes encontros e pelos hábitos em comum acabam se tornando mais importantes para o militante do que os amores propriamente políticos. Nas palavras de Ansart, “[...] uma outra fidelidade se desenha, não mais ao ideal, mas sim ao aparelho”²¹.

O terceiro e o maior grupo, as bases, era formado por simpatizantes, eleitores e por aqueles indivíduos que exerciam uma militância eventual, que sempre estão presentes nos momentos de ascensão dos movimentos e os abandonam nos momentos de crise. Devido à indisponibilidade de informações e fontes acerca deste grande grupo, corre-se o risco de fazer generalizações, tomando a parte pelo todo, estendendo para o grupo todo de militantes informações que se tem somente acerca das lideranças ou dos militantes intermediários. Entre os membros das bases, as mensagens do partido são

²⁰ ANSART, 1983, p. 118.

²¹ ANSART, 1983, p. 119.

interiorizadas somente nos aspectos que atendem a uma determinada função em sua situação, classe ou cultura.

Um destes momentos de ascensão do partido e crescimento de membros das bases foi o período da legalidade. Somente com a possibilidade de agir livremente é que o PCB conseguiu aproximar-se de ser um partido de massas, atingindo o número de 200.000 inscritos no Brasil²², tornando-se com este número de filiados o maior partido comunista da América Latina²³.

Na longa história de sua existência, o Partido Comunista do Brasil oscilou entre momentos de grande importância e influência no cenário político nacional com momentos de refluxo e diminuição acentuada do número de adeptos. O episódio da cassação do mandato do PCB pelo Supremo Tribunal Eleitoral em maio de 1947, conforme um decreto constitucional dirigido contra partidos “antidemocráticos”, foi um duro golpe para o partido que, com a cassação, passou a novamente ter um número reduzido de membros.

A cassação do mandato tem a ver com a dinâmica política nacional e internacional e com a incipiência do sistema democrático implantado em 1945. Segundo Ronald Chilcote, os juízes que votaram a favor da cassação justificaram suas posições devido à descoberta de que os Estatutos do PCB diferiam ligeiramente daqueles originalmente submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral e porque o nome do partido ('do Brasil' em lugar de 'Brasileiro') significava que não era um partido brasileiro e sim estrangeiro²⁴. Este foi o pretexto para justificar legalmente um ato arbitrário e inconstitucional.

O PCB não foi cassado por ser demasiado “combativo” ou “revolucionário”, pois, na conjuntura da legalidade foi um partido político que se mostrou preocupado em manter seu espaço no jogo parlamentar, mesmo porque a manutenção da ordem constitucional e democrática havia sido uma de suas principais bandeiras desde a abertura política e a anistia em abril de 1945.

Na interpretação de Sidnei Munhoz, as razões para as duras perseguições aos comunistas e aos movimentos sociais no governo Dutra após 1947, tem origens tanto endógenas quanto exógenas. Dutra não apresentou grandes inovações nas práticas de repressão aos movimentos populares herdadas do

²² VINHAS, 1982, p. 89.

²³ CHILCOTE, 1982, p. 102.

²⁴ A ilegalidade do PCB foi votada em 07 de maio de 1947, no entanto, somente no dia 07 de janeiro de 1948, o Congresso Nacional cassou os parlamentares eleitos pelo Partido Comunista. CHILCOTE, 1982, p. 100.

Estado Novo, visto que este tipo de violência sempre havia sido aceito e muitas vezes apoiado pelas elites nacionais, conservadoras e anticomunistas. Além disso, a política externa brasileira, de um alinhamento incondicional aos Estados Unidos, foi responsável por um retrocesso da democratização iniciada no final do Estado Novo. Com a emergência da Guerra Fria e aos primeiros sinais de uma ação coordenada pelos norte-americanos objetivando conter qualquer influência soviética na América Latina, Dutra não hesitou em cassar o registro do PCB, suprimir a influência comunista no movimento operário e perseguir funcionários públicos, sindicalistas, militares e políticos vinculados ao partido²⁵.

O PCB, outra vez na clandestinidade, teria que buscar novas alternativas e criar outros espaços para sua atuação pública. Porém, a ausência de uma organização política legal foi um impedimento significativo e decisivo para o cerceamento da atuação dos seus membros e para a inibição da participação política popular.

²⁵ MUNHOZ, Sidnei. “Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)”. *Revista Diálogos*, UEM, v. 6. p. 41-59.

CONTRARREVOLUÇÃO, DITADURA E DEMOCRACIA NO BRASIL

RENATO LUÍS DO COUTO NETO E LEMOS¹

A escolha do tema da contrarrevolução e suas relações com os regimes políticos no Brasil resulta da pesquisa que venho fazendo em torno da importância dessa perspectiva para o desvendamento da natureza e da dinâmica de aspectos cruciais da luta de classes na nossa sociedade. No Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) e no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tenho, nos últimos quinze anos, orientado e desenvolvido pesquisas nessa direção².

Estando a sociedade brasileira às voltas com a comemoração do cinquentenário do golpe de 1964, é útil, para entender a sua significação histórica, e a da ditadura que o seguiu, voltar à sua caracterização como uma contrarrevolução. Adotada por parcela significativa dos golpistas, ela tem sido desqualificada pela historiografia crítica do golpe como um mero recurso da retórica política justificativa da “revolução de 1964”.

Entretanto, a percepção de uma revolução comunista em curso na conjuntura da primeira metade dos anos 1960 não era apenas um subproduto da perspectiva golpista. Ela se desdobrava em atitudes que refletiam um medo efetivo, com expressões políticas práticas, como apontou Guillermo O'Donnell: “(...) a implantação do AB [Estado Autoritário-Burocrático, como se refere aos Estados/regimes como o implantado no Brasil após 1964] é a consequência de uma reação amedrontada ao que é percebido como uma ameaça à sobrevivência dos parâmetros capitalistas básicos da sociedade”³.

¹ Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Por exemplo, LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 287-313.

³ O'DONNELL, Guillermo. Tensões no Estado Autoritário-Burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, David (org.). *O Novo Autoritarismo na América Latina*. Trad. Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 277.

Tal medo é congruente com percepções classistas em situações de acirramento da luta política. Alguns autores caracterizam mesmo aquela conjuntura como pré-revolucionária. Jacob Gorender, por exemplo:

Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX], até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse⁴.

De um ponto de vista próximo, Florestan Fernandes considera contrarrevolucionários o golpe militar de 1964 e o regime político dele decorrente:

O que procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que prometia não uma 'democracia populista' ou uma 'democracia de massas' (...), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo das massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio⁵.

Uma reação contra reformas que poderiam ampliar as bases sociais do regime democrático brasileiro e que também poderiam ser percebidas por setores médios e das classes dominantes como indicativas de uma revolução em curso. Em relação a este aspecto, é preciso não cometer anacronismo na análise dos temores de civis e militares em relação à ameaça de revolução. O fato de ser um consenso, hoje, a tese de que não havia condições para uma insurreição popular revolucionária anticapitalista no período 1961-1964 não pode ser razão para que se desqualifique de maneira absoluta a percepção que segmentos da sociedade

⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. rev., ampl. e atualiz. São Paulo: Ática, 1998, p. 73. Grifo meu.

⁵ FERNANDES, Florestan. *Revolução ou contrarrevolução? Contexto*, São Paulo, n. 5, mar. 1978, p. 21, Grifos do autor.

brasileira, inclusive militares, desenvolveram acerca dessa possibilidade na época.

O inédito nível de mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo se combinava com importantes divisões no interior das Forças Armadas e configurava uma situação perfeitamente perceptível como pré-revolucionária, invocando o espectro da revolução comunista. Afinal, as revoluções anticapitalistas bem-sucedidas, como a Russa (1917) e a Chinesa (1949), só o foram quando combinaram esses dois elementos. Eles eram necessários à preparação da fase decisiva de uma revolução, ainda que não suficientes. O que, essencialmente, distinguiu a nossa conjuntura de crise política dessas experiências vitoriosas foi a ausência de um partido que pudesse se apresentar e ser reconhecido como a direção revolucionária, papel que nem o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nem o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os dois mais influentes junto à classe trabalhadora, tinham condições político-ideológicas de cumprir. Havia, entre os opositores ao governo, quem tivesse consciência dessa limitação da turbulência social e militar⁶, mas é razoável supor que um expressivo setor tenha agido por real temor da “ameaça comunista”, vendo na oficialidade e nos subalternos identificados com o governo nacional-reformista de João Goulart (1961-1964) a sua principal fonte.

Assim, a percepção do golpe de 64 como uma contrarrevolução pelos golpistas não é totalmente descabida. É claro que os golpistas mais destacados que a usaram ou ainda a usam pretendem, antes de tudo, uma justificativa para o golpe. Chamam de revolução uma suposta articulação golpista comandada pelo presidente João Goulart com o objetivo de implantar no país uma tal “república sindicalista”. Dessa forma, se sentiram e se sentem eticamente justificados, já que Goulart estaria ferindo a legalidade. Contudo, também entre analistas críticos do golpe e da ditadura, encontram-se caracterizações do movimento de 1964 como uma contrarrevolução em sentido estrito, isto é, vinculado exclusivamente à percepção que os golpistas e seus apoiadores, ativos ou não, tinham da conjuntura como pré-revolucionária⁷.

Entretanto, é possível explorar a ideia da contrarrevolução de um ponto de vista que não se restringe aos seus eventuais conteúdos de reação a tentativas ou

⁶ Uma obra de referência sobre a temática da contrarrevolução e que trata, especificamente, da manipulação de supostas ameaças revolucionárias com fins contrarrevolucionários é MAYER, Arno J. *Dynamics of Counterrevolution in Europe, 1870-1956: An analytic Framework*. New York: Harper & Row, 1971.

⁷ Ver, por exemplo, GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. Trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 50.

ameaças de tomada do poder estatal. Ela pode ser buscada numa escala temporal mais ampla e identificada com processos políticos mais complexos. Para isso, adoto, aqui, a hipótese de que a contrarrevolução democrática preventiva é o elemento que dá sentido às ações das classes dominantes brasileiras desde a Independência. Ela pode ter assumido a forma, ainda primitiva, de reformas desmobilizadoras, ou a forma, já madura, de iniciativas estatais de longo alcance. Essencialmente, a estratégia da prevenção de conflitos tem orientado as classes dominantes, em períodos em que a dominação classista se baseia em negociações, ainda que entre desiguais. Mas, também, naqueles em que ela é garantida principalmente pela imposição terrorista, quando constitui uma política acessória, visando alvos no longo prazo.

De maneira geral, a contrarrevolução está, historicamente, vinculada à revolução. Após a Revolução Francesa de 1789, ela se apresentou fortemente como uma reação feudal à ordem burguesa ascendente. Entretanto, como Herbert Marcuse ressaltou, a transformação da burguesia em classe dominante na Europa implicou uma alteração de natureza do pensamento e da ação contrarrevolucionários do século XVIII e do século XIX em diante. Segundo ele, a teoria da contrarrevolução

(...) sofre uma importante transformação em sua função: ela é finalmente adaptada pelas camadas dominantes da burguesia. A burguesia passa de objeto a sujeito da teoria. Ela representa, para a época, o exemplo mais notável de justificação e defesa de uma ordem social ameaçada. A mudança de função da teoria acompanha a história da burguesia a partir da luta de uma classe em ascensão contra os restos de uma organização social que se transformou em obstáculo até a dominação absoluta de algumas camadas privilegiadas contra o ataque de todas as forças progressistas; ela acompanha também a rejeição, por essa burguesia, de todos os valores que havia proclamado na época de sua ascensão⁸.

No Brasil a implantação hipertardia da sociedade burguesa se deu – diferentemente do ocorrido nos países de capitalismo originário e atrasado e

⁸ MARCUSE, H. 1972. *Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Trad. Fausto Guimaraes. Rio de Janeiro: Zahar, p..116. Ver, a propósito, DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

como nos países de capitalismo tardio –, em grande parte, sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, como observou Florestan Fernandes, a tarefa de construir a ordem burguesa se combinou com a de prevenir a revolução socialista⁹.

Por isso, a modernização capitalista no Brasil se identifica com a perspectiva contrarrevolucionária, desde, pelo menos, o início do século XIX. Seu objetivo estratégico tem sido a construção de um regime representativo restrito “moderno” e “modernizador”, controlado por um Executivo forte – a cujo governo só partidos e coalizões conservadores teriam acesso efetivo –, capitaneado por uma suposta elite dirigente liberta da dependência política do voto popular.

A ordem escravocrata foi dirigida, em seu auge, por um grupo – apelidado “saquarema” – que fez das reformas antecipatórias e protelatórias sua principal arma de administração tanto dos conflitos internos ao bloco no poder quanto das pressões advindas das classes subalternas. Avançando ao outro extremo do arco temporal, não deve causar surpresa que a Escola Superior de Guerra (ESG) assuma, ainda hoje, o pensamento de Alberto Torres e Oliveira Viana como matriz teórica. A forma política vazada na categoria de “autoritarismo” seria a ideal para institucionalizar a satisfação das necessidades das diversas frações do capital em termos de garantias para seus investimentos e lucros.

Essas considerações decorrem da hipótese de que a contrarrevolução preventiva é um traço estrutural das formações sociais capitalistas hipertardias, caracterizadas pela posição subalterna ao imperialismo no sistema capitalista mundial. Constrangidos por esse traço estrutural, se têm organizado os regimes políticos burgueses – ditaduras fascistas, militares, bonapartistas, democracias de massas ou restritas, liberais ou autoritárias – por meio dos quais é exercida a dominação de classes. Neste sentido, a noção de contrarrevolução se dissocia do seu laço necessário com a de revolução – que lhe dá um sentido reativo, recebendo o complemento “preventiva” para que fique indicada a sua inserção no repertório de estratégias com que a burguesia conta para tentar extinguir a ameaça revolucionária antes mesmo que ela germine.

⁹ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 294-295 e 297.

Lançar uma hipótese que mobiliza a noção de estrutura em tempos de ofensiva pós-moderna, que a tudo coloca na gaveta das “grandes narrativas”, mas também de gana anti-estrutural, que reduz qualquer uso da palavra a um mal compreendido estruturalismo que não consegue distinguir Claude Lévi-Strauss de Louis Althusser, requer ressalvas preventivas. Encontrei apoio em José Honório Rodrigues quando, citando o veterano positivista Charles Seignobos, diz que “é muito útil levantar questões, mas muito perigoso respondê-las”¹⁰. Por isso, vou me movimentar, neste artigo, no terreno das hipóteses, evitando conclusões, pelo menos as mais “conclusivas”.

Escolhi, como forma de aproximação com o problema, uma abordagem historiográfica, mais adequada ao estágio atual das minhas pesquisas. A hipótese com que trabalho procura fazer avançar a tentativa pioneira de José Honório Rodrigues¹¹ no sentido de estudar a força da contrarrevolução na história política brasileira. As suas ideias a respeito estão desenvolvidas, basicamente, em *Aspirações nacionais*¹², *Conciliação e Reforma no Brasil*¹³ e nos cinco volumes de *Independência: Revolução e Contrarrevolução*¹⁴. Nestas obras, está desenvolvida uma abordagem do par revolução-contrarrevolução ancorada na visão braudeliana das temporalidades históricas. No ensaio O tempo e a sociedade¹⁵, de 1977, ele diz: “Não se pode compreender a história sem as ideias definidas de tempo, de duração, de prazo longo e curto, sobre as quais tanto insistiu Fernand Braudel em vários de seus escritos”¹⁶.

José Honório Rodrigues não era marxista. Referindo-se ao historiador francês Albert Soboul, explicou: “Ele é marxista. De modo que não o sigo, porque não sou marxista”¹⁷. Entretanto, na mesma ocasião, declarou que seu conceito de revolução se inspirara em uma formulação do marxista britânico Eric

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. *Tempo e sociedade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986, p. 20.

¹¹ José Honório Rodrigues foi, também, pioneiro no tratamento rigoroso de duas questões centrais do pensamento político-social brasileiro: a demolição do mito do caráter incruento da história nacional e o papel cumprido pelas práticas de conciliação na dominação de classe.

¹² RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais*. Interpretação histórico-política. São Paulo: Fulgor, 1963.

¹³ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

¹⁴ RODRIGUES, José Honório. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Revista de História de América*, México, n. 84, julho-diciembre, 1977, republicado em 16 RODRIGUES, José Honório. *Tempo e sociedade*. *Op. cit.*

¹⁶ *Idem*, p. 15.

¹⁷ RODRIGUES, José Honório. “A revolução americana e a brasileira: 1776-1820”. In: ARAGÃO, Raimundo Moniz *et alii*. *Brasil – tempo e cultura*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 126. Conferência proferida no I Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, em 2 de dezembro de 1976.

Hobsbawm¹⁸. Com ele, teria aprendido que “só podemos considerar a revolução como fenômeno macro-histórico, isto é, aquele que tem tal eficácia que produz muitas consequências para o desenvolvimento do processo histórico”¹⁹. Neste sentido, a revolução se vê em tensão com a estrutura, esta entendida como “conjunto das condições econômicas, sociais, políticas e psicológicas”. Já a “situação revolucionária pode ser definida como uma crise a curto prazo dentro do sistema, com tensões internas a longo prazo, que oferecem um despertar revolucionário. A estrutura pode ser uma pré-condição, enquanto a situação é um precipitante”²⁰.

A abordagem é adotada também para a compreensão do fenômeno antagônico à revolução – a contrarrevolução. Carlos Guilherme Mota apelidou as elaborações de José Honório Rodrigues sobre o tema de “teoria da contrarrevolução permanente”²¹. Trata-se, a rigor, de uma concepção algo imprecisa, que reduz o fenômeno da contrarrevolução a uma manifestação do reacionarismo. Mas, é importante ressaltar que o empenho de José Honório Rodrigues é caso único na historiografia nacional que destaca essa nuance da luta política de longo prazo no Brasil, à qual dedicou muitas páginas de suas publicações²².

Antes de tudo, José Honório Rodrigues entende a contrarrevolução como um elemento da longa duração na história da sociedade brasileira:

No Brasil, (...) uma estrutura econômica colonial, e uma situação revolucionária, nascida e renascida sucessivamente, em 1789, 1794, 1798, 1801, 1817 – sem contar as várias rebeldias negras e indígenas – e o decreto de D. João VI de guerra aos botocudos, em 1808, possibilitaram a Revolução da Independência em 1822. Somem-se aos fatores econômicos os políticos, e temos uma situação revolucionária, como a definimos antes, perfeitamente delimitada.

¹⁸ “Revolution”, tese apresentada ao XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas, São Francisco (EUA), agosto de 1975, *apud idem*, p. 111 e 125.

¹⁹ *Idem, ibidem*. Ver, também, entrevista concedida a Carlos Guilherme Mota, publicada em *IstoÉ*, São Paulo, 12 de abril de 1978, e republicada em RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade. Op. cit.*, p. 144.

²⁰ *Idem*, p. 94.

²¹ “Vamos discutir a história do Brasil”, debate publicado em *O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 1978, e republicado em RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade. Op. cit.*, p. 152.

²² Ver *A linha reacionária ou contrarrevolucionária*, terceiro capítulo de RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. vol. II – tomo I. A historiografia conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1988.

As várias tentativas revolucionárias em série, que citamos, não constituem episódios autônomos, como pensaram alguns historiadores que nos precederam: Varnhagen, Oliveira Lima, Oliveira Viana e Tobias Monteiro. Não. São uma cadeia orgânica, estrutural, e não conjuntural. O que é sempre conjuntural é a situação. Mas a situação revolucionária, a crise a curto prazo dentro do sistema de tensão a longo prazo, era sempre dominada pela situação contrarrevolucionária, isto é, aquela em que a crise é controlada e dominada pelos mantenedores do status quo e dos privilégios minoritários. O Brasil viveu, assim, de 1789 a 1831, uma situação revolucionária, mas sob controle contrarrevolucionário. As tensões a longo prazo nunca puderam, senão em breve momento, de 1817 a 1822, se transformarem em Revolução. Mas, logo a contrarrevolução se impôs, tanto nos anos citados, em que foram abafadas de imediato, como em 1789, 1794, 1798, 1801, ou pouco tempo depois, como em 1817, 1823, 1824, e até 1841, quando uma situação conservadora controlou as aspirações liberais, e as liquidou até o advento da República.

Como em 1822 se conseguiram, em parte, os objetivos revolucionários – a autonomia política, por exemplo, apesar de pressões internas e externas –, a Revolução existiu e, com ela, a guerra. Mas, logo veio a contrarrevolução, se restabeleceu o absolutismo e, com ele, o colonialismo, disfarçado em preponderância inglesa, que nos conduziu ao quadro do imperialismo britânico, ainda que informal, e ao colonialismo interno, imposto por minorias associadas a interesses externos. A crise tinha como saída não a Revolução, mas a Contrarrevolução, e o mal não era o colonialismo em geral, mas o colonialismo português. Essa a visão contrarrevolucionária vitoriosa no momento. Com isso, o Brasil não entrou no quadro das nações capitalistas, mas ficou na periferia e na dependência²³.

Percebe-se que, trabalhando em nível extremamente abstrato, o problema da revolução está situado na tensão entre “estrutura” e “situação conjuntural”. Talvez fosse adequado recorrer a Gramsci para falar na tensão entre crise orgânica e crise política²⁴. Mas, José Honório Rodrigues não se aproxima do nível mais

²³ RODRIGUES, José Honório. *Tempo e Sociedade*. Op. cit., p. 108-109.

²⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3, p. 36-46. Para uma análise histórica que trabalha com essas categorias gramscianas, ver NASCIMENTO, Carla Silva do. *O barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

concreto das classes sociais para dizer a quem servem a revolução e a contrarrevolução. Em seu raciocínio, não há, portanto, sujeitos da revolução e da contrarrevolução. Ainda assim, é no marxismo que se apoia para explicar os limites da revolução em sociedades como a brasileira:

(...) no sentido marxista da palavra, as revoluções brasileiras não são revoluções, pois não visaram a uma modificação estrutural da economia, nem à mudança das relações sociais. A tradicional aristocracia latifundiária manteve sempre o poder final de veto e, assim, nunca houve mudanças radicais, como as produzidas pelas revoluções sociais. As lutas que rompem a tradicional balança do poder têm sido travadas entre o governo formal, representativo de forças econômicas dominantes, e os grupos informais, que desejam participar do Poder e representar essas forças. (...)

A aberta luta de classes é mais característica de sociedades em estágio de crescimento, em fase de transição enquanto nas sociedades em estagnação ou em lenta evolução as lutas se ferem entre pessoas do mesmo status e de idênticas condições ou interesses²⁵.

Entretanto, a constatação dos limites históricos da revolução brasileira e da prevalência da contrarrevolução não o leva a aderir à tese da passividade dos setores oprimidos diante de tais tendências adversas. Ele sempre ressalta que os setores populares se levantaram em inúmeros momentos da história brasileira, mas sempre foram esmagados a ferro e fogo pela contrarrevolução.

Mas, pode-se argumentar, foram derrotados também por táticas de tipo preventivo, de custo político mais baixo do que as baseadas em “ferro e fogo”. Vem de muito longe a percepção que as classes dominantes brasileiras desenvolveram em relação a medidas preventivas garantidoras da dominação de baixo custo. Um exemplo nos é fornecido por José Bonifácio, que, logo após a decretação da independência política do país, em 1822, escreveu:

Quando a corte passou para o Rio de Janeiro, os povos do Brasil, imbuídos em novas ideias, sentiam as privações em que se achavam como colonos, e guardavam um ressentimento oculto contra o governo de Portugal: ao

²⁵ RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais*. Op. cit., p. 23-24. Também em *Conciliação e reforma no Brasil*. Op. cit., p. 130.

governo do Brasil pertence acabar de todo este ressentimento, sendo bom e justo e imparcial para o Brasil, e os brasileiros. Para isto, não precisa aumentar tropas, pagar numerosos espíões ou fechar os ouvidos aos clamores do povo contra os mandões; mas só de justiça e de instrução e nova civilização; e não querer governar o Brasil, já reino, como o Brasil colônia. Enquanto a gente morar dispersa e isolada pelos campos e matos, enquanto um pouco de farinha de milho ou mandioca, e um pouco de feijão com peixe ou toucinho, os tiver contentes e apáticos, nada tem a temer o governo, ainda que os governe como dantes: demais o temor dos negros, e as rivalidades das diversas castas são o paládio contra revoluções políticas²⁶.

Tratando de um tempo mais recente, Florestan Fernandes sugere²⁷ – embora sem explicitá-lo – que a contrarrevolução se atualiza permanentemente em conjunturas marcadas pela dominação sob forma democrática:

Os que pensam em motivos [para o golpe de 1964] como a repressão das greves operárias ou estudantis e do protesto popular, a destruição das bases dos movimentos nacionalistas-reformistas e socialistas ou a debelação da 'guerra revolucionária' veem uma fase do processo e uma parte do quadro social. Há um 'outro lado', que se atualiza gradualmente, através das peripécias e dos vários momentos sucessivos, percorridos pela autoafirmação e o autoprivilegiamento das classes burguesas nas fases 'seguras' e 'construtivas' da contrarrevolução. Nestas fases, ao lado dos controles inibitórios e destrutivos que persistem, aparece um esforço mais profundo e amplo, que busca a eficácia da contrarrevolução, a estabilidade da dominação burguesa e o engrandecimento do poder burguês. A esse esforço se prendem a criação e a aplicação de novas estruturas jurídicas e políticas, a modernização de estruturas jurídicas e políticas preexistentes, a renovação e a racionalização da maquinaria de opressão e de repressão do Estado e a adaptação de todo o aparato ideológico e utópico da burguesia a uma situação contrarrevolucionária que pretende 'vir para ficar'. Aqui, pois, é evidente que o consenso burguês concilia a 'tradição brasileira', de democracia restrita – a democracia entre iguais, isto é, entre os

²⁶ “Paládio contra revoluções políticas” [título editorial]. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Org. Miriam Dolnikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 79.

²⁷ Também Octávio Ianni dedicou-se ao tema da contrarrevolução burguesa no Brasil. Ver o seu *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a orientação modernizadora, de governo forte. A ordem legal e política se mantêm 'aberta', 'democrática' e 'universal', preservando os valores que consagraram o Estado de direito; e este Estado se concretiza, historicamente, por sua vez, na medida em que tudo isso é necessário à monopolização do poder real, da autoridade e do controle das fontes de legitimidade pelas classes burguesas e suas elites. No entanto, a validade formal ou positiva e a fruição ou participação da ordem legal e política são coisas distintas: a eficácia dos direitos civis e das garantias políticas se regula, na prática, através de critérios extrajudiciários e extra-políticos. A contrarrevolução não criou essa situação histórica, que ela herdou da República Velha e do 'Império'²⁸.

Fora do domínio acadêmico, é no campo político do trotskismo que se dá o debate teórico sobre a “contrarrevolução democrática”²⁹. Ted Grant, militante do Partido Comunista Revolucionário britânico, cita como exemplo de forma política de contrarrevolução democrática, a República de Weimar, organizada pela socialdemocracia na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial³⁰.

O fato de que este regime foi introduzido por lei marcial e pela conspiração da liderança social-democrática com o Estado-maior da Reichswehr, os junkers e a burguesia, confirma inteiramente a conclusão de Lênin e Trotsky de que houve uma contrarrevolução “democrática”, com a burguesia usando os socialdemocratas como seus agentes.

Grant caracterizou também os regimes políticos na Europa Ocidental (França, Bélgica, Holanda, Itália) no imediato pós-Segunda Guerra como “regimes de contrarrevolução com forma democrática”. Esta tese foi contestada por Pierre Frank, trotskista francês, a partir da ideia de que a contrarrevolução assume sempre a forma de ditadura policial-militar, seja fascista, seja bonapartista. Grant, contudo, arguiu

²⁸ *Op. cit.*, p. 347-348. Grifos meus. José Paulo Netto discute o lugar da noção de contrarrevolução na trajetória político-intelectual de Florestan Fernandes. Ver Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In: *Marxismo impenitente*. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004, p. 203-221.

²⁹ Ver, a propósito, LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Op. cit.*

³⁰ Democracia ou Bonapartismo na Europa - Resposta a Pierre Frank. <http://www.tedgrant.org/portugues/index.htm>. Acesso em 12/8/2013.

que os métodos da burguesia na sua luta contra a revolução proletária variam amplamente e não são determinados a priori. A burguesia utiliza-se de diferentes métodos, apoia-se em diferentes camadas sociais, dependendo da correlação de forças de classe, com o objetivo de reforçar ou restabelecer o seu domínio. (...) Mas, a Segunda Guerra Mundial, até mesmo mais que a Primeira, pôs em cheque toda a existência do capitalismo como sistema. A burguesia se deu conta, com pavor, que ao desencadear a guerra desataria uma tremenda energia revolucionária do seio mais profundo das massas e recriaria as condições favoráveis à derrubada do capitalismo em escala continental³¹.

Nas condições em que foi construída a dominação nazista em praticamente todo o continente europeu, o quadro do imediato pós-guerra apresentou dificuldades à burguesia para impor sua dominação de classe com aquiescência de massas. Suas bases policial-militares também se apresentavam enfraquecidas. Para Grant, o quadro era extremamente adverso para a dominação burguesa.

Na maioria dos países europeus a burguesia enfrentava insurreições de massas, que não podia deter com suas próprias forças. (...)

Nada salvou o sistema capitalista na Europa Ocidental exceto a traição da socialdemocracia e do estalinismo. Quando a burguesia se apoia em suas agências socialdemocrata e estalinista com propósitos contrarrevolucionários, qual é o conteúdo dessa contrarrevolução? Bonapartista, fascista, autoritária? É claro que não! Seu conteúdo é o de uma “contrarrevolução com forma democrática”³².

A situação dos países de capitalismo hipertardio se distingue das europeias analisadas por Grant em um ponto importante. Não se trata de uma conjuntura particular de crise aguda da luta de classes em que a contrarrevolução democrática se apresenta para a burguesia como uma necessidade após a derrota da revolução proletária ou após uma guerra de alto poder destruidor da organização social e política. Mas, sim, de uma condição estrutural que sobredetermina³³ a própria luta

³¹ *Idem.*

³² *Idem.*

de classes, estabelecendo limites aos diferentes regimes políticos que se sucedem como expressões das mudanças na correlação de forças entre as classes sociais. Assim, sejam democráticos de quaisquer matizes, ditatoriais militares, bonapartistas ou fascistas, os regimes deverão cumprir uma função contrarrevolucionária específica – a prevenção de elementos que possam significar, conforme o aprendizado histórico mundial com a luta de classes, crescimento político, ideológico e organizacional dos seus antagonistas.

Em países cujo DNA histórico comporta a dependência do imperialismo, a calibragem da contrarrevolução depende, em grande medida, da situação internacional. Foi lendo um artigo sobre a conjuntura internacional no início da segunda metade dos anos 1970 que tomei conhecimento da expressão “contrarrevolução democrática”. O artigo se chamava “A América Latina e a situação internacional”; seu autor, J. C. González, economista colombiano, e a publicação, *Versus*, àquela altura porta-voz do Movimento de Convergência Socialista. Para o autor, a conjuntura internacional estava marcada “pelo debilitamento do imperialismo norte-americano e pelas novas táticas de contrarrevolução democrática que a burguesia imperialista tenta impor frente ao avanço do proletariado”. Dizia mais:

O imperialismo norte-americano e as burguesias dos países europeus e do Japão conseguiram rearmar uma contraofensiva política que se denominou a contrarrevolução democrática e na qual toma parte o Plano Carter e seu “trilateralismo”. Trata-se de uma tática que tenta combinar uma resposta à crise econômica e aos problemas políticos que se originam com as mobilizações nos países capitalistas avançados do mundo colonial e frente aos estados operários. O imperialismo se mostra disposto a fazer concessões no terreno democrático-burguês, com a condição de desenvolver acordos com relação a planos de austeridade dentro de um marco de estabilização da luta de classes: os modelos para os países europeus e para os países semicoloniais são tomados de Portugal e Espanha, onde, de fato, a contrarrevolução democrática está conduzindo à desmobilização do proletariado (Grécia, guardando-se as proporções,

³³ ALTHUSSER, L. *Contradiction et surdétermination (notes pour une recherche)*. In: _____. *Pour Marx*. 2. ed. Paris: François Maspero, 1966.

viveu um processo semelhante)³⁴.

Encontra-se aí uma fecunda indicação de como os regimes políticos são construídos em conjunturas específicas da luta de classes, embora de acordo com “patamares” estruturais do modo de produção capitalista. A ditadura bonapartista de Napoleão III é erigida sobre o terreno do capitalismo concorrencial, enquanto os regimes democráticos posteriores ao seu fim, isto é, a partir de 1870, incorporam traços dele por exigência da dinâmica do capitalismo monopolista. Em particular, a questão das táticas anticíclicas, no domínio econômico. Assim, traços do bonapartismo – governo forte, função “arbitral” do Estado, burocratização do poder – são incorporados às formas de dominação burguesa, sem que se configure, necessariamente, uma ditadura.

A vocação contrarrevolucionária é exatamente um dos traços de identificação entre ditaduras e democracias nas formações sociais de capitalismo hipertardio. O caminho parece ser, portanto, reconhecer nas relações Estado-classes sociais uma autonomia também no tocante aos regimes políticos. Estruturas estatais – aparelhos jurídicos, policiais, militares, administrativos etc. – costumam ser funcionais em regimes políticos diferenciados, construídos pelas classes dominantes em momentos diferentes da luta de classes. O que muda é o seu papel e correspondente peso na articulação dos meios de dominação de uma parte da sociedade sobre outra. Assim ocorreu no Brasil com o Legislativo, o Judiciário e diversas agências estatais, ativos durante os períodos democrático de 1946 a 1964 e ditatorial – ainda que tutelados pelas forças armadas – de 1964 a 1988.

A correlação entre a contrarrevolução, ditadura e democracia não tem sido muito considerada pela historiografia dedicada ao cinquentão golpe e à ditadura. Por outro lado, aumenta incessantemente o número de historiadores, em especial, jovens, que, sustentando propostas moderadamente críticas em relação à experiência com a ditadura pós-64, se dedicam a estudar políticas estatais a ela referentes. São privilegiadas aquelas mais caras ao receio liberal de uma recidiva ditatorial ou, melhor dizendo no jargão que lhes é típico, autoritária. Assim, a agenda de pesquisa de tais historiadores, que já se constituem como um subcampo

³⁴ GONZÁLEZ, J. C. A América Latina e a situação internacional. *Versus*, São Paulo, n° 28, janeiro de 1979, p. 21-22.

historiográfico, destaca temas como: “legalidade autoritária”, repressão policial-militar, tortura, censura, exílio, relações com a Igreja, poder discricionário do Estado etc. Entretanto, as suas pesquisas não costumam partir de uma compreensão do tipo de Estado de que tais políticas emanam. Em geral, dão por suficiente um raciocínio circular que consiste em defini-lo como autoritário para explicar o caráter autoritário de suas políticas específicas. Além disso, e em consequência, tendem a não considerar como elemento analítico o substrato social do tipo de Estado construído no país a partir de 1964. Ao contrário, tendem a reproduzir a visão de cunho liberal comentada mais acima, opondo-se o “Estado autoritário” à sociedade civil. Numa variante que vem crescendo recentemente, começa-se a apontar uma relação inversa, pela qual o Estado autoritário é criação da sociedade, mas de uma sociedade, senão homogênea, isenta de diferenciações classistas responsáveis por relações desiguais com o tal “Estado autoritário”. Não é, portanto, mera coincidência que historiadores de tendência liberal venham estudando certos aspectos das políticas estatais pós-64. O caráter politicamente antiliberal do regime realça a presença do Estado e seus aparelhos.

A discussão proposta aqui busca se distinguir dessa produção. Interessa-lhe analisar historicamente a relação entre as classes sociais e as estruturas estatais – lugar por excelência das estratégias contrarrevolucionárias. A base histórica decorrente das condições de dependência ao imperialismo com que se vem fazendo a modernização social e política burguesa brasileira é a chave geral da pesquisa dos regimes políticos e do Estado no país. Ainda no início da década de 1930, havia quem percebesse o problema:

A penetração imperialista [após a Primeira Grande Guerra] é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições econômicas de classe. O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve

lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia. Nos países novos, subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos³⁵.

A forma de dominação de classe correspondente às características dessa burguesia reacionária e corrupta têm sido referidas, tanto na área científica quanto na imprensa, como “democracia autoritária”, “liberalismo conservador”, “nacional estatismo” etc., e suas práticas, como “estatismo”, “patrimonialismo”, “autoritarismo”, “presidencialismo de coalizão” etc. Expressões epifenomênicas das condições em que se vem construindo a dominação burguesa e, por consequência, o Estado burguês no Brasil, sob o duplo fogo dos interesses imperialistas, desde sempre atuantes como elementos estruturantes internos, e do espectro das massas trabalhadoras, presença fundamental na cena política, mesmo quando na forma de uma aparente ausência, nos momentos de refluxo. Da modernização burguesa hipertada subordinada ao imperialismo e contemporânea da revolução socialista potencial, têm surgido os regimes políticos que conformam o Estado como usina de soluções contrarrevolucionárias – tanto terroristas quanto democráticas – para a luta de classes no Brasil.

³⁵ CAMBOA, M. [Mário Pedrosa] e LYON, L. [Lívio Xavier]. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. Trad. Fúlvio Abramo. In: ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis. (Org.). *Na contracorrente da história*. Documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 74. Grifo meu.

O CARÁTER DE CLASSE DO GOLPE DE 1964 E A HISTORIOGRAFIA¹

DEMIAN BEZZERA DE MELO²

A primeira parte do documentário de Patricio Guzman sobre o golpe de Estado que depôs o presidente chileno Salvador Allende, *A batalha no Chile* (Cuba, Chile, França, 1975), é denominado de “A insurreição da burguesia”. Como o próprio subtítulo indica, seu autor atribuiu ao golpe chileno não simplesmente o sentido de uma intervenção militar contra um governo constitucional de esquerda; nem simplesmente o de uma intervenção de “civis” e militares interrompendo um regime democrático; mas o de uma ação das classes dominantes do país andino articuladas ao imperialismo estadunidense, operacionalizado pela maioria da oficialidade militar³. Para além do terrorismo de Estado, o caráter de classe do golpe chileno seria logo evidenciado pela rápida implantação de políticas econômicas neoliberais, estabelecendo uma experiência pioneira na aplicação das ideias de Hayek, Friedman, e seus epígonos, laboratório da resposta do grande capital à crise estrutural dos anos 1970⁴.

Quase uma década antes, o golpe de 1964 no Brasil foi entendido por uma série de críticos numa chave muito próxima à de Guzman. Embora por aqui o projeto vencedor não tenha sido o neoliberal, não há dúvida de que também consistiu em um movimento das classes dominantes lideradas pelas Forças Armadas e apoiadas pelo imperialismo estadunidense. Não obstante a natureza

¹ Uma versão ligeiramente modificada deste artigo foi publicada na segunda edição da revista do Instituto de Estudos da Religião (ISER), *Re-vista – Verdade, Memória, Justiça*, janeiro de 2013. Disponível em <http://revistavjm.com.br/edicoes/estruturas-economico-politicas-da-ditadura/>

² Doutor em História pela UFF. Contato: demian_pesquisa@yahoo.com.br.

³ DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.202-241. AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002, p.177-190. KORNBLUH, Peter. *The Pinochet File. A declassified dossier on atrocity and accountability. A national security archive book*. New York: The New Press, 2003.

⁴ ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo.” In: GENTILLE, Pablo & SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.9-23. HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2011, p.17-19. KLEIN, Naomi. *A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

militar da operação golpista e da ditadura que se seguiu, a reflexão crítica sempre procurou compreender esse processo como parte da dinâmica mais geral do capitalismo brasileiro, buscando estabelecer a relação entre o “Big business”, os núcleos do poder e a política daquele regime. Vejamos alguns destes trabalhos.

Florestan Fernandes, ao caracterizar, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, a natureza contra-revolucionária da modernização capitalista brasileira, considerou o golpe e a ditadura iniciada em 1964 como uma exacerbação da natureza autocrática da nossa classe dominante. Se na República de 1946 a dominação política foi feita com a manutenção de procedimentos típicos de uma democracia-liberal, dando à autocracia burguesa um aspecto velado, com a ditadura militar a burguesia continuaria seu “baile sem máscaras”, concluía o sociólogo paulistano⁵.

Em seu influente ensaio *Crítica à razão dualista*, escrito no contexto do chamado “Milagre brasileiro”, Francisco de Oliveira também discutiu as condições sob as quais o regime ditatorial, ao contrário de estagnar a economia⁶, foi eficiente em acelerar a acumulação capitalista no Brasil, aceleração essa que se tornou possível graças às condições de uma super-exploração da classe trabalhadora estabelecida pelo regime ditatorial⁷. De acordo com o autor, a brutal concentração de riqueza e a repressão salarial – facilitada pela desarticulação da vida sindical – teriam criado as condições para a retomada do ciclo econômico, com a recuperação das taxas de lucro. Oliveira concluiu seu raciocínio com as seguintes palavras:

O pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão⁸.

Não é por acaso que o auge da repressão tenha sido justamente no período

⁵ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p.340.

⁶ Como acreditava Celso Furtado. Cf. FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁷ Publicado originalmente em 1972, o ensaio recentemente foi republicado em: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. O Ornitotrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁸ *Idem*, p.106.

do “milagre”, como, a propósito, também apontaram Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos⁹. Autores que partiriam de registros teóricos distintos também enfatizariam a forte imbricação da ditadura militar brasileira com a dinâmica do capitalismo, como, por exemplo, Guillermo O'Donnell em seu conceito de “Estado Burocrático Autoritário”¹⁰. Pensado como um tipo ideal weberiano para caracterizar as ditaduras do Cone Sul dos anos 1960, tais regimes teriam como sentido a *profundización* da forma de capitalismo dependente que emergiu no subcontinente na década de 1950. Deste modo, tanto as experiências argentina de 1966-1973 quanto a brasileira iniciada em 1964 caracterizavam-se, segundo O'Donnell, pelo fato de serem regimes que buscaram criar as garantias institucionais que permitiriam a acumulação capitalista dependente. A despeito da experiência argentina ter sido um enorme fiasco, principalmente em comparação com o Brasil (que viveu seu “milagre” entre 1968-1973), o pesquisador encontrou a importante conexão histórica entre aquela nova forma de autoritarismo emergente com as ditaduras militares e as necessidades do padrão capitalista dependente recuperar as condições para o seu pleno desenvolvimento.

Com o trabalho do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, *1964, a conquista do Estado*, o esclarecimento sobre a ação das classes dominantes naquele período-chave da história brasileira ganhou maiores contornos¹¹. A partir de extensa documentação, Dreifuss estudou a fundo duas entidades centrais no processo político que conduziu ao golpe de 1964 – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) –, buscando entender aquela “insurreição da burguesia” como resultado da ação organizada do setor mais internacionalizado do empresariado brasileiro. Tendo emergido como um capital multinacional e associado a partir do desenvolvimentismo do período Juscelino Kubitschek (1956-1961), tal fração de classe organizada por seus intelectuais orgânicos no IPES tornou esta entidade da sociedade civil um dos principais centros da conspiração que depôs o presidente João Goulart, apoderando-se do aparelho de Estado através da ocupação dos seus

⁹ A tese seria contestada por Fernando Henrique Cardoso e José Serra nos anos setenta, uma vez que estes estavam interessados em convencer o empresariado nacional de que não haveria afinidade eletiva entre repressão e crescimento econômico, e de que deveriam apoiar a redemocratização.

¹⁰ O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1987.

¹¹ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

postos estratégicos. Áreas estratégicas como o Planejamento e a Fazenda ficariam desde o governo Castelo Branco (1964-1967) até o fim do regime, em mãos de ipesianos como Delfim Neto, Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, entre outras eminências pardas civis.

Dreifuss demonstrou que, uma vez no poder, o IPES (como representante dessa fração internacionalizada do capital) conseguiu implementar grande parte de seu programa anteriormente formulado, empreendendo transformações importantes no arcabouço institucional de regulação do capitalismo brasileiro, através de uma vasta Reforma Administrativa, da criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, introduzindo a primeira flexibilização da legislação trabalhista no Brasil – através da lei do FGTS – entre outras medidas no interesse do capital monopolista, além do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado ainda em 1964 pelo general Golbery do Couto e Silva, ativo dirigente do IPES.

O “BIG BUSINESS” DA DITADURA

Um grande negócio para o grande capital, é como se pode sintetizar a ditadura de 1964 a partir de sua história. Em primeiro lugar, uma das resultantes daquele processo de aceleração da acumulação capitalista foi, além de uma expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis, o fortalecimento de outras frações das classes dominantes nacionais, cujos agentes teriam maior peso sobre o Estado no período subsequente. Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplares os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus “impérios” naquele contexto¹². No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista.

¹² Cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Niterói, 2012. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O auge da repressão no período do “Milagre brasileiro”, a política permanente de arrocho salarial, garantindo lucros faraônicos ao grande capital e certa euforia do consumo entre setores consideráveis das classes médias, são certamente elementos que compuseram a relação de forças sociais estabelecida pelo regime. Não por mera coincidência, desde 1964 solidificaram-se aquilo que Paulo Arantes denominou de “vasos comunicantes” entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão que desembocariam na criação da Operação Bandeirantes e posteriormente os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna)¹³, como, a propósito, ficou bem evidenciado no recente documentário de Chaim Litewski, *Cidadão Boiesen*, de 2009.

Com a crise estrutural do capitalismo nos anos setenta, se exauriu uma das principais fontes de financiamento daquele “modelo” – o endividamento externo –, justamente no contexto em que era necessário um novo pacote de investimentos para que aquelas taxas de crescimento pudessem ser mantidas. A outra importante fonte de financiamento, que eram os excedentes resultantes do próprio ciclo interno de reprodução do capital, não eram suficientes para manter o ciclo ascendente por muito tempo. Depois de dez anos de política de arrocho, o sistema possuía limites estruturais para garantir a recuperação da taxa de lucro simplesmente a partir do aumento da mais-valia absoluta¹⁴.

Somadas a outros fatores, as contradições sociais do “modelo” explodiriam no fim da década de 1970, quando das memoráveis greves operárias do ABC paulista, principal ponto de concentração da indústria de bens duráveis no Brasil, particularmente a automobilística, um dos ramos mais beneficiados pelo “Milagre”. Por entre as falas das lideranças operárias que organizaram aqueles movimentos, a denúncia do “arrocho” como política da ditadura para a classe trabalhadora foi uma constante. A falsificação dos índices de inflação¹⁵, que tornaria o nome do ministro Delfim Neto “famoso” entre os trabalhadores, não pode ser compreendida sem que estabeleçam os nexos reais entre aquela ditadura

¹³ ARANTES, Paulo. “1964, o ano que não terminou”. In. TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.206.

¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.101.

¹⁵ Reveladas pelos estudos do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e que embalaram as campanhas por reposição das perdas salariais (e que dariam origem ao ciclo grevista).

e o grande capital.

Aquela atmosfera conflituosa do final dos anos 1970 seria marcada pelo apelo do empresariado paulista aos aparelhos de repressão do Estado para coibir o protesto operário no mesmo momento em que o regime falava de abertura. Não era propriamente o projeto de abertura, mas o II Plano Nacional de Desenvolvimento do general Ernesto Geisel (que privilegiou o setor de bens de capital em detrimento do de bens duráveis), que criou atritos entre frações do capital e o governo. Mas tão logo o protesto operário saltou ao centro da cena política as divergências foram postas de lado. Seja convocando a repressão direta das polícias estaduais paulistas (militar e civil); seja pela utilização dos instrumentos da estrutura sindical corporativista (pois, respondendo o apelo dos industriais, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, lançou todos os recursos discricionários disponíveis como a cassação das lideranças sindicais, intervenção em sindicatos etc. para dismantelar a greve), os fortes compromissos do regime com o capital em seu conjunto explicitaram-se mais uma vez. Caso não entendamos esses vínculos profundos, podemos acabar nos contentando com uma denúncia da “maldade do sistema”, correndo o risco de justamente não captar o que dava sentido às sistemáticas violações dos direitos humanos no Brasil (e no restante do Cone Sul) naquela quadra histórica.

Não foi assim descabido que a intelectualidade crítica não tivesse dúvidas em vincular o “terror de Estado” ao “Big business”. E não foi por acaso que alguns opositores do regime recorreram à “expropriação de bancos” como forma de financiar sua luta, enquanto o grande empresariado nacional juntou-se ao regime para organizar a brutal repressão à resistência armada.

Buscando apreender criticamente esse processo, trabalhos como o de Dreifuss começariam a propor uma formulação conceitual tanto para o golpe quanto para a ditadura a partir do adjetivo “civil-militar”, tendo “civil” aí um sentido claramente classista. Entendendo esses civis como parte de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado, o cientista político uruguaio nos ensina algo de fundamental sobre aqueles “civis” que fizeram parte do IPES:

Um exame mais cuidadoso desses *civis* indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas

fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários¹⁶.

Todavia, nesses tempos que correm, o termo “civil-militar” tem servido mais para criar uma mistificação do processo histórico, qual seja, a de que a “sociedade” foi cúmplice daquela ditadura. A verdade é que o próprio termo presta-se à equívocos, por que pode levar a uma utilização na qual se passa a compartilhar a ideologia corporativa própria dos militares, que concebem a sociedade dividida entre eles e os “civis”. Certamente não foi nesses termos simplórios que Dreifuss propôs a noção de “civil-militar”. Vejamos isso mais de perto.

O REVISIONISMO HISTÓRICO SOBRE O GOLPE DE 1964 E A DITADURA

Foi nos anos 1990 que ganharam força no Brasil visões relativizadoras do golpe e da ditadura. A primeira operação realizada por essa “nova” literatura – que já discutimos em outro lugar a partir do conceito de *revisionismo*¹⁷ –, foi a de deslocar a explicação daquela ditadura da problemática do capitalismo. Sob o argumento falacioso segundo o qual conectar o processo político à dinâmica econômica seria o mesmo que “economicismo”, uma leitura “politicista” veio propor como explicação para o golpe e a ditadura um suposto “déficit democrático” na *sociedade brasileira*, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas”. Um raciocínio que, antes de mais nada, beira a tautologia e se aproxima de algo como: “existiu a ditadura por que não éramos democratas!”

O trabalho que inaugura este *revisionismo histórico* sobre o golpe de 1964 é o livro da cientista política Argelina Cheibub Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*¹⁸. Fruto de sua tese de doutorado em Ciência Política na Universidade de Chicago, a autora foi a primeira a propor uma abordagem alternativa ao livro de Dreifuss. Em seu livro, nos dois momentos

¹⁶ DREIFUSS, 1964, op. cit., p.417, Grifo nosso.

¹⁷ MELO, Demian. “A miséria da historiografia.” *Outubro*, São Paulo, n.14, p.111-130, 2006.

¹⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

em que visa criticar diretamente Dreifuss (na Introdução e no capítulo 6) Argelina afirma categoricamente que, em 1964, *a conquista do Estado*, “os conspiradores são vistos como onipotentes. Consequentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos.¹⁹” Inaugurava-se assim uma longa e paupérrima tradição nos balanços bibliográficos sobre 1964 a partir do qual a obra de Dreifuss seria classificada como “conspiracionista”.

A questão é que, ao contrário do que afirma Argelina Figueiredo, no livro de Dreifuss a crise econômica, combinada ao colapso das estruturas políticas, é justamente o que compõe a “crise orgânica”, conceito chave que o autor retira de um dos cadernos de Gramsci para caracterizar as condições sobre as quais se processaram as lutas políticas no início dos anos 1960 no Brasil. Deste modo, não há uma conspiração que se desenvolve sem “constrangimentos externos”. Pelo mesmo motivo, não há uma “narrativa linear” em Dreifuss, como se o golpe fosse um resultado “mecânico” da conspiração ou mesmo da supremacia econômica do capital multinacional e associado. Ao contrário, como é possível apreender da leitura de *1964, a conquista do Estado*, foi na luta concreta que essa fração do capital (através do IPES) tornou-se a mais dinâmica das conspirações contra o governo João Goulart, derrotou o bloco nacional-reformista aliado ao movimento popular e, por fim, conquistou o Estado. A ocupação de postos dos quadros do IPES no aparelho de Estado e a implementação de diversas propostas absolutamente centrais do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) são dados simplesmente negligenciado por Argelina Figueiredo. Quanto à conspiração, embora reconheça sua existência, considera que Dreifuss a supervaloriza. Em seguida, a pesquisadora simplesmente abandona qualquer consideração sobre a mesma em sua própria explicação para o golpe, algo absolutamente estranho em uma proposta de abordagem do processo político que visa discutir o “comportamento estratégico” dos “atores políticos relevantes”.

Como explicação alternativa, a autora nos apresenta a ideia de que entre 1961-1964 “as escolhas feitas pelos atores estratégicos” solaparam as possibilidades de “reformas dentro das regras do jogo”, estreitando o campo de ação do governo Goulart e levando água ao moinho dos golpistas. Assim, o

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 28.

acirramento da radicalização teria criado um *consenso negativo* quanto à possibilidade de resolver os conflitos dentro dos “marcos institucionais”. Para a autora, em pelo menos duas oportunidades esboçou-se a possibilidade de uma saída conciliatória para a crise política: durante o parlamentarismo e no início de 1963, quando o governo tentou implementar o Plano Trienal do ministro Celso Furtado. No primeiro caso, a autora condena Goulart por ter deixado de “aproveitar” o parlamentarismo, preferindo desmoralizá-lo; no segundo, condena as esquerdas por terem sido “apressadas”, pois obviamente o Plano Trienal desagradou os movimentos populares frustrados com a diretiva da ortodoxia monetarista que previa a contenção salarial como forma de deter a inflação. Para a autora, após o fracasso dessas implausíveis possibilidades, estreitou-se o campo de ação do governo, fazendo crescer o poder daqueles que acabaram por depor o governo, acabando com a democracia e a possibilidades de reformas.

Por fim, é necessário fazer uma observação sobre a natureza ideológica do problema que orienta o trabalho de Argelina Figueiredo. Afinal, tal oposição entre “democracia” e “reformas” é sintomática da adesão a um conceito específico de “democracia” que se liga ao pensamento neoliberal, cuja agenda esteve ligada ao desmonte dos direitos sociais (e parte dos políticos) e à redução do regime democrático aos marcos da concepção schumpeteriana²⁰. De tal concepção deriva outra, qual seja, a de que seria possível “negociar”, com base nesse suposto “acordo” entre todos os “atores políticos relevantes”, um programa de “reforma agrária moderado”, como também o restante das “reformas de base”. Assim, de acordo com a pesquisadora, o que teria faltado mesmo foi a disposição dos tais “atores políticos relevantes” para negociar uma saída que “preservasse a democracia”.

Em uma historiografia produzida desde o início os anos 2000 e que ganharia grande repercussão no contexto dos quarenta anos do golpe de Estado (2004), as teses revisionistas de Argelina Figueiredo encontrariam guarida, como pode ser aferido nos trabalhos do professor Jorge Ferreira (do Departamento de História da UFF), que explicitamente a toma como referência. Em inúmeros artigos em revistas acadêmicas e de divulgação científica, em capítulos de livros e

²⁰ Sobre a importância das proposições schumpeterianas na institucionalização das *democracias realmente existentes* na América Latina após as ditaduras, ver MACHADO, Eliel. “Limites da ‘democracia procedimental’ na América Latina.” *Mediações*, v.13, n.1-2, p.260-282, jan/jun e jul/dez. 2008.

em sua recente biografia de João Goulart, Jorge Ferreira centra a explicação do golpe de Estado nesse suposto “déficit democrático”, através de uma narrativa na qual, tal como em Argelina Figueiredo, a luta de classes e a própria conspiração estão ausentes. Ao contrário, Ferreira desqualifica tanto o trabalho de Dreifuss quanto o de Moniz Bandeira²¹ justamente pela ênfase que esses dois pesquisadores deram tanto à luta de classes quanto à conspiração. Também negando relevância à conspiração como elemento importante, o autor explica o processo político brasileiro onde “as direitas” sempre aparecem “*assustadas* com a radicalização das esquerdas”, o que aponta aonde tais inovações historiográficas podem nos levar: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa.”²²

Esse revisionismo vem ganhando importante lugar na produção de uma literatura destinada ao grande público. Em seu já famoso livro *Ditadura envergonhada*, o jornalista Elio Gaspari afirma, como se fosse auto-evidente, que em março de 1964 existiam “dois golpes em curso”, o de Jango e o dos militares. Sua explicação é que “o país estava uma bagunça” e, temendo o golpe de Jango, os militares simplesmente “chegaram antes”.

Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no “dispositivo militar” e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial.²³

E quais as evidências que sustentam esta afirmação? A carta de um coronel golpista, o livro pró-golpe de Glauco Carneiro e um memorando do embaixador estadunidense Lincoln Gordon. Mais uma vez, nenhum tipo de evidência minimamente confiável²⁴. Os intragáveis *guias politicamente incorretos* disso e daquilo, ladeados pela biografia do ex-presidente deposto escrita por Marco Antonio Villa, que acusa Jango de golpismo, vem somando-se a essa onda²⁵. É de fato curioso: a

²¹ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª edição. São Paulo: UNESP, 2010.

²² FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964.” In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (Orgs). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3, p. 400. Ver também _____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.51.

²⁴ Ver MAESTRI, Mário & JAKOBSKIND, Mário Augusto. “A historiografia envergonhada” *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1, nº 1, 2005, pp. 125-131.

biografia quase hagiográfica de Ferreira e a escrita por um jurista como Villa – que pauta toda sua explicação na suposta “incompetência” de Goulart – convergem para uma explicação similar do golpe de 1964.

Enquanto isso, no âmbito dos estudos dedicados à ditadura propriamente, o argumento do “déficit democrático” ganha ares de uma condenação generalizada às oposições armadas, em leitura proposta por um historiador de passado ligado a tais correntes. Sob o argumento de que ainda sob o regime de terror os compromissos da esquerda com a democracia não se faziam existir (já que estas pretendiam “implantar outra ditadura”), Daniel Aarão Reis ganhou expressivos setores acadêmicos e da opinião pública para a reprodução do que, afinal, sempre foi um dos argumentos principais dos golpistas e ditadores de plantão.

Em livro publicado em 2000, denominado *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, além de esposar a tese de que em 1964 os sinais se inverteram e foi a direita que apareceu ao lado da “defesa da Constituição” (uma tese, a propósito, dos próprios golpistas) – pois a esquerda “radicalizou” e passou a defender as “reformas na lei e na marra”, diz –, o historiador propôs que o novo marco para o fim da ditadura fosse 1979, em razão da revogação do AI-5 e da promulgação da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos opositores exilados²⁶. Recentemente, o autor tem insistido na natureza “civil-militar” da ditadura, mas parece bem distante do sentido dado a este termo no citado trabalho de René Dreifuss.

Deslocando o capitalismo do centro da reflexão sobre o sentido da ditadura, a historiografia revisionista coloca em seu lugar um programa de pesquisas dedicado a investigar o “apoio” da “sociedade” ao “autoritarismo”, incorporando perspectiva muito próxima ao revisionismo sobre o Nazismo que nos anos 1990 apareceu no livro do politólogo norte-americano Daniel Goldhagen, *Os carrascos voluntários de Hitler*. Embora rechaçada pela maior parte dos especialistas, justamente por culpar “todos os alemães” pela *Shoa*, um ponto de vista semelhante ao de Goldhagen parece estar presente nesses trabalhos interessados em apresentar o que seria a “opinião dos brasileiros sobre a ditadura” – algo evidentemente metafísico e mistificador.

²⁵ VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Editora Globo, 2004, p.7-9.

²⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Depois de explicar o golpe através da afirmação de que a esquerda também era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura. Nessa visão, a “sociedade” é tratada quase como se fosse uma pessoa, algo, aliás, presente no paradigma liberal – que a define como uma “soma de indivíduos” – e que engendra argumentos como os de que “não é possível vitimizar a sociedade”, ou de que, sendo pessoa, deveria “se colocar na frente do espelho”. Em recente intervenção nesse debate²⁷, Daniel Aarão Reis elencou três argumentos com os quais queria provar o tal “apoio da sociedade” à ditadura:

- as Marchas com Deus, pela Pátria e Família, organizadas antes (em São Paulo) e depois do golpe de Estado (no Rio de Janeiro, capitais e muitas cidades do país);
- as votações expressivas no partido de apoio à ditadura – Aliança Renovadora Nacional (Arena);
- e a suposta popularidade do presidente general Emílio Médici (1969-1974).

Vejam os a consistência desses elementos. Em primeiro lugar, sim as marchas em apoio ao golpe e à ditadura já instalada foram massivas, afinal, ao contrário do que afirmou Jorge Ferreira, o povo “não assistiu bestializado” ao golpe de Estado, pois uma parte dele certamente o apoiou com algum grau de ativismo. Essa é, aliás, a natureza da crise dos anos 1960: a sociedade estava dividida, à esquerda e à direita. Os derrotados obviamente não poderiam se manifestar.

Narrativas justificadoras do golpe, como o panfleto “A Nação que se salvou a si mesma”, publicado na revista *Seleções do Reader's Digest* em novembro daquele ano, sempre procuraram reafirmar esse ponto de vista²⁸. Recentemente, historiadores têm buscado explorar esse apoio, pesquisando, entre outras coisas,

²⁷ Ver esse argumento em REIS, Daniel Aarão. “Ditadura, anistia e reconciliação.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.23, n.45, p.171-186, jan./jun.2010.

²⁸ HALL, Clarence W; WHITE, William L. “A Nação que se salvou a si mesma”, *Seleções do Reader's Digest*, Rio de Janeiro, n.274, pp.93-120, novembro de 1964.

²⁹ Cf. PRESOT, Aline. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

essas próprias marchas²⁹.

Todavia, muitos não têm levado em conta, por exemplo, as informações de pesquisa de opinião pública levantados pelo IBOPE em várias capitais em fevereiro e março de 1964, que ficaram desconhecidas naquele contexto, mas foram reveladas em 1989, pelo cientista política Antonio Lavareda³⁰. Constata-se nesses dados uma enorme popularidade do governo Goulart e de suas propostas reformistas, e entre todas estas informações, uma chama particular atenção. No relatório referente à pesquisa realizada entre 9 a 26 de março de 1964 – num universo de 500 pessoas entrevistadas no Rio e em São Paulo, e 400 nas outras capitais –, em resposta à pergunta “*Se o Presidente João Goulart também pudesse candidatar-se à Presidência*”, temos o seguinte resultado:³¹

QUADRO 01: RESULTADOS COMPARADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO REALIZADA EM OITO CAPITALS (9 A 26 DE MARÇO DE 1964)

NA CIDADE DE	VOTARIAM NELE	NÃO VOTARIAM	NÃO SABEM
Fortaleza	57,0%	34,0%	9,0%
Recife	60,0%	28,0%	12,0%
Salvador	59,0%	32,0%	9,0%
Belo Horizonte	39,0%	56,0%	5,0%
Rio de Janeiro	51,0%	44,0%	5,0%
São Paulo	40,0%	52,0%	8,0%
Curitiba	41,0%	45,0%	14,0%
Porto Alegre	52,0%	44,0%	4,0%

Ou seja, não só seu governo possuía apoio, como parte significativa do eleitorado poderia apoiar uma eventual mudança na Constituição que lhe permitisse concorrer a mais um mandato.

O segundo elemento apontado por Daniel Aarão Reis, o argumento da “expressiva votação da Arena” não leva em conta que parte não desprezível da oposição ao regime pregou o voto nulo como forma de denunciar a *farsa* de ter de escolher entre o partido do “sim” (ARENA) e o do “sim senhor”, o Movimento

³⁰ Em comunicação ao XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. *apud* BANDEIRA, *O governo João Goulart...*, p.351-352.

³¹ “Resultados comparados da pesquisa de opinião realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.”, 9 a 26 de março de 1964. Fundo Ibope, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas (SP), folha 19.

Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida. O próprio autor, em seu livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, havia enfatizado a enorme proporção de votos nulos e brancos nas eleições de 1966 e 1970³², mas hoje parece abandonar esse elemento que afinal esclarece como parte significativa da sociedade brasileira não colaborou nem apoiou aquela barbárie. Aliás, nas eleições de 1974, quando o regime afrouxou o controle sobre a propaganda eleitoral, o voto oposicionista foi vencedor nos grandes centros urbanos, ainda sob o governo do (agora “popular”) Médici.

Certamente nos anos Médici a ditadura viveu seu auge: o “Milagre brasileiro” e o desbaratamento da oposição anti-sistêmica simbolizaram a vitória dos preceitos que em 1964 conquistaram o Estado. A modernização capitalista e a contra-revolução estavam plenamente vitoriosas por volta de 1972³³. E, certamente, essa supremacia, somada ao amplo uso de publicidade estatal (combinada a uma dose cavalariça de coerção) produziu certo consenso, mas é preciso não exagerar.

Elio Gaspari, por exemplo, em seu livro *A ditadura derrotada* menciona uma pesquisa do IBOPE realizada em julho de 1971, e onde o presidente-general Médici aparecia com 82% de aprovação³⁴. Parece ser nesse tipo de dado que Aarão Reis se apoia. Todavia o mínimo que se espera é que os historiadores sejam capazes de problematizar certas fontes, como o são as pesquisas de opinião feitas no contexto de uma ditadura, bem diferente daquelas de fevereiro e março de 1964, ainda no contexto democrático – que o autor preferiu ignorar. A relação de forças no contexto da produção destas representações sociais deve ser sempre levada em conta, de modo que, pesquisas de opinião pública produzidas em contextos tais como a França de Vichy e a Alemanha durante a Segunda Guerra produzem resultados qualitativamente diferentes daqueles aferidos nestes mesmos países sob contextos democráticos.

Qualquer opositor do regime ditatorial brasileiro – qualquer que fosse sua

³² Naquele livro ele afirma que nas eleições de 1966 os votos brancos e nulos alcançaram proporções inéditas, e sobre as eleições de 1970 o número destes votos de protesto seria ainda maior, alcançando o índice de 30%. REIS, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, op. cit., pp.44 e 59.

³³ LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964.” *No prelo*.

³⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.25. Por sua vez, Gaspari retira a informação do livro SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: LP&M, 1984, p.467.

tendência política –, em face de uma entrevista sobre o comandante em chefe da ditadura nos anos mais duros desta, certamente, por uma questão de sobrevivência, evitaria pronunciar-se de forma crítica em relação àquele governo. Desse modo, é sob a suspeita quanto à verossimilhança de suas informações que uma fonte deste gênero deve ser mobilizada na prática historiográfica. Muito menos a euforia com o tricampeonato mundial de futebol (1970), a frequência a festividades cívicas, ou os aplausos ao general Emílio Garrastazu Médici nos estádios de futebol, podem ser contabilizados como provas suficientes de que apenas “uns loucos” não percebiam que aquele era “um país que vai pra frente”. Certamente a ditadura soube tirar um bom proveito de todos esses episódios, mas exagerar no consenso conseguido mistifica a tal ponto o processo que no fim das contas não se sabe contra quem a ditadura era exercida.

É verdade que regimes de exceção, como os fascismos nos anos 1930, conheceram significativo consenso social. Do ponto de vista da consolidação do capitalismo monopolista, é possível inclusive estabelecer alguma semelhança entre a ditadura empresarial-militar brasileira e o fascismo histórico, como faz Francisco de Oliveira, assinalado acima. Todavia, ao contrário deste, aqui não havia o elemento mobilizador, aspecto importante que se liga à construção de um consenso ativo dos cidadãos em relação ao regime nas experiências fascistas na Itália e na Alemanha. Informada por uma longa tradição positivista, por um lado, e pelo liberalismo udenista por outro, os grupos militares que tomaram a dianteira do Estado brasileiro (e que rivalizavam pelo poder) se identificavam por uma comum oposição à participação popular na política. Como assinalou o saudoso Carlos Nelson Coutinho, dadas as particularidades da ditadura brasileira em comparação com o fascismo italiano, em alguns momentos a ditadura brasileira conseguiu um consenso *passivo* entre alguns setores importantes das classes sociais brasileiras³⁵. A importante questão do significativo apoio conseguido pela ditadura não deve mistificar o entendimento a tal ponto de considerarmos que o período do “Milagre”, por exemplo, foi “de ouro para não poucos”.

É verdade que Daniel Aarão Reis não deixa de mencionar “a concentração de renda e de poder [que] chamava atenção do observador mais desatento”. E é

³⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira.” In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.202 e 216-217.

verdade que estava na lógica das coisas que na expansão daquela forma de acumulação as oportunidades para setores médios fossem multiplicadas, já que eram necessários à reprodução capitalista, o que tendencialmente acabou por aumentar também a sua renda³⁶. No entanto, o modelo estava assentado na super-exploração de uma classe trabalhadora cujos níveis de renda já vinham sofrendo uma deterioração significativa, como ficou evidenciado nos dados do Censo de 1970 do IBGE, em perspectiva ao levantamento de 1960³⁷. A tendência que continuou a se acentuar durante aquela década, mesmo quando o crescimento do PIB bateu recordes, *et pour cause*, como ficou evidente em 1972, quando o crescimento ficou na casa dos 11,7% e, segundo a Organização Internacional do Trabalho, o Brasil se tornou campeão mundial em acidentes de trabalho. Com o impacto do primeiro “choque do petróleo” em 1973, a classe trabalhadora será, mais uma vez, fortemente penalizada, como ficou evidente em 1974, quando o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960³⁸, de tal sorte que não é nenhum exagero afirmar que aqueles não foram “anos de ouro” para muitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo esse artigo com uma breve reflexão sobre as implicações que esse *revisionismo histórico* encerra para o debate público do tempo presente. Especialmente neste contexto de instalação da Comissão Nacional da Verdade e destas bem-vindas manifestações feitas por jovens e velhos combatentes das esquerdas na frente das casas de torturadores – os *escrachos*. Como já tive a oportunidade de escrever, tais proposições aqui criticadas acabam por desaguar numa espécie de “anistia historiográfica”³⁹, ao atribuir homogeneamente as responsabilidades pelo “autoritarismo” à “sociedade brasileira”. A história da

³⁶ Como muito bem explica Francisco de Oliveira, “o nível de renda mais elevado das classes médias decorre das novas ocupações criadas pela expansão industrial e da posição que essas novas ocupações guardam em relação à estrutura produtiva, em termos da escala social global.” OLIVEIRA, *Crítica à razão dualista*, op. cit., p.100.

³⁷ A divulgação destes dados deu munção à oposição, que encontrou aí um elemento para contrapor à propaganda do governo sobre o “Milagre”.

³⁸ Cf. MANTEGA, Guido. “Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro.” In. MANTEGA, Guido & MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.75.

³⁹ MELO, Demian. “A anistia historiográfica.” *Brasil de Fato*, 4 de abril de 2012.

⁴⁰ Como ensinou o historiador britânico Christopher Hill: “A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras.” HILL, C. *O mundo de ponta cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.32.

ditadura precisa sempre ser reescrita a cada geração⁴⁰, e a crítica a essas novas abordagens não pode ser confundida com uma simples defesa das abordagens clássicas, ainda que estas devam ser valorizadas, em vez de caricaturizadas.

Termino com o que pode ser uma síntese das nossas proposições. Como a própria forma como essa corrente revisionista vem utilizando a noção “civil-militar” tem se prestado a confirmar as mistificações aqui alegadas, talvez fosse melhor que nos habituássemos a utilizar outro termo, também proposto por Dreifuss, e que talvez capture com maior precisão a natureza daquele regime: *ditadura empresarial-militar*.

LUTAS CAMPONESAS NO SUL DO BRASIL: TERRA E SABERES

PAULO ZARTH¹

INTRODUÇÃO

Recuperar a dimensão da longa duração da história da luta pela terra é uma das estratégias dos movimentos sociais do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, para citar um exemplo significativo, reivindica claramente uma herança histórica argumentando que apesar de surgir oficialmente como entidade representativa dos camponeses em 1984, ele se reconhece como herdeiro de movimentos longínquos no tempo histórico brasileiro. “A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza².” Sepé Tiaraju, os Quilombos, a guerra de Canudos e do Contestado são lembrados junto com as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) como herança e experiência acumulada pelos camponeses ao longo da história brasileira. Mais do que herança histórica, as marcas deixadas pelo processo de ocupação do território são visíveis no presente e, de certa forma, balizam os atuais conflitos sociais no mundo rural.

Os conflitos aqui analisados não se resumem às clássicas lutas entre camponeses e latifundiários pela posse da terra em quase todos os cantos do planeta, pois ocorreram conflitos entre os diversos grupos sociais que se formaram ao longo do tempo. Ou seja, conflitos entre povos indígenas e colonizadores europeus, entre camponeses nacionais e camponeses imigrantes, entre camponeses imigrantes e povos indígenas, quilombolas contra camponeses e latifundiários. Acrescentem-se também os interesses das companhias de colonização privadas e do Estado, que

¹ Doutor em História pelo PPG da Universidade Federal Fluminense. Professor na UNIJUI. Foi Professor Visitante da CAPES na Universidade Federal da Fronteira Sul. (UFFS).

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Nossa História. Julho de 2009. <http://www.mst.org.br/node/7702>
Acesso: 15/04/2011.

protagonizam as políticas públicas territoriais.

Além da disputa pela terra é importante considerar a disputa no campo do conhecimento, dos saberes e práticas sobre a agricultura, pois uma das estratégias dos grupos dominantes foi desqualificar os camponeses para submetê-los aos seus interesses. O suposto atraso tecnológico dos agricultores indígenas e caboclos serviu como argumento para desalojá-los de suas terras e vende-las para colonos imigrantes. Mais tarde a Revolução Verde expulsaria mais camponeses do campo em nome do progresso técnico. Trata-se, portanto, de um cenário complexo do ponto de vista da história social e política que vai além da luta pela posse da terra

TERRAS INDÍGENAS

É de amplo conhecimento que os colonizadores europeus travaram implacável luta contra os povos indígenas do Sul do Brasil e conquistaram a força seus territórios. Não foi uma conquista total, pois a resistência indígena forçou acordos de paz com o governo brasileiro, dando origem às terras indígenas legalmente constituídas como espaço de vida de Kaingang, Guarani e Xokleng. Tais acordos firmados ao longo do século XIX, com evidentes prejuízos para os indígenas, não cessaram as disputas pelo território.

Conflitos significativos reiniciaram a partir do processo de imigração e colonização intensificado no final do século XIX e que avançava em direção à floresta da bacia do rio Uruguai. Estado e empresas privadas viram no imigrante europeu uma boa alternativa de negócios com venda de terras consideradas devolutas, sem levar em conta os indígenas e camponeses que ali viviam. A floresta ombrófila mista abrigou durante séculos os povos indígenas alimentando-os com os frutos da araucária, da fauna e com as roças de milho, feijão e mandioca. O avanço da colonização, com base em pequenas propriedades, rumo às florestas do Norte evidentemente daria origem a sérios conflitos. A multiplicação demográfica dos camponeses e a constante migração em busca de mais terras para a reprodução familiar logo faria pressão sobre as terras indígenas, sobre as reservas florestais e sobre os latifúndios existentes na região. Muitas áreas indígenas foram invadidas por pequenos agricultores ao longo do século XX, contando com apoio de parlamentares e governantes estaduais.

Em 1962, por exemplo, o deputado Antônio Bresolin, fazia tramitar, na Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, um polêmico projeto para vender

grande parte das terras indígenas do Norte do estado para os colonos, argumentando que os indígenas não precisavam de todas as terras e que elas já estavam mesmo invadidas por agricultores. Essa era uma visão corrente nos anos 50 e 60 e, de certa forma, influenciou as ações dos governos em relação à questão agrária. Era mais fácil distribuir terras indígenas para atender a demanda dos agricultores sem-terra do que enfrentar os latifundiários. O projeto do deputado não foi aprovado pela Assembleia Legislativa local, mas não impediu que terras indígenas fossem usurpadas por outros mecanismos jurídicos.

Um dos exemplos mais significativos da usurpação de terras indígenas é o caso da reserva da Serrinha. A pesquisa de José Nascimento informa que os Kaingang perderam mais de 6000 hectares para a criação do Parque Florestal em 1949, o qual seria invadido por pequenos agricultores e legitimado pelo estado como área de colonização na década de 1950. “O restante, mais de 4.500 hectares, compondo a reserva indígena, foi igualmente expropriado pelos colonos e, sob pressão da elite política e econômica da região, o governo estadual extinguiu-a em 1962³.” Os Kaingangs resistentes foram expulsos e alojados em outras reservas da região.

Apesar da derrota os kaingang não desistiram de recuperar suas terras. Logo que a ditadura militar deu sinais de abertura, as ações para a reconquista recomeçaram com intensidade. No campo político, os povos indígenas estabeleceram alianças com novos atores da sociedade nacional que defendiam ativamente suas causas a partir da ideia de direitos humanos e pelo engajamento de amplos setores de esquerda nas causas dos pobres e oprimidos. Instituições como a ANAI, COMIN e CIMI são exemplos desse período⁴.

Em 1978 os camponeses que ocupavam a reserva de Nonoai foram expulsos pelos Kaingang e é uma data que marca uma virada na história da luta pela terra. Os indígenas passaram reconquistar seus territórios, dando origem a um dos mais importantes episódios contemporâneos da luta pela terra. Cerca de mil famílias de camponeses que ocupavam as terras indígenas ficaram repentinamente sem-terra e sem lugar para viver. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul

³ NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. “*Muita terra para pouco índio*”: Ocupação e apropriação dos territórios Kaingang da Serrinha. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.96.

⁴ ANAI. Associação Nacional de Apoio ao Índio. COMIN – Conselho de Missão entre os Índios. CIMI -Conselho Indigenista Missionário.

propôs a transferência dos camponeses para o Mato Grosso, supondo que aceitariam migrar para o Norte, seguindo o histórico caminho trilhado por milhares de agricultores que buscavam na emigração uma solução para reprodução familiar. Algumas famílias de expulsos pelos índios aceitaram migrar para Terra Nova, no Mato Grosso, mas outro grupo não aceitou esta alternativa e o conflito estava armado contra os latifundiários do Sul, pois era evidente que existiam terras na região suficientes para acomodar os sem-terra, bastava uma ação política de reforma agrária.

Como consequência dessa situação, recomeçou a mobilização de milhares de lavradores sem terra, desencadeando um movimento de ocupação de latifúndios da região, particularmente a conhecida Fazenda Sarandi. Desta mobilização surgiu o famoso acampamento da Encruzilhada Natalino, local que emergiu como um símbolo de resistência e de luta pela terra com repercussão midiática em todo o país. Localizado nas margens de uma rodovia no município de Ronda Alta, o acampamento de Encruzilhada Natalino logo reuniu milhares de agricultores sem-terra e foi um dos embriões do MST que se formaria oficialmente em 1984.

Depois do conflito vitorioso de Nonoai, os indígenas desencadearam um processo de recuperação de outras áreas da região com várias conquistas efetivas e, desta forma, gerando mais camponeses sem-terra. A reserva da Serrinha mencionada anteriormente foi reconquistada nos anos 90.

Os conflitos recentes entre camponeses e povos indígenas revelam que equívocos do passado ainda impactam o mundo rural e revelam a estreita relação entre a história dos povos indígenas e a dos camponeses.

CAMPONESES CABOCLOS

A floresta que abrigou os povos indígenas ofereceu também a erva-mate, um produto de grande importância econômica que atraiu milhares de camponeses conhecidos como caboclos, formados por descendentes de europeus, de africanos escravizados e dos próprios povos indígenas. A população cabocla, representada na bibliografia e nos documentos sob diversas denominações⁵ ocupou esse território, durante o século XIX, na tradicional forma de posse ou como terra de

⁵ A bibliografia menciona esses camponeses com diferentes termos, dependendo da região e dos documentos produzidos. Em geral as denominações consideram critérios étnicos e culturais ou condições sociais - *caboclo*, *caipira*, *pequeno lavrador*, *homem livre pobre*, *sitiante*, *pequeno posseiro*, entre outros.

uso comum.

O extrativismo do mate na região da Fronteira Sul, em suas origens caboclas, foi realizado sob diversas formas de domínio. Existiram ervais públicos e particulares, explorados por camponeses de forma coletiva, por arrendatários com peões assalariados e eventualmente por escravos. O mate foi a alternativa econômica para milhares de lavradores pobres, que foram invadindo gradativamente as matas, descobrindo ervais e estabelecendo roças de subsistência por toda parte. Um relatório de 1859 sobre os ervais do Noroeste do Rio Grande do Sul indica a condição de lavrador pobre do coletor de erva-mate: “... e porque no seu fabrico ela não exige capital algum, visto a árvore apresentar-se silvestre e não necessitar de trabalhadores de cultura, ela atrai de preferência a população pobre dos municípios onde existem ervais⁶.”

Os ervateiros ocuparam o território de forma mais ou menos espontânea, seguindo uma tradição de livre circulação pelas florestas do país. Hemetério Velloso da Silveira, cronista que viveu em Cruz Alta, nas décadas de 1850 e 1860, escreve sobre a descoberta e exploração dos ervais do Campo Novo, nas proximidades do rio Turvo, dando uma ideia do que eles significavam na época: “ficaram deslumbrados com a grande quantidade de erva-mate e deram-se sem descanso, ao trabalho de colher e transportar quanta puderam”. Em seguida, escreve o autor, diante da fama dos ervais da localidade, ocorreu forte migração: “começou também a vir da fronteira, para onde era vendida essa erva, uma emigração, que de ano em ano quase duplicava. Nacionais, estrangeiros (europeus, asiáticos e de todas as procedências) aí vinham levantar suas tendas e carijos, indo vender seus produtos para o rio da Prata⁷”.

TERRAS DE USO COMUM

A coleta de erva-mate nativa vem desde os tempos dos sete Povos das Missões e era atividade importante para o povo guarani. Após a guerra guaranítica e a desarticulação das Missões, o extrativismo foi tocado por pequenos lavradores que penetravam nas florestas, localizavam os ervais e recolhiam o mate. Com o au-

⁶ MIRANDA, Francisco Nunes de. *Sobre os diferentes ervais, sua extensão, iberdade e cultura*. Cruz Alta, 4 de Outubro de 1859. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 09, maço 18 (Relatório manuscrito).

⁷ VELLOSO da SILVEIRA, Hemetério José. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909, p. 327–328.

mento de ervateiros e o expressivo valor econômico do mate, as câmaras municipais passaram a regulamentar a atividade, tomando por base o costume dos extrativistas em relação ao acesso aos ervais. O regulamento foi imposto através do código de posturas municipal, sendo, portanto, um instrumento regulatório de caráter local. O mais antigo regulamento sobre o extrativismo da erva-mate foi instituído pela câmara municipal de Cruz Alta em 1835 e visava disciplinar a coleta no sentido da preservação dos ervais e da arrecadação dos impostos, além de zelar pela qualidade do produto. O regulamento de certa forma institucionalizava as práticas costumeiras dos ervateiros.

Todos os ervais engravados nas serras a câmara os tem considerado públicos, desde que sua instalação em 1835, por meio de suas posturas, fazendo a principal parte de suas rendas e impostos de 40 reis em arroba que pagam os exportadores, não consentindo que os particulares se apossassem deles como propriedade, permitindo, porém a todos o fabrico da erva⁸.

Boa parte dos ervais era de *servidão coletiva*, incluindo área para roças familiares. Os caboclos, em geral sem títulos legais de propriedade das áreas ocupadas, foram sistematicamente expulsos ou proletarizados pelos grupos dominantes locais. O golpe final aos camponeses ervateiros veio nos anos 90 do século 19, com o projeto do governo do Rio Grande do Sul de colonizar a região com imigrantes europeus, vendendo terras na forma de pequenas propriedades. Paralelamente, companhias privadas de colonização se apropriaram de milhões de hectares e revenderam aos colonos.

As companhias particulares utilizaram diversos mecanismos para adquirir terras. Um dos expedientes mais conhecidos pela historiografia recente que tem se dedicado ao tema, foi a compra de áreas florestais de grandes proprietários, ignorando a presença de camponeses posseiros ou ervateiros em seu interior. As evidências indicam que a colonização estava prevista com bastante antecedência e que alguns membros dos grupos mais poderosos da região se anteciparam, registrando terras no registro paroquial ou legitimando-as como posse nos termos da lei de terras de 1850. Outra forma era dar apoio jurídico aos posseiros pobres para legitimar suas terras, em troca do compromisso de revendê-las para as mesmas

⁸ Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta, 1852. Acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

companhias por preços módicos.

A experiência de extrativismo de erva-mate associado ao cultivo de roças em terras de servidão coletiva, de uso comum, foi gradativamente derrotada a partir da Lei de Terras de 1850 que anulou a força dos regulamentos municipais, baseados no costume. No final do século 19 a colonização do território com imigrantes de origem europeia, na forma de pequenas propriedades privadas, impôs definitivamente o modelo de domínio individual e privado da terra. Tal processo veio acompanhado de um forte discurso ideológico contra as formas tradicionais de uso da terra praticadas pelos campesinato caboclo. O forte aumento demográfico e econômico decorrente da imigração desarticulou o modo de vida dos camponeses transformando-os em agregados, em proletários nas serrarias e companhias de colonização. Muitos conseguiram se refugiar nas áreas inóspitas, nos vales íngremes que não interessavam aos colonizadores.

A REFORMA AGRÁRIA E O MASTER

A migração interna é uma característica dos camponeses do Sul, tanto de colonos como de caboclos, e sempre funcionou como uma válvula para as tensões agrárias. O estrangulamento da possibilidade de migração para terras cada vez mais ao norte atinge seu ponto crítico no Rio Grande do Sul por volta de 1960 e coincide com os movimentos camponeses pela reforma agrária em todo o Brasil. Os pequenos agricultores, caboclos ou colonos, já não tinham como se reproduzir na fronteira agrícola, pois esta se fechava no território do Rio Grande do Sul. Milhares de colonos migravam para o Paraná e Santa Catarina onde a fronteira ainda estava aberta, mas se fechava rapidamente. Essa solução não era bem vista por alguns setores reformistas, pois implicava na perda demográfica e deveria se considerar a existência de latifúndios improdutivos no próprio estado, que daria para atender toda a demanda dos pequenos agricultores.

Diante dessa conjuntura agrária, os camponeses se organizaram em torno da luta pela reforma agrária, questionando e pressionando de forma organizada os latifúndios existentes no Rio Grande do Sul. Trata-se de um movimento de inflexão que questiona o tradicional processo migratório para terras disponíveis ao Norte.

Diante da crise agrária regional e da conjuntura reformista nacional, os con-

flitos entre latifundiários e camponeses acirraram-se. No início dos anos 1960, a arena de lutas estava pronta para um acalorado embate ideológico, político e militar. Neste contexto surgiu o MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – em Encruzilhada do Sul com apoio e participação direta do prefeito Milton Serres Rodrigues do PTB. Na origem do movimento, um latifundiário do município tentou expulsar centenas de camponeses que ocupavam uma área de 1800 hectares durante décadas. A resistência camponesa evoluiu para a desapropriação da área e a distribuição entre os ocupantes⁹.

O movimento camponês do Sul se insere na onda de criação das Ligas Camponesas e dos congressos organizados pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro. Eckert informa que, no caso do Rio Grande, os comunistas preferiram participar do MASTER, embora também existissem iniciativas para criação das ligas camponesas localmente¹⁰. A bibliografia sobre os movimentos dos camponeses do sul indica o MASTER como o principal organização desse período. Embora tenha recebido críticas pelo atrelamento ao governador Leonel Brizola, foi esse movimento que mobilizou um grande número de camponeses na luta pela reforma agrária no início dos anos 60.

Do ponto de vista das políticas públicas, os anos 60 indicam uma mudança significativa. Historicamente a pequena agricultura foi incentivada pelos governos em terras consideradas ociosas, usando-se os conceitos de terras devolutas e deixando os latifúndios intactos. A nova visão de desenvolvimento agrário adotada pelo governo de Leonel Brizola, e de João Goulart no plano nacional, pode ser analisada através da obra de Paulo Schilling, um dos principais pensadores das políticas agrárias nos anos 60 e um dos articuladores das propostas do MASTER¹¹. O princípio básico da proposta exposta no livro *Crise Econômica do Rio Grande do Sul*, de 1961, era a redistribuição de terras no próprio Rio Grande, impedindo a emigração para outras regiões do Brasil. O plano visava criar novas frentes de colonização nas terras ociosas dos latifundiários. O objetivo era

⁹ *Terra Livre*, Março de 1961, p. 7 e *Terra Livre*, janeiro 1961, p. 3.

¹⁰ ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES Bernardo Mançano; MEDEIROS Leonilde Servolo de; PAULO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

¹¹ Paulo Schilling participou da fundação do MASTER em Encruzilhada do Sul. Eckert, op. cit. p. 75.

organizar “migrações internas das populações excedentes nas colônias velhas e mesmo nas Missões, Planalto e Alto Uruguai. Aliviar-se-ia a pressão demográfica de algumas regiões, enchendo o vazio de outras¹².”

Embora a maior parte dos latifúndios estivesse na zona da Campanha, como se refere o autor, o Norte do Estado também mantinha grandes propriedades de terras improdutivas. Entre elas, a famosa Fazenda Sarandi, por exemplo, que seria palco de intensas lutas no final dos anos 70. Schilling não se esquece dos caboclos nesta sua proposta de colonização dos latifúndios e, ao mencioná-los, reconhece as origens dos grupos sociais do campo: “considere-se ainda as centenas de milhares de camponeses sem terra, que habitam nossos campos, os nossos caboclos das zonas pastoris, que, evidentemente, não poderão ficar à margem de qualquer plano de colonização¹³.”

Além da distribuição de terras, a proposta política do autor considera uma série de outros fatores fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e da própria reforma agrária - fundo agrário, modificações na legislação, organização de cooperativas, crédito, mecanização, etc. Além disso, considerava fundamental a mobilização dos camponeses: “a condição básica para o sucesso de uma reforma (e de qualquer reforma) está na participação do povo, em especial dos interessados diretos, no caso, os camponeses¹⁴.”

Efetivamente, alguns projetos de distribuição de terras foram realizados pelo governo rio-grandense. Em 1962, por exemplo, 20 mil hectares do Banhado do Colégio, no município de Camaquã, foram desapropriados e entregues aos camponeses sem maiores custos para o estado, pois se tratava de terras públicas, disputadas por latifundiários da região. Ainda no governo Brizola outros projetos de reforma agrária foram executados assentando centenas de famílias camponesas.

Esta proposta política, no entanto, seria derrotada pelo golpe militar de 1964. As lideranças camponesas foram presas e torturadas, suas associações foram fechadas e seus representantes políticos cassados. No Rio grande do Sul, antes mesmo do golpe militar, a repressão se abatera sobre os sem terra, com a força da Brigada Militar. Em 1963 o governo estadual foi conquistado por um go-

¹² SCHILLING, Paulo. *A Crise Econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica. 1961, p.118.

¹³ *Idem*, p. 119.

¹⁴ *Idem*, p. 148.

vernador conservador, candidato de uma aliança de direita, tendo por base o PSD. Ildo Meneghetti, o novo governador, imediatamente fechou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, criado pelo governo anterior, desfez as iniciativas de reforma e atribuiu à polícia estadual a tarefa de desmantelar o MASTER. Com o advento do golpe militar, que contou com o apoio do governador, a tarefa repressora ficou ainda mais fácil e o movimento pela reforma agrária foi sufocado.

RETOMADA DAS LUTAS E O MST

A repressão abafou os movimentos camponeses, mas não resolveu os problemas agrários. Assim, em setembro de 1979 os camponeses sem terra ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, que eram parcelas da grande fazenda Sarandi, gerando um clima tenso que durou anos. Parte das famílias de sem terras ficou acampada numa encruzilhada próxima destas fazendas e foi formando o citado Acampamento Natalino, um ponto de referência para todos os sem terra e que cada dia recebia mais gente. Tornou-se um símbolo de luta pela terra com altíssima exposição na mídia e nos meios políticos do país, tanto que a intervenção militar federal em 1981 não foi suficiente para desmobilizá-lo.

O acampamento de Natalino teve apoio da Igreja que assumiu uma atitude muito diferente da posição conservadora tomada no início dos anos 60. O apoio da igreja nesse caso através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi importante, pois organizou uma série de comissões de trabalho que garantiram a sustentabilidade do movimento dos agricultores. O padre Arnildo Fritzen, de Ronda Alta, assumiu um papel importante na organização do acampamento tornando-se uma liderança na articulação de apoio da sociedade civil para a causa dos camponeses. A mudança de posição da igreja não foi consensual, mas uma posição favorável aos camponeses acabou se impondo. Em entrevista concedida para Goes, Fritzen informa que:

Foi fantástico porque provocou um racha no meio da Igreja entre os padres, mas mesmo assim se decidiu ir ao final do dia levar um apoio e celebrar juntos lá no acampamento. Na verdade, um grupo de padres se dividiu e não foi lá para celebrar e então se criou durante a Assembléia um “mal-estar” entre os participantes. Mas os que foram, além de levar o apoio, puderam sentir o

que é uma organização de um povo. Esse foi o primeiro passo marcante da Annoni¹⁵.

O acampamento recebeu um imenso apoio de vários setores da sociedade civil, uma verdadeira romaria de estudantes, sacerdotes ligados à teologia da libertação, sindicalistas e políticos engajados visitavam o local levando solidariedade, inclusive alimentos e roupas arrecadados em campanhas de coleta em diversas cidades.

OS GENERAIS, O PASTOR E OS GUERRILHEIROS

Os movimentos sociais do campo passaram a ser considerados problemas de ordem militar pelo governo ditatorial. Seguindo essa orientação, em 1981 ocorreu a intervenção militar na área do acampamento de Encruzilhada Natalino comandada pelo famoso Major Curió. Especialista em repressão de movimentos populares em outras áreas do país, ele saiu derrotado pelos camponeses organizados que souberam resistir à enorme pressão do governo e dos interventores.

Não foi a primeira intervenção do exército na região. Em 1971 já ocorrera a ocupação militar dos municípios de Tenente Portela e Três Passos, localizados a pouco mais de 100 km de Natalino. A intervenção ocorreu no auge da ditadura militar quando as atividades de organizações de esquerda poderiam recrutar os camponeses para suas fileiras. Esta área foi palco de um movimento de resistência à ditadura, com a tomada do quartel da brigada militar de Três Passos em 1965, sob comando de forças ligadas ao ex-governador Leonel Brizola, exilado no Uruguai. Em 1970 um novo movimento se instala em Três Passos onde os militantes criam como fachada a “Sociedade Pesqueira Alto Uruguai”. A prisão dos jovens guerrilheiros acusados de estarem preparando ações de guerrilha no município deu origem a uma imensa atividade militar.

As tensões sociais e políticas no Alto Uruguai rio-grandense dos anos 60 motivaram a intervenção militar na região próxima à reserva florestal do Turvo, no rio Uruguai, contando com a colaboração do exército argentino. O jornal *O Celheiro*, de Três Passos, referindo-se a manobras do exército, noticiava que “mais de

¹⁵ GOES, Valdemar da Silva. *Entre cruzeiros e bandeiras: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960 – 2009)* Passo Fundo. UPF. Dissertação de Mestrado em História. 2010, p. 78.

doze mil homens estarão em duros treinamentos¹⁶.” As operações foram empreendidas em diversos municípios da região. Segundo podemos ler nos jornais locais, a presença do exército foi marcada com diversas manobras, inclusive nas áreas urbanas. Paralelamente às ações militares repressivas, o exército desenvolveu programas de assistência médica e social através do projeto ACISO – Ação Cívica Social do Exército –, amplamente divulgadas nos jornais locais. As ações militares brasileiras foram apoiadas pelo exército argentino, que desenvolveu operações semelhantes na margem argentina do rio Uruguai. Na conjuntura geopolítica internacional, as velhas rivalidades foram deixadas de lado. O jornal *O Celeiro* de 5 de novembro de 1970 noticiou a operação militar:

É digno de registro também a cooperação da 7ª Brigada de Infantaria do Exército Argentino, sediado na província de Misiones, cujos componentes, demonstrando os mesmos sadios princípios democráticos que professamos no Brasil, realizaram um exercício conjunto na direção do rio Uruguai. Esteve presente à manobra o general *Alexandre Lanusse*, comandante em chefe do exército argentino¹⁷.”

O receio dos militares era estimulado pelas dificuldades econômicas da região, que passava por grave crise social num momento de mudança de patamar tecnológico, expulsando milhares de trabalhadores do campo ao mesmo tempo em que exigia investimentos fora do alcance da maioria dos camponeses com propriedades muito pequenas. Uma das propostas para a solução da crise era a transferência de parte dos agricultores para a Amazônia, aliviando a pressão sobre a estrutura fundiária local. Em 1971 um projeto com esta alternativa foi organizado pela Igreja Luterana de Confissão Luterana do município de Tenente Portela, no Alto Uruguai, através de uma Cooperativa de Colonização, cujo nome é bastante sugestivo: “Cooperativa de Colonização 31 de Março¹⁸.” A iniciativa idealizada pelo pastor da Igreja local contou com apoio do governo e de instituições humanitárias europeias.

Em 1983, pouco mais de dez anos depois, justamente em Três Passos, dois

¹⁶ Jornal *O Celeiro*. Três Passos. 27 agosto 1970, p. 1.

¹⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁸ SCHWANTES, Norberto. *Uma cruz em terra nova*. São Paulo: Scritta, 1989.

mil colonos se reuniram no salão do Seminário da Igreja Católica em Três Passos, para realizar a “Primeira Assembleia dos Sem Terra. Vários sindicalistas participaram desse evento que foi promovido pela CPT. Uma das questões debatidas foi a recusa em participarem de projetos de colonização¹⁹.” Entre os presentes, estavam colonos que retornaram do Mato Grosso.

IMPACTOS DA DITADURA MILITAR SOBRE AGRICULTURA TRADICIONAL CAMPONESA

Um dos impactos mais fortes da ditadura militar no campesinato ocorreu através das políticas públicas para mudanças tecnológicas na agricultura baseada na conhecida Revolução Verde, articulada pela Fundação Rockefeller e por grandes empresas de tecnologia agrícola. A bibliografia sobre o tema é grande e, em geral, faz duras críticas a esse processo, cobrando seus efeitos em relação ao meio ambiente e aos problemas sociais decorrentes do forte e repentino êxodo rural, entre outros aspectos denunciados. Basicamente, a estratégia era atrelar crédito e assistência técnica, forçando os camponeses a adotar novas tecnologias, incentivadas por um grande programa de extensão rural. O programa extensionista se baseava numa suposta ignorância tecnológica dos camponeses e, desta forma, desqualificava seus saberes construídos durante séculos de observação e práticas agrícolas. O debate entre atraso e progresso tecnológico é antigo no Brasil, mas a ditadura militar acelerou o processo e criou as condições para desarticular resistências camponesas.

Na mesma época em que os movimentos de camponeses liderados pelo MASTER agitavam o mundo rural, os jornais anunciavam uma forte crise na agricultura dos pequenos agricultores. A título de exemplo, o *Correio Serrano* registrava, com a manchete “queixas dos agricultores”, que, “com o preço do suíno, é prejuízo criar porco, colonos sacrificam as suas criações, emigram para outros estados ou vão para as cidades²⁰.” Esse suposto quadro de decadência da agricultura regional no Rio Grande do Sul coincidiu com o início das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil, e a solução indicada pelas agências do governo foi a “moderniza-

¹⁹ FERNANDES, Bernardo Maçano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)*. Tese apresentada no Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999, p.51.

²⁰ *Jornal Correio Serrano*. Ijuí, 19 Setembro 1962, p.1.

ção” da agricultura através da ampliação da mecanização das atividades agrícolas, a utilização de insumos químicos, correção do solo e a inserção num novo e complexo sistema de produção comandado por grandes empresas capitalistas.

O programa de modernização consistia num processo de treinamento doutrinário e tecnológico, em que aconteciam cursos e palestras, com profissionais de diversas áreas e giravam em torno do conteúdo: liderança e novas técnicas na agricultura. O programa teve também um papel importante na organização de lideranças rurais, treinadas para a difusão tecnológica. Crianças e mulheres agricultoras também eram convidadas para participar do programa de renovação tecnológica, numa perspectiva educacional e assistencial. Notícia do jornal *A Serra* é esclarecedora nesse sentido:

É um trabalho planejado com liderança determinada, em grupos de líderes organizados, atuando, multiplicando assim o trabalho dos Extensionistas, e com clubes 4-S, funcionando perfeitamente entrosados dentro da Comunidade. A principal função dos clubes 4-S é integrar o elemento jovem, a juventude rural nos problemas da nossa agricultura, procurando trazê-los para o desenvolvimento, para uma agricultura mais técnica e mais produtiva. ASCAR em Horizontina tem 3 clubes 4-S, de grupos de líderes funcionando. Este ano serão fundados mais dois clubes 4-S e já estão sendo organizadas mais duas comunidades rurais. Nestas duas comunidades já foram determinados os líderes e já estão recebendo treinamento doutrinário e tecnológico, capacitando assim os líderes para um trabalho mais efetivo, de integração do nosso agricultor a uma agricultura planejada, mais produtiva e mais rendosa²¹.

OS CLUBES 4-S E A JUVENTUDE CAMPONESA

Um exemplo prático da força do extensionismo rural pode ser visto nos clubes 4-S²². Estes clubes foram difundidos em todo o Brasil, de forma capilar em pequenas comunidades, e visavam formar jovens lideranças locais para a difusão do pacote tecnológico. Diversas pesquisas têm tratado do papel dos clubes 4-S como agentes da difusão da Revolução Verde. Tomamos como exemplo a dissertação de

²¹ *A Serra*, 25 de Maio de 1969, p. 3.

²² A sigla 4-S significa: Saber, Sentir, Servir e Saúde. Tradução e adaptação da sigla 4-H (Head, Heart, Hands e Health), denominação dos mesmos clubes nos Estados Unidos.

Sirlei de Fátima Souza sobre os clubes 4-S do distrito de São Roque, município de Passo Fundo, no Norte do Rio Grande do Sul: “o caráter educacional proposto pela extensão rural, assim como a educação rural, não apresentava uma proposta que levasse em conta o saber dos agricultores²³.” Uma das estratégias dos clubes era focar as ações nos jovens como forma de induzir a demais membros da família a adotar as inovações: “os estímulos para que os pequenos agricultores abandonassem as práticas agrícolas tradicionais e adotassem as novas técnicas partiram do trabalho realizado pela juventude rural nos Clubes 4-S, sob a orientação dos extensionistas da Ascar²⁴.” O resultado desse movimento, segundo as conclusões da pesquisa foi a destruição da tradicional vida rural comunitária naquele distrito, decorrente do processo seletivo de modernização e da nova forma de organização da produção:

Essa mudança rápida atingiu o meio rural como um todo, provocando alterações culturais, entre as quais o cultivo da soja, produto desconhecido no meio rural, em detrimento de culturas diversificadas; os agricultores foram atrelados a sindicatos, bancos, agroindústrias, novos comerciantes e cooperativas para a comercialização dos produtos; também passaram a adquirir adubos, fertilizantes, máquinas e a participar de palestras, excursões, cursos, levando uma vida rural com características cada vez mais urbanas. Isso tudo, entretanto, foi seletivo e excludente para aqueles que não conseguiam investir de acordo com as novas exigências, pois, de acordo com o que vimos anteriormente, com as redefinições ocorridas no serviço de extensão rural no Brasil, o trabalho que envolvia a família rural, a comunidade, deixou de ser priorizado e o custo para os investimentos agrícolas tornaram-se muito altos para os pequenos agricultores. Com isso, a única alternativa para muitos foi vender ou arrendar a propriedade e vir para a zona urbana concentrando-se especialmente no bairro São Cristóvão e na vila Planaltina de Passo Fundo²⁵.

²³ SOUZA, Sirlei Fátima de. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Passo Fundo. Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo. 2003, p. 219.

²⁴ *Idem*, p. 230.

²⁵ *Idem*, p. 229.

REABILITAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS CAMPONESES COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

As discussões mais recentes nesse campo, protagonizadas principalmente pela antropologia e pela agroecologia, tem reabilitado os conhecimentos do camponinato e dos povos indígenas, os chamados saberes tradicionais. No campo político esse tema tem servido de bandeira de luta para camponeses, grupos indígenas, ribeirinhos e quilombolas entre outros.

A defesa de tais conhecimentos seria uma forma de resistência de um modo de vida diante do avanço do capitalismo com seus “pacotes tecnológicos” que exclui a maior parte dos camponeses forçando-os à proletarização e à migração. Ao mesmo tempo as formas tradicionais de agricultura seriam ambientalmente mais adequadas na medida em que promovem a biodiversidade e evitam o uso de venenos e insumos químicos.

Convém ressaltar que o entendimento dos autores que argumentam em favor dos saberes tradicionais camponeses não é de um conhecimento estático, imutável. O camponês estaria aberto a inovações, mas com cautela necessária para não colocar em risco a própria existência do grupo. A bibliografia nesse sentido é relativamente ampla. Citamos aqui alguns exemplos: “o camponês não é obtuso, impermeável à mudança. Ele é observador e cauteloso. Não pode colocar em jogo a reprodução social de sua família só porque alguém em algum gabinete resolveu impor uma inovação tecnológica à população de baixa renda²⁶.”

A escrita da história da agricultura na perspectiva do conhecimento das populações tradicionais está em andamento, ainda que lentamente. Esforços para superar as ideias preconceituosas sobre as práticas agrícolas dos camponeses tradicionais têm avançado a partir de diversas áreas das ciências sociais. Os conhecimentos e as experiências dos camponeses tradicionais têm sido cada vez mais citados pela bibliografia dedicada à história da agricultura e a história ambiental. Marcel Mazoyer, agrônomo do Instituto Nacional Agrônômico de Paris - GRIGNON, indica essa posição em suas recomendações para uma reorientação das políticas públicas de pesquisa sobre a agricultura. Com base em sua vasta experiência como

²⁶ WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.). *Diversidade do camponinato: expressões e categorias*, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 128.

historiador dos sistemas agrários em diversos locais do mundo, que a agricultura camponesa se constitui num laboratório para o futuro da humanidade:

As regiões do mundo densamente povoadas – onde o campesinato desenvolve hoje formas de agricultura complexas, sustentáveis e de alto rendimento territorial além de pouco dispendiosas em recursos não renováveis – são, sem dúvida, laboratórios em que se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Somente o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários que são o fruto da experiência multissecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos pesquisadores identificar e propor melhorias apropriadas e transferir, adaptando-os, certos conhecimentos de uma agricultura em favor de outra²⁷.

No campo da historiografia ambiental, Donald Worster, conhecido especialista na área, observa que as práticas agrícolas consideradas primitivas vêm sendo reconhecidas em ambientes acadêmicos, nos quais as experiências históricas dos agricultores tradicionais passaram a ser respeitadas:

Inquestionavelmente, toda agricultura trouxe mudanças revolucionárias aos ecossistemas do planeta; e, a maioria dos agroecologistas concordaria, estas mudanças têm sido muitas vezes destrutivas para a ordem natural, e imperfeitas em seu projeto e execução. Contudo, como eles adquiriram a compreensão de como os sistemas agrícolas têm interagido com a natureza, os cientistas descobriram muitas razões para respeitar as antigas realizações de bilhões de anônimos agricultores tradicionais²⁸.

Ao contrário do que lemos na maioria dos documentos oficiais do governo brasileiro ao longo do século XIX e boa parte do XX, no século XXI podemos ler em suas publicações uma visão completamente diferente. Uma posição favorável ao conhecimento dos povos tradicionais é defendida por uma agência do governo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), ao declarar que essas popula-

²⁷ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010, p. 546.

²⁸ WORSTER. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: *Revista Ambiente & Sociedade*. Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

ções não são atrasadas e nem refratárias ao progresso.

A fim de criar um ambiente intelectual que favoreça a assimilação do tema, é fundamental estar de acordo que no enfoque ambientalista as populações tradicionais não são sinônimo de populações atrasadas, populações refratárias ao progresso ou à modernização. Não é nada disto, uma população tradicional, na análise ambientalista que ora fazemos, pode ser tão moderna quanto uma população urbana; o que interessa é a sua relação conservacionista com o meio ambiente. Podemos isso sim, pelo contrário, dizer que as populações tradicionais são uma antecipação da sociedade do século XXI, pois se o homem no próximo século não se tornar um conservacionista, colocará em risco a sua própria sobrevivência. Cumpre aqui fazer uma analogia com o que aconteceu no Renascimento, quando o mundo cansado com a rotina de pobreza cultural da Idade Média, foi buscar vida nova nas Populações Tradicionais representadas naquele momento pelas culturas Grega e Romana. Esta lição nos mostra claramente que o tradicional encerra valores que se podem perpetuar, e daí que o tradicional passe a ser chamado de clássico porque é toda uma classe, uma aula para a posteridade²⁹.

Os camponeses atuais, ligados à Via campesina, além da luta pela terra, defendem formas alternativas de produção que possibilite autonomia diante das grandes empresas do agronegócio. Uma das possibilidades é a agroecologia, um sistema de produção relacionado com a identidade camponesa e que “fortalece as relações comunitárias, resgata a diversidade alimentar, os conhecimentos que foram gerados observando meio, decodificando os sinais da natureza. Parte do que é tradicional daquela dada cultura. Implica em um modo de viver³⁰.” Além dessa dimensão cultural, ela é entendida como parte da luta de classes:

A agroecologia representa uma base científica e técnica para qualificar os sistemas camponeses de produção, eliminar o uso de agrotóxicos, superar as cadeias produtivas, construir a soberania alimentar, proporcionar autonomia das famílias camponesas fazer enfrentamento ao agronegócio. Assim para o MPA a agroecologia tem um significado produtivo prático,

²⁹ IBAMA. <http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>. Acesso: 29 set., 2011, p. 32.

³⁰ Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. *Plano Camponês: da Agricultura Camponesa para toda a sociedade*. 2012. (cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do MPA do Espírito Santo), p. 17.

mas também um significado político e ideológico, fazendo parte da luta de classes no campo e na cidade³¹.

Como conclusão, as estratégias dos camponeses, nos termos enunciados acima, podem ser compreendidas como formas de luta pela autonomia camponesa, de resistência e da defesa de um modo de vida, no qual o pequeno agricultor pode determinar por si mesmo o tempo e a intensidade de seu trabalho, como observou Alexander Chaynov, sem submeter-se às imposições do agronegócio. Além das lutas pelo acesso a terra, os camponeses lutam contra as grandes empresas capitalistas por autonomia e controle do conhecimento tecnológico, pelo respeito à liberdade e autonomia.

³¹ *Idem*, p. 16.

³² CHAYANOV, Alexander V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974.

UMA PESQUISA NECESSÁRIA: A DITADURA NO OESTE DO PARANÁ¹

CARLA LUCIANA SILVA²

O projeto de pesquisa Ditadura no Oeste do Paraná: história e memória nasceu da necessidade concreta de intervenção social do grupo de historiadores envolvidos no projeto. Desde 2005, o Grupo de pesquisa HISTÓRIA E PODER e a linha de pesquisa ESTADO e PODER desenvolvem pesquisas históricas, abordando tanto temas regionais como nacionais ou mesmo internacionais. São pesquisas diversas, de mestrado e de graduação executadas no âmbito do Laboratório de Pesquisa Estado e Poder.

Trabalhos já finalizados problematizaram questões como os aparelhos privados de hegemonia durante a ditadura: revistas de circulação nacional e suas atuações políticas; as organizações vinculadas ao latifúndio; os Partidos de Direita e extrema-direita na formulação política do Golpe, assim como, organizações extrapartidárias de atuação política. Os embates ideológicos em torno da Ditadura e da resistência, seja nos estudos historiográficos, na história e na memória.

Cada vez mais tem surgido o interesse pela pesquisa de temas vinculados à Ditadura no Brasil e no Cone Sul, assim como estudos comparativos com as ditaduras europeias. Essa necessidade não aparece como simples modismo, senão como fruto de uma demanda social concreta pela intervenção social dos historiadores diante da história do Tempo Presente. Frente à necessidade de condensar informações e somar esforços para adentrar nas difíceis questões que envolvem o estudo da Ditadura, a partir de 2012 resolvemos criar um instrumento que permitisse sistematizar, reunir e facilitar a pesquisa sobre a Ditadura. Além disso, propusemos focar a questão da ditadura no âmbito regional porque já havíamos percebido a existência de uma forte demanda nesse sentido, acompanhada de ausência de estudos com essa finalidade.

¹ Projeto financiado pelo CNPq – 476133/2013.

² Docente da Graduação e do PPPGH em História da UNIOESTE. Coordenadora do projeto Ditadura no Oeste do Paraná/CNPq.

A partir da experiência de dois projetos de Pós Doutorado realizados em Portugal (com a participação em projeto de pesquisa que reúne pesquisadores de Portugal, Espanha, França, Itália e outros países, coordenado pelo historiador Manuel Loff da Universidade do Porto), abriu-se uma outra questão de pesquisa, sobre HISTÓRIA e MEMÓRIA das ditaduras ibéricas. O projeto acabou abrangendo também o Brasil e saímos de lá com esse compromisso, de seguir pesquisando Políticas Públicas de Memória no Brasil recente.

O PROJETO

O projeto tem como objetivo analisar o impacto da ditadura brasileira (1964-1985) na região Oeste do Paraná, suas ações, as resistências empreendidas e a memória construída em torno dela. Recuperar aspectos da história da região oeste do Paraná no que diz respeito à ditadura brasileira é o objetivo geral desse projeto. A ditadura enquanto projeto institucional atingiu a vida dos brasileiros de forma distinta. Alguns mais diretamente, outros de forma mais indireta. Mas todos aqueles que viveram de 1964 a 1988 tiveram em suas vidas marcas da ditadura, especialmente o cerceamento da liberdade de expressão, de reunião e de associação. As instituições do estado brasileiro se complexificaram, fazendo com que a burocracia tenha atingido a vida de milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, o ideário da ditadura através de seus mecanismos de propaganda se disseminaram Brasil afora, criando um clima de aparente comodismo e aceitação social, muito visível nas ideias de crescimento, desenvolvimento, e progresso, instrumentalizando atividades corriqueiras como o futebol e a música, por exemplo.

Na região oeste do Paraná a grande obra da ditadura foi a construção da usina hidroelétrica Itaipu. Ela levou ao alagamento de terras, deslocamento de famílias, lutas pelas indenizações justas e organização de contestação. Tudo isso somado ao acúmulo de lutas sociais no campo no Paraná (grilagem de terras, expulsão de camponeses, revolta dos posseiros) fez da região um lugar que recebeu uma série de movimentos e militantes em busca de construir uma luta contra a ditadura. Fortes influências exerceram o PCB e o PTB de Leonel Brizola na região. Soma-se a esse quadro o fato de se tratar de uma região de fronteira (Paraguai e Argentina). Não apenas a Usina de Itaipu serviu como base para a empresa militar, mas também para o serviço de informações, que teve na região

forças do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Polícia Federal e de outros órgãos de segurança. Além disso, a Operação Condor teve seus braços atuantes nessa região de fronteira. Não é fora desse contexto amplo que podemos entender a tentativa de implantação de uma base territorial da VAR-Palmares e da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR na região oeste no final dos anos 1960. Diante dessa realidade, o projeto busca levantar documentos, tomar depoimentos, disponibilizá-los ao público, incentivar novas pesquisas, analisar o material e publicar resultados. Além disso, propõe ter uma intervenção na realidade local, seja criando um comitê local de debate sobre a ditadura³, seja realizando atividades de conscientização e memória social.

A DITADURA E A SOCIEDADE

Existem importantes avanços sendo realizados nos estudos sobre a Ditadura brasileira iniciada em 1964 através do golpe de Estado que derrubou o presidente eleito João Goulart. Grupos de estudos, eventos, pesquisas vem avançando, mesmo que não ainda no ritmo desejado. O acesso às fontes segue sendo uma dificuldade, mas há também novos acervos sendo descobertos e disponibilizados. Na esteira da retomada de consciência histórica sobre a questão da ditadura, que vem sendo progressivamente trazida ao debate público, há questões a pontuar. Os avanços da lei 9140/95, da Comissão de Mortos e Desaparecidos e das respectivas leis que circundam a questão tem levado a distintas mobilizações no sentido de publicização de novos documentos, de dentro ou de fora da oficialidade da Ditadura, por mais que se saiba que falta um efetivo esforço governamental para a disponibilização e preservação concreta de documentos, que seguem sendo incinerados e descartados. A efetivação da Comissão Nacional da Verdade é outro impulso que esse processo tem recebido, forçando ao debate e ao posicionamento de parcelas sociais que até então podiam ficar no conforto do silêncio, como os responsáveis pela repressão, torturas, mortes e desaparecimentos. E também, expondo aqueles que financiaram e apoiaram de formas distintas a ação repressiva. Ainda assim, é extremamente limitado o alcance e a vontade política dessa Comissão, o que não é assunto para o

³ Como parte dessas atividades participamos da criação do Comitê Memória, Justiça e Verdade do Oeste do Paraná em Cascavel, em dezembro de 2013.

presente texto.

Mesmo havendo uma preocupação em nível Federal em incentivar a produção de pesquisa sobre a Ditadura, percebemos que ainda há muito por fazer na realidade local. O Plano Nacional de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no seu item “Direito à Memória e à Verdade” diz que “a investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania⁴”. Não há aqui nenhuma novidade para os historiadores, mas colocado como um plano de governo que tem intenção de incentivar políticas de ação, aponta para a abrangência da questão, e situa claramente a memória como um dos “direitos humanos”. Dentro do item “f” das ações programáticas encontramos: “desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre graves violações dos direitos humanos”. Ou seja, percebemos que pesquisar sobre essa temática é uma forma de atender a uma demanda social que está presente embora nem sempre de forma explícita. O exercício do trabalho de campo do historiador ajudará a esclarecer essa história, incitando as manifestações da memória desse momento obscuro de nossa história recente.

Recentemente, a própria Associação Nacional de História posicionou-se como apoiadora da Comissão Nacional da Verdade - CNV, incentivando aos programas de pós graduação no sentido de criar espaços locais de pesquisa. Segundo informa a Associação, trata-se de um acordo de “Cooperação Técnica objetivando mútua colaboração entre os contraentes, para a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País, no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover o que chamam de “reconciliação nacional”⁵.

A Pesquisa histórica avança, com a constituição de grupos de pesquisas de questões específicas sobre elementos que conformam a ditadura. Dissertações, teses, artigos são produzidas e elucidam problemas e colocam novas questões. Junto com esse movimento histórico, são produzidas novas fontes orais, fundamentais para que se conheça o passado e o problematize, especialmente

⁴ Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -- rev. e atual. -- Brasília: SDH/P, 2010.

⁵ http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=3800. O Programa de Pós Graduação em História da Unioeste indicou a autora desse projeto como sua representante local relacionada à CNV.

quando se fala de resistência e oposição à ditadura.

Junto a isso, somamos ainda a questão da emergência de novos estudos de âmbito regional, que abordam realidades específicas, em suas peculiaridades. No nosso entendimento, o local está articulado a um todo, pois havia uma forte mobilidade dos sujeitos da ditadura. O sistema repressivo se alargava, se ampliava, se reproduzia por todos os lados do país. A resistência e as rotas de fuga levavam à obrigatória mobilidade dos militantes. Por isso, pensar o regional implica necessariamente pensar as redes que se estabelecem, tanto por dentro do estado como na sociedade. A essa questão se agrega o fator da clandestinidade, das fugas, da permanente mobilidade dos sujeitos perseguidos.

O DEVER DE VERDADE

Com o lançamento da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, ampliaram-se os comitês locais, assim como pesquisas para subsidiar o trabalho de recuperação da memória histórica recente do Brasil: a Ditadura, a repressão, as conexões internacionais, a resistência, as ligações empresárias, entre outros. A CNV, criada pela Casa Civil da Presidência da República, tem como objetivo a apuração de fatos que envolvem a violação dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura brasileira. A “Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”⁶.

O Estado do Paraná criou a sua própria comissão, através da Lei 17362 - 27 de Novembro de 2012, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. Segundo consta, “prestará apoio administrativo às ações e atividades, que não terão caráter jurisdicional ou persecutório”⁷. Infelizmente, pouco foi feito até agora no campo da investigação de crimes nunca investigados, mas a existência da Comissão é um bom sinal de reconhecimento do problema. Uma das maiores questões ainda inconclusas sobre a Ditadura no Paraná ocorreu justamente no Oeste do Paraná, entre Cascavel, Medianeira e Foz do Iguaçu. Ali se instalaram dois grupos de treinamento de luta armada. Um deles, da VAR Palmares, em Nova Aurora. O outro, do MR8, em Cascavel, Medianeira e

⁶ CNV. <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>

⁷ <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=94>

Foz. Ali também mais tarde houve uma chacina de militantes da VPR que estavam fora do país e foram atraídos por agentes da ditadura para serem mortos no território brasileiro.

É importante dizer que a criação das Comissões da Verdade é fruto de uma reação do governo brasileiro, já que o país foi condenado internacionalmente por não ter apurado crimes e por não ter exercido Justiça sobre esses crimes⁸.

Esse contexto deu impulso à elaboração do presente projeto, que inicialmente estabeleceu os contatos, montando uma equipe qualificada, com destaque para a consultoria histórica do professor Dr. Enrique Serra Padrós⁹, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, profundo conhecedor da temática da ditadura não apenas no Brasil como no Cone Sul. Sua pesquisa tem mostrado o alcance de Operação Condor, um operativo repressor de Ditadura que contava com a colaboração entre os países do sul: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile. Todos, em momentos distintos, viveram ditaduras e mantiveram colaboração entre si na caça a procurados e perseguidos pelo regime, violando claramente leis internacionais.

A DITADURA NO OESTE DO PARANÁ: O PROBLEMA PELO FOCO REGIONAL

A criação do Programa de Pós Graduação em História da Unioeste possibilitou a realização de trabalhos que ajudam a perceber a relevância do tema para a região e a existência de alguns trabalhos que permitem propor uma compreensão mais ampla de quais foram os impactos da ditadura na região de estudo. Não há um estudo historiográfico de síntese. Novas pesquisas permitirão delimitarmos nosso escopo espacial, que vai além da região Oeste do Paraná, âmbito da abrangência física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mas aberto para a mobilidade geográfica dos sujeitos envolvidos.

Destaca-se o fato de que nos encontramos em região de fronteira, tanto com o Paraguai, como com a Argentina. Marechal Candido Rondon faz fronteira através do Rio Paraná com o Paraguai e Foz do Iguaçu também, além de fazer fronteira com a Argentina. Portanto, na época da ditadura, havia ali uma forte

⁸ <http://www.brasildefato.com.br/content/senten%C3%A7a-da-oea-contra-brasil-completa-um-ano-sem-ser-cumprida>

⁹ Autor de inúmeros artigos e organizador de vários livros. O mais recente: PADRÓS, Enrique Serra. (Org). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre, EDUFRGS, 2013.

concentração militar e era uma rota percorrida pelos militantes que queriam sair do país. Existiam, embora não tenhamos pesquisas sobre isso, passagens clandestinas que permitiam o deslocamento para os países vizinhos para salvar-se dos militares no Brasil. E também o caminho inverso era feito em determinadas situações, tanto por parte de militantes argentinos como paraguaios.

Cascavel está no centro do Oeste, banhado pelo lago formado após o alagamento das Sete Quedas e a construção da Usina Itaipu, com exceção de Cascavel. Ali se encontram Marechal Rondon, Guaíra e Foz do Iguaçu. Guaíra possui fronteira com o Paraguai. Rondon tem apenas fronteira feita por balsas, legais ou ilegais que fazem a travessia em toda a região do lago, que é calmo e de fácil navegação para balsas desde que o Lago de Itaipu foi formado, em 1982. Foz do Iguaçu tem as duas fronteiras. Pontes ligam o município a Ciudad del Este no Paraguai e a Puerto Iguazu, na Argentina. Curitiba, a capital do estado está a aproximados 600 quilômetros, o que faz com que a região se desenvolva como um centro produtor social e culturalmente independente da capital do estado.

Os principais municípios abrangidos pela investigação são: Cascavel, Marechal Rondon, Toledo, Guaíra e Foz do Iguaçu. Essa escolha se deve ao fato de que quatro destes são sedes de campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sendo que apenas Guaíra não o é. Este município tem no entanto contato direto com a universidade, sendo que muitos dos seus moradores se deslocam a Marechal Rondon para realizar sua formação. O município de Santa Helena é igualmente importante para o projeto, pois foi polo de grande resistência popular contra a Itaipu nos anos 1970, e local de deslocamento da resistência à Ditadura. Durante a ditadura, parte desses municípios foram declarados Área de Segurança Nacional, o que levava a haver uma maior organização do Estado na região, especialmente seus órgãos repressivos.

A partir do conhecimento prévio da realidade local, das nossas possibilidades de pesquisa e dos referenciais teóricos com que trabalhamos, delimitamos alguns objetivos gerais que norteiam o projeto:

- a) A atuação da Sociedade Civil/Aparelhos Privados de Hegemonia durante a Ditadura
- b) A Resistência à Ditadura: VAR-Palmares, MR8, VPR, outros.
- c) A Repressão do Estado e o Terrorismo de Estado (incluindo a Operação

Rondon. A mesma ocorreu em junho de 2013. Nossa participação resultou – com o apoio do LEC – Laboratório de Educação Continuada da Unioeste – na filmagem da atividade e na disponibilização parcial irrestrita no sítio eletrônico do youtube¹⁰.

O PARANÁ NA DITADURA

O Estado do Paraná foi espaço de fugas e organização de resistência no período da ditadura. Como parte do processo histórico de longa data, se destacam as lutas pela terra, sendo naquele momento as lutas dos posseiros no Sudoeste o mais importante, maior referência para os militantes. Algumas organizações de resistência justificaram sua opção pelo Oeste do Paraná justamente pela presença desses movimentos concretos na região.

Paraná foi também espaço de resistência à construção do mega-projeto da Itaipu Binacional, articulando posseiros e desabrigados pela Hidroelétrica Binacional. Nesse terreno frutificaram os movimentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Justiça e Paz, que organizava a resistência dos moradores contra a exploração da Itaipu, e o próprio MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Atualmente está em desenvolvimento a pesquisa de doutorado da professora Maria José Castelano, do Grupo de Pesquisa História e Poder, sobre essa problemática.

Espaço de fronteira, de mobilização, de contatos com o sul do Brasil, um lugar que atraía pelas lutas e também pelas possibilidades de organização com certa aceitação dos camponeses. Aluizio Palmar¹¹ relata em seu livro casos de colonos que queriam seguir a resistência, se organizar, se não tanto contra a ditadura, por melhores condições de vida e trabalho. O espaço real de fronteira internacional permitia uma rota de fugas para o Paraguai e a Argentina. Que se saiba o único caso concreto de morte por cianureto ocorreu numa barca em Foz do Iguaçu¹². Está claro que tratamos de um espaço da Operação Condor (ou “pré-condor”), como apontam documentos que começamos a manusear: documentos da Itaipu, SNI, Arquivo do Terror; controle dos trabalhadores em Foz; controle de trabalhadores por toda zona de fronteira.

Os indícios parciais da pesquisa nos mostram ser possível e necessário

¹⁰ <http://www.youtube.com/user/lecunioeste1>

¹¹ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, Travessa Editores, 2006.

quebrar a cantilena que diz que a população brasileira era pró-ditadura. Embora tenhamos tido a visita de Ernesto Geisel a Marechal Rondon em 1976 para comemorar a votação da ARENA, majoritária na região, e inúmeros aparelhos privados de hegemonia como rádio e jornal que buscavam criar a ideia de que “todos” apoiavam a ditadura, a investigação tem mostrado que se trata de uma construção fictícia no campo da memória.

Para além dessas questões, que por si só já justificariam a pesquisa, temos ainda o fato da existência de lutas, resistência e repressão na região Oeste do Paraná. Todos eles estão sendo abordados nas pesquisas individuais da equipe do projeto. Os fatos principais geradores da investigação nesse sentido são:

a) Comando Avançado Territorial da VAR-Palmares. Na cidade de Nova Aurora, vindos do Rio Grande do Sul, um pequeno grupo se instalou. Entre eles estavam Izabel, Luiz André e Alberto Fávero. Eles atuaram em duas linhas: formação educacional pelo método Paulo Freire; treinamento de luta armada, instalado em Nova Aurora e em Anta Gorda. Foram todos presos em 1970, em megaoperação da repressão. Levados para Foz do Iguaçu foram torturados barbaramente.

b) Grupo vinculado ao MR8. Uma experiência “pré-guerrilha”, de organização foquista no Oeste, entre 1969 e 1970. Segundo relato de Aluizio Palmar, que participava desse grupo, fizeram treinamento para a luta armada, permanecendo meses clandestinos dentro do Parque Nacional do Iguaçu, escapando da Guarda Florestal e se preparando para as condições adversas de vida em processo guerrilheiro¹³.

c) Assassinato, ao que tudo indica no interior do Parque Nacional Iguaçu, em 1974, do “Grupo de Onofre Pinto”, fato relatado também na obra de Aluizio Palmar, que há vários anos milita na causa da procura desses mortos desaparecidos. A ação de busca dos militantes para a morte foi feita em território argentino por agentes repressivos brasileiros.

d) Além desses fatos concretos, há indícios da existência de mais grupos de resistência na região. É fato sabido que por aqui (região de Capanema) foram

¹² Os militantes de organizações de resistência costumavam carregar consigo cápsulas de cianureto para no caso de serem presos conseguirem cometer suicídio. Mas vários relatos posteriores indicam que o cianureto não era usado, porque os próprios militantes tinham um senso de preservação da vida, ou porque não tiveram tempo de fazê-lo ou ainda porque o cianureto, usado, não funcionara.

¹³ Os movimentos de resistência estão sendo objeto de estudo dos mestrados de Marcos Adriani Ferrari Campos e Thomaz Heller.

perseguidos e mortos combatentes da Operação Três Passos, quando militares tentaram um movimento de resistência armada para pôr fim à ditadura. Além disso, os relatos dão conta de super-exploração da mão de obra, incluindo-se o assassinato de trabalhadores no episódio conhecido como “Massacre da Fazenda Mesquista”, em que foram mortos trabalhadores em Santa Helena.

CONCLUSÕES

Em termos muito amplos, concluindo essa breve apresentação do projeto, há alguns focos claramente abertos de investigação, que se completarão na medida em que a pesquisa avance.

Os movimentos de resistência, desconhecidos até mesmo da população regional na época dos acontecimentos começam a vir à tona. Essa história precisa ser investigada. Há um forte mito na região de que a população é pacata, ordeira e pacífica. Essa visão constitui a memória oficial dos municípios, que a partir dos anos 1980 passam a reinventar suas tradições em torno de ideias como o germanismo. Esse movimento histórico tem servido firmemente para a criação de memórias que apagam os conflitos e a resistência. Ao mesmo momento que vemos a região Oeste se constituindo em espaço altamente explorado pelo agronegócio (frigoríficos e seu entorno), a memória presente nos discursos oficiais (prefeituras, sistema escolar, mídia) reitera a naturalidade dos nomes de ruas homenageando a exploração e os opressores: ruas Costa e Silva, Castelo Branco; praças Médici; escolas e outros locais públicos usando os nomes dos ditadores. O que isso significa no campo da história e da memória? Sintomática é uma rua de Marechal Rondon que se chama 31 de março. O dia do Golpe passa a ser naturalizado.

A permanência dos agentes da repressão na sociedade brasileira e sua convivência sem qualquer punição é outro forte resquício da ditadura. Recentemente, na Audiência Pública da CNV em Foz do Iguaçu foram denunciados os senhores Expedito Ostrovski e Julio Cerdá Mendes. O primeiro deles, atualmente segue advogando na cidade sem qualquer incômodo. Por esse motivo recebeu um escracho (manifestação em frente ao seu local de trabalho), durante o período da reunião da CNV.

A grande obra da Ditadura, a Itaipu Binacional foi um campo fértil da repressão e do controle da classe trabalhadora da região. Atingiu os antigos

moradores, retirados em troca de aviltantes indenizações. Criou em Foz do Iguaçu um sistema de segurança que ultrapassava os muros da usina. Agindo em conformidade com o SNI, sistemas de controle eram reproduzidos também no Paraguai, tornando aquela região um espaço extremamente perigoso para qualquer um que manifestasse oposição¹⁴. A construção de Itaipu foi uma síntese da ação repressora em conjunto com a ação ideológica buscando pontos de consenso da população nacional, que nunca era informada sobre as consequências ruins da construção. Se construía apenas a imagem do progresso fruto do “milagre econômico”. Um exemplo disso foram as propagandas do ator da Rede Globo, Lima Duarte, sobre a Itaipu. Se no garimpo a Ditadura filmava Os Trapalhões para fazer propaganda do “progresso de Serra Pelada”, aqui trazia o Lima Duarte para convencer qualquer recalcitrante de que a Ditadura era sinônimo de progresso.

Propusemos aqui apontar as principais questões norteadoras do projeto, que tem muito ainda a investigar, num trabalho que é necessariamente coletivo.

¹⁴ O sistema de controle vem sendo objeto do estudo de Mestrado de Valdir Sessi.

MEMÓRIA, MEDO E ESQUECIMENTO: A DITADURA CIVIL-MILITAR NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, FATOS E REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA NO ARQUIVO DA DELEGACIA DA POLICIA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU

ALUIZIO PALMAR¹

Neste capítulo tratarei sobre as ações da ditadura civil-militar na região Oeste do Paraná, a partir de minhas pesquisas no arquivo da delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu.

Esse acesso só foi possível após a assinatura em setembro de 2002 pelo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, de medida que abriu os arquivos da Polícia Federal para pesquisadores, familiares de mortos e desaparecidos na ditadura e membros da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos.

Durante dois meses vasculhei os mandados de prisão, informes, radiogramas, ofícios recebidos e expedidos, dossiês, relatórios e outros tipos de documentos produzidos pela burocracia policial.

Quando eu entrei no depósito de documentos localizado numa pequena sala da Delegacia da Polícia Federal (DPF), em busca de rastros que me levassem a alguns desaparecidos políticos, não esperava encontrar naquela montoeira de papel, memórias esquecidas, inclusive a minha.

Ao revolver a documentação guardada em pastas, ou solta em caixas, reconstruí minha história e trouxe à luz as atividades clandestinas dos serviços de informações da ditadura civil-militar brasileira.

Naqueles meses de 2004, na busca aos desaparecidos políticos, eu vasculhei arquivos, analisei milhares de documentos emitidos pelos órgãos que faziam parte

¹ Aluizio Palmar, é jornalista. Autor de: *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Travessa Editores, Curitiba, 2005.

do sistema repressivo da ditadura e montei várias situações e cenários. Tinha consciência de que era preciso ter um cuidado especial com os documentos produzidos pela ditadura. Naqueles escritos havia tanto informações, como contrainformações, verdades, exageros e mentiras.

A busca tardia, o acesso restrito, é resultado da transição negociada e da lei de Anistia esdrúxula, que além de proporcionar a devolução dos direitos civis e políticos aos perseguidos pela ditadura, serviu também ao propósito do esquecimento do passado.

E assim chegamos à situação de hoje; enquanto as vítimas precisam remexer nos arquivos para que histórias sejam reconstruídas, os algozes e seus cúmplices fazem de tudo para que o passado permaneça intacto e possam, assim, terminar em paz os seus dias. Estão normalmente dispostos a pagar a intocabilidade do passado, com o seu próprio esquecimento pela História.

Ao esmiuçar os quase vinte mil documentos, buscando pistas que indicassem as circunstâncias das mortes dos desaparecidos políticos e a localização dos seus restos mortais, eu tive acesso a um conjunto de documentos que traçam a história do oeste e sudoeste do Paraná nos últimos trinta anos.

São reclamações, investigações e inquéritos sobre as “guerras camponesas”, de defesa contra os despejos executados por jagunços e policiais a soldo de latifundiários. Além dos documentos sobre as organizações de esquerda e os conflitos pela terra, encontrei no arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu um farto acervo de documentos sobre questões locais. São histórias de prisões, de resistências, de dedos-duros, biltres e lambe-botas. Elas vão desde as investigações sobre a população local até as fofocas políticas.

Durante 21 anos, o regime militar implantado no Brasil em 1964, prendeu, torturou, exilou e assassinou àqueles, que ousaram se submeter aos ditames do arbítrio. O Estado Policial chegou ao seu mais alto grau de terror na década de 70, quando todo o País esteve entregue à sanha dos caçadores de bruxas. Era comum haver agentes policiais infiltrados nas escolas, nos ambientes de trabalho e, sobretudo, nos órgãos de comunicação, que, por serem formadores de opinião, sofriam uma vigilância redobrada.

Essas ações tinham como base ideológica a Doutrina de Segurança Nacional que concebia a guerra total, no contexto da Guerra Fria, onde os países eram pressionados a se posicionarem entre os Estados Unidos da América – a maior potência capitalista -, e a União Soviética.

O reflexo dessa bipolaridade notei nos documentos hospedados no arquivo da delegacia da Polícia Federal, em Foz do Iguaçu. Uma intensa mobilização dos

órgãos de segurança do Estado na busca aos “inimigos internos”, mas também uma troca constante de informações com suas congêneres de outros países.

A MEMÓRIA SOMBRIA RESGATADA PARA A LUZ

A minha incursão pelos documentos da delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu proporcionou descobertas importantes, resguardadas dos olhares curiosos e estranhos aos órgãos policiais. Graças à autorização que recebi na época descobri informações “guardadas a sete chaves” ou perdidas, como, por exemplo, os documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu (AESI) que foram incineradas pelos então dirigentes da hermética empresa.

A AESI da empresa binacional, comandada por militares reformados, possuía uma radiografia completa de cada funcionário e trabalhava em conjunto com o Centro de Informações do Exército, especificamente com a 2ª Seção – Serviço Secreto do então 1º Batalhão de Fronteira, hoje 34º BiMtz; com os serviços de informações das polícias Federal e Militar; com o Centro de Informações da Marinha – Cenimar; e com o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica – Cisa e Serviço Nacional de Informações – SNI.

As fichas preenchidas pelos candidatos a emprego eram enviadas pela Itaipu para análise de todos esses órgãos que compunham o sistema de repressão da ditadura. No decorrer do meu trabalho no arquivo da PF me deparei com diversos casos de pessoas que tiveram seus pedidos de emprego negados por terem tido alguma atividade no movimento sindical ou estudantil.

Apesar de todos estes cuidados e do clima de terror implantado pelos beleguins do então diretor geral brasileiro, general Costa Cavalcanti, no dia 28 de outubro de 1975, um grupo de operários iniciou uma greve de fome no Canteiro de Obras de Itaipu, em protesto “contra a péssima alimentação” que era servida. O movimento foi reprimido e 35 operários foram demitidos para “servir como exemplo e impedir novas demonstrações de rebeldia”.

Ainda sobre violações cometidas durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, chamou minha atenção um calhamaço em cuja capa estava escrito em caixa alta: Paulo José Dias.

Pensei tratar-se de militante de alguma organização da resistência à ditadura. Porém, era uma ampla investigação sobre um cidadão que, depois de tomar uns tragos no Bar Garfo de Ouro em Foz do Iguaçu, falou alguma coisa que desagradou um oficial do exército que se encontrava no local.

O oficial do Batalhão disse para o topógrafo que ele estava ofendendo o Exército Brasileiro. O militar tentou ainda prendê-lo, mas ele deu um safanão e

dirigiu-se ao quarto da pensão onde se encontrava hospedado.

Paulo José Dias era topógrafo e trabalhava para a Planta Engenharia S/A, consorciada da Matrix Engenharia S/A, empresa designada para fazer o cadastro de implantação do Canteiro de Obras da barragem de Itaipu.

Após o café, Paulo retornou ao hotel e ao chegar, um policial, que já o esperava, levou-o para a delegacia de polícia onde foi rigorosamente interrogado. Queriam que ele confessasse que era comunista e membro de organização subversiva infiltrada na obra de Itaipu.

Da Civil foi conduzido para a Delegacia da Polícia Federal, onde dormiu na cela, depois de nova qualificação e interrogatório. No dia seguinte foi levado para o Batalhão de Fronteiras, onde ficou três semanas no xadrez. Durante este período ele passou por novos interrogatórios e ameaças de tortura. Naquela época ainda havia no Batalhão um cubículo com diversos aparelhos de tortura. Os últimos presos supliciados na “sala de terror” foram os membros de uma base tática da VAR Palmares, em Nova Aurora, em 1969.

Os militares estavam convencidos de que Paulo José era um perigoso subversivo, membro de alguma célula comunista existente no Canteiro de Obras. Para tanto eles amparavam-se em informações fornecidas pelo Centro de Informações do Exército – CIE, que davam conta que um colega do topógrafo na Usiminas havia sido preso como subversivo em 1964.

Outro dado também considerado importante pelos militares era de que uma tia de Paulo José era casada com o tio do padre Geraldo da Cruz, preso em 1967 por ser membro de uma congregação religiosa “suspeita de subversão”.

Apesar de não terem nenhum motivo para manter o topógrafo preso, os militares o mantiveram no xadrez durante 22 dias. Por último foi fichado como subversivo e demitido da Planta Engenharia S.A.

Essa minha incursão pelo arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, mostrou o alcance da máquina repressiva, que abrangeu todo o território nacional, atingindo inclusive, pessoas que não tinham nenhum envolvimento com os movimentos de resistência à ditadura.

O Estado Policial estava ali, registrado naqueles milhares de documentos guardados em pastas e caixas de papelão.

É o caso de Waldomiro de Deus Pereira, que em setembro de 1974 abriu em Foz do Iguaçu um jornal tamanho standard e impresso no sistema offset. A edição única do Jornal Binacional, que circulou em 18 de setembro de 1974, dedicou seis de suas dez páginas à situação dos agricultores que tiveram suas terras desapropriadas na localidade de Santo Alberto, situada nas proximidades do

Parque Nacional do Iguaçu.

“Expropriados pedem sindicância federal”, foi a manchete de capa acompanhada de um texto em que a direção do jornal fez questão de dizer que a pretensão da matéria “não era de contestar a ação do governo em desapropriar a área da antiga Gleba Silva Jardim, nem tampouco criticar ou fazer restrições, já que a confiança no Governo da Revolução é irrestrita”.

Depois dessa alisada no governo dos generais, o jornal criticou a forma como estava sendo feita a desapropriação dos pequenos proprietários pelo INCRA. Esses colonos, quase todos pioneiros de Foz do Iguaçu, estavam sendo tirados de suas propriedades e transferidos para o Projeto Integrado de Colonização, PIC-OCOI, em São Miguel do Iguaçu. Enquanto as benfeitorias eram pagas por um terço do seu valor e as terras com títulos da dívida pública, as novas propriedades no PIC-OCOI eram vendidas aos colonos com financiamento a juro de mercado.

Não deu outra, a matéria não agrudou os militares e Waldomiro foi intimado a comparecer ao Batalhão. Lá, ele foi severamente interrogado. Queriam saber se o movimento de resistência dos colonos era orientado por organizações subversivas.

Depois de ficharem o jornalista, mandaram que ele juntasse seus pertences e fosse embora da cidade. Os órgãos de informações continuaram controlando os passos do jornalista e a última anotação sobre ele no arquivo da PF data de 24 de fevereiro de 1975 e diz que Waldomiro estava trabalhando naquela ocasião no jornal Tribuna de Cianorte (PR).

Das assessorias de informação instaladas nas companhias estatais, autarquias e órgãos da administração direta, a AESI da Itaipu Binacional foi uma das mais poderosas. Minhas pesquisas realizadas na Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, no Arquivo do DOPS do Paraná e no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Palacio de Justicia, no Paraguai, também conhecido como Arquivo do Terror, mostram a estreita colaboração das empreiteiras responsáveis pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu na caça, espionagem, repressão e assassinatos de cidadãos brasileiros e paraguaios, e também uruguaios e argentinos, no decorrer das ditaduras do Cone Sul.

Essas pesquisas revelam que de 1973 a 1988 Itaipu foi um reduto de militares e policiais torturadores, que atuavam nos diversos órgãos criados para salvaguardar o regime.

Durante a ditadura, as Assessorias Especiais de Segurança e Informações

–AESIs, vinculadas à Divisão de Segurança e Informações – DSI e subordinadas ao Serviço Nacional de Informações – SNI, atuavam em instituições públicas como universidades, autarquias e empresas estatais.

Ao contrário das AESIs localizadas nas universidades, que se ocupavam somente da espionagem e da delação, a AESI de Itaipu foi também um braço armado da ditadura militar. É mais um exemplo do que poderíamos chamar a dimensão molecular do terrorismo de Estado.

A AESI instalada na Usina de Itaipu manteve comunicação constante com os serviços de inteligência das ditaduras do cone sul. É o caso da prisão e morte de Agostin Goiburú, líder da oposição à ditadura do general Alfredo Stroessner.

Três anos antes quatro amigos de Goiburú haviam sido sequestrados em Foz do Iguaçu. Uma operação executada na calada da noite prendeu, no dia 1º de dezembro de 1974, Rodolfo Mongelos, Cesar Cabral, Anibal Abbatte Soley e Alejandro Stumpfs, levados pelos comandos compostos por militares para um local clandestino do Exército, situado no Estado de Goiás.

Mais tarde, soube-se que a AESI da Itaipu Binacional atuou nessas operações a partir de um entendimento entre as ditaduras do Brasil e Paraguai, sócias na construção da Usina Hidrelétrica.

O ano era 1974. No Paraguai, embalado pelo acordo para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o general Alfredo Stroessner aumentava seus poderes de chefe supremo da Nação.

Um pouco antes do sequestro dos paraguaios residentes em Foz do Iguaçu, o Centro de Informações do Exército e a Assessoria de Informações da Itaipu fizeram um levantamento meticuloso dos hábitos e rotina dos paraguaios exilados em Foz do Iguaçu. A partir desse relatório a ditadura brasileira atendeu o pedido do general Stroessner, para prender Cabral, Soley, Stumpfs e Mongelos. O comandante da operação era um certo Luchessi, mais tarde identificado pelos quatro presos como Sebastião Curió, quadro estratégico da repressão, que havia comandado tropas do Exército na Operação Araguaia.

Depois de grande pressão internacional, eles foram soltos. A condição foi que os presos não voltassem a Foz do Iguaçu num prazo de dois anos.

Outro tema que eu fiz questão de abordar no Simpósio foi o movimento dos desapropriados pela Itaipu Binacional, ocorrida no início da década de 1980 e a grande quantidade de informes dos agentes da AESI infiltrados nas assembleias e reuniões dos colonos.

Nos dias tensos que antecederam a formação do Lago de Itaipu cerca de 40 mil pessoas, ao longo dos oito municípios brasileiros afetados pela formação do

lago, começaram a viver o drama da expropriação, sendo aproximadamente 20 mil o número de desapropriados no Paraguai.

Fazia um ano que eu havia retornado ao Brasil, ou melhor, emergido da luta clandestina, após ter sido banido do território nacional pela ditadura civil-militar em 1971. Entrei no centro do furacão que agitava a região Oeste do Paraná com a credencial de Conselheiro da Comissão Justiça e Paz, missão de confiança e companheirismo a mim concedida pelo Bispo Dom Olívio Fazza.

E lá estive eu presente nas assembleias dos colonos e reuniões realizadas debaixo das lonas dos acampamentos do Movimento Justiça e Terra. As reuniões com a diretoria da Itaipu eram nervosas, uma verdadeira queda de braço. A gente lá dentro do escritório da Binacional em Santa Helena e o povo do lado de fora aguardando o resultado das negociações.

Imprensa não podia entrar, Itaipu não deixava. Arapongas, ou melhor, espíões da ditadura existiam aos montes.

Os documentos da Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu dão uma noção das correrias dos agentes secretos naqueles dias. São informes de acompanhamento das lideranças, principalmente dos religiosos envolvidos. Apesar do processo de distensão daquele início dos anos 80, os textos dos relatos seguem o discurso anticomunista que norteou a máquina repressiva na década anterior.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Boa parte desses achados, registrados em milhares de documentos, foram “extraviados” na transferência do arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu para Brasília. Apesar das várias denúncias que eu fiz desse ato criminoso, nenhuma medida foi tomada para apurar responsabilidades.

A falta de uma política arquivística, ou melhor, a política do esquecimento, tão claramente enunciada na chamada Lei de Anistia, tem sido responsável pela perda de documentos importantes para a reconstrução de histórias pessoais e construção de memórias sociais.

Um caso exemplar é esse desaparecimento de parte da documentação que compunha o acervo que eu encontrei depositado na delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Levei esse caso às autoridades dos quatro poderes. Todos me ouviram, e apesar de anotarem e espernearem, não deram a sequência necessária. Eu esperava, pelo menos a formalidade da abertura de sindicância.

Aliás, esse desmazelo com os documentos emitidos pela repressão eu encontrei na Delegacia Regional de Polícia Federal de Pernambuco, e nas

Superintendências da Sudene e do Incra, nesse mesmo Estado.

Na DPF de Pernambuco, a cúpula local composta de diretor, vice-diretor e o chefe do setor de informações, disseram pra mim e para Maria Esperança de Resende, chefe da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, que não havia no local nenhum documento do período da ditadura. Diante de nossa insistência foi liberada nossa visita ao arquivo geral, onde localizamos entre diversos materiais apreendidos, pastas contendo documentos do período. Todos em deploráveis condições de conservação.

Diante da falta de interesse dos órgãos governamentais em relação aos acervos do período da ditadura, eu imagino que essa remontagem dos contextos históricos interessa somente aos sobreviventes que não se submeteram à política de esquecimento.

Apenas recentemente, as pesquisas sobre as ditaduras instaladas no subcontinente americano nas décadas de 60 e 70 estão saindo dos grupos restritos compostos por sobreviventes e familiares das pessoas atingidas pela ditadura. Ultimamente há um despertar nas academias e tem sido cada vez maior o número de estudiosos que buscam entender como a questão da memória se coloca na sociedade brasileira, onde as disputas sociais parecem sempre terminar em pactos que trazem como pressuposto o silêncio sobre o passado.

É comum ouvir pessoas dizerem que é preciso enterrar esse passado de governos tiranos. Inclusive alguns familiares de vítimas da ditadura não querem falar sobre o período. Em minhas andanças pelo interior do Paraná deparei com medos e silêncios de familiares das pessoas presas durante as razzias de 1964 e 1965, em que foram presas pessoas acusadas de pertencerem aos “grupos dos onze”.

Entre vários documentos que encontrei nos arquivos está o processo movido pelo Tribunal Militar da Auditoria da 5ª Região Militar. O relatório do encarregado do IPMA é uma peça que retrata muito bem o ódio que movia os golpistas que assaltaram o poder em 1º de abril de 1964. Lideranças do velho Partido Trabalhista Brasileiro dos municípios da região Sudoeste do Paraná, desde Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Francisco Beltrão foram perseguidos e levados a julgamento após terem suas vidas viradas pelo avesso.

O movimento denominado grupo dos onze, “grupo de onze companheiros”, surgiu a partir de outubro de 1963, sob o comando de Leonel de Moura Brizola, objetivando incrementar as reformas prementes que o país tanto necessitava, bem como o rompimento contra o imperialismo americano e o especulativo capital estrangeiro. Com a organização dos grupos dos onze, os quais

Brizola fazia uma alusão a onze atletas de um time de futebol. Foram formados 5.304 grupos.

Com minhas anotações em mãos andei pelos caminhos do sudoeste do Paraná em busca de sobreviventes dos grupos dos onze. Bati em algumas portas e as pessoas após saberem o motivo de minha visita fechavam portas e janelas das casas. "Chega de sofrimento! Não queremos falar sobre isso.", ouvi de alguns familiares de perseguidos pela ditadura.

Construiu-se a sociedade do medo e do silêncio, onde prevalece o calar-se e fingir que não aconteceu, ou que todos os crimes divulgados fazem parte de ideologias partidárias ou resquícios de ações 'comunistas'. Este silêncio brasileiro, também revela a própria dificuldade das pessoas falarem sobre o assunto por ser algo que as toca de uma forma negativa, pois o que é humano atinge, fere, mesmo sem que a pessoa seja testemunha ocular dos fatos. Mais do que isso, admitir que o horror aconteceu aqui também implicaria assumir parcela de culpa que cada um tem: culpa por trancarem-se em suas casas e preocuparem-se apenas com sua rotina, mesmo vendo seus vizinhos serem presos, sumirem ou serem mortos.

A cultura do medo gerou cautela, silêncios; e a impunidade dos agentes repressivos aumenta este medo. Os silêncios tornam-se ausência de conflitos. Mas o silêncio também é criminoso. Ele não vem para trazer a paz, ele vem para impor um modelo de sociedade do medo.

A REVOLUÇÃO CHILENA E O GOLPE DE ESTADO DE 1973

MÁRIO MAESTRI¹

O tema deste artigo encontra-se à margem de meu campo de estudo historiográfico, referindo-se mais a uma avaliação e à memória, ou melhor, às minhas memórias, dos pouco mais de dois anos e meio de Unidad Popular (UP), que vivi, como refugiado político da ditadura militar brasileira e estudante de História, no Instituto Pedagógico da Universidad de Chile.

Há 40 anos, em 11 de setembro de 1973, alguns milhares de soldados iniciavam o golpe que poria fim ao governo constitucional e à chamada via chilena ao socialismo. No palácio presidencial de La Moneda, no centro de Santiago, Salvador Allende morria lutando, cercado por alguns poucos fiéis, após conclamar, pateticamente, a população a não resistir. Anteriormente ao golpe, centenas de milhares de chilenos desfilavam em apoio à Unidade Popular. Diante da escassa resistência popular e da não oposição do governo, as tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Corpo de Carabineiros aderiram ao golpismo, maciçamente.

Apesar de alguns importantes estudos, não temos ainda uma avaliação ou história geral do golpe chileno. Não possuíamos informação precisas da resistência popular armada que ocorreu no dia 11 e, por longas semanas, nos bairros populares e industriais de Santiago e no resto do país, em forma atomizada e desorganizada. Não conhecemos em detalhes as deliberações e confrontos no interior das unidades militares, entre oficiais e suboficiais golpistas e não golpistas.

¹ Mário Maestri, 65 anos, é doutor professor do PPGH da UPF. E-mail: maestri@via-rs.net.

BALANÇO NECESSÁRIO

Mesmo avançando significativamente nosso conhecimento, não existe uma apresentação geral da terrível repressão que se abateu sobre a população. Nas periferias de Santiago, alucinados pela ingestão de anfetaminas, jovens conscritos comportaram-se como tropas de ocupação, com direito ao estupro e ao saque. A legalização da barbárie foi a estratégia da oficialidade para vergar, pelo medo, o movimento popular e transformar suboficiais e soldados honestos em verdugos do novo regime.

Quarenta anos após 1973, sobretudo dificuldades políticas impedem uma análise objetiva e radical da experiência chilena. Por razões diversas, após os sucessos, da esquerda reformista à esquerda revolucionária, nenhum grupo político-ideológico envolvido nos fatos encontrou-se em condição de apoiar fortemente esforço para lançar luz sobre eles – e sair indene do balanço. Com o passar dos anos, parte da própria memória dos fatos se esvaiu. Quanto às forças burguesas *democrática*, conservadora e fascista, tudo fizeram e fazem para manter e expandir o desconhecimento sobre os fatos.

Após o golpe, o poderoso Partido Comunista Chileno, que se desdobrara para *congelar* a revolução chilena e jamais aceitara qualquer preparativo para o confronto pelo poder, vergou-se sob o peso da repressão, da contrarrevolução, dos resultados de sua política pacifista que entregou literalmente a população de mãos atadas aos golpistas. A posterior maré contrarrevolucionária mundial vitoriosa, em fins dos anos 1980, com a dissolução da URSS e dos Estados de economia nacionalizada e planejada, contribuiu para potencializar a dificuldade de um amplo balanço da experiência chilena.

Hoje, o PC chileno sobrevive como pequena agremiação política, em relação a sua passada força, sem capacidade e interesse em avançar um balanço real sobre as razões profundas da crise daquele que foi o mais importante partido operário da América do Sul. Novamente, põe-se a reboque do social-reformismo socialista, apoiando a candidatura social-liberal de Michelle Bachelet, desacreditada diante dos trabalhadores e populares chilenos.

SOCIALISTA DE ESQUERDA

Fundado em 1933, o Partido Socialista constituía uma federação de forças políticas, com setores conservadores, centristas e radicalizados, contando com importantes bases operárias. Foi sobre a sua esquerda, representada por Carlos Altamirano, secretário geral do Partido Socialista, que convergiram, inutilmente, as esperanças do movimento social, quando se mostrou inevitável o confronto geral e armado contra o golpismo, como única forma de defesa das conquistas alcançadas e resistência frente à contrarrevolução burguesa.

O radicalismo verbal do secretário-geral do Partido Socialista, eleito em 1971 sob a consigna “Avanzar sin Transar” [“avançar sem conciliar”], em momento algum se transformou em propostas políticas e organizativas concretas. No momento do golpe, Altamirano não teve a coragem política de desdizer a ordem de fato de Allende de rendição e chamar a população à luta. Exilou-se poucos dias após o golpe e, reeleito secretário geral em congresso no exterior, dirigiu a reconversão inicial do socialismo à social-democracia. Terminou sendo expulso do partido por *direitista*, dando início à divisão do socialismo chileno.

Dividido o PS, facção majoritária socialista, participou com destaque do processo de *redemocratização* autoritária e limitada, de internacionalização da economia e de privatização de bens públicos que concluiria parte essencial do projeto golpista estratégico de 11 de setembro de 1973. Por linhas *democráticas*, primeiro súcubos da democracia-cristã, a seguir por seus próprios pés, os governos socialistas que se seguiram retomaram a reconstrução social-liberal do país imposta duramente pela ditadura militar, destacando-se na privatização dos bens públicos e na negativa de questionar o ordenamento institucional imposto pela ditadura.

MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA

Sequer o Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR –, que defendia a inevitabilidade da luta armada, saiu politicamente indene do balanço sobre os sucessos anteriores ao golpe, da derrota de setembro de 1973 e dos embates sucessivos. Até hoje, não contamos com uma avaliação política sistemática de amplo fôlego da interessantíssima trajetória dessa organização, na qual militei, até

meses após o golpe.

O MIR foi fundado em 1965, por estudantes de Concepción, por pequenas agrupações e militantes de orientação trotskista, anarquista e sindicalista-revolucionária. Muito logo, assumiu política guevarista incondicional, quando a equipe dirigida pelos estudantes Miguel Enríquez, Luciano Cruz y Bautista van Schouwen conquistou a direção da pequena organização, motivando a ruptura ou expulsão dos segmentos dissidentes com a orientação fidelista.

Em 4 de novembro de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência, a direção mirista encontrava-se politicamente derrotada, no que dizia respeito à sua estratégia de confronto militar incondicional com a burguesia, já sem espaço mínimo de implementação, no contexto de ofensiva geral do movimento operário e popular chileno, através de seus partidos e organizações de classe. O protagonismo guerrilheiro pequeno-burguês fora politicamente desarmado pelo mundo do trabalho em movimento.

NOVA ORGANIZAÇÃO, MESMA DIREÇÃO

Anistiado e *legalizado*, com a imediata e crescente radicalização da população trabalhadora, desbordando os limites impostos pelo programa democrático-reformista da UP e reagindo à ofensiva da burguesia, o MIR cresceu ao ensaiar-se, não a partir de reorientação consciente de sua política, mas quase por adaptação à realidade objetiva, como organização de massa. Nesse processo, obteve alguma inserção entre os *pobladores*, estudantes e camponeses do sul do país e, muito escassa, entre os trabalhadores, com destaque para os segmentos tradicionais da classe operária, que se mantiveram fiéis ao PC e ao PS, sobretudo.

Entretanto, ao abraçar a luta política e social de massas, a jovem direção mirista, de orientação guevarista, jamais abriu discussão sobre as políticas anteriores, cerceando totalmente a discussão entre suas filias. Isto, apesar de que, muito logo, numericamente, no novo MIR, a grande maioria da militância já pouco tinha e pouco comungava com as visões originais. Simbolicamente, a direção mirista manteve a organização compartimentada, semi-clandestina, com nomes políticos, quando tentava e se transformava em partido que procurava enraizamento de massa.

Tentando solucionar essa contradição, criaram-se os "Frentes Intermedios de Masas": o Movimento Campesinos Revolucionarios (FCR), o Frente de Pobladores Revolucionarios (FPR) e Frente de Estudiantes Revolucionarios (FER) e o Frente de Trabajadores Revolucionarios (FTR) – este último de pouca expressão. Todos eles dirigidos de fato pela direção máxima do MIR. As *diversas frentes* expressavam proposta, igualmente jamais amplamente discutida, de resguardar o partido de quadros, no contexto da construção de ampla inserção social. Jamais houve proposta de transformação do *movimiento* em *partido operário revolucionário*, com a integração orgânica e política privilegiada da vanguarda operária.

FRACASSO POLÍTICO

Nas eleições diretas para a direção da CUT, de 1972, o PC obteve pouco mais de 170 mil votos (31%), o PS 148 mil (26,4%) e o MIR amargou os pouco mais de dez mil, ou seja, 1,8%. Mesmo o Partido Radical, excrescência burguesa na aliança UP, obteve melhores resultados entre os trabalhadores, o que causou enorme impacto na militância mirista, ao constatar-se o distanciamento da organização do movimento dos trabalhadores, em nome do qual falávamos (a Democracia Cristã obteve 26,4% dos votos). O balanço das eleições no semanário oficial do MIR, *O Rebelde*, pouco lido, foi positivo. Não houve discussão real na militância sobre aqueles resultados.

Durante algum tempo, a direção mirista pensou-se como a esquerda militar da UP. Quando a direção allendista negou-se peremptoriamente à luta inevitável pelo poder, diante da radicalização do mundo do trabalho e a ofensiva inexorável do grande capital nacional e internacional, a direção mirista negou-se a se apresentar como alternativa àquela direção, propondo a necessária preparação para o assalto ao poder e o confronto geral. Em verdade, negou sempre qualquer proposta de organização para a insurreição, que afirmava como forma de luta superada.

No dia 11, já ao entardecer, a direção máxima do MIR ordenou aos seus militantes que recuassem e não se envolvessem na resistência militar que, mesmo esparsa e desarticulada, tentava organização através do país. Tudo para melhor

participar, muito logo, da “longa guerra popular” que propunham que se seguiria ao golpe. Abandonava-se o campo de batalha real, por luta hipotética que jamais se materializaria, a não ser como patético arremedo autocida de guerrilha de vanguarda, no contexto de refluxo geral do movimento de massas, após a vitória da contrarrevolução.

FRACASSO POLÍTICO, FRACASSO MILITAR

Em verdade, mergulhado em seus sonhos guerrilheiros, a direção política do MIR jamais se preparara, sequer militarmente, para o enfrentamento golpista, já que isto exigiria compreensão política dos ritmos reais da revolução chilena. A grande surpresa dos seus poucos militantes que participaram da tentativa de resistência foi a pobreza de armamentos com que dispunha a organização [à exceção talvez de pequeno núcleo central].

Mantendo-se a direção mirista fiel aos princípios *guevaristas* de conquistar as armas aos opressores, não haviam se preparado também militarmente para o golpe. Não descrevo, por quase vergonha, o armamento que dispunha o núcleo militar do Grupo Político Militar 3 (GPM3), de Santiago, ao qual me liguei na tarde do 11 de setembro, para participar da resistência – algumas bombas de trotil, de pavio e explosão incerta; dois ou três velhos revólveres, quase sem munição, um deles, possivelmente de fins do século 19; uma ou duas espingardas calibre 22!

Após o golpe, a direção mirista retornou às propostas guerrilheiras e protagonistas de antes da UP, como se os dois anos e meio anteriores tivessem sido um mero parêntesis introdutório à “longa e dura guerra popular” que se seguiria, sempre proposta pelo mirismo! Em verdade, sequer se avaliara – como não se avaliou após os sucessos – o peso do inevitável refluxo geral do movimento social, no caso da vitória plena da ditadura militar sobre o país.

A direção mirista se negara a chamar congresso na organização, após a vitória da UP, sob a desculpa da urgência da luta de classes. A seguir, negou-se a chamar, após o golpe militar, sob a justificativa de que os militantes que combatiam estavam no Chile e os que estavam no exterior não combatiam – ou por haverem *desertado*, ou por serem estrangeiros – e, portanto, não representavam a organização. Devia-se seguir adiante com a estratégia de luta dura e prolongada

original, anterior ao hiato 1970-1973!

EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO

Uma das mais patéticas páginas da Revolução Chilena foi o massacre que se abateu sobre a militância mirista, quando a direção da organização tentou levar à prática, em forma corajosa, românticas, irrealista e irresponsável propostas de guerrilha urbana e, mais tarde, rural. Tudo no contexto do profundo refluxo do movimento operário e popular imposto pela terrível derrota de 11 de setembro. O MIR propôs a fundação de “comitês de resistência”, a fim de construir o Ejército Revolucionario del Pueblo. Nem aqueles, nem este jamais saíram do papel.

Crescentemente visíveis à repressão, talvez mais de trezentos miristas foram presos, torturados e executados. Enquanto os militantes eram abatidos como pombos, a direção da organização proclamava e fazia proclamar através da Europa imaginários feitos militares da organização. Em 5 de outubro de 1975, Miguel Enriquez, secretário geral do MIR, morria em enfrentamento, sem que a organização jamais tivesse saído da franca defensiva.

Em 1977-79, já com as filas dizimadas, a direção determinou a *Operação Retorno*, motivo de novas prisões e mortes. A partir de 1987, o MIR dividiu-se em três grandes grupos que terminaram se dissolvendo e se dividindo em grupúsculos, sem alcançarem qualquer papel político de destaque.

No que se refere a mim, rompi com o MIR em dezembro de 1974 e, com um pequeno núcleo de companheiros miristas, formamos uma Fracción Disidente del MIR que propunha a retirada dos militantes visados do país e a reorientação da organização para a “recomposição política e orgânica” do movimento operário e social, a partir de suas lutas e condições reais. A partir da real situação política, passamos a defender, em inícios de 1975, a luta intransigente pelas liberdades democráticas e sindicais, pela liberdade dos presos políticos, pelas condições de existência e por uma Assembleia Nacional constituinte democrática. Em 1977, éramos uns 25 militantes no exterior e uns quinze no Chile. Mais tarde, após meu retorno ao Brasil, esse grupo transformou-se na Izquierda Socialista.

SENTIDO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO CHILENA

Não foram ainda avaliadas as consequências profundas do fracasso da Unidade Popular para a história latino-americana e, sobretudo, mundial. A derrota da Revolução Chilena, em 1973, da Revolução Portuguesa, em 1976, da Revolução Afegã, em 1988, desequilibraram a correlação mundial de forças em detrimento das classes trabalhadoras e populares, facilitando a vitória da contrarrevolução neoliberal geral que levou o mundo ao atual impasse civilizacional em que vivemos.

No Chile, em 1970-1973, antepuseram-se límpida e frontalmente as classes trabalhadoras e populares ao grande capital, nacional e mundial, na luta pela direção da sociedade e do país. Lutou-se, nos fatos, pela implantação do socialismo. Como é tradicional, as classes médias acompanharam o movimento social enquanto mostrou decisão e voltaram-lhe as costas, quando mergulhou na confusão. São membros dessas classes médias que ocupam, hoje, grande parte do protagonismo político, mesmo nos segmentos de esquerda, que antes cabia fortemente aos trabalhadores, nem que fosse em forma indireta, através dos partidos comunistas e socialistas.

A classe operária chilena formou-se no contexto da mineração do salitre e do cobre e fortaleceu-se com processo de industrialização por substituição de importações bastante semelhante ao do Brasil. Ao contrário do Brasil e Argentina, ela jamais foi refém incondicional do populismo burguês e construiu dois poderosos partidos de classe, o comunista e o sindicalista. A classe operária chilena dispunha, sobretudo, de central de trabalhadores unificada, a CUT, fundada em 1953, que arrebanhava praticamente a totalidade dos trabalhadores organizados chilenos, comunistas, socialistas, democrata-cristãos, apolíticos, etc.

Em 1970, no contexto de profunda crise, a Unidade Popular propusera a transição eleitoral e gradual ao socialismo, processo a ser concluído em um horizonte distante, mais imaginário do que real, através da nacionalização inicial de alguns setores fundamentais da economia – cobre e bancos, sobretudo — e do aprofundamento da reforma agrária. Um programa incapaz de abarcar as crescentes reivindicações populares, no contexto da crise geral da produção capitalista e da impulsão da luta revolucionária que se impunha através do mundo.

RADICALIZAÇÃO OPERÁRIA

Respondendo à sabotagem da produção e às atividades golpistas iniciadas *antes* mesmo da posse de Salvador Allende, o operariado urbano e rural promoveu enorme processo de mobilização e ocupações de usinas, de fábricas e de fazendas, superando as determinações políticas do governo allendista.

Desde o início dessas ocupações, a direção UP limitou-se a legalizar ocupações que levaram ao controle popular de grande parte da economia do país. Ocupações que nasciam da decisão democrática dos produtores diretos e não de decisões político-partidárias de qualquer ordem ou orientação. Não procedem minimamente as propostas que essa radicalização tenha sido produzida pelo mirismo, pela esquerda socialista, etc.

No sul do país, os camponeses de raízes *mapuches* conquistaram terras perdidas nos anos, nas décadas e nos séculos anteriores aos colonizadores e, a seguir, aos latifundiários. Como nenhuma organização política abraçou com decisão essas lutas, em parte, elas organizaram-se no Movimiento Campesino Revolucionario, organizado pelo MIR. Através do país, os sem-teto ocuparam igualmente terrenos urbanos para construir suas moradias e os trabalhadores dirigiam coletivamente a produção de fábricas fechadas ou sabotadas pelos proprietários.

Após a greve patronal de outubro de 1972, surgiram “os cordones industriales” reunindo territorialmente fábricas ocupadas e não ocupadas, que se ocuparam de gerir inúmeras questões, conformando verdadeiros embriões de conselhos operários. Em junho de 1973, se constituía uma “Coordinadora Provincial de Cordones Industriales”. Esses órgãos de poder operários tendiam a superar e contrapor-se à CUT e ao governo allendista na condução do processo social, tendo tido importante papel na derrota do *Tanquetazo*, tentativa de golpe fracassada de 29 de junho de 1973, que abriu situação revolucionária no país. Em geral, os cordões foram dirigidos pela ala esquerda do Partido Socialista.

PAÍS NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

A enorme criatividade popular obrigou que a greve patronal de outubro de 1972 se encerrasse apressadamente, devido à paisagem social que propiciava. As fazendas, as minas, as fábricas, as lojas, os supermercados ocupados por funcionários e operários que não aceitavam cruzar os braços, mesmo pagos para não trabalhar, funcionavam sem proprietários e gerentes!

Nos hospitais, alguns médicos progressistas, estudantes de medicina e trabalhadores da saúde garantiram e ampliaram o atendimento, durante greves corporativistas. As classes dominantes expunham impudicamente seu caráter essencialmente parasitário. Havia vontade e confiança entre os trabalhadores de tomarem definitivamente conta do país, já compreendendo os patrões como verdadeiras excrescências sociais.

O confronto social chileno pôs sob tensão o mais culto, o mais politizado e o mais organizado operariado latino-americano. Apesar das dificuldades materiais, iniciou-se a construção de um novo mundo alicerçado na solidariedade e no respeito ao semelhante, que se expressava nos mais simples atos interpessoais. A difundida prática de tratar por *companheiro* colegas de trabalho, amigos, familiares e mesmo desconhecidos registrava verbalmente relações crescentemente prenhas de fraternidade e esperança.

Após setembro de 1973, no exílio, por longos anos, brasileiros refugiados no Chile seguiram tratando seus familiares de *companheiros*. Mantinham-se ainda sob o efeito da verdadeira iluminação social e comportamental determinada pelas lutas dos trabalhadores que dividira literalmente o Chile em dois campos, o dos companheiros e os dos *momios* [múmias, reacionários].

A MULHER E A REVOLUÇÃO

Em cenário social que dignificava o trabalho e a solidariedade e abominava o parasitismo, o individualismo, o elitismo, as crianças, os jovens, as mulheres, os idosos e os trabalhadores alcançaram dignidade jamais conhecida. Como nas jornadas francesas de 1789, o enorme envolvimento social e político das mulheres de todas as idades foi um dos fenômenos mais significativos da Revolução Chilena. Os valores do mundo do trabalho sobrepunham-se poderosamente às

fantasmagorias ideológicas e culturais do capital.

O violento embate social ensejou rica e criativa produção cultural que se expressou na linguagem, no jornalismo, na música, nos murais, nas manifestações. A população conservadora foi anatematizada com a riqueza linguística que apenas a as classes populares possuíam — *momio*, *pituto*, *facho*, etc. Era enorme a guerra das consignas gritadas nas mobilizações, contra as forças da direita e, em forma não menos vibrante, entre as forças da esquerda.

Nos muros das cidades, comandos de jovens militantes pintavam coloridos painéis inspirados nos muralistas mexicanos, registrando os passos da revolução chilena, assim como suas vacilações. Os jovens artistas defendiam-se dos ataques de grupos fascistas e garantiam que suas obras não fossem substituídas ou descaracterizadas. Entre os grupos de jovens artistas organizados, destacavam-se a brigadas comunistas Ramona Parra, de grande capacidade estética e pouco afeita ao diálogo democrático, sobretudo com as organizações políticas à sua esquerda.

Foi singular a criatividade expressada nas manifestações políticas. Apesar dos recursos materiais que dispunham, as demonstrações antipopulares jamais se aproximaram, numérica e criativamente, das *marchas* populares, com suas palavras de ordem, suas canções, suas faixas e seus cartazes. Não muito tempo antes do golpe, como proposto, a Unidade Popular colocava nas avenidas de Santiago centenas de milhares de manifestantes, mostrando que sofreu, sobretudo, uma derrota *política*, traída por sua direção, que se transformou em derrota *armada*.

A música popular chilena alimentava-se e alimentava as lutas sociais. Na senda da luminar Violeta Parra, cantores e compositores como Victor Jara, Angel Parra e Patricio Mans e grupos musicais como *Inti Illimani* e *Quillapayun* registraram o esforço libertário chileno. Uma realidade que produziu o inesquecível *Venceremos* e a premonitória *Cantata de Santa Maria de Iquique*.

“TUDO QUE NÃO AVANÇA, RETROCEDE”

Negando-se a compreender a necessidade de conclusão e institucionalização política de um poder econômico e social já fortemente nas mãos dos trabalhadores e populares, mesmo nos últimos meses quando o confronto militar mostrava-se inevitável, Salvador Allende e a UP tentavam ainda

impossível transação com a direita, desarmando política e militarmente em forma irresponsável as forças populares. Não há qualquer irrealidade em afirmar que Salvador Allende ajudou a preparar, passo a passo, o golpe de Estado de 11 de setembro.

Nos meses imediatamente anteriores ao golpe, Allende entregou constitucionalmente às forças armadas o poder de vascular e desarmar o país, exercido, é dispensável dizer, em forma unilateral. Essas ações contribuíram fortemente para que os núcleos de esquerda, sobretudo da esquerda socialista, que se preparavam para o golpe, dispersassem e até mesmo enterrassem seus já escassos arsenais.

A tentativa suicida de conciliação alcançou momento grotesco quando, momentos antes do 11 de setembro, pressionado pela alta oficialidade golpista e pela direita *constitucional*, Salvador Allende denunciou, através da rádio, em cadeia nacional, e mandou prender os suboficiais e marinheiros da Armada que se organizavam precisamente para defender o governo constitucional do golpismo.

Após tal ação criminoso, houve retraimento geral dos soldados, sub-oficiais e oficiais anti-golpistas, populares e socialistas, que sempre representaram um segmento não desprezível das forças armadas, com destaque para a marinha de guerra e os carabineiros. Se Allende e a direção política da UP tivessem chamado à resistência, não poucos soldados, sub-oficiais e oficiais teriam lutado ao lado de milhares de populares. Confesso que, após ouvir a declaração radiofônica, tive certeza plena que o golpe era questão de semanas, se não de dias.

DEFENDENDO A ORDEM BURGUESA

A direção da UP tentara amplo movimento de devolução ao capital das fábricas ocupadas durante a greve patronal de outubro de 1972, com amplo apoio do Partido Comunista e enorme oposição do mundo do trabalho. Finalmente, momentos antes do golpe, Salvador Allende acordara com a Democracia Cristã plebiscito sobre a sua continuação no governo. Se não alcançasse a maioria, renunciaria ao poder, encerrando antecipadamente o governo da Unidad Popular!

Precisamente para que não ocorresse o plebiscito, os golpistas antecederam o golpe. O grande capital e o imperialismo sabiam que, mesmo no caso da derrota

da UP no plebiscito, não haveria retorno doce ao passado. Os trabalhadores se mobilizariam certamente para passar por cima das decisões derrotistas do alto comando da UP, imediatamente ou após a eventual entrega do governo, na busca de manter e ampliar o conquistado.

A violência da repressão ditatorial era necessária para esmagar a autonomia conquistada pelos trabalhadores diante da sociedade de classes e para pôr fim às expectativas mundiais que despertara. No dia 11 de setembro, golpeava-se a revolução chilena e a revolução mundial. Havia que destruir, para sempre, a experiência popular vivida, tão intensamente, durante a Unidade Popular. Para tal, havia que destruir as organizações operárias e populares chilenas, suas conquistas, seus melhores quadros, suas esperanças. Havia que retornar à paz social dos cemitérios.

CAÇAAO ESTRANGEIRO

Em uma América Latina sob o tacão militar, desde a vitória de Salvador Allende, milhares de militantes latino-americanos refugiaram-se no Chile, onde foram recebidos de braços abertos pelas forças populares e execrados pelas conservadoras. Talvez mais de dois mil refugiados brasileiros vivessem, sobretudo em Santiago, ao lado de argentinos, uruguaios, bolivianos, etc. Com o golpe, esperava-se igualmente decepar toda uma vanguarda latino-americana.

A verdadeira caça ao não-chileno lançada na manhã do 11 de setembro almejava apresentar o projeto revolucionário como uma proposta estrangeira, exótica ao povo chileno, e eliminar fisicamente boa parte da direção revolucionária ali refugiada, em operação conjunta entre a CIA e as ditaduras latino-americanas, na qual a ditadura brasileira participou ativamente.

O massacre de militantes estrangeiros foi substancialmente frustrado devido à ampla solidariedade mundial que obrigou as representações diplomáticas a abrirem generosamente as portas aos perseguidos. Negaram-se a essa iniciativa as embaixadas da China, querendo ocupar o espaço deixado pelo rompimento do governo ditatorial chileno com a URSS, e a do Brasil, para expor seus patrícios *subversivos*, se possível, à morte.

No relativo à China, já antes do golpe, o principal grupúsculo maoísta

opunha-se radicalmente, ao reformismo da direção UP e ao próprio processo revolucionário no país, em nome dos mais lídimos princípios do marxismo-leninismo, abraçando-se mais e mais subjetivamente com a direita e o imperialismo. No momento do golpe, a República da China negou-se a dar proteção à meia dúzia de maoístas chilenos que procuraram a embaixada! Algo semelhante ao praticado atualmente pelo PSTU, em relação aos sucessos na Venezuela, na Bolívia, na Líbia, na Síria, etc.

Brasileiros foram assassinados, presos e torturados pela negativa do embaixador brasileiro e seus funcionários de cumprir com suas obrigações constitucionais. Nesse então, havia muito que o Itamaraty funcionava como braço da ditadura militar contra brasileiros exilados e vivendo no exterior. Uma história sobre a qual também não se fez minimamente luz no Brasil. Jamais houve investigação sobre a colaboração criminal do Itamaraty com as ditaduras militares chilena e outras.

CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

Chile foi a primeira nação latino-americana a conhecer as receitas da reorganização neoliberal da sociedade, desenvolvidas sob a direção do economista estadunidense Milton Friedman, da Escola de Chicago, cidade celebrizada pelos *gângsteres* que produziu. Operação que, após os anos de propaganda triunfante, mostra hoje, já sem pudor, através do mundo seus resultados sociais execráveis.

Amplios ramos da indústria chilena foram aniquilados. O Estado foi violentamente enxugado. Milhares de funcionários, demitidos. Os preços, liberados; as empresas estatais, privatizadas. As cotizações sociais patronais e os impostos sobre o lucro, rebaixados. Liberaram-se as barreiras aduaneiras, mundializando a economia. Milhares de pequenas, médias e grandes indústrias fecharam. Explodiu o desemprego e a classe trabalhadora encolheu. Estudar e adoecer no Chile transformou-se privilégio dos ricos, o que se mantém, até hoje, em forma imutável.

O desemprego e a lumpenização de importantes segmentos do operariado chileno reforçavam a desmoralização e desencanto político-social promovido

pela repressão. Após os refugiados políticos, multidões de chilenos abandonaram o país como refugiados econômicos, não raro para jamais retornarem ao país. Na antiga terra da solidariedade, passou a imperar a lei do cão.

A mundialização e desregulamentação da economia tornou o país o paraíso dos capitais, que investiram sobretudo na produção agro-industrial para o mercado exterior – vinho, hortaliças, maçãs. Paradoxalmente, o setor agrário que mais progrediu foi o reformado durante o governo de Salvador Allende! Apenas a forte valorização do cobre, nas últimas décadas, impediu a *débâcle* geral da economia do país, sem qualquer autonomia energética.

Estendeu-se o consumo através de um endividamento da população jamais conhecido. Apesar da miséria dos bairros populares, afastados do coração das grandes cidades, o Chile foi apresentado por muitos anos como uma espécie de *Tigre* latino-americano, exemplo a ser seguido.

A chamada redemocratização do Chile, com a cumplicidade de Partido Socialista despudoradamente reciclado ao social-liberalismo, aprofundou as privatizações e consolidou instituições antidemocráticas que mantêm ainda hoje a sombra da ditadura pinochetista sobre o país. As impressionantes manifestações estudantis de 2011-13, pelo retorno ao ensino público, recolocaram em discussão a essência da chamada *revolução liberal* chilena, restaurando fortemente a memória do mundo construído no passado e perdido em setembro de 1973.

Restaurados nos privilégios, os senhores das riquezas e poder seguem temendo a memória e a experiência gravada a fundo na tradição das classes trabalhadoras. A cada 11 de setembro, ela explode poderosamente em atos de protestos, nas mesmas ruas de Santiago, onde ressoaram, há 40 anos, os gritos de esperança de um povo esperançoso voltado à construção de seu destino.

CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

DAVID MACIEL¹

INTRODUÇÃO

Uma das características peculiares do processo de transição política vivenciado no Brasil de 1974 a 1989/90 é seu caráter lento, gradual e limitado, quando comparado a outros processos de transição democrática ocorridos no período e em condições relativamente similares. Em nenhum deles a conclusão do processo demorou tanto tempo e nem preservou tantos institutos políticos e legais do regime ditatorial anterior. Um dos componentes que, entre outros fatores, pode explicar esta situação é o fato de que no Brasil o processo de transição à democracia carregou a particularidade de ser parte do processo mais geral de crise do bloco histórico do chamado “desenvolvimentismo”. Esta situação particular conferiu-lhe dinâmica, abrangência e características específicas que, em grande medida determinaram os seus resultados e seus desdobramentos posteriores, pois definiu o eixo político em torno do qual girou a luta política e social durante seu curso.

Dinâmica, características e resultados que poderiam ser outros, caso o que estivesse em questão fosse fundamentalmente uma mudança na forma do Estado burguês no Brasil, como na passagem do Estado Novo para a chamada República Populista, em 1945-46. Em linhas gerais, o processo de democratização se desenrolou de modo “lento, gradual e o mais seguro possível” para as classes dominantes, garantindo a superação da institucionalidade política autoritária por uma institucionalidade democrática por meio de um processo de reforma da autocracia burguesa, porém, ao custo de impossibilitar a retomada do desenvolvimentismo e de uma perspectiva de desenvolvimento capitalista menos

¹ Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea e do Grupo de estudos “Capitalismo e História”, do CNPq.

dependente e mais distributivo. Mais do que isto, a combinação entre crise do desenvolvimentismo e transição política desencadeou uma crise de hegemonia que tornou a transição um processo lento e difícil, apesar da não ocorrência de retrocessos, pois tornou os distintos agentes sociais incapazes de solucionar a crise rapidamente em seu favor, tornando a solução definitiva, para um lado ou para outro, crescentemente custosa no sentido de exigir a ruptura com a própria transição, seja pelo retrocesso, seja por sua “aceleração democrática”. Ou seja, sem que o programa desenvolvimentista fosse atualizado de acordo com as próprias potencialidades expansivas e minimamente distributivas que sua dinâmica interna e a emergência de novas contradições sociais e políticas exigiam. Isto porque, devido às contradições geradas pela própria generalização das relações capitalistas, pela concentração e centralização capitalistas, pela urbanização e proletarização aceleradas, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, entre outros fatores, a continuidade do programa desenvolvimentista dependia do aprofundamento do avanço tecnológico e industrial, da ampliação do mercado consumidor de massas e da resolução da questão do financiamento.

Num exercício contra factual, poderíamos afirmar que esta orientação poderia desarmar ou atenuar as contradições sociais latentes a partir dos anos 70, tornando o processo de transição menos dramático e demorado. No entanto, esta não foi a via seguida. Assim, a institucionalidade democrática originada do processo de transição criou o ambiente político favorável à construção de uma nova hegemonia burguesa, neoliberal, e do bloco histórico que lhe corresponde, alicerçados no aprofundamento da acumulação capitalista dependente-associada e num movimento ainda mais duro de super-exploração da força de trabalho e de supressão de direitos sociais. Em certa medida isto explica por que o processo de democratização não ultrapassou os marcos do projeto inicialmente articulado pelo governo militar de uma reforma na autocracia burguesa, apesar das correções de rumo e modificações que o processo da luta de classes exigiu ao longo do tempo.

Sendo assim, neste breve artigo trabalharemos com a hipótese de que a combinação entre crise do desenvolvimentismo e transição política contribuiu de modo decisivo para retardar o processo de democratização e impedir que a

autocracia burguesa fosse completamente abolida pela nova institucionalidade democrática, permitindo a sua atualização e reforma.

DESENVOLVIMENTISMO E REFORMA DA AUTOCRACIA BURGUESA

Em primeiro lugar é preciso ressaltar que ao contrário do que diversos analistas vaticinaram nos anos 60 e 70, como Pedrosa², Marini³, Oliveira⁴ e Fernandes⁵, a crise da Ditadura Militar não suscitou a radicalização da autocracia burguesa por meio de um processo de fascistização do regime; nem tampouco o seu colapso com o desencadeamento de um processo de democratização ampliada ou mesmo de ruptura socialista. Mesmo a consolidação da ordem autocrática por meio de uma “democracia de cooptação” voltada “para o lado” e “para baixo” com base na defesa dos “valores revolucionários de 64” e a limitação constitucional do excedente de poder representado pelos militares, também prevista como uma possibilidade, teve um fôlego muito maior do que se imaginava. Guardadas as diferenças interpretativas e metodológicas entre elas, que aqui não teremos espaço para detalhar, tais avaliações tinham em comum a constatação de que a Ditadura Militar (1964-1985) aprofundou e radicalizou as contradições historicamente gestadas pelo próprio modelo de transformação capitalista adotado desde os anos 1930; manifestas de modo contundente na acomodação entre setores econômicos modernos e atrasados, no problema da dependência e das relações com o capital externo, no crescimento exponencial das funções econômicas e reguladoras exercidas pelo Estado e no caráter restrito do mercado interno. À possibilidade de fascistização ou endurecimento repressivo do regime como forma de resolução das contradições criadas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista dependente-associado, antevia-se como principal alternativa o fortalecimento do intervencionismo e do setor estatal na economia, criando um capitalismo de Estado que fortaleceria ainda mais

² PEDROSA, Mário. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

³ MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁵ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, p. 203-366.

a burocracia e a burguesia de Estado e talvez abrisse as portas para uma aliança “para baixo” em nome do desenvolvimento nacional, mesmo com o apoio de determinados setores militares.

Em certa medida o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) aproximou-se desta alternativa ao propor a conclusão do processo de industrialização por meio da ampliação do intervencionismo estatal e do fortalecimento da indústria de base visando consolidar o processo de internalização da acumulação capitalista iniciado nos anos 1930. Em todas essas análises também se antevia uma retomada da mobilização e organização das classes trabalhadoras, após as derrotas de 1964 e 1968, em função não só do acirramento da superexploração do trabalho, mas do próprio processo de socialização e “unificação” de experiências e de elevação das expectativas geradas pela própria aceleração do desenvolvimento capitalista.

Porém, ao invés disto, o que prevaleceu foi um processo de reforma da autocracia burguesa que conviveu com o avanço mobilizatório e organizativo crescente das classes trabalhadoras e mesmo com o desenvolvimento de uma perspectiva contra-hegemônica, mas que também favoreceu o aprofundamento da dependência externa, a crise fiscal do Estado, a “financeirização” como mecanismo privilegiado de valorização do capital *avant La lettre*⁶ e, como desdobramento relativamente “voluntário” o colapso da perspectiva desenvolvimentista⁷. Avançamos aqui a hipótese de que isto se deveu não só ao predomínio de uma “estratégia de acomodação” entre o Estado e os interesses burgueses predominantes, impedindo que os “nós” do padrão de acumulação dependente-associado fossem desatados em favor da indústria pesada nacional, do intervencionismo estatal e da integralização do esforço industrializante, fortalecendo assim uma perspectiva empresarial imediatista e predatória; mas também à opção do movimento social das classes trabalhadoras e de suas organizações políticas por uma perspectiva que não conseguiu ir além da refundação radical do desenvolvimentismo, por sua vez condicionada a sua

⁶ SILVA, Tamara Naiz. *Financeirização econômica e mercado de trabalho no Brasil*. Goiânia, (2013). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás.

⁷ MACIEL, David. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.

própria inserção, mesmo que “instabilizadora” e “explosiva”, na institucionalidade política vigente. Em outras palavras, para as frações do capital monopolista, inclusive o capital externo, ao invés de significar um passo necessário no processo de desenvolvimento capitalista no país, o aprofundamento do desenvolvimentismo representava a ruptura do equilíbrio instável e acomodatório historicamente estabelecido entre as frações burguesas, favorecendo umas em detrimento de outras, além de amplificar suas margens de risco diante de uma crise econômica interna e de um cenário externo desfavorável, além da pressão popular por direitos sociais e políticas públicas. Para as classes trabalhadoras a refundação radical do desenvolvimentismo, que nem mesmo o projeto democrático-popular conseguiu superar, implicava na realização das tarefas históricas burguesas inconclusas com vistas à criação das condições para a própria superação da ordem do capital, porém nos marcos de uma institucionalidade política autocrática, que mesmo em processo de reforma, foi moldada para garantir sua submissão e/ou sua passivização transformista, ou seja, sem que a perspectiva da ruptura institucional se anunciasse em seu horizonte estratégico. Daí a fragilidade de sua propositura reformista diante da ofensiva neoliberal desencadeada já nos anos 90.

A BURGUESIA E A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO

O bloco histórico desenvolvimentista começa a ser construído na década de 1930, apesar de o Estado já assumir funções de regulação das condições da acumulação capitalista na década de 1910, e adquire suas feições definitivas após o golpe militar de 1964. Em linhas gerais o bloco histórico desenvolvimentista se organiza com base num processo acelerado de industrialização e urbanização, que se combina com as estruturas agrárias e comerciais tradicionais e as atualiza, em torno de um Estado autocrático-burguês fortemente intervencionista e que ao mesmo tempo acomoda os diversos interesses burgueses em seu interior, o que limita sua capacidade de superar os obstáculos impostos pelas estruturas antigas e pelas novas contradições que surgem ao longo de seu desenvolvimento histórico; e imantado por uma ideologia nacionalista instrumentalizada de diversas maneiras e em combinação com as perspectivas ideológicas mais diferentes, do

corporativismo ao liberalismo. A partir do governo JK, mas principalmente com a Ditadura Militar a acumulação capitalista passa a ser inteiramente regida pelos interesses do tripé representado pelas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista em torno do padrão dependente-associado; o Estado burguês consolida seu conteúdo autocrático soldando as classes burguesas em torno da superexploração do trabalho e da repressão às organizações dos trabalhadores e o binômio “segurança e desenvolvimento” torna-se a ideologia desenvolvimentista dominante. A presença do Estado na economia assume dimensões nunca antes vistas, tanto na criação de órgãos, instâncias e medidas reguladoras, quanto no crescimento e ampliação exponenciais das empresas estatais⁸.

A partir de meados da década de 70, com o esgotamento do chamado “Milagre Brasileiro” e o fracasso relativo do II PND, manifestam-se os primeiros sinais de crise do bloco histórico do desenvolvimentismo, que se desdobra pelos vinte anos seguintes, transformando-se numa crise de hegemonia cujo ápice ocorre entre os anos de 1987 e 1989. Compreendida em termos político-institucionais a transição política que permitiu a superação da Ditadura Militar só se encerra no final dos anos 80, com a promulgação da nova constituição, em 1988, e as eleições presidenciais de 1989, no entanto, os desdobramentos políticos e econômicos da crise do desenvolvimentismo se prorrogam pela década de 90⁹.

Diversos fatores contribuíram para a crise do bloco histórico desenvolvimentista e para inviabilizar a retomada do desenvolvimentismo em novas bases. O primeiro fator foi a presença de um cenário internacional crescentemente desfavorável à perspectiva de um desenvolvimento capitalista

⁸ Vasta bibliografia trata do processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo no país entre as décadas de 1930 e 1980, geralmente identificado com o chamado “desenvolvimentismo”. Algumas abordagens importantes e que apresentam pontos de vista diferentes encontram-se em MARINI, op. cit; OLIVEIRA, op. cit; FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987; DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985; SOARES, Alcides Ribeiro. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991; FIORI, José Luis. *O vó da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Uerj, 1995; CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995; GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994 e BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

⁹ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004 e *De Sarney à Collor...*, op. cit.

menos dependente e mais ainda de perfil democrático-popular. Após o Plano de Metas do governo JK (1956-1961) o financiamento do processo de industrialização e desenvolvimento capitalista passou a depender crescentemente do influxo de capitais externos, seja na forma de investimentos produtivos, seja na forma de empréstimos ou ainda dos recursos advindos das exportações. A partir da nova situação criada pelo fim da paridade dólar/ouro em 1971 e pelos choques do petróleo de 1973 e de 1979 as condições externas para o financiamento da economia brasileira tornaram-se crescentemente adversas, com a taxa internacional de juros saltando de 5,5% em 1971 para 18% em 1981¹⁰. Na sequência, o desencadeamento da revolução molecular-digital e da reestruturação produtiva tornou crescentemente ultrapassadas as técnicas e equipamentos da Segunda Revolução Industrial, que ainda se buscava internalizar completamente no país; dificultando a atualização tecnológica da economia brasileira¹¹. As mudanças sucessivas no sistema de financiamento internacional também tornaram mais difícil e custoso o aporte de novos capitais, seja na forma de investimentos, seja na forma de empréstimos, transformando o endividamento externo num obstáculo à retomada do crescimento econômico, como revela a crise da dívida externa que assolou os países da América Latina nos anos 80. Paralelamente, nesta conjuntura ocorre uma série de derrotas para a perspectiva revolucionária e mesmo para aquela reformista, com o êxito burguês em países como Chile, Portugal, Espanha, Grécia; a rendição progressiva da social democracia europeia ao programa neoliberal (França, Espanha e mais tarde Inglaterra e Alemanha) e a crise do chamado Socialismo Real. Este quadro internacional favoreceu a vitória política e ideológica do neoliberalismo e a solução imperialista e rentista para o problema do desenvolvimento dos países periféricos.

O segundo fator foi a tentativa de alteração do equilíbrio instável entre classes burguesas e segmentos do capital monopolista pelo II PND. O fortalecimento da indústria de base com vistas à conclusão do processo de industrialização brasileiro, com o conseqüente privilegiamento da empresa estatal

¹⁰ BARBOSA, Walmir. "IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – Planejamento e reprodução do capital (1964 a 2004)". Goiânia, 2012. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, p. 215.

¹¹ MARINI, op. cit, p. 269-295; OLIVEIRA, op. cit, p. 121-150.

e do capital monopolista privado nacional e o reforço da intermediação financeira do Estado e do próprio centralismo decisório do governo colocavam em xeque a acomodação entre os três segmentos do capital monopolista e destes com os setores menos desenvolvidos do capital, conferindo novo perfil e uma nova dinâmica ao padrão de acumulação dependente-associado¹². Isto não significa que a perspectiva antiimperialista de um capitalismo nacional estivesse colocada como alternativa pelo governo Geisel e pela burguesia brasileira, pois o próprio golpe militar foi uma clara demonstração da preferência burguesa pelo capitalismo dependente-associado¹³. No entanto, com o II PND o governo projetava justamente aprofundar o processo de expansão capitalista superando os próprios limites impostos pelo padrão dependente-associado.

A “campanha anti-estatista”, dirigida por setores da grande imprensa e pelos intelectuais liberais, e que contou com o apoio do capital externo e de frações significativas do grande capital nacional (principalmente comercial e bancário), claramente desautorizava um programa de aceleração industrial que implicasse no crescimento do aparato produtivo estatal e no aumento do intervencionismo. Mesmo a burguesia do setor de bens de capital, mais interessada no programa de internalização definitiva do departamento I da indústria por meio dos incentivos estatais, não se dispôs a um apoio decisivo ao governo, mantendo uma postura tímida e oscilante. Tal comportamento pode se explicar pelo receio de que o “gigantismo estatal” estreitasse seu espaço de ação e por sua incapacidade “congenita” de liderar uma perspectiva de “libertação nacional” que implicasse na ruptura com o imperialismo e numa aliança política efetiva “para baixo”. Por sua vez, a burguesia de Estado nunca se mostrou capaz de dirigir esta mesma aliança por conta de seu acentuado insulamento burocrático, frustrando os que apostavam nesta perspectiva no final dos anos 70¹⁴.

Diante deste cenário a proposta inicial de reforma da autocracia burguesa dirigida pelo governo militar conviveu com dificuldades crescentes, pois ela pressupunha justamente a aceleração do crescimento econômico e a conclusão do

¹² FIORI, José Luís. “Sonhos prussianos, crises brasileiras – leitura política de uma industrialização tardia”. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 11, nº 1, 1990, p. 41-61; CRUZ, op. cit., e GOLDENSTEIN, op. cit.

¹³ PEDROSA, *idem*.

¹⁴ MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

processo de industrialização por substituição de importações, gerando ceticismo e desconfiança na maior parte das frações do capital monopolista, particularmente hostis ao reforço da presença econômica do Estado contido no II PND. Tal defasagem contribuiu para impedir a concretização do projeto econômico governista, como dificultou a estabilização da reforma da autocracia burguesa nos marcos do projeto de “Distensão” (1974-1979) e favoreceu a mobilização política e social do pequeno e do médio capital e das classes trabalhadoras¹⁵.

Com a recessão econômica iniciada na década de 80, e num cenário de agravamento da crise econômico-social e de radicalização política que colocou em xeque a lógica “lenta, gradual e segura” da transição, como na campanha das Diretas Já, e determinou o fim do cesarismo militar, a burguesia do setor de bens de capital preferiu apostar na especulação financeira mediada pelo endividamento estatal juntamente com as outras frações do grande capital¹⁶, apesar de ao mesmo tempo patrocinar, junto com outros setores industriais, a elaboração de um projeto de reestruturação da dívida externa e de retomada dos investimentos públicos pelos “economistas críticos do PMDB”¹⁷. Por sua vez, a burguesia de Estado apenas resistia como podia ao “acorrentamento” das gigantes estatais que administrava, como diria Francisco de Oliveira¹⁸ impedidas de administrar seus preços conforme a lógica do mercado e de realizar novos investimentos, além de obrigadas a participar do processo de estatização das dívidas interna e externa. Segundo dados apresentados por Soares¹⁹, enquanto os investimentos das empresas estatais caem de um índice 100 em 1980 para 68,9 em 1985, seus encargos financeiros sobem do índice 100 para 305,2; entre 1980 e 1986 os preços reais nos principais ramos do setor estatal caem entre 16% e 65%, a depender do ramos em questão, e a formação bruta de capital fixo apresenta saldo acumulado negativo em todos eles.

Esta dinâmica afastou o temor burguês com o crescimento do estatismo, permitiu que o capital privado ultrapassasse as dificuldades de valorização impostas pela crise econômica por meio da “ciranda financeira” e transformou o

¹⁵ MACIEL, David. *A argamassa da ordem*, op. cit.

¹⁶ GOLDENSTEIN, *idem*, p. 120-132

¹⁷ CRUZ, op. cit., p. 56-60.

¹⁸ *Os direitos do antivalor*: A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 152.

¹⁹ *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. Op. cit., p. 69, 72 e 73.

endividamento do Estado no verdadeiro lastro da acumulação capitalista privada. Segundo dados apresentados por Soares²⁰ os juros da dívida pública interna subiram de 1,3% do PIB em 1970 para 15,85% em 1988. No entanto, na exata proporção em que a dívida pública alimentava a “ciranda financeira” e garantia a valorização do capital numa situação de crise econômica, o “combate ao déficit público” transformou-se no novo mantra das classes burguesas no país, mesmo aquelas que defendiam o privilegiamento dos investimentos produtivos. Obviamente o alvo da campanha pelo corte de gastos não seriam os dispêndios estatais com a especulação financeira, mas com as empresas estatais, o funcionalismo público e os serviços sociais do Estado.

Por isto, quando o governo da Nova República (1985-1990) adotou um programa econômico que combinava reforma monetária com maior regulação estatal e uma perspectiva de retomada dos investimentos públicos, como no plano Cruzado, predominou o ceticismo, quando não a sabotagem econômica, principalmente entre as frações monopolistas²¹. Esta trajetória impediu que a perspectiva de retomada do desenvolvimentismo, adotada de modo mais ou menos intencional pelos governos que conduziram a transição até pelo menos 1987, funcionasse como um elemento de unidade entre as classes burguesas, particularmente entre as frações do capital monopolista e destas com o pequeno e o médio capital, contribuindo para a eclosão de uma crise de hegemonia e para que a preservação da autocracia burguesa ocupasse esta função, radicalizando o conservadorismo político burguês.

Nas eleições presidenciais de 1989, a plataforma política neoliberal aparecia nos programas de governo de quase todas as principais candidaturas vinculadas ao bloco no poder. A candidatura Collor de Melo (PRN), vitoriosa nos dois turnos e que galvanizou o apoio burguês, apresentava-se claramente como neoliberal extremada e tinha como objetivo global enterrar o desenvolvimentismo para sempre. Mesmo em candidaturas identificadas com alguma variante do desenvolvimentismo, como as de Aureliano Chaves (PFL) e Mário Covas (PSDB) apresentavam-se elementos desta plataforma, indicando que se o consenso

²⁰ *Idem*, p. 70.

²¹ MACIEL, David. *De Sarney à Collor*, op. cit, p. 135-221.

burguês em torno do neoliberalismo ainda não estava consolidado, o consenso burguês em torno do desenvolvimentismo já era coisa do passado²².

OS TRABALHADORES, AS FORÇAS DE ESQUERDA E A “ARMADILHA DO DESENVOLVIMENTISMO”

O abandono progressivo do desenvolvimentismo pelas classes burguesas teve um rebatimento direto na transformação da crise do Desenvolvimentismo numa crise social sem precedentes, pois ao mesmo tempo em que solidarizou as frações burguesas em torno de uma perspectiva autocrática e corporativista, opção “auto-defensiva” diante da falta de unidade em torno do Desenvolvimentismo, recolocou em movimento as classes trabalhadoras, determinando seu avanço organizativo e sua radicalização política. No entanto, em termos gerais este movimento ressurgiu ainda orbitando, pela esquerda, em torno da ideologia do desenvolvimentismo, apesar do esforço de diversos setores para superá-lo a partir da crítica ao populismo, ao “nacional-desenvolvimentistas” e à tese pecebista da revolução nacional-democrática, hegemônica na esquerda antes de 1964. Apesar de todo avanço em relação ao período pré-64 o movimento dos trabalhadores não foi capaz de ir além de um projeto de restauração do Estado desenvolvimentista, apesar de seu viés antiautocrático e de o projeto democrático-popular vislumbrar a ultrapassagem do desenvolvimentismo; o que o impediu de superar as tendências estadoltras, a prevalência da inserção institucional em sua ação política e a lógica de reprodução do capital. Isto significa que durante o processo de transição os partidos e organizações de esquerda abandonaram a perspectiva revolucionária apresentada no período anterior pela esquerda armada, adotando claramente uma perspectiva reformista e de intervenção por dentro da institucionalidade.

No campo da esquerda o PDT, e o movimento social e sindical a ele ligado, era o partido que mais se identificava com uma perspectiva de reforma do desenvolvimentismo e o mais inserido na institucionalidade política. Defendia a centralidade do setor estatal na retomada do desenvolvimento econômico e o fortalecimento do intervencionismo estatal, inclusive no controle das empresas

²² *Idem*, p. 354-367.

estrangeiras, o que revela uma posição nacionalista não anti-imperialista. Além disso, propunha uma política social que combinava o assistencialismo de perfil trabalhista com a ampliação de direitos em conformidade com a propositura social-democrata e a constituição de uma ampla aliança dos trabalhadores e setores médios com as frações nacionais do capital monopolista. Sempre explorando sua inserção eleitoral e parlamentar para se afirmar como alternativa de governo, dependia completamente da dinâmica institucional para se fortalecer politicamente e viabilizar sua proposta reformista, contradição política que se revelou de modo dramático nas eleições presidenciais de 1989, seu candidato (Leonel Brizola) foi derrotado até mesmo como o representante do campo de esquerda no segundo turno²³.

Os partidos da tradição comunista, PCB e PC do B, conviviam com contradição ainda maior, pois durante quase toda a transição apostaram na antiga aliança com a chamada burguesia “progressista e patriótica”, aí incluída a burguesia monopolista, em nome da luta pela democracia e pelo “avanço social”, numa versão requeitada da antiga tese da revolução “nacional-democrática”. Em termos políticos esta orientação determinou sua incorporação no MDB e no PMDB no período pré-legalidade, o apoio à “conciliação pelo alto” em torno da candidatura Tancredo Neves na eleição indireta de 1985, a participação no governo Sarney e a recusa em participar da CUT, optando ambos os partidos pela aliança com o sindicalismo pelego na CGT. Em 1987 o PC do B rompe com o governo e passa a se aproximar do PT e da CUT, apoiando a candidatura Lula em 1989, mas, em linhas gerais, sem abandonar esta orientação estratégica. Já o PCB vivenciará uma crise orgânica de tal magnitude, potenciada pelo colapso das experiências do socialismo real no Leste Europeu, que desaparecerá, enquanto tal, em 1992.

Já o PT e a CUT se diferenciavam das outras forças de esquerda por apostarem na mobilização popular e limitarem seu arco de alianças às classes populares, incluindo-se aí a pequena burguesia, em defesa de uma perspectiva antiautocrática e crítica da lógica de passivização imposta pelo processo de transição, porém, atuando nos marcos do que a institucionalidade autoritária

²³ *Idem*, p. 367-375.

reformada estabelecia, ou seja, sem vislumbrar uma ruptura institucional. Mesmo as organizações marxistas que se organizavam no interior do PT e da CUT e que tinham a revolução socialista como norte estratégico não conseguiram romper com esta orientação em termos práticos.

O projeto democrático-popular, aprovado no V Encontro Nacional do partido em 1987, apresentava a mais avançada proposta de reforma estrutural do capitalismo brasileiro, ultrapassando o desenvolvimentismo enquanto projeto histórico burguês. Isto porque o projeto democrático-popular perspectivava ir além da refundação do desenvolvimentismo em novas bases e da própria direção política burguesa, tendo a distribuição de renda, a criação de novos direitos sociais e a ampliação dos já existentes, a nacionalização das empresas estrangeiras monopolistas e a ampliação/democratização do controle estatal sobre a economia como seus eixos fundamentais. A criação de um novo padrão capitalista de acumulação e financiamento, marcado pelo fortalecimento do mercado interno e pela autonomia diante do capital externo, emergia como componente necessário deste conjunto de reformas estruturais. No entanto, enquanto elaboração estratégica o projeto democrático-popular foi pensado em conformidade com uma proposta de radicalização e aceleração democrática que permitisse o movimento dos trabalhadores e as forças de esquerda assumir o governo a partir de sua própria inserção na institucionalidade política vigente. Ou seja, pretendia-se a superação da autocracia burguesa e da institucionalidade autoritária a partir de dentro, por meio da força eleitoral e parlamentar, e a partir de fora, por meio da mobilização social. A organicidade desta propositura junto às classes trabalhadoras é evidenciada pela emergência do PT e da CUT como principais forças políticas populares e de oposição ao bloco no poder ao longo da transição, como a passagem de Lula ao segundo turno nas eleições de 1989 indica²⁴.

No entanto, o que prevaleceu foi a dicotomia progressiva entre as duas linhas de ação e o predomínio de uma perspectiva institucionalista e estadolatra que já se fazia presente em 1987 e que se aprofunda desde então, no PT e também na CUT. Não surpreende que, em nome do “realismo político” e da necessidade

²⁴ *Idem*, p. 282-287.

de viabilizar apoios políticos e eleitorais, no programa de governo da candidatura Lula às eleições presidenciais de 1989 alguns dos aspectos mais radicais do projeto democrático-popular já apareçam razoavelmente atenuados, indicando os limites da propositura de ultrapassagem do desenvolvimentismo, apesar das quase quatro mil greves ocorridas no ano. Por isto, também hoje não surpreende que o bloco no poder tenha conseguido derrotá-la utilizando-se justamente dos recursos políticos colocados à sua disposição pela autocracia burguesa reformada²⁵. Ali, o transformismo de que PT e CUT seriam alvos nos anos 90, já dava seus primeiros sinais.

Deste modo, o fato de que durante a transição entre as classes burguesas a perspectiva desenvolvimentista vai perdendo força em favor de um projeto francamente imperialista, antipopular e concentracionista contribuiu para fortalecer a defesa e radicalização do desenvolvimentismo pelo movimento social das classes trabalhadoras, apesar da perspectiva democrático-popular propor-se ir além disto. Determinando assim seu avanço e seu limite. Avanço porque a proposta de refundação radical do desenvolvimentismo permitiu a unificação política e ideológica das mais variadas classes e frações de trabalhadores, do operariado fabril dos setores industriais de ponta aos trabalhadores rurais e camponeses, além de atrair o apoio, às vezes orgânico, de setores da pequena burguesia. Esta unificação criou um movimento social vigoroso inserido na institucionalidade política, no movimento sindical e na sociedade civil através de uma miríade de aparelhos privados de hegemonia, melhor dizendo, de contra-hegemonia. Limite porque a “armadilha do desenvolvimentismo” impediu os trabalhadores de efetivamente ir além da simples proposta de ampliação dos direitos políticos e sociais no interior da ordem do capital por meio da expansão das políticas públicas e de assim implodir, a partir de dentro, e desmantelar, a partir de fora, a institucionalidade política autoritária.

Mais do que isto, tornou o debate sobre a viabilidade do desenvolvimentismo refém do discurso do “combate ao déficit público”, obnubilando seu verdadeiro sentido. Esta limitação foi decisiva para o desenrolar de todo o processo, pois remeteu a perspectiva socialista para um devir promissor,

²⁵ *Idem*, p. 354-375.

porém longínquo, e para as margens do movimento social das classes trabalhadoras, limitando-a aos grupos radicalizados da esquerda católica e às organizações marxistas. A famosa fórmula segundo a qual o “caminho petista para o socialismo se faria caminhando” explicita de modo dramático esta contradição, formalizada na tese do V Encontro Nacional (1987) e que afirmava o projeto democrático-popular como ante-sala da transição socialista, sem que se vislumbrasse a quebra do Estado burguês, mas, ao contrário, por meio de sua democratização progressiva e ampliada, numa visão etapista onde todas as mediações entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem” eram sublimadas. Não que esta perspectiva de transição ao socialismo seja uma impossibilidade histórica por princípio, afinal, Marx e Engels chegaram a sugerir sua viabilidade na Inglaterra do século XIX. No entanto, na era do imperialismo total e nas condições da autocracia burguesa brasileira, mesmo em processo de reforma, a negação da ruptura institucional apenas abriu as portas para o transformismo.

NEOLIBERALISMO E APERFEIÇOAMENTO DA AUTOCRACIA BURGUESA

Portanto, em nossa avaliação esta situação contribuiu para desarmar o movimento dos trabalhadores frente ao movimento transformista operado pela autocracia burguesa em crise e baseado no esvaziamento de sua perspectiva anti-autocrática por meio de sua inserção numa arena da disputa política formatada para degenerar sua própria práxis subversiva e radical por meio do eleitoralismo, do corporativismo, do aparelhismo e do burocratismo decisório. Além de fortalecer a inserção institucional como caminho privilegiado para a conquista e ampliação de direitos. Na Constituinte de 1987-88 e nas eleições presidenciais de 1989 os efeitos deste transformismo em sentido amplo se fizeram sentir de modo decisivo²⁶. É fato que as tarefas nacionais e democráticas não realizadas por uma revolução burguesa que nunca foi além da contra-revolução prolongada e preventiva colocavam-se como uma necessidade histórica para os trabalhadores,

²⁶ *Idem.*

mas como teorizou Florestan Fernandes²⁷, como programa de uma revolução “dentro da ordem” que se realizasse, ao mesmo tempo, como uma revolução “contra a ordem”, e não como um reformismo desenvolvimentista “dentro da ordem”, que foi perdendo o viço e a radicalidade conforme o movimento dos trabalhadores aprofundou e ampliou sua inserção institucional.

A situação histórica gerada pela crise do desenvolvimentismo determinou o aperfeiçoamento da autocracia burguesa em seu momento histórico de maior perigo. A quebra da unidade burguesa em torno do desenvolvimentismo e a fragilidade do movimento dos trabalhadores diante da tarefa de superá-lo historicamente lançando as bases efetivas da ruptura socialista tornaram a preservação da autocracia burguesa o pivô da solidariedade burguesa numa situação de crise de hegemonia. Se a manutenção do desenvolvimentismo, mesmo em coloração burguesa, poderia criar as bases para a instalação de uma democracia burguesa efetiva, passível de ampliação e aprofundamento, o seu colapso tornou a reforma da autocracia a única solução burguesa viável para não só superar, mas impedir que a crise de hegemonia evoluísse para uma crise revolucionária num momento em que os ditames do capital imperialista e a realidade da crise fiscal do Estado colocavam o neoliberalismo como necessidade histórica para a reprodução de um capitalismo hiper-tardio e periférico. Nestas condições, nenhuma das inovações da “era das invenções”²⁸ foi capaz de evitar este destino.

Assim a institucionalidade democrática oriunda do processo de transição repôs a autocracia burguesa em novas bases, pois a supremacia do Executivo não foi desmantelada, apenas passou a conviver com o protagonismo do Congresso e a autonomia do Judiciário; a estrutura sindical estatal incorporou um movimento sindical ainda classista e que lhe era crítico, mas já apresentando sinais de corporativismo e em processo acelerado de burocratização; o sistema partidário institucional sobreviveu tão autocrático quanto antes, apesar da ampliação do pluripartidarismo e do estatuto legal dos partidos de esquerda; o sistema eleitoral submetido às oligarquias e ao poder econômico continuou funcionando, agora

²⁷ *OPT em movimento*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

²⁸ OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (Orgs.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-48.

com eleições periódicas para todos os cargos executivos e legislativos; a autonomia política dos militares e o aparato de repressão e de informações metamorfosearam-se sob a tutela militar e novas denominações administrativas, porém mantendo suas funções políticas na preservação da ordem social.

Enquanto isto os direitos políticos e sociais duramente conquistados pelos trabalhadores e consagrados pela Constituição de 1988 padeciam, já no nascedouro, os males da não-regulamentação e da aplicabilidade parcial, quando não inexistente. Nos anos 90, uma vez restaurada a unidade burguesa, em torno do neoliberalismo, estes mesmos direitos serão alvo de ataques sistemáticos, que quebraram sua vertebração e levaram à sua dessubstanciação, inclusive com o apoio de frações burguesas que apoiaram sua ampliação durante a transição, como a pequena burguesia.

Por isto, com a instalação definitiva do neoliberalismo as incrustações democráticas na autocracia burguesa reformada puderam ser anuladas ou mantidas em estado espectral, como um espírito que às vezes aparece, mas nada pode mover. Com isto puderam vicejar as imagens atualmente em circulação, de um presidente FHC “democrata progressista” e a de um governo petista de “esquerda”, social-desenvolvimentista ou mesmo reformista. Como toda tragédia, a combinação histórica entre crise do desenvolvimentismo e transição democrática foi dramática, difícil e dolorosa. Porém, desta vez do trágico não emergiu o épico, mas uma tragédia ainda maior, porque encoberta pelo véu sedutor e ilusório da farsa.

O AUTORITARISMO CIVIL NO BRASIL PÓS-1988

DANILO ENRICO MARSTUCELLI¹

Na análise do regime político existente a partir da promulgação da Constituição de 1988, existe relativo consenso sobre a existência de descontinuidades em relação ao que vigeu sob os auspícios da ditadura militar no Brasil. No entanto, polêmicas surgem quando se coloca em questão a caracterização e o alcance dessas descontinuidades.

As pesquisas de inspiração institucionalista têm insistido no argumento de que, desde 1988, o Brasil vem atravessando um processo de consolidação da democracia, isto é, estaria sendo construída no país uma democracia consistente, duradoura e estável. Nessa perspectiva, a democracia no Brasil poderia ser caracterizada como “normal”², pois os governos brasileiros, para conseguirem executar a política estatal e garantir a estabilidade política, estariam recorrendo permanentemente à busca de apoio no Congresso Nacional, configurando, aqui, o que se tem chamado de “presidencialismo de coalizão”³. A democracia estaria se consolidando, pois, além de Executivo e Parlamento atuarem de maneira

¹ Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio Eletrônico: daniloenrico@gmail.com

² Essa ideia foi empregada por Limongi, contrapondo-se às análises que sustentam o caráter anômalo da democracia existente no país. Encontramos tal tipo de reflexão na obra de Carvalho, para quem, tomando como padrão o modelo de construção da cidadania formulado por Marshall (direitos civis>direitos políticos>direitos sociais), o Brasil teria seguido uma trajetória anômala ou desviante. No nosso entender, as ideias de “normal” ou de “anômala” enquadram-se na mesma problemática teórica que oculta o caráter de classe da democracia no Brasil, sendo, portanto, pouco operacionais para tratar das questões mais substantivas do regime político vigente desde 1988. Ver: LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos - Cebrap*, n. 76, São Paulo, 2006, p. 17-41; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (14. ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

³ Ver, por exemplo: ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2001; SANTOS, Fabiano; PATRÍCIO, Inês. Moeda e poder legislativo no Brasil: prestação de contas de bancos centrais no presidencialismo de coalizão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 17, n. 49, 2002; LIMONGI, Fernando (2006), op. cit; POWER, Timothy. Pessimism, Optimism and Coalitional Presidentialism: Debating institutional design of Brazilian democracy. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 19, n.1, 2010; MOYSÉS, José Álvaro. “O desempenho do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão” In: MOYSÉS, José Álvaro (org.). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.

harmoniosa, os partidos passariam a ter forte protagonismo na implementação da política estatal o que caracterizaria o fenômeno dos “governos partidários” no país⁴.

A despeito de realizarem pesquisas empíricas de grande amplitude, as análises institucionalistas não têm oferecido uma resposta satisfatória para entender o significado e o alcance das descontinuidades do regime político no Brasil no pós-1988, pelos seguintes motivos:

a) Analisam as instituições como se estas fossem desencarnadas de relações de classe, ignorando completamente os vínculos existentes entre instituições e classes sociais. Isto é, partem de premissas que não levam em consideração o usufruto desigual existente na disputa entre as classes pelos recursos políticos assegurados pelas instituições políticas capitalistas. Sugerem que a competição por esses recursos é perfeita⁵ e ocultam o fato de que tendencialmente as instituições políticas do Estado capitalista só absorvem as demandas que não colocam em risco a reprodução do capitalismo, constituindo, assim, mecanismos de “seletividade estrutural”⁶. Aliás, é preciso observar que tais análises não se dão nem ao trabalho de polemizar o emprego do conceito de classe social para compreender as instituições políticas no capitalismo;

b) Não levam em consideração a correlação existente entre processo de implementação e conteúdo da política estatal. Nesse caso, não dão a devida importância à relação existente entre política e economia. Tais análises indicam os entes que conferem apoio a uma ou outra iniciativa

⁴ A tese dos governos partidários encontra-se melhor desenvolvida em: MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁵ Miliband questiona a ideia de competição perfeita que subjaz à análise pluralista dos processos políticos, ao sustentar que o empresariado goza de maiores vantagens dentro e fora do sistema estatal: “O que está errado na teoria pluralista-democrática não é a sua insistência no fato da competição, mas a sua afirmação (muitas vezes a sua pressuposição implícita) de que os grandes ‘interesses’ organizados em tais sociedades, principalmente o capital e o trabalho, competem em termos mais ou menos iguais, e que por conseguinte nenhum deles é capaz de obter uma vantagem decisiva e permanente no processo de competição. É aí que entra a ideologia e transforma a observação em um mito”. Ver: MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 179.

⁶ Ver: OFFE, Claus. “Dominação de classe e sistema política. Sobre a seletividade das instituições políticas” In: OFFE, Claus (org.). *Problemas Estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

política levada a cabo pelo governo ou por membros do Parlamento, mas não se prestam a caracterizar o conteúdo desse apoio. Existem estudos que discutem a intervenção do Congresso Nacional nas votações de reformas econômicas, como, por exemplo, as privatizações, mas eles não questionam quais segmentos, grupos ou classes sociais se beneficiariam com tais ou quais medidas aprovadas.

c) Sustentam que o presidencialismo de coalizão existe como uma espécie de neutralizador do fenômeno da separação de poderes existentes nas democracias contemporâneas. Ocultam, aqui, a existência de um poder unificado e concentrado institucionalmente no Estado, tratando dos ramos especializados do Estado como poderes efetivamente existentes e separados (autônomos). Operam, na verdade, com o mito da separação dos poderes já refutado por autores pertencentes a diferentes tradições teóricas⁷. Certamente, a relação de cooperação entre os ramos do aparelho de Estado pode ser um indicador da existência de estabilidade política, sinalizando, por oposição, que a não relação de cooperação indica a ocorrência de um processo de instabilidade ou mesmo de crise política. No entanto, o que ressaltamos é que a forma de tratamento dada pelas análises institucionalistas à relação entre presidencialismo de coalizão e separação dos poderes parece estar mais voltada a sustentar que a cooperação entre os ramos do aparelho de Estado é parte do funcionamento do presidencialismo de coalizão. Não seria, portanto, uma componente estrutural do funcionamento do próprio Estado democrático-burguês.

d) Consideram que a elevada disciplina partidária nas votações do Congresso é suficiente para atestar a existência de partidos fortes no país. Assim sendo, secundarizam ou ignoram o fato de que a legitimidade dos processos políticos está concentrada na burocracia

⁷ Para o caso das tradições não marxistas, ver: EISENMANN, Charles. *L'Esprit des lois et la séparation des pouvoirs*. Cahiers de philosophie politique, Université de Reims, Ousia, 1985. e KELSEN, Hans. *Teoria geral do Direito e do Estado*. São Paulo, Martins Fontes, 1990. Para uma abordagem marxista do problema, ver: ALTHUSSER, Louis. *Montesquieu, a política e a história*. Lisboa: Presença, 1972; POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris, Maspéro, 1968.

estatal e não no Parlamento. É interessante notar aqui a existência de análises que relevam a forte predominância do Executivo sobre o Parlamento, mas que insistem em fazer uso do conceito de presidencialismo de coalizão⁸.

Esses breves apontamentos acerca dos limites da análise institucionalista do regime democrático no Brasil nos anos pós-1988⁹, levam-nos a apresentar alguns argumentos que podem vir a constituir uma explicação alternativa do problema em questão que, minimamente, discuta o caráter ampliado ou restrito do regime político democrático existente no país nos anos 1990 e 2000. Quando nos referimos ao conceito de regime político democrático, fazemos alusão à existência de um conjunto de instituições que cumprem o papel de garantir o pluralismo partidário e a competição partidária, limitando-os politicamente à conservação do aparelho de Estado burguês¹⁰, o que significa dizer que esse regime político não pode atender reivindicações que coloquem em risco o funcionamento desse tipo de Estado. Tais elementos estão presentes na configuração do regime político instituído no país após a Constituição de 1988. Nessa perspectiva, os partidos políticos ligados à tradição socialista que tentarem defender no plano da ação legal a dissolução do Estado, serão dissuadidos institucionalmente a mudar de posição e levados a aderir à lógica de fazer política permitida pelo pluralismo político burguês. Ou, como sustenta Martorano:

ainda que um partido revolucionário pudesse defender explicitamente em sua plataforma eleitoral pontos como a destruição do Estado burguês e do capitalismo pela luta armada, ele se depararia, na hipótese um tanto remota de obter apoio popular mais expressivo, não só com grandes dificuldades

⁸ Referimo-nos ao texto de Moysés que, embora faça proveito dos estudos de Limongi e Figueiredo para caracterizar o presidencialismo de coalizão, parece deslocar demasiadamente o conceito de presidencialismo de coalizão de sua relação com a existência de partidos fortes, colocando, assim, em xeque a própria utilização do conceito que atribui grande relevância à ideia de coalizão para pensar a composição dos governos no Brasil. Ver: MOYSÉS, José Álvaro (2011), *op. cit.*

⁹ Power discute as três ondas de análise do presidencialismo de coalizão no Brasil: a pessimista, a otimista e a que procura combinar as duas anteriores. No entanto, nenhuma delas parece ter resolvido os problemas analíticos que mencionamos neste artigo. Ver: POWER, Timothy. Pessimism, Optimism and Coalitional Presidentialism: Debating institutional design of Brazilian democracy. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 19, n.1, 2010, p. 19-33.

¹⁰ Cf. SAES, Décio. *Democracia* (2. ed... São Paulo, Ática, 1993).

jurídicas, frente a pedidos de cassação, ações de inconstitucionalidade sob alegação de atentar contra o 'Estado de Direito', etc.; como também com problemas políticos, podendo ser colocado aprioristicamente à margem da disputa política e eleitoral, restando-lhe o papel de mera excentricidade – em razão, sobretudo, do funcionamento dos mecanismos de seleção política operantes nas democracias capitalistas, acima apontados. Não é à toa que a história do movimento operário e socialista apresentou e continua a apresentar tantos exemplos daquilo que foi chamado de mudança da natureza de classe de um partido que se apresentava como o representante da classe operária [...]; bem como, das dificuldades que passa a ter um partido situado à esquerda do espectro político ao tentar compatibilizar seu discurso, político ou programático, anterior, com sua prática mais recente voltada para a sua 'viabilização eleitoral'.¹¹

Em linhas gerais, caracterizamos o regime político democrático constituído no Brasil no período pós-1988 como uma versão limitada de democracia burguesa. Nesse sentido, faz-se necessário, primeiramente, discutir suas características centrais, para, em seguida, fazer alguns breves apontamentos sobre se existe ou não uma mudança de rumo na democracia no Brasil sob a influência dos governos Lula e Dilma.

O CARÁTER RESTRITO DA DEMOCRACIA NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DO “AUTORITARISMO CIVIL”

Saes utilizou o conceito de “autoritarismo civil” para caracterizar a democracia emergente no Brasil no período pós-processo constituinte. Nesse sentido, apontou para três fatores principais que indicariam a existência desse tipo de autoritarismo na conjuntura aqui considerada: 1) a Constituição de 1988 manteve superdimensionado o papel político das Forças Armadas; 2) a posição do Executivo foi reforçada perante o Congresso Nacional; e 3) a burocracia civil passou a deter forte controle sobre o processo decisório estatal, impedindo, assim, a configuração de governos efetivamente partidários¹².

¹¹ Ver: MARTORANO, Luciano Cavini. Democracia burguesa e apatia política. *Crítica Marxista*, n. 24, 2007, p. 45.

¹² Ver: SAES, Décio. *A república do capital*. São Paulo, Boitempo, 2001

Em relação ao papel superdimensionado das Forças Armadas, é possível dizer que os dispositivos constitucionais que tratam dessa temática foram aqueles que menos sofreram mudanças ao longo das últimas duas décadas. Isso significa que a assim chamada “redemocratização” não logrou impor limites à militarização do aparelho de Estado no Brasil. Muito pelo contrário, o próprio texto constitucional estabeleceu prerrogativas para as Forças Armadas de modo que pudessem agir sem pedir autorização ao Congresso Nacional, funcionando como uma espécie de rede estatal paralela¹³, como se constata no art. 42:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Ao atrelar as Forças Armadas à “autoridade suprema” da instituição presidencial com vistas a garantir a defesa da Pátria, da Constituição, da lei e da ordem, o texto constitucional subdimensiona, ou mesmo neutraliza, o papel de controle e fiscalização que o Congresso Nacional deveria ter em relação ao Executivo e, superdimensiona os poderes do Presidente da República nos processos decisórios fundamentais da política estatal.

No que se refere à predominância do Executivo sobre o Congresso Nacional, é possível observar a existência de dois dispositivos constitucionais fundamentais que garantem institucionalmente tal predominância: o primeiro deles, ignorado pela análise de Saes, é o regime de urgência constitucional. Conforme o art. 64, § 1º., da Constituição Federal, o Presidente da República poderá solicitar ao Congresso Nacional urgência no exame do projeto de sua iniciativa, estabelecendo um prazo de 45 dias para apreciação da matéria. Tal

¹³ *Ibidem*. O conceito de “rede estatal paralela” foi empregado por Nicos Poulantzas e é compreendido pelo autor da seguinte maneira: “Rede, pois atravessa os diversos ramos e aparelhos do Estado; paralela, pois funciona por detrás da aparência dos aparelhos de Estados, que a ocultam cuidadosamente; estatal, pois, ainda que em geral para pública, constitui um recurso permanente da burguesia para a manutenção e a salvaguarda de seu poder”. Ver: POULANTZAS. *La crise des dictatures*: Portugal, Grèce, Espagne. Paris, François Maspero, 1975, p. 117.

prerrogativa constitucional assegurada à Presidência da República confere prioridade ao Executivo em relação às iniciativas do Congresso Nacional na votação das matérias, trancando as demais pautas sem prazo constitucional determinado. O segundo dispositivo é o das medidas provisórias (MPs), que, diferentemente do regime de urgência, possui força de lei e impõe aos congressistas, com muito mais veemência, a lógica da cooperação a partir do momento em que é editado.

As MPs passaram a integrar a Constituição Federal a partir de 1988, contribuindo para confiscar do Congresso Nacional o poder de legislar e conferir tal prerrogativa ao Presidente da República. Nos anos 1990, esse dispositivo constitucional foi utilizado amplamente pelos governos brasileiros, especialmente pelo governo FHC, que atingiu a marca de 1.088 MPs reeditadas no ano 2000¹⁴. Ainda que não seja aprovada pelo Congresso Nacional, a edição (ou reedição) de uma MP pela instituição presidencial produz efeitos, gerando constrangimentos sobre a ação dos partidos e parlamentares, e reforçando o efeito de cooperação que marca a existência estrutural da relação entre os dois ramos do aparelho de Estado. Em 2001, foi instituída, por meio da Emenda Constitucional n° 32, a proibição de reedição de MPs, mas nem por isso o Executivo perdeu seu poder legiferante, já que aproximadamente 85% das leis aprovadas no Congresso Nacional são ainda de iniciativa do Executivo¹⁵.

Cabe observar ainda que alguns órgãos do aparelho de Estado que são fundamentais para os processos decisórios da política nacional têm sido insulados da participação política ampla. Este é o caso do Conselho Monetário Nacional, que já contou em sua história com até 27 membros, mas que, por meio de uma reforma administrativa realizada em 1994, passou a acomodar apenas três membros: o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e do Orçamento e o presidente do Banco Central (BC). Portanto, desde 1994, estão excluídos do processo direto de definição da política monetária, cambial e de

¹⁴ Moysés parece desconsiderar esse dado quando afirma que, diferentemente dos governos do PT, o governo FHC sempre considerou importante negociar com os partidos políticos as condições de sua base de apoio no Congresso Nacional. Como o politólogo da USP fez parte do governo tucano, podemos concluir que sua análise estava mais preocupada com a propaganda política desse governo do que com a “verdade efetiva da coisa”, pois se fosse imbuído desse suposto espírito negociador, o governo FHC não teria necessidade de se comportar como um campeão de edição e reedição de MPs. Ver: MOYSÉS, José Álvaro (2011), *op. cit.*

¹⁵ Extraímos esse dado de: MOYSÉS, José Álvaro (2011), *op. cit.*

crédito todos os demais ministérios e os representantes de entidades patronais e dos trabalhadores. O mesmo vale para o Comitê de Política Monetária, que é responsável pela definição da taxa de juros e é composto somente por membros da diretoria do BC. As reivindicações pela ampliação desses importantes espaços decisórios advindas de setores empresariais e dos trabalhadores vêm sendo sistematicamente negadas, e não há acenos de propostas que visem mudar o status quo desses dois órgãos que se responsabilizam por políticas econômicas que afetam diretamente a lógica de desenvolvimento capitalista existente no país. Nem mesmo os processos de reformas no modelo capitalista neoliberal, encabeçados pelos governos petistas e que projetaram na cena política os interesses da grande burguesia interna, foram suficientes para impactar os processos de participação na definição das políticas voltadas, sobretudo, à acumulação de capital. Isso significa que a definição da política econômica tem se mantido relativamente imune às pressões diretas de parlamentares eleitos pelo voto popular, o que parece reforçar a validade da hipótese acerca da existência do fenômeno do autoritarismo civil no país.

AUTORITARISMO CIVIL “REFORMADO” SOB OS GOVERNOS DE LULA E DILMA

No artigo “A questão da evolução da cidadania política no Brasil”, Saes chama a atenção para a necessidade de se analisarem as relações existentes entre a evolução da cidadania política no país, concebida a partir das alternâncias entre períodos ditatoriais e democráticos, e as redefinições da hegemonia política no seio do bloco no poder¹⁶. Várias foram as análises que sustentaram a tese de que, sob os auspícios do capitalismo neoliberal, a grande burguesia financeira internacional passou a exercer a hegemonia política no bloco no poder burguês no Brasil o que levou os governos brasileiros a adotarem medidas antipopulares, privatistas e favoráveis aos capitais forâneos. Em termos da discussão acerca da democracia vigente a partir de 1988, é possível sustentar que a hegemonia política da burguesia financeira internacional combinou-se com mecanismos de restrição

¹⁶ Ver: SAES, Décio. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 15, n. 42, 2001

à participação política nos processos decisórios fundamentais da política nacional. Nessa perspectiva, entrevemos os vínculos existentes entre o capitalismo neoliberal e o autoritarismo civil.

Durante os governos Lula e Dilma, o capitalismo neoliberal passou por reformas, resultando num processo de renegociação da hegemonia política da grande burguesia financeira internacional e no fortalecimento político dos interesses da grande burguesia interna que vinham sendo alijados pela implementação da política estatal. Ao acomodar os interesses da grande burguesia interna no núcleo hegemônico do bloco no poder, sem colocar em xeque a hegemonia da grande burguesia financeira internacional, especialmente nos processos de execução da política econômica, os governos Lula e Dilma tiveram que tomar iniciativas que garantissem minimamente a intervenção dos representantes dessa fração de classe nos processos decisórios da política nacional. No entanto, tais governos conseguiram garantir tal intervenção sem colocar em risco os pilares de funcionamento do autoritarismo civil no Brasil. No limite, pode-se dizer que, de maneira tímida, o autoritarismo civil existente no país desde a Constituição de 1988 foi reconfigurado para atender o fortalecimento político da grande burguesia interna na conjuntura mais recente. A criação do Conselho Econômico de Desenvolvimento Social (CDES) no primeiro governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho, a ampliação considerável do número de conselhos e conferências nacionais de políticas públicas durante os governos petistas, o predomínio da lógica do governo de programas em detrimento do governo de reformas e a estatização das demandas dos movimentos populares e sindicais e da própria ação política do Partido dos Trabalhadores são algumas das evidências desse autoritarismo civil reformado.

Criado por meio de medida provisória, no primeiro dia do governo Lula, e regulamentado em lei, no dia 28 de maio de 2003, o CDES foi instituído como um órgão de caráter consultivo que, sob a coordenação do responsável pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social do governo federal, ficaria incumbido de prestar assessoria ao Presidente da República “na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social

produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento”¹⁷. Formado por 90 membros, esse órgão de assessoramento do governo federal conta em sua composição com forte presença de empresários, que ocupam 50% dos assentos do CDES¹⁸. Trata-se de um espaço importante para o governo discutir alguns projetos de lei, como as reformas da Previdência e Tributária, a Lei de Falência, a Lei das Parcerias Público-Privadas entre outras, e criar alguns consensos prévios, especialmente com setores do empresariado, antes de submeter os projetos de lei à aprovação do Congresso Nacional. Contudo, em seus 10 anos de existência, o CDES esteve muito distante de ocupar um lugar central no processo de definição da política governamental, preenchendo mais claramente a posição de uma instância consultiva dos governos petistas e neutralizadora de conflitos, fomentando aquilo que a ciência política convencional tem chamado de “concertação”.

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003. Trata-se de uma instância tripartite que visa promover debates sobre as reformas sindical e trabalhista. De acordo com Almeida, da parte das entidades de representação dos trabalhadores, os sindicalistas da CUT e da Força Sindical exerceram liderança na mesa de negociações, enquanto que, da parte das entidades de representação do empresariado, ganhou destaque a atuação da Febraban, órgão de representação dos banqueiros nacionais e estrangeiros¹⁹. O FNT também se transformou num órgão consultivo do governo, sem lograr interferir efetivamente na aprovação das reformas trabalhista e sindical. É possível indicar o reconhecimento legal das centrais sindicais como principal pauta oriunda dos debates do FNT e que, em linhas gerais, está vinculado ao processo de tutela do Estado sobre os sindicatos.

Embora seja reconhecido o fato de que o governo Lula conseguiu ampliar o número de conselhos nacionais para determinar as diretrizes gerais das políticas públicas, assim como o número de conferências realizadas por esses conselhos, articulando as esferas municipal, estatal e nacional, cabe

¹⁷ Presidência da República, Decreto nº 4744, de 16 de junho de 2003. *Apud*: Lúcio Kowarick. “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção”, 2006, p. 3 [Disponível em: www.cdes.gov.br]

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Ver: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. *Revista Katálysis*, vol. 10, n. 1, jan/jun, 2007.

destacar que os governos do PT não lograram criar, até o presente momento, nenhum conselho para debater os temas específicos da política econômica. Sobre a ampliação dos conselhos e conferências nacionais, saliente-se a sua importância para alimentar na população o envolvimento nas discussões sobre a política nacional, ainda que nem tudo seja colocado em debate, como fica evidenciado com o caso da política econômica. Cabe ressaltar que as deliberações tomadas nas conferências nacionais têm exercido reduzida influência sobre o processo decisório fundamental na política nacional, o que nos leva a sustentar que tais iniciativas foram insuficientes para neutralizar a lógica imperante no país do autoritarismo civil. A pesquisa realizada por Pogrebinski e Santos atesta que, entre 1999 e 2008, do total de projetos de lei ou propostas de emenda constitucional encaminhados para votação no Congresso Nacional, apenas 4,5% (612 de um total de 13.614) eram resultantes das diretrizes das conferências nacionais. Se levarmos em consideração o cômputo das leis ordinárias/complementares e emendas constitucionais aprovados pelo Congresso Nacional no mesmo período, os números efetivamente resultantes das deliberações das conferências nacionais caem, respectivamente, para ínfimos 1,2% (52 de um total de 4.379) e 1,8% (1 de um total de 57)²⁰. Isso significa que as decisões tomadas nas conferências nacionais estão muito distantes de produzir impacto sobre a produção legislativa no Brasil e de operar sob a lógica da constituição de direitos sociais ou de diretrizes de política de desenvolvimento capitalista de longo prazo, não reféns dos ditames dos governos de plantão.

Outro mecanismo observado por alguns analistas que têm contribuído para fortalecer o poder do Executivo perante o Congresso Nacional diz respeito ao conteúdo das matérias encaminhadas pelo Executivo. Se o governo FHC pode ser caracterizado como um governo de “reformas”, que tinha a obrigação de convocar o Congresso Nacional para a tomada de decisões, mesmo que os parlamentares agissem de maneira tendencialmente passiva diante das propostas encaminhadas pelo Executivo, o governo Lula caracterizou-se como um governo

²⁰ Ver dados em: POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das Conferências Nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 3, 2011, p. 259-305.

de programas, aprovando uma série de medidas que não precisaram passar pelo crivo dos partidos no Congresso Nacional²¹.

Cabe notar aqui que tal iniciativa no que se refere à ampliação dos direitos sociais, pouco contribui, já que, em vez de transformar tais programas em direitos constitucionais, os governos do PT têm procurado chamar para si a prerrogativa da edição de tais programas, buscando, com isso, criar vínculos diretos entre a instituição presidencial e a execução dos programas, o que torna vulnerável a implementação de determinado programa à mudança de governo ou mesmo à alteração da linha política do governo que executa tal programa e, fortalece a lógica do personalismo político secretado na figura do presidente da República que passa a ser visto como o criador e o responsável exclusivo pela execução do programa.

Na conjuntura mais recente, a ação da burocracia estatal foi ainda mais legitimada pelos já conhecidos reclamos contra a inoperância, a ineficácia e a corrupção que acometem os membros do Congresso Nacional, sempre reforçados pela grande imprensa, pela tática adotada pelos movimentos sociais que passaram a confrontar o Congresso (conservador) e o Executivo (supostamente inclinado a adotar medidas progressistas) com o conhecido lema: “Veta Dilma”, especialmente no debate do Código Florestal que visava concatenar o processo de contrarreforma agrária no Brasil, revelando a incapacidade desses movimentos de luta pela terra de realizar ações autônomas em relação à burocracia estatal para a defesa de seus próprios interesses.

No que se refere à inexistência de governos partidários, esse fenômeno pode ser evidenciado na lógica de construção de alianças dos partidos de governo que, insistentemente, têm procurado garantir a “governabilidade” a partir da distribuição de cargos e da aprovação de emendas parlamentares para os partidos de patronagem interessados na pilhagem dos recursos do Estado, tornando a constituição desses governos muito vulneráveis à chantagem política. As crises de 1992 e 2005 já deram mostras do significado dessa relação instável, especialmente quando o governo ousa não distribuir cargos ou não viabiliza recursos financeiros para os partidos aliados sob a forma de emendas

parlamentares ou outros meios²².

Nesse debate sobre existirem ou não governos partidários, insere-se a tese conservadora do suposto aparelhamento do Estado pelo PT²³. Embora se projete como um partido com forte capilaridade no âmbito nacional, o PT está muito distante de criar óbices à lógica do autoritarismo civil e de confrontar a dinâmica que impede a existência de governos efetivamente partidários. No período recente, em vez de um processo de aparelhamento do Estado pelo PT, assistimos no país a um processo de colonização da burocracia estatal sobre o PT, em especial, sobre o processo de tomada de decisões das instâncias de direção partidária, constituindo assim o fenômeno da estatização do PT, o que contribuiu para minar a pauta de reivindicações sustentadas pelas oposições de esquerda internas no partido e para ampliar os processos de defenestração das fileiras do partido ou de isolamento político dos militantes e grupos mais identificados com a perspectiva revolucionária de socialismo. A opção adotada pelo PT de construir o socialismo pela via pacífica, dando primazia à ocupação de cargos executivos em detrimento da conquista de maior espaço no Parlamento e do trabalho de base, colaborou para este partido abandonar progressivamente qualquer vestígio de pauta política radicalizada em seu programa, e até mesmo as referências mais substanciais ao socialismo, e a aderir aos imperativos pragmáticos impostos pela lógica estatal burguesa. Isso quer dizer que a estatização do PT ou colonização do PT pela burocracia estatal decorre, em grande medida, das opções políticas adotadas pelo partido num passado próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos dizer que a democracia burguesa no Brasil tem blindado as principais instâncias decisórias da ampla participação das classes e

²¹ Podemos indicar aqui os seguintes programas: Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos; Programa de Aceleração do Crescimento; entre outros. A distinção entre governo de reformas e governo de programas foi elaborada por: HUNTER, Wendy; POWER, Thimoth. *Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian elections of 2006*. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, 2007.

²² Analisamos essa questão em: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Campinas, Tese de doutorado em Ciência Política (Unicamp, 2013).

²³ Encontramos uma defesa dessa tese em: SAMUELS, David. "A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT" In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (orgs.). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos, EdUFSCar, 2009.

frações sociais, especialmente aquelas voltadas para a implementação de políticas voltadas para a acumulação de capital; o Executivo tem neutralizado as ações do Congresso Nacional com MPs, vetos e programas que não passam pela avaliação do Parlamento; e os partidos permanecem com reduzido poder governativo ou mesmo representativo. Sob os governos Lula e Dilma, o autoritarismo civil foi reconfigurado, mas esteve muito distante de ser colocado em risco ou superado.

A DEMOCRACIA E A REPRESSÃO NAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013¹

GILBERTO GRASSI CALIL²

APRESENTAÇÃO

Em junho de 2013 ocorreram as maiores manifestações populares da história recente do Brasil, reunindo vários milhares de manifestantes, de diferentes estratos sociais e nas mais variadas regiões do país. O caráter pluriclassista, a diversidade de reivindicações e o fato de que a grande maioria dos manifestantes não tem experiência de mobilização política anterior propiciaram uma intensa disputa em torno dos rumos das mobilizações. A despeito da heterogeneidade social e política, e das tentativas de instrumentalização do movimento por parte da grande mídia e dos grupos políticos dominantes, o eixo principal das manifestações foi a defesa da ampliação de direitos sociais, demandando-se o barateamento do transporte público e a melhora das condições de oferecimento da saúde e educação públicas. As mobilizações, ao mesmo tempo, tensionaram os limites e contradições da democracia brasileira, em termos análogos ao já ocorrido em diversos países europeus no mesmo período, tendo como resposta principal o acirramento das medidas repressivas e a afirmação de concepções especialmente restritas e excludentes de democracia. O objetivo deste texto é refletir em torno destes embates e suas implicações. Como ponto de partida, discutiremos rapidamente os movimentos de protesto e contestação contra os ataques aos direitos sociais ocorridos nos últimos anos em Portugal e na Espanha e a crescente repressão policial que se impôs contra estes movimentos, pois entendemos que existem muitas similitudes com o processo brasileiro

¹ Este texto foi originalmente apresentado nas Jornadas Internacionales Actualidad de la Teoría Crítica, em outubro de 2013 em Rosario, Argentina.

² Professor Associado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. gilbertocalil@uol.com.br

recente.

PORTUGAL E ESPANHA: ASCENSÃO DAS LUTAS SOCIAIS E ESCALADA REPRESSIVA

As duas nações ibéricas vivenciaram nos últimos três anos processos muito similares, marcados por forte regressão social e ataque aos direitos sociais, justificado em nome da “crise”, a emergência de mobilizações sociais multitudinárias e forte reação repressiva por parte do Estado. Em ambos os países, a regressão social foi inicialmente impulsionada por governos do Partido Socialista, através de cortes orçamentários e diminuição do investimento nos serviços públicos, e foi radicalizada a partir de 2011 por coalizões governamentais de direita, no governo desde junho em Portugal (Pedro Passos Coelho, PSD) e dezembro daquele ano na Espanha (Mariano Rajoy, PP). O ano de 2011 marca igualmente a ascensão das mobilizações populares, simbolizadas pela emergência do movimento dos indignados na Espanha e da Geração à Rasca em Portugal. Em ambos os países a reivindicação dos direitos sociais e a denúncia do aumento do desemprego e da precariedade nas relações laborais se complementavam com a denúncia dos limites do regime democrático e das suas instituições representativas - o que se consubstanciou no slogan Democracia Real Já.

Os regimes democráticos vigentes em Portugal e na Espanha tem origem na derrocada das ditaduras salazarista e franquista na década de 1970, mas sua gênese se deu através de processos muito distintos, pois o regime salazarista foi derrubado por meio de uma intervenção militar que deu origem a um processo revolucionário, ao passo que o regime franquista foi substituído através de um processo de transição negociada, gradual e controlada³. Desta forma, em Portugal deu-se um processo de ascensão de lutas sociais e ampla participação popular que tornou possível eliminar o aparato repressivo construído durante a ditadura, enquanto na Espanha, a continuidade institucional foi muito mais ampla. A

³ Ver a respeito LEMOS, Encarnación, ROSAS, Fernando & VARELA, Raquel. O fim das ditaduras ibéricas (1974-1978). Lisboa: Pluma, 2010; e VARELA, Raquel. Revolução ou transição? História e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2012.

despeito do golpe-militar de novembro de 1975 que determinou o encerramento do processo revolucionário português e impôs a conformação da democracia aos limites do liberalismo e seu modelo representativo, a memória da Revolução dos Cravos, das ocupações de fábricas e da ampla mobilização social determinou que a democracia portuguesa se econstituísse em bases mais amplas e sobretudo que consolidasse uma ruptura com o aparato repressivo do salazarismo. Por sua vez, na Espanha, foi mantido em grande medida o aparato repressivo e de vigilância oriundos do franquismo. Apesar destas diferenças, no decorrer das décadas 1980 e 1990 ambos os países tiveram avanços sociais significativos e relativa consolidação da democracia, sob as bases do liberalismo e do paradigma representativo. Desta forma, as opções por medidas fortemente repressivas nos últimos anos constitui um fato politicamente relevante.

Em Portugal, uma manifestação multitudinária ocorrida em março de 2011 reuniu jovens, trabalhadores precários, aposentados e desempregados, em um protesto contra a degradação das condições de vida, o trabalho precário e o desemprego e os ataques ao serviço público e aos direitos sociais. A despeito da forte tradição de manifestações sindicais, convocada pela Central Geral dos Trabalhadores de Portugal, aquela mobilização apresentava-se como uma novidade, em seu formato, na forma de convocação (sobretudo através das redes sociais), na composição social muito mais heterogênea e na ausência de organizações institucionalizadas que claramente constituíssem sua direção. Já naquele momento, a manifestação foi impedida de se aproximar do Parlamento, entrando em ação forte contingente policial, encerrando-se em confronto e prisões. Em outra manifestação ocorrida oito meses depois (já sob o governo de Passos Coelho), a violência repressiva atingiu novo patamar, a partir de um conflito provocado por agentes infiltrados (conforme verificado em vídeos posteriormente publicizados), que arremessaram uma xícara contra os policiais, tentando legitimar socialmente os atos de violência repressiva. Naquela ocasião saíram feridos dois jornalistas, gerando grande repercussão pública, em especial pela vinculação de uma das jornalistas feridas com a agência internacional France Press. Curiosamente, uma situação análoga à ocorrida no Brasil durante as

Jornadas de Junho, quando os ferimentos sofridos por uma jornalista da Folha de São Paulo potencializaram a denúncia da escalada repressiva. Na sequência da mesma manifestação, encerrada com concentração à frente da barreira de contenção policial interposta próxima ao Parlamento, um suposto manifestante arremessou uma garrafa de cerveja, dando origem a novo e violento episódio repressivo, e poucos minutos depois é fotografado do outro lado da barreira, trocando informações com policiais. Em abril de 2012, a Polícia de Segurança Pública anuncia formalmente a adoção de uma política de “tolerância zero” contra manifestações e acrescentando que não seria mais permitida a participação de grupos tidos como “suspeitos” nas manifestações populares (não especificando quais seriam estes grupos nem os critérios segundo os quais teriam sido classificados desta forma). Ao mesmo tempo, aumentavam os casos de indiciamento judicial de manifestantes, dando origem à judicialização em larga escala do protesto social, em muitos casos propiciando a situações quase anedóticas, como quando três militantes do Movimento Sem Emprego foram indiciados e processados, sob a alegação de que teriam realizado “manifestação não autorizada” por terem feito uma panfletagem em frente a um centro de recrutamento de trabalhadores. Em seu conjunto são situações que incidem no sentido de limitar o direito de manifestação, coibir e retaliar seus militantes.

No Estado Espanhol, o processo foi muito semelhante, embora com atuação marcadamente mais violenta das forças policiais, o que remete tanto à particularidade do processo de transição espanhol e às continuidades no aparato repressivo quanto ao caráter mais explicitamente direitista do governo espanhol. Uma particularidade é que na Espanha o governo e a polícia tem o poder discricionário de autorizar ou não as manifestações (ao passo que em Portugal elas devem apenas ser comunicadas à autoridade policial). Esta prerrogativa foi fortemente utilizada nos últimos anos, com inúmeras manifestações tendo sido desautorizadas, como é o caso das manifestações convocadas em torno do Parlamento (o chamado “cerco cidadão ao Parlamento”). Grande partes delas realizou-se a despeito da proibição, e nestes casos a repressão foi particularmente violenta. Como inovação institucional, tipificou-se o crime de “resistência

pacífica”, no contexto de uma legislação eufemisticamente chamada de “Lei de Segurança Cidadã”, a qual também passou a considerar crime “ofender a Espanha ou os seus símbolos”, instituindo uma multa de 30 mil euros para aqueles que a desrespeitassem. Esta legislação atingia simultaneamente movimentos autonomistas constituídos em torno das nacionalidades subjugadas pelo Estado Espanhol e os movimentos de contestação política identificados com os indignados. Sua redação é propositadamente ambígua, incluindo como desrespeito aos símbolos espanhóis, por exemplo, “ameaçar, coagir, injuriar e vexar um policial”⁴. No texto legal também passa a ser proibido manifestar-se com o rosto coberto, infração que também torna-se passível de multa de até 30 mil euros. Esta legislação, que tornou-se conhecida como “Lei da Mordação” reforça o sentimento de uma “democracia em suspenso”, em muitas situações inclusive levando à percepção de que há um processo de instituição gradativa de uma ditadura⁵.

Em ambos os países ibéricos, a despeito de diferenças históricas e algumas particularidades, verifica-se um processo de paralelo crescimento da insatisfação e das mobilizações populares e da utilização de medidas fortemente repressivas para sua contenção. É significativa a reinterpretção repressiva da Legislação, a relativização das garantias constitucionais e a instituição de novas leis repressivas, de forma a possibilitar uma repressão mais intensa e efetiva e a manter a ordem social intocada. Para compreender este processo sem idealizar a democracia representativa, é necessário uma breve referência teórica em torno da história e dos significados da democracia sob o capitalismo.

⁴ DIÁRIO LIBERDADE. Ofender Espanha: 30 mil euros de multa na nova e ultra-repressiva Lei de Segurança. <<http://www.kaosenlared.net/component/k2/item/75021-ofender-espanha-30-mil-euros-de-multa-na-nova-e-ultra-repressiva-lei-de-seguran%C3%A7a.html?tmpl=component&print=1>> [Consulta em 12 de dezembro de 2013]

⁵ Esta percepção se constitui com base em uma idealização da democracia representativa, conforme discutimos em CALIL, Gilberto & DEMIER, Felipe. Crise econômica e democracia representativa no Sul da Europa. In VARELA, Raquel. Quem paga o Estado Social em Portugal? Lisboa: Bertand Editora: 2012. P. 439-457.

CAPITALISMO CONTRA DEMOCRACIA E AS FORMAS HISTÓRICAS DA DEMOCRACIA

Uma reflexão crítica em torno da democracia e suas formas históricas deve tomar como ponto de partida o reconhecimento de que sob o capitalismo a democracia tem necessariamente um conteúdo de classe, que não tem um formato fixo e pré-determinado e que seu conteúdo social e político varia, dentro de certos limites, de acordo com a correlação de forças sociais (ou, em termos mais precisos, de acordo com o desenvolvimento da luta de classes). Historicamente o liberalismo se opôs à democracia e à qualquer reivindicação de soberania popular até o final do século XVIII, e sua adesão tardia à democracia se deu no contexto da restrição da definição de democracia ao paradigma da democracia representativa. A historiadora estadunidense Ellen Wood discute como o surgimento da doutrina da supremacia parlamentar – base da democracia representativa – foi forjada para “operar contra o poder popular”: “Quanto mais inclusivo se tornava o termo “povo”, mais as ideologias políticas dominantes – dos conservadores à corrente principal do trabalhismo – insistiam na despolitização do mundo fora do Parlamento e na deslegitimação da política “extraparlamentar”⁶. Além disso, o liberalismo impôs radical separação entre economia e política. Desta forma, deixam de estar em questão os fundamentos materiais da vida social – muito especialmente o direito de propriedade e as relações sociais de produção, salvaguardados pela divisão de poderes e pelas normatizações jurídicas. Assim, “o capitalismo tornou possível conceber uma ‘democracia formal’, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a ‘elite’ e a ‘multidão trabalhadora’”⁷.

Para que este modelo funcione para a burguesia, é fundamental a manutenção da passividade política da classe trabalhadora e sua subordinação à dinâmica parlamentar. O Parlamento é o eixo fundamental do esvaziamento do poder popular, ao mesmo tempo em que permite gerenciar os conflitos das distintas frações

⁶ WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 178.

⁷ Idem, p. 184.

da classe dominante. Através da ressignificação do significado da democracia e sua compreensão em termos liberais, ocorreu uma mudança do foco: a democracia “passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual”⁸. Portanto, o liberalismo é a base da deslegitimação da ação política extraparlamentar, e seu “compromisso” com a democracia só existe na medida em que tiver êxito na subordinação de toda e qualquer ação política dos trabalhadores aos limites da institucionalidade.

Um desdobramento fundamental é que sempre que uma correlação de forças favorável aos trabalhadores tornar possível estabelecer alguma restrição ao direito de propriedade ou alguma regulação significativa às relações de produção, isto será percebido e denunciado como anomalia pelos liberais, que buscarão por todos os meios disponíveis criar condições para revertê-la. Isto pode ser melhor compreendido com o recurso aos conceitos gramscianos de hegemonia e de crise de hegemonia. Para o revolucionário sardo, Hegemonia define-se como “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria”⁹. Nesses termos, é possível definir Hegemonia como a capacidade de uma classe social ou fracção de classe em estabelecer o horizonte ideológico no qual as demais classes se movem. Portanto, a hegemonia tem necessariamente um caráter de classe, pois “a 'direção intelectual e moral' parte de grupos sociais com um papel determinado na vida econômica, para 'hegemonizar' outros grupos, que desempenham papéis igualmente determinados”¹⁰. Assim, hegemonia pode ser compreendida como um “projeto que permite expressar o programa, horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem”¹¹.

⁸ Idem, p. 196.

⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume III: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, volume III, p. 95

¹⁰ CAMPIONE, Daniel. “Hegemonia e Contra-Hegemonia na América Latina” in. COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 53.

¹¹ DIAS, Edmundo Fernandes. *Hegemonia: racionalidade que se faz história*. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 34.

Em um Estado capitalista a hegemonia dada é burguesa – e a dinâmica parlamentar, com a redução da democracia ao paradigma liberal e ao formato representativo é uma das principais expressões desta hegemonia – mas, ao mesmo tempo, coloca-se na reflexão gramsciana a possibilidade de afirmação de uma outra hegemonia; resultado da intervenção dos trabalhadores nas lutas sociais e superação na prática das restrições e condicionantes impostos pela concepção liberal de democracia. Esta outra hegemonia só poderia se afirmar com a organização dos setores subalternos e a construção de aparelhos privados de hegemonia sob seu comando, que se constituiriam em instrumentos de um contra-poder.

A radicalização das lutas sociais, muitas vezes no contexto de situações de crise da acumulação capitalista, torna mais frágil o consenso burguês, abrindo-se o que Gramsci denominou de uma “crise de hegemonia”¹². Em situações como esta, em que a classe trabalhadora emerge de forma ativa e organizada e supera os limites circunscritos pela institucionalidade burguesa, a burguesia é impelida ao rompimento com a democracia liberal, instalando formas abertas de ditadura por intermédio das quais garanta a manutenção da dominação social. No entanto – e isto é fundamental para compreender tanto os processos ibéricos anteriormente discutidos, como o novo cenário inaugurado no Brasil a partir das Jornadas de Junho – a burguesia só fará opção por efetivar uma ruptura institucional e instalar uma forma abertamente ditatorial se não for possível restringir as liberdades democráticas, retomar a iniciativa política e reafirmar sua hegemonia dentro da “democracia”. A alternativa prioritária será antes buscar uma reconfiguração restritiva dos direitos e condições de organização das classes subalternas sem fechar o Parlamento nem cancelar as eleições, mantendo vigente toda a formalidade da democracia representativa, e ao mesmo tempo incidindo para a criminalização (“democrática”) dos movimentos construídos pela classe trabalhadora. Em situações como esta, a percepção de que “a democracia está em suspenso” é apenas parcialmente verdadeira, pois deixa de considerar que o núcleo fundamental da concepção burguesa/liberal de democracia não remete à

¹² GRAMSCI, op. cit., p. 60.

ampla e irrestrita liberdade de organização para todos, mas essencialmente aos procedimentos constitutivos da representação parlamentar e da dinâmica eleitoral.

O ESTADO E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

A origem das Jornada de Junho remete à formação do Movimento Passe Livre (MPL), organizado há alguns anos em diversas cidades brasileira em torno da defesa do Passe Livre no transporte público, e fortalecendo-se através de manifestações contra os periódicos reajustes das tarifas. Foi o MPL que deu início às manifestações de junho, na cidade de São Paulo, enfrentando desde o princípio intensa repressão e criminalização por parte da grande mídia, mas ainda assim logrou convocar sucessivas manifestações em ritmo ascendente. Os grandes jornais paulistanos desqualificaram e condenaram violentamente o movimento, qualificado como resultado de “uma ideologia pseudorrevolucionária” que esconderia “a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos”¹³ e reivindicava uma intensa repressão: “ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável”¹⁴. A sequência do enredo é bastante conhecida: a violenta repressão policial desencadeada no dia 13 de junho, os inúmeros feridos e a ampla repercussão da violência policial e o desencadeamento de centenas de manifestações multitudinárias nas duas semanas seguintes. Por ora cabe destacar que o discurso criminalizador e o recurso à repressão em larga escala estiveram presentes desde o início dos protestos, em um contexto mais amplo onde se discutia no Congresso Nacional uma “Lei Antiterrorismo” que passava a considerar como “terrorismo” a realização de manifestações populares que provocassem “transtornos” como a obstrução das vias públicas.

A disseminação de manifestações em inúmeras cidades do país, reunindo vários milhões de manifestantes por vários dias seguidos constitui certamente

¹³ FOLHA DE SÃO PAULO. Retomar a Paulista. São Paulo, 13.6.2013, p. 2.

¹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Chegou a Hora do Basta. São Paulo, 13.6.2013, p. 2.

evento da maior importância, motivo pelo qual seus rumos e seu significado foram fortemente disputados, inclusive com tentativas explícitas de desviar seus rumos – que se deu de forma particularmente ostensiva na cobertura da Rede Globo de Televisão, que buscou converter as manifestações em um “movimento cívico contra a corrupção”, entendida de forma abstrata e genérica, além de qualificar as manifestações como “nacionalistas” e “anti-partidárias”¹⁵. Foram várias as tentativas de instrumentalização das mobilizações, seja por parte de defensores do governo Dilma Roussef, seja por parte de seus opositores vinculados ao PSDB, e até mesmo algumas ações provocadas por grupos de extrema-direita. No entanto, apesar da heterogeneidade própria a um movimento multitudinário e pluriclassista, o elemento em comum da grande maioria das manifestações foi a defesa da ampliação dos direitos sociais, expandindo a pauta inicial do barateamento ou gratuidade do transporte público para reivindicações em torno do acesso à saúde, educação, moradia e direitos sociais.

Foram muitas e muito diversas as ações arbitrárias desencadeadas pelo aparato repressivo do Estado em junho e nos meses que se seguiram, muitas delas claramente à margem de qualquer legalidade. Alguns episódios tornaram-se muito conhecidos e simbolizam a truculência policial, como é o caso das prisões de manifestantes por “porte de vinagre”; o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo contra um apartamento no 7º andar de um edifício em São Paulo, em retaliação à filmagem da repressão policial; a prisão de jornalistas e fotógrafos e a apreensão do seu material de trabalho; a invasão de hospitais com lançamento de bombas de gás lacrimogêneo; a proibição da realização de manifestações durante a realização da Copa das Confederações nas cidades que sediassem jogos; a infiltração policial nas manifestações provocando conflitos e produzindo ações que justificasse maior repressão; e os diversos casos de prisões de militantes que portavam coquetéis molotov curiosamente construídos sempre com garrafas de uma mesma marca de cerveja. Em termos institucionais, destacou-se a frustrada criação de um “Comissão Especial de Investigação”, proposta pelo governador

¹⁵ Ver a respeito CALIL, Gilberto. Decifra-me ou devoro-te: a Grande mídia e as manifestações. <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1546>. Acessado em 18.12.2012.

do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que visava permitir a quebra de sigilo de telefone e internet de manifestantes sem autorização judicial. Operações policiais no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul claramente buscaram a intimidação dos manifestantes, e a prisão de inúmeros manifestantes durante a greve dos professores estaduais e municipais do Rio de Janeiro completou o quadro de escalada repressiva. A judicialização da repressão também ensejou a condenação a cinco anos de prisão de um manifestante acusado de “porte de aparato incendiário ou explosivo” por portar um frasco de desinfetante, que de acordo com espantoso laudo do Esquadrão Antibomba da Polícia Civil do Rio de Janeiro teria “ínfima possibilidade de funcionar como coquetel molotov”¹⁶. Exemplo maior da escalada repressiva, em outubro de 2013 a criminalização dos protestos desencavou a Lei de Segurança Nacional, referência evidente ao “entulho autoritário” que sobreviveu à transição dos anos 1980, ainda que estivesse em desuso desde então.

As ações repressivas envolvem de diferentes formas os três poderes da República, e são sistematicamente apoiadas pela mídia corporativa. A título de exemplo, o jornal O Globo propôs “regulamentar” as manifestações populares criando um espaço próprio e específico para elas, que designou como “Manifestódromo” – uma alternativa que evidentemente restringiria o impacto das manifestações populares¹⁷.

É possível identificar no conjunto de medidas repressivas desencadeadas contra as manifestações populares três movimentos paralelos: mudanças nos marcos legais vigentes de forma a facilitar a repressão; reinterpretações restritivas de leis já existentes; e a atuação das forças repressivas à margem de qualquer marco legal ou produzindo interpretações claramente forçadas (como é o caso típico das prisões por “porte de vinagre”).

Ainda assim, tendo em vista as limitações intrínsecas próprias ao paradigma liberal de democracia, não é exata a afirmação do sociólogo português Boaventura

¹⁶ CARTA CAPITAL Morador de rua é condenado a cinco anos de prisão por portar pinho sol e água sanitária. 4.12.2013. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/morador-de-rua-e-condenado-a-5-anos-de-prisao-por-carregar-pinho-sol-e-agua-sanitaria-7182.html>

¹⁷ O GLOBO. 'Manifestódromo' liberaria vias vitais e evitaria caos no trânsito. 17.8.2013. <http://oglobo.globo.com/rio/manifestodromo-liberaria-vias-vitais-evitaria-caos-no-transito-9593073>

de Souza Santos de que “vivemos um período de suspensão da democracia”¹⁸, pois a restrição às liberdades democráticas concentra-se no ataque ao direito de manifestação, não atinge o Parlamento, que segue funcionando de forma intocada, nem implica na suspensão do calendário eleitoral.

Nas manifestações recentes no Brasil, assim como já ocorrera em Portugal, foram recorrentes os alertas provenientes de setores “moderados” relativos ao eventual risco de um golpe militar. No caso brasileiro, em especial os setores governistas difundiram uma exagerada percepção do crescimento da extrema-direita, contra o qual seria necessário reforçar a estabilidade institucional. No entanto, fracassaram rotundamente todas as manifestações convocadas por grupos de direita e extrema-direita – como a “greve geral sem sindicatos” convocada para 1º de julho de 2013, e a “Marcha contra o comunismo” que reuniu menos de 50 pessoas no Rio de Janeiro. A visibilidade destas perspectivas radicalmente anticomunistas nas redes sociais, não corresponde à uma efetiva capacidade de intervenção concreta, como se verificou mais uma vez na autodenominada “Operação 7 de Setembro”, que convocou inúmeras manifestações em defesa de um golpe militar, mas não reuniu mais do que poucas dezenas de manifestantes.

Com o agravamento da crise estrutural do capitalismo, uma saída fascista a longo prazo não pode ser descartada, mas certamente não se configura como alternativa real a curto e médio prazo. Isto fundamentalmente porque para as classes dominantes aparece como muito mais interessante a perspectiva de uma reconfiguração restritiva da democracia, que acentue seus aspectos restritivos sem promover uma ruptura institucional aberta. Uma democracia de “baixa intensidade” pode ser compatível com uma forte repressão, legalizada pelas instituições estatais e cuja legitimidade seja propagada pela mídia corporativa. É certo que a repressão sob um regime formalmente democrático tem características distintas, mas isto não deve levar a subestimar seu caráter violento!

¹⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. A Europa tem a democracia suspensa. *Jornal I*, Lisboa, 5 de Maio de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à configuração do regime democrático vigente – e em particular às condições concretas de efetivação das liberdades democráticas e das condições para efetivação das manifestações populares – as Jornadas de Junho de 2013 produziram dois efeitos distintos. Por um lado, ensejaram forte reação repressiva, o que incluiu a limitação ao direito de manifestação, a disseminação de discursos midiáticos redefinindo a democracia em termos cada vez mais restritos e associados à atividade parlamentar, o reforço do aparato repressivo e a modernização dos instrumentos de repressão. No entanto, é fundamental registrar que esta tendência é anterior às Jornadas de Junho (como comprova a tramitação da “Lei Antiterrorismo”), ainda que tenha sido acelerada e intensificada pelo desafio consignado pelas manifestações. Por outro lado, as manifestações recolocam exigências de caráter democrático, rompem silêncios midiáticos (como os massacres policiais na periferia), explicitam e difundem vínculos entre grupos econômicos e governantes e reafirmam na prática o direito de manifestação. Este segundo conjunto de elementos nos parece o mais determinante – até porque o processo de acirramento repressivo já estava em curso. Campanhas como a defesa da desmilitarização das Políticas militares e a denúncia dos inúmeros casos de abuso policial podem fortalecer uma perspectiva contra-hegemônica em oposição ao consenso disseminado em torno de uma democracia representativa liberal pouco permeável à participação popular. Os ataques às liberdades democráticas são inequívocos e é evidente a perspectiva de redefinição restritiva das condições de vigência da democracia liberal. Este processo só será contido e revertido se houver o fortalecimento das manifestações populares e de organizações de caráter efetivamente democrático e popular vinculadas à classe trabalhadora, nos marcos do desenvolvimento da luta de classes.

CAPITALISMO, LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

VIRGÍNIA FONTES¹

Este capítulo alinha algumas questões de maneira ampla sobre as características do Estado brasileiro contemporâneo, iniciando a sistematização de calorosos debates realizados no GTO (Grupo de Trabalho e Orientação), que agrega um valioso grupo de pesquisadores, a maioria trabalhando em seus mestrados e doutorados, e em curso oferecido na Pós-Graduação em História da UFF em 2013 com uma turma amigável e inquieta, a qual afetuosamente agradeço. Além disso, o estímulo oferecido pelo MST, que em 2012 lançou uma série de interrogações teóricas e políticas aos que eles, gentilmente, chamam de “intelectuais amigos”, propiciou o pontapé inicial para que estas reflexões deixassem de ser intenções e se convertessem em textos para debates. Essas anotações são provisórias, ainda em processo de elaboração. Como se observa pelo título, o tema é vastíssimo e urgente. Críticas e comentários são, como sempre, bem-vindos.

Essa é uma dificuldade que atormenta os historiadores (e não só eles!): como compreender processos históricos complexos, onde termina o velho e onde se inicia o novo? Há certa tendência a, em nome da importância da tradição autocrática brasileira, assinalar fortemente os elementos de continuidade que marcam nosso processo histórico. Essa tendência remete criticamente à realidade, mas muitas vezes se limita a uma visão parcial. Se há, de fato, uma enorme continuidade nos processos sociais brasileiros, sua própria continuação sob os influxos da expansão do capitalismo, envolve movimentos mais ou menos significativos de renovação, ainda que essa renovação agregue novos atributos às

¹ Professora da Pós-Graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz; da Pós-Graduação em História da UFF e da Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST.

modalidades arcaicas, ou simplesmente recrie tais arcaísmos sob novas modalidades.

O peso – e o fardo – histórico de uma formação de origem colonial e escravista, sob o jugo de uma metrópole, ela também crescentemente subalternizada frente às potências capitalistas, traz marcas fortíssimas – e graves – para nosso processo histórico. Mas não o oblitera e elimina. Retornar ao momento constitutivo de contradições extremas na história brasileira é sempre necessário, mas não deve resultar no apagamento, ou de maneira mais sutil, numa redução do alcance da árdua tarefa de compreender como – e em que circunstâncias – se desenvolve o processo histórico real, esse no qual homens e mulheres produzem suas existências e, ao fazê-lo, *reproduzem e alteram*, econômica, social, política, cultural e ideologicamente, o mundo que encontraram e no qual vivem. Não o fazem talvez como desejariam, ou como desejaríamos, e nem mesmo os mais poderosos guiam ou decidem a história. Ela não é uma teleologia – um ato consciente com intencionalidade que atinge fins previstos – mas resultado de lutas e tensões. Os atos mais banais de nossa existência estão, de alguma forma, ao mesmo tempo em consonância e em contradição com o mundo que nos circunda.

Se não podemos, sob pena de nublar completamente a compreensão histórica, esquecer tais traços de continuidade, é preciso observar as contradições que os cercam. Em primeiro lugar, há uma dinâmica e uma relação *interna e externa* que *nos integra* desde os primórdios, exatamente em função da devastação realizada nessas terras em prol de uma colonização europeia. Impossível compreender o processo colonial sem correlacionar a dinâmica impositiva e extrativa metropolitana com a formação de novas formas de domínio e de lutas sociais – razoavelmente desconhecidas na metrópole – aqui originadas. Os grupos dominantes se forjaram no interior dessa colônia através de práticas das mais brutais sobre os trabalhadores e as populações originárias. Como entender que ainda hoje perdure a figura do “bandeirante” como símbolo permanente de um dos Estados de uma federação republicana, aliás seu Estado mais rico? Ritualiza-se e banaliza-se a barbárie das expedições de caçada a homens, aprofundando a escravidão indígena e a reintegração à escravaria dos negros refugiados nos quilombos, isso quando não eram sumariamente executados, como exemplo para os demais. O bandeirante vem sendo repaginado como o desbravador, quiçá

antepassado do atual “empreendedorismo”...

De maneira similar, tanto a bandeira do Estado do Rio de Janeiro quando a de sua Polícia Militar ostentam ainda hoje entre seus símbolos uma haste de cana-de-açúcar e um ramo de café, renovando sua mitificada sujeição aos grandes proprietários (de terras, ontem, e de terras e de capitais, hoje). Na sua vertente mais “moderna” e brutal, o brasão do Bope é pavoneado pelas ruas ostentando uma caveira, por soldados entoando refrões assassinos.

Entretanto, estes mesmos Estados - Rio de Janeiro e São Paulo -, figuram dentre os mais “modernos” e industrializados do país, contam com ampla rede de serviços, ainda que ela permaneça precária e desigual. Contêm uma extensa, variada e fortemente urbanizada² classe trabalhadora, assídua diante das telas de TV e, em boa parte conectada à internet e às redes sociais, utilizando celulares através dos quais trocam SMS e tuíteres³. Esses estados são estetizados pela mídia: São Paulo, pela produção de riqueza, o que remete à exploração de uma enorme e ativa classe trabalhadora, boa parte vivendo em favelas e nas periferias ou, no caso do Rio de Janeiro, pelas belezas naturais que a especulação imobiliária glamouriza e devasta incessantemente, intensificando as expropriações no âmbito urbano e conservando a discriminação contra os bairros populares e as favelas.

Há, decerto, o peso de um passado que não se revoluciona e que perpetua práticas dúbias da existência cotidiana, porém a cada dia está mais atrelado à lógica implacável de uma expansão permanente da dinâmica tipicamente capitalista. Perdura a subalternidade e a dependência frente aos países centrais, de capitalismo avançado. Mas há algumas observações prévias a reter: a dependência não significa ausência de atividade ou de iniciativa burguesa; a dependência também não significa que essa condição esteja fixada de forma permanente no tempo, ainda que sua reprodução *ipsis literis* possa ser a âncora ou a vontade de setores das

² Enquanto a taxa de urbanização da Região Sudeste, em 2010, já era de 92,95% (cf. <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>), o mesmo Censo indicou o espantoso índice de 96,7% no Rio de Janeiro, cf. <http://oglobo.globo.com/politica/rio-o-estado-com-maior-grau-de-urbanizacao-2790102>. Acesso para ambos os links em 15/12/2013. Não se deve, entretanto, esquecer que tais dados são excessivamente agregados. Boa parcela da população urbana do país reside em pequenas e médias cidades, e nelas a relação entre campo e cidade é mais fluida e próxima.

³ Em 2005, 40,7% dos habitantes acima de 10 anos do Estado de São Paulo dispunham de celular, sendo 48,5% o percentual dos habitantes do RJ que dispunham desse tipo de aparelho telefônico. Em 2011, eram 76% em SP e 74% no RJ. Em escala nacional e por faixa de renda, em 2011, enquanto 82% dos habitantes com mais de 5 salários mínimos-SM (cálculo domiciliar per capita) dispunham de celular, o percentual era de 65,3% para aqueles com renda entre mais de meio a um SM. Vale lembrar que, no mesmo ano, 64,3% dos trabalhadores ganhavam até 2 SM. Esses dados demonstram simultaneamente a permanência das profundas desigualdades em ambiente de contínuas e profundas modificações. PNAD 2011, disponível no IBGE (<http://www.ibge.gov.br/>, acesso 14/09/2013).

burguesias brasileiras ou estrangeiras. Ambas estão presas no círculo de aço da reprodução ampliada do capital, obrigadas a se expandirem – e a aprofundarem as contradições que perpetraram – ou perecerem enquanto burguesias. As linhas que subordinam burguesias a outras burguesias (muitas vezes traduzidas apenas como subordinação de países a outros, o que é insuficiente), se modificam com a própria escala da expansão tanto da reprodução do capital, quanto de suas contradições e concorrências. Finalmente, as lutas de classes sofrem o contragolpe dos múltiplos ritmos, dos avanços e recuos. A conversão em política institucionalizada das condições sempre peculiares das lutas nacionais encontra direcionamentos formulados *interna e externamente*, que atuam como formidáveis diques para impedir transformações radicais.

Em suma, se novas formas de subalternidade das classes dominantes internas se evidenciam frente aos países preponderantes, elas não são idênticas às formas precedentes, nem às coloniais nem às que imperaram no período no qual a grande maioria da população permanecia em ambiente rural.

DESIGUAL E COMBINADO

Talvez o caminho mais interessante para superar o dilema da continuidade ou transformação seja retomando, de maneira ampla, uma categoria teórica fundamental, a do movimento desigual e combinado de expansão do capitalismo. Com origem em Marx, Engels e Lênin, a noção foi trabalhada e refinada sobretudo por Leon Trotsky. Para além de uma visão econômica, a de que os países periféricos não realizam o mesmo percurso feito pelos adiantados, em razão das distorções que a imposição capitalista lhes impõe – visão verdadeira, mas limitada⁴ – vale lembrar que a dinâmica expansiva capitalista corresponde a modificações de amplo espectro no conjunto vida social e, se muitas vezes é imposta de fora para dentro, somente se realiza através de complexos processos internos, mesmo quando se mantém – e se aprofunda – a extrema desigualdade no contexto internacional. Como lembra Löwy, a utilização desse conceito por Trotsky, nas primeiras décadas do século XX, buscou capturar a estranha e

⁴ Em BOTTOMORE, Tom, (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, o tema é tratado por dois autores. Ernest Mandel escreve o verbete Desenvolvimento desigual (pp 98-9), voltado sobretudo para a questão econômica, enquanto John G. Taylor, no verbete Subdesenvolvimento (pp. 368-70), lista interessante repertório crítico a alguns usos limitados da categoria.

inquietante mescla de extrema inovação e de arcaísmo que ocorria em países periféricos⁵. Estes não precisariam refazer o longo e penoso percurso histórico da implantação do capitalismo, pois o contato com os demais países, o ingresso de capitais estrangeiros e a impulsão externa articulavam e amalgamavam a ponta mais moderna com as formas arcaicas (primitivas) com as quais se defrontava, gerando configurações de novo tipo.

O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isto se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – o que de fato é – está em poder assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série de etapas intermediárias. (...) O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos⁶.

Observe-se que, para Trotsky, ela não é uma categoria unicamente negativa, e envolve um duplo aspecto, contraditório. A categoria não se encontra limitada ao âmbito econômico, podendo abranger os aspectos sociais e culturais, como destaca Löwy⁷; à medida que o conjunto da vida social se encontra modificado, plasmado a partir da junção peculiar entre as formas históricas – pré-capitalistas, como no caso da Rússia, ou resultantes de passado colonial e escravista, como no caso brasileiro – inúmeros aspectos da vida social podem estar marcados, para o melhor e para o pior, por essa junção peculiar entre ritmos e processos⁸. Não há pois uma valoração prévia sobre o “atraso”, até porque os processos históricos

⁵ LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in: *Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, 1998 (1), pp. 73-80. Disponível em: <http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-antiores/revista-outubro-n-1/> acesso 04/01/2014.

⁶ TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo, Sundermann, 2007, Tomo 1, pp. 20 e 21.

⁷ LÖWY, op. cit., p. 74.

⁸ Braga, por exemplo, lembra que “o desenvolvimento capitalista, além de permeável a uma multiplicidade ritmos, não é dirigido por nenhum telos progressista, revelando-se, ao contrário, desigual e combinado”, contestando a suposição de um progressismo acoplado ao capitalismo. BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. Do populismo à hegemonia lulista. SP, Boitempo, 2012, p. 19.

não podem nem se sujeitam a *medidas* dessa maneira imediata. Impõe-se a análise da coexistência (resultante de situações impositivas) entre ritmos e tempos diversos mas, sobretudo, da preeminência de uma forma de ser sobre as demais (do capital sobre as formas de produção precedentes da riqueza), das mesclas peculiares que resultam desse processo, dos saltos que impõe e possibilita. Trotsky, não realiza uma simples crítica do “atraso” ou meramente projeta “alcançar” os países avançados: trata-se de demonstrar que países “atrasados” poderiam saltar processos cuja maturação foi longa e complexa, avançando em direção a processos revolucionários, como foi o caso da Rússia e da China, citados por ele.

Seria possível utilizar a categoria de desigual e combinado para além de uma reflexão ancorada na comparação entre os graus de “capitalismo” de uma sociedade? Como enfrentar uma totalidade mundial capitalista, totalidade díspar, diversa, que não se limita às unidades nacionais, mas que expressa a efetividade desse conjunto desigual e combinado? Como compreender tanto os efeitos de retorno sobre a ponta mais adiantada (os países dominantes) que resultam de sua própria expansão? Essas são vastas questões. Nos limitaremos, nesse artigo, a esboçar uma caracterização do Estado brasileiro a partir da categoria desigual e combinado.

Na atualidade, não restam dúvidas sobre o fato de que na sociedade brasileira predominam tanto os interesses do capital, quanto se difunde uma sociabilidade adequada ao capital⁹, quanto, ainda, o regime político da democracia representativa, efetiva conquista de lutas populares, rapidamente se encontrou “domesticada”, como sugeriu Hobsbawm ao analisar os primórdios da generalização da representação eleitoral na Europa¹⁰.

UMA QUÁDRUPLA ARTICULAÇÃO?

Há uma hipótese geral norteando as pesquisas que venho desenvolvendo, assim como os seus desdobramentos posteriores: a de que o capitalismo brasileiro responde na atualidade a uma quádrupla articulação, brevemente apresentada a

⁹ Ver, por exemplo, COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: Ed. UEFS, 2012 e MARTINS, André Silva. *A direita para o social. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2009.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio, Paz e Terra, 1988, pp. 125-162.

seguir, todas podendo e devendo ser analisadas à luz do resultado peculiar de uma mescla – desigual e combinada – entre as formas mais “modernas” (entenda-se: mais voltadas para a valorização do valor, no sentido capitalista) e as formas históricas precedentes, quer por força das manutenções de determinadas relações sociais através de resistências e lutas, quer sobrevivências pregressas difusas. Essa hipótese não esgota o conjunto de questões que precisamos elucidar para compreender o Estado e a democracia, mas pode ter um papel relevante no sentido de alertar-nos para a conjunção peculiar entre passado, presente e futuro e entre dinâmica interna e relações externas, que caracterizam a formação brasileira.

A expansão do capitalismo brasileiro conserva um traço de longa continuidade, um formato desigual e combinado tanto nas relações econômicas e políticas internas, quanto em suas relações com o exterior. Essa *quádrupla articulação* mescla a emergência de novas determinações que inovam e modificam o conjunto, dando nova direção aos processos, ao mesmo tempo em que se renovam e reproduzem formas arcaicas, gerando um formato contemporâneo cuja matriz explicativa não pode – nem deve – ser buscada unicamente num “modelo” histórico estabelecido por outros países, “desenvolvidos” ou tomados como “exemplo”. Em outro nível, entretanto, pode-se pensar que tais mesclas não são atributos apenas da sociedade brasileira, configurando-se – quando o capitalismo se torna não apenas a ponta de lança econômica dominante no mundo, mas devasta de maneira acelerada as formas de sociabilidade precedentes, assim como as condições naturais – como uma modalidade caracteristicamente contemporânea e, ousado dizer, como a expressão do capital-imperialismo.

Partimos da dupla articulação sugerida em 1975 por Florestan Fernandes¹¹, em livro escrito ainda sob o impacto direto do tacão da ditadura empresarial-militar: (1) a subalternidade não apenas frente a algum país (embora ela também ocorra, em especial frente aos Estados Unidos), mas sobretudo frente ao capitalismo tomado genericamente, através da adequação do Estado e das burguesias ao conjunto das regras e às diversas formas de dominação impostas desde fora; (2) a permanência e recriação de profundas desigualdades internas (regionais e locais) no Brasil, compensadas por negociações diversas inter-burguesas, ou uma intimidade autocrática no Estado que favorece a retroalimentação entre “arcaico” e “moderno”.

¹¹FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio, Zahar, 1975.

Florestan enfatizava, à ocasião, que essa dupla articulação perpetua as formas arcaicas, impedindo a reforma agrária e a expansão do mercado interno; estimula uma especulação mais colonial do que capitalista, embora sob predomínio urbano-industrial; impede uma modernização eficiente sob controle societário (submetendo-se aos ciclos econômicos, altamente destrutivos); e, finalmente, conferiria liberdade quase total à grande empresa, quer ela fosse nacional ou estrangeira¹².

Vale observar que sua caracterização segue atual, ainda que, quase quarenta anos depois, seja conveniente comentar algumas dessas características. Uma análise marxista rigorosa precisa levar em consideração a historicidade de nossos clássicos, o tipo de problemas que se colocavam, à luz de que conjunturas e características principais então existentes elaboravam suas reflexões. A perenidade de suas teses não repousa meramente em sua repetição mecânica, mas na capacidade de compreender o problema específico que então se colocavam para integrá-lo nas investigações futuras. A longa duração de suas teses decorre sobretudo do refinado arsenal com o qual enfrentaram os problemas – e que nos legaram – assim como sua ousadia em trabalhar criativamente a partir de nossa base teórica comum. Ora, a década de 1970 foi a primeira do grande salto demográfico, a partir da qual a expropriação da população brasileira dos campos redundaria numa vertiginosa urbanização, verdadeira hemorragia de trabalhadores rurais. Pela primeira vez, em 1970, a população urbana, então somando 55,98% do total, ultrapassou a rural¹³. Esse processo segue ainda em curso e, mesmo que o Censo de 2010 indique que a esmagadora maioria da população, 84,36% do total, reside em cidades, as expropriações prosseguem. Elas perderam impulso, proporcionalmente, com relação ao total da população, mas vêm sendo a cada dia mais intensas e violentas, incidindo sobre camponeses e trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e, com inquietante agressividade em pleno século XXI, devastando as populações indígenas. Como já mencionei em livro recente¹⁴, o mercado interno não deve ser dimensionado apenas em termos de consumo (quem consome que tipo de produtos; quem os fabrica e como), o que era um tema forte no período anterior

¹² Id., especialmente p. 300 e seguintes.

¹³ Para esses dados, ver http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91_1, acesso em 03/01/2014

¹⁴ FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. 2a. ed., Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. EPSJV-Fiocruz, 2010, especialmente pp. 84-98 e 351-368.

ao golpe de Estado de 1964, em razão do embate entre *modelos de desenvolvimento capitalista* que então se travavam na sociedade brasileira. Sem falar da dúvida que, naquela ocasião, existia quanto à própria possibilidade de uma transformação efetivamente capitalista no país, dúvida que se esvaneceu com o próprio golpe empresarial-militar. A questão do mercado interno precisa hoje ser lida a partir de dois fios centrais: as relações sociais prevaletentes e a estrutura produtiva, pois estão intimamente imbricados. A existência de crescentes massas populares cuja existência depende quase unicamente do acesso a bens mercantis, fruto da intensidade e da extensão das expropriações do povo do campo, o qual assegurava parcela (em graus diversificados) de sua subsistência, significa relações *sociais* que *resultam, possibilitam, expressam e convocam* uma “economia” configurada para extrair valor de tais trabalhadores, através da disseminação da produção capitalista (ligada à concentração da propriedade) e da mercantilização do conjunto da existência. Ainda que o tema solicite desenvolvimentos, não teremos aqui o espaço para fazê-lo. Importante reter que o processo de expropriação dos trabalhadores do campo estava, em 1975, longe das dimensões que assumiria posteriormente, trazendo ao mercado enormes massas de trabalhadores e, por conseguinte, subordinando incondicionalmente suas existências no mercado, ainda que sob enorme precariedade.

A essa dupla articulação, é preciso na atualidade acrescentar duas outras, para capturar de maneira mais completa a forma pela qual ocorre a expansão capitalista no nosso país: (3) o modo desigual e combinado de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil. Embora não formulada dessa maneira, é importante lembrar a força da análise de Francisco de Oliveira, publicada em 1972. Analisando o processo de industrialização brasileira, criticou duramente as interpretações anteriores que supunham existir um inchaço do setor “Terciário” (serviços), gerando população “marginal” na Economia (mesmo quando tais interpretações admitiam o aspecto dramático trazido para a vida urbana), que consumiria excedente mas figuraria como um peso morto na formação do produto nacional. Trazendo exemplos significativos da conexão entre expansão industrial e crescimento de um setor de serviços de baixa capitalização e alto grau de exploração, adequado a essa expansão industrial, conclui que o crescimento dos serviços no Brasil “*não é contraditório com a forma da acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente. (...) a*

aparência de 'inchação' esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, 'mais-valia' em síntese¹⁵.

Acreditamos que a reflexão de Oliveira tem sentido mais profundo e estrutural e por essa razão estamos tratando tal modalidade como uma espécie de associação desigual e combinada imposta aos – e experimentada também como resistência pelos – trabalhadores. A história brasileira expressa processos recorrentes de agregação/superposição de trabalhadores em condições profundamente desiguais, sobretudo a partir do século XIX, quando os impulsos de modernização avançam modificando e mantendo as relações precedentes – como a escravidão urbana¹⁶, os serviços de manutenção de automóveis nos anos 1950, os empregados e empregadas domésticas a serviço de assalariados urbanos, até a expansão de novas e hiper-modernas redes de serviços, no qual a nova qualificação intelectual está a serviço de práticas desqualificadoras da mão de obra (como os chamados infoproletários)¹⁷.

O tema do trabalho e dos trabalhadores tende a ser segmentado inclusive na historiografia, uma vez que perdura uma forte cisão entre análises voltadas para o mundo rural e o urbano, ressaltando mais a contraposição entre tais trabalhadores do que uma análise conjunta de suas complexas, nuançadas e por vezes contraditórias reivindicações. Trabalhadores urbanos e rurais foram diferenciados sob múltiplos formatos, tanto nos campos como nas cidades. Há uma espécie de expectativa desalentada de que os trabalhadores rurais estão fadados ao desaparecimento, pela voracidade da urbanização capitalista. Essa expectativa se alimenta de uma tendência real à expropriação, porém seu avanço descontrolado nas últimas décadas em escala mundial pode significar uma verdadeira tragédia para a humanidade e para as classes trabalhadoras urbanas, inviabilizando a superação da divisão entre campo e cidade, questão crucial para um sociometabolismo emancipador.

No Brasil, essa segmentação se expressou pela ausência do reconhecimento

¹⁵ OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. Ornitórrinco. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 57.

¹⁶ Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio, Bom Texto, 2008.

¹⁷ Ver o instigante artigo de Ursula HUWS, “A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real”. In: ANTUNES, R. E BRAGA. R. (Orgs). *Infoproletários*. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009;

do estatuto de trabalhador para os trabalhadores do campo até a década de 1960; por formas heteróclitas de organização dos processos de trabalho *urbanos* (como o pretense mercado “informal”, que adicionava valor à crescente produção industrial); por direitos desiguais, condições e jornadas de trabalho diferenciadas segundo empresas, cidades, regiões, etc. Sua atualização mais recente vem ocorrendo através de diversas modalidades de precarização, terceirização, etc. A extrema desigualdade interna à classe trabalhadora, para além das divisões impostas pela dinâmica do capital, expressa uma permanência de longa duração, traço da própria formação da classe trabalhadora, inclusive no tocante à incorporação de trabalhadores de outras nacionalidades. Trata-se de longa experiência histórica de formas agudizadas e díspares de exploração dos trabalhadores¹⁸, assim como sua recriação sob formatos “modernizados”. O que pretendemos aqui destacar – longe de um elogio ao atraso – é a vigência histórica de longa duração de uma divisão social interna/externa do trabalho constituída sobretudo pela *heterogeneidade* para extensas massas de trabalhadores, mas que envolve uma agudizada percepção desses mesmos trabalhadores das condições da concorrência imposta por sua ponta mais moderna. Novamente, trata-se de tema que clama por extensos desenvolvimentos.

Finalmente, às três dimensões anteriores há que incluir ainda mais uma forma desigual e combinada, (4) traduzida pela expansão capitalista brasileira para o exterior, na qual uma mescla de solidariedade e truculência se expressa no cenário internacional, a partir de empresas multinacionais brasileiras e com forte apoio do Estado. Nos processos anteriores (as demais articulações) o movimento desigual e combinado tinha como um de seus impulsos a imposição externa (especialmente nos temas da subalternidade burguesa e da configuração de uma divisão interna/externa do trabalho). Agora, estamos diante de um processo no qual o capitalismo à brasileira – com o formato que lhe é peculiar – expande-se para o exterior.

Como se pode imaginar, essa expansão das multinacionais brasileiras integra um movimento mais amplo, que considerarei como uma “adesão subalterna ao capital-imperialismo”. Não obstante, ela carrega para fora do país as

¹⁸ Esse processo foi analisado por Ruy Mauro Marini como superexploração, categoria fundamental que, porém, nem sempre pode abranger a totalidade do fenômeno. Para uma análise a partir de Marini, aplicada às condições atuais, ver LUCE, Mathias S. “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?” In: *Trabalho, Educação e Saúde*, 11:jan 2013, EPSJV/Fiocruz. Para um comentário crítico sobre o uso dessa categoria, ver FONTES, op. cit., p. 351-9.

determinações internas ambivalentes, muitas vezes apresentadas como valorosos ou generosos atributos. Como analisou Ana S. Garcia, o governo brasileiro de Lula da Silva procurou apresentar uma política externa “generosa” com os pequenos países, e ao mesmo tempo procurou controlá-los, tendo-os como base para a expansão de “suas” multinacionais:

A tentativa do Brasil de construção dessa hegemonia com base na liderança regional, em alguma medida legitimada pelos demais governos, pode ter também um efeito político paradoxal. De um lado, o país teve papel fundamental em situações de crises nos países vizinhos, que levaram a golpes, sequestros (como no caso da Venezuela em 2003 e Honduras em 2009) e que beiraram uma guerra civil (como na Bolívia), apoiando de forma ativa os governos democraticamente eleitos. De outro, o governo Lula foi representado pelas classes economicamente dominantes nesses países (e nos países centrais) como um "modelo" de um governo "responsável", colocando o grupo Lula/Kirchner/Tabaré supostamente em oposição ao modelo Chávez/Evo/Correa. Com efeito, tivesse o Brasil, a partir de 2002, incorrido em transformações radicais que indicassem uma mudança mais profunda, podemos imaginar que esse processo (que certamente sofreria sérios ataques de forças sociais dominantes internas e externas) teria tido um efeito disseminador na região, apoiando os processos de transformação nesses outros países. Entretanto, o modelo adotado no Brasil ajudou, em certa medida, a "conter" os processos de transformação nos países andinos dentro de suas respectivas fronteiras¹⁹.

Retornando a Florestan Fernandes, além dos dramáticos efeitos para os trabalhadores, o próprio conjunto das burguesias seria penalizado por sua inserção subalterna, uma vez que o reformismo burguês e seu próprio impulso democrático são “sufocados a partir de compulsões que emanam da própria dominação burguesa e da forma de solidariedade de classe em que ela repousa. E a burguesia nacional converte-se, estruturalmente, numa *burguesia pró-imperialista*. (...) Bloqueia-se autonomização do capitalismo interno; reduzem-se as próprias 'potencialidades criadoras intrínsecas das classes burguesas’”²⁰.

¹⁹ GARCIA, A. S. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC/RJ, 2012, p. 205.

²⁰ FERNANDES, F. Op. cit., p. 306-7, grifos meus (VF).

Ao considerar as burguesias brasileiras como pró-imperialistas, Florestan buscava sobretudo ressaltar sua estreita subordinação e, mais do que isso, adesão, aos imperativos emanados do grande capital internacional, especialmente o estadunidense. Já observava entretanto que a adesão incondicional se estendia ao próprio formato imperialista. De fato, a questão da autonomização do capitalismo via-se bloqueada. O tema de um “capitalismo autônomo”, que constituía uma reivindicação substantiva, envolve inúmeras contradições, que já apontei em outro artigo²¹. É possível aprofundar o capitalismo e, conseqüentemente, nutrir burguesias que não pretendam expandir-se para o exterior? Uma “potencialidade criadora” burguesa arquetípica não estaria calcada em determinadas circunstâncias peculiares a alguns países, convertidos em modelos? Tal potencialidade não estaria voltada, em primeiro lugar, para assegurar a valorização do valor, em formatos dos mais variados, mesmo se infringindo suposições que imaginam um certo capitalismo “normal” ou “normalizável” que talvez tenha sido fruto apenas de uma conjuntura específica (caso do chamado período áureo, para os países centrais)? Evidentemente, sabemos que não basta para a dominação de classes que haja possibilidades de 'valorizar o valor'. É fundamental para a ordem burguesa adestrar e adequar a classe trabalhadora, assim como conter – repressiva e/ou preventivamente – as possibilidades de revolta popular e, sobretudo, de revolução. O conjunto pois das determinações assinaladas anteriormente exige avançar para capturar o papel do Estado, crucial para que tais amálgamas pudessem se constituir.

ESTADO, CAPITAL-IMPERIALISMO E DEMOCRACIA - APONTAMENTOS

Historicamente no Brasil, frente ao avanço de organizações populares – mesmo distantes de processos revolucionários, mas que foi vivido e denunciado como tal pelas burguesias – a solução encontrada foi a repressão política e policial direta, em especial através de dois períodos ditatoriais. No pós-1964, Florestan consideraria a estratégia burguesa no Brasil como contra-revolução preventiva

²¹ FONTES, V. “Imperialismo, classes sociais e conjuntura: capitalismo autônomo?” Disponível no site *O Comuneiro* (Portugal): http://www.ocomuneiro.com/artigos_03_virginia.htm.

permanente²².

Após lenta longa ampliação *seletiva* do Estado, reservada a setores organizados das classes dominantes, mas interdita pela repressão aos setores populares, ocorreu nas duas últimas décadas (1990 e primeira década do século XXI) desigual penetração de entidades e organizações de origem popular no Estado Brasileiro, do que resultaram *reconstruções hegemônicas burguesas peculiares*. A agregação das partículas “neo” ou “pós” podem ajudar a identificar práticas anteriores similares, mas fracassam para compreender o amálgama peculiar contemporâneo.

O Estado burguês no Brasil se reordenaria a partir da década de 1980. Desde a década anterior, cresceram – sob intensa ditadura - as lutas sociais, desembocando em avanços legais (constitucionais) aos quais correspondia escasso ingresso das entidades associativas populares no âmago do Estado. Mas a pressão era crescente para seu acolhimento e geraria *uma significativa reorganização no mesmo Estado* (burguês e com suas características autocráticas) *para adequá-lo a uma nova forma de funcionamento*. Houve vitórias parciais populares nas décadas de 1970 e 1980, e até mesmo na década de 1990 e, para que o Estado pudesse *continuar a responder prioritariamente* aos interesses do capital (tomado em sua forma mais ampla e concentrada, respondendo aos diversos acordos inter-burgueses), foram introduzidas alterações importantes, visando a contemplar, mesmo se de forma estiolada e apequenada, algumas das solicitações populares. Houve alguma incorporação ao Estado de entidades associativas populares e de algumas de suas reivindicações, de maneira lenta, paulatina, condicionada e negociada palmo a palmo, o que permitiu manter e atualizar a “contra-revolução preventiva”, como sugere Lemos. Ou, em outros termos, o que favoreceu a instauração de uma efetiva hegemonia burguesa no país, não reduzida apenas à suas feições violentas. A pressão expressa pelas lutas, simultaneamente nas cidades e no campo pela participação e pela socialização da existência não mais poderia ser simplesmente ignorada. Tratava-se agora de capturá-las no próprio cenário da luta.

Sob mudanças importantes no cenário internacional, a agregação das entidades de origem popular assumiu uma característica geral comum, a do

²² FERNANDES, F. Op. Cit., pp. 296-7; 312-17. Ver também a retomada do tema, com abrangência bem mais ampla, buscando apanhar o fio central da política burguesa no Brasil, LEMOS, Renato. *Contra-revolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. Rio, mimeo, 2013.

rebaixamento corporativo das reivindicações, com as organizações populares convencidas ou impelidas a secundarizar a autonomia da classe trabalhadora, em prol de soluções urgentes e imediatas. Daí decorreu uma inflexão, através de uma *institucionalização de canais de representação para algumas entidades populares*, sempre e quando aceitassem não mais defrontar-se contra as regras do jogo então pactuados (mesmo que tal “pacto” ocorresse em condições profundamente desiguais, na maioria das vezes mera imposição) e que limitassem suas reivindicações ao contexto imediato, especializando-as e reduzindo seu alcance nacional. Em outros termos, ocorreu um forte enquadramento legal das organizações populares, que perdiam assim parte importante de sua autonomia decisória e organizativa. Não obstante, resultaram em conquistas constitucionais (saúde, educação pública, por exemplo, como direitos e dever do Estado) fortemente enquadradas e controladas, cujo exercício somente ocorreria, de maneira minguada, através de processos de judicialização, posto que se estreitava o protagonismo das entidades populares. Em paralelo a uma nova “aceitação” das reivindicações, mantinham-se as modalidades repressivas, através da violência policial, militar e para-militar extremamente seletiva e agressiva que perdura no país, em especial nas grandes cidades.

Vejam os a seguir alguns momentos desse processo, cujo fundamento desigual e combinado é patente, e, em alguns casos, as formas mais contemporâneas (inclusive aportadas desde o exterior) parecem estar reencontrando as modalidades mais arcaicas. O velho periférico parece antecipar o novo?

(a) produção de cunhas ou brechas diretamente nas entidades de trabalhadores, financiadas ou apoiadas pelo alto, cujos exemplos emblemáticos foram a Força Sindical, na década de 1990 e o Proifes, no século XXI, seguidas ou não de repressão direta sobre os recalcitrantes;

(b) incorporação subalterna ao Estado, em *caráter infra-nacional e temático*, de associações de origem popular, desde que se limitassem a objetivos parciais (lutas por melhorias pontuais). Havia apoio para a especialização das lutas sociais, através da doação de recursos públicos ou privados por “projetos”, acompanhados de subsequente controle estrito dos devidos “relatórios”.

Vale aqui uma observação: alguns chamaram esse processo de “onguização”, mas o termo é totalmente insuficiente. Em primeiro lugar,

desconsidera o ambiente de divisão em classes (e de lutas difusas) que envolve a constituição de parcela expressiva dessas entidades, que nascem muitas vezes no ambiente patronal, mas também no ambiente popular e subalterno; em segundo lugar, homogeneizam a sociedade civil, como se estivesse contraposta ao Estado; em terceiro lugar, a expressão organização não governamental-ONG não agrega nenhum significado, nem mesmo atua como bom descritor das inúmeras formas de associatividade; em quarto lugar, por desconsiderar que numa sociedade de classes, as associações estarão também atravessadas pelas cisões sociais, não pode atentar para a amplitude do processo de “conversão” de lutas anti-sistêmicas em ajuste e acomodação, inclusive com recursos públicos e privados. Finalmente, essa noção acrítica e insuficiente desconsidera a intensa atividade objetiva, com fortes recursos organizacionais empregados nessas entidades, mas também formação subjetiva, dirigida a uma extensa camada de jovens profissionais que, em plena militância pela democracia e em busca de trabalho, integraram associações que promoviam uma espécie de emprego precário voltado para uma filantropia mercantilizada, cujo propósito era (e ainda é) transformar luta popular em “parceria”, sem qualquer critério crítico.

(c) Lenta e complexa construção de um novo estatuto sociopolítico, o da “parceria” com o Estado que asseguraria a destinação de recursos públicos (em troca da banalização das privatizações) para a gestão/gerência privada das entidades forjadas através da mercantil-filantropia. Em paralelo, cresciam entidades privadas “sem fins lucrativos” de base empresarial (por exemplo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE e o Movimento Todos pela Educação) para educar e dirigir tal processo²³. Estimular e enquadrar a participação popular também foi tarefa de inúmeros Conselhos implementados em diferentes áreas, em especial na saúde²⁴, nos quais os critérios de participação procuravam apagar as clivagens sociais (como classe, trabalho, etc.) e para os quais tanto o empresariado quanto as entidades públicas passaram a difundir uma pedagogia da “gestão” e da “participação” adequada ao espírito das novas parcerias, através de inúmeros cursos de formação, eles também realizados sob parcerias público-privadas;

²³ MARTINS, A. S. op. Cit., e NEVES, L.M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. SP, Xamã, 2005.

²⁴ BRAVO, Maria Inês e MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs). *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais*. SP, Cortez, 2012.

(d) Um aspecto ainda pouco explorado foi o caráter de balão de ensaio de grandes proporções desempenhado pelas entidades patronais e as entidades mercantil-filantrópicas no tocante a profundas modificações que em breve se disseminariam nos contratos de trabalho e na sua gestão, consolidando novas formas – modernas – de desigualdade no trabalho, acoplando-as e amalgamando-as às formas anteriores. Em primeiro lugar, a modalidade até então restrita a algumas áreas (dentre elas as universidades) de remunerar trabalhadores através de bolsas (sem contrato de trabalho e sem direitos) controlados por intermédio de projetos de pesquisa ou de intervenção, se expandia para outros âmbitos da vida social. Essa associação entre militância rebaixada e trabalho sem direitos saltou a barreira dos formuladores (tarefas de concepção da intervenção), dentre os quais muitos somavam esse tipo de remuneração a contratos regulares de trabalho, para atingir extensas áreas sociais empobrecidas, atuando em atividades voltadas para a execução de tarefas e remuneradas de maneira ínfima, precária e totalmente desprovida de direitos. A novalíngua que alterava o sentido histórico da 'solidariedade' convertia trabalho sem direitos em 'voluntariado';

(e) A violência não cessou, nem a física nem a simbólica. O intenso processo de lutas e de captura das lutas populares em seus primórdios, adaptando-as e modificando seu escopo, ocorreu paralelamente à *destruição sistemática ou ao abafamento* daquelas que teimavam em manter-se com âmbitos mais amplos, regionais ou nacionais. A poderosa mídia proprietária no Brasil deslançou campanhas publicitárias caríssimas destinadas a satanizar as lutas populares²⁵. A histórica tendência à criminalização das lutas sociais agora selecionava seus alvos, atingindo determinados segmentos de militantes urbanos e rurais. No meio rural, a violência e os assassinatos foram uma constante²⁶, trazendo permanente risco de vida aos militantes. No meio urbano, procedimentos policiais ao arrepio da lei encontravam amparo na lentidão (e muitas vezes na complacência) de uma Justiça acostumada a prestar obediência aos setores dominantes, disseminando o medo. Multiplicavam-se as tentativas para, em todas as instâncias administrativas, criminalizar legalmente os que protestavam contra o sistema. Essa criminalização

²⁵ Ver SILVA, Carla Luciana. *VEJA: o indispensável partido neoliberal* (1989-2002). Cascavel (PR), Edunioeste, 2009.

²⁶ Vale consultar o criterioso trabalho produzido anualmente pela Comissão Pastoral da Terra-CPT sobre os conflitos e as mortes no campo brasileiro. Disponíveis em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/conflitos-no-campo-brasil>.

vem atingindo o seu ápice após as jornadas de luta iniciadas em junho de 2013. Aproveitando-se da inflexão reacionária no cenário internacional, legaliza práticas truculentas já tradicionais sob a novalíngua da 'luta contra o terrorismo'²⁷. Até aqui, salvo episódios pontuais o controle de milícias (para-militares) sobre as populações mantém-se como prática corriqueira na grande maioria das favelas e em bairros populares.

Essas são algumas das contradições da democracia contemporânea no Brasil, atravessada por processos desiguais e resultando em amálgamas peculiares. Decerto, seu caráter é acanhado e limitante. Há que observar o fenômeno com cautela, pois há também *certa* ampliação do Estado – no sentido gramsciano – que assegurou adesão dos subalternos aos planos e projetos dominantes. Em outros termos, *há hegemonia burguesa*, mesmo se as limitações deste texto não permitem aqui aprofundar sobre a fração social que a conduz²⁸. Além disso, traduzem modificações substantivas no conjunto da vida social, apontando para uma base mais extensa da política institucional. Esse fenômeno complexo é a base sobre a qual se implanta a democracia brasileira. Ainda que de maneira extremamente desigualitária, não foi apenas uma imposição, mas o resultado de processos de luta social, de algumas conquistas e muitas derrotas, nas condições de um contexto internacional extremamente adverso.

Vivemos hoje num Estado – e num governo – regidos por regras formalmente democráticas, sob um capitalismo altamente concentrado. Isso significa que o Estado – com maior ou menor apoio do governo de plantão – tende a organizar-se para integrar, incorporar, modificar, ajustar e alterar (todos os movimentos ao mesmo tempo, segundo as condições da luta, operando por deslocamento de áreas e setores estratégicos) exigências e reivindicações originados dos mais variados setores da vida social, desde as diferentes frações da classe dominante, passando por diferentes estratos populares, mais ou menos organizados. Trata-se de simultaneamente integrá-los e adaptá-los à ossatura

²⁷ Ver, a respeito, ARANTES, P. Extinção. SP, Boitempo, 2007.

²⁸ Discordo da interpretação de OLIVEIRA, Francisco. O Ornitórrinco. op. cit., retomada em OLIVEIRA, F., BRAGA, R. e RIZEK, C. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. SP, Boitempo, 2010, na qual supõe que governos populares desempenhando o predomínio do capital demonstram que “ela é típica da era da globalização” p. 24, diferindo portanto de uma legítima social-democracia e da hegemonia então implementada. Essa formulação parece prestar tributo à social-democracia, considerando-a como a força política capaz de implementar reformas impondo limites ao capital. É verdade que houve reformas significativas em muitos países (sobretudo os centrais), mas a mesma força política que os implementou contribuiu – e contribui ainda – para seu desmantelamento.

institucional adequada à hegemonia contemporânea, a da grande propriedade do capital. O fato de que as classes dominadas tenham assegurado algum grau de incorporação à ossatura do Estado apenas significa que elas seguem existindo – e lutando – sob a dominação. As dificuldades centrais residem, sobretudo, na já longa duração da falta de iniciativa organizativa e a perda de capacidade convocatória das entidades construídas pela classe trabalhadora, ambas expressando a descrença popular nas suas próprias entidades, ao vê-las em grande extensão capturadas. Ganhos parciais sem sua contrapartida organizativa podem corresponder a “participar” da dominação, a integrar-se de forma subalterna, prolongando a hegemonia burguesa.

Em que pese essa possibilidade, é preciso ainda considerar que se avolumam as contradições, atravessando todo o conjunto da vida social, estreitamente ligadas à quádrupla articulação que mencionamos acima. As expectativas depositadas na democracia também podem exasperar-se, tanto pela enorme lentidão em alcançá-la, quanto pelas limitações que pesam sobre ela – que se resultam aqui de uma transição controlada, se expressam na atualidade também no âmbito internacional. As lutas sociais – mesmo difusas – apontam crescentemente para o terreno de uma igualdade substantiva, afrontando as reatualizações das dramáticas desigualdades brasileiras.

²⁹ Cf. POULANTZAS, N. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio, Graal, 1982.

